Humberto Perinelli Neto (Org.)

Retalhos de experiências modernas

História, culturas e cidades no interior paulista – Primeira República

Retalhos de experiências modernas

HUMBERTO PERINELLI NETO
(Org.)

Retalhos de experiências modernas

História, culturas e cidades no interior paulista – Primeira República

© 2017 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vagner Rodolfo CRB-8/9410

P445r

Perinelli Neto, Humberto
Retalhos de experiências modernas: história, culturas e cidades no interior paulista – Primeira República / Humberto Perinelli Neto (Org.). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2017.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-9546-175-8 (eBook)

1. História do Brasil. 2. Urbanismo. 3. Interior Paulista. I. Título.

2017-718 CDD 981
CDU 94(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981
2. História do Brasil 94(81)

Este livro é publicado pelo projeto *Edição de Textos de Docentes e Pós-Graduados da Unesp* – Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Unesp (PROPG) / Fundação Editora da Unesp (FEU)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Dedicamos esta coletânea ao Prof. José Evaldo de Mello Doin (in memoriam)

"Nada mais soberbo – e nada desculpa tanto o orgulho paulista – do que o mar de cafeeiros em linha, postos em substituição da floresta nativa.
É de enfunar o peito a impressão de quem pela primeira vez navega sobre o oceano verde-escuro. Horas a fio, num pullman da Paulista ou num carro da Mogiana, a cortar um cafezal só – milhões e milhões de pés que ondulam por morro e vale até se perderem no horizonte confundidos com o céu... Um cafezal só, que não acaba mais, sem outras soluções de continuidade além do casario das fazendas e dos pastos circunjacentes... Para quem necessita revitalizar as energias murchas e esmaltar-se de indestrutível fé no futuro destas regiões do sul, nada melhor do que um raid pelo mar interno da Rubiácea.
Mas a árvore do ouro só o produz à custa do sangue da terra. É exuberante na produção da baga vermelha, mas insaciável de húmus.
Polvo com milhões de tentáculos, o Café rola sobre a mata e a soverte.
Nada o sacia. Já comeu as zonas ubérrimas de Ribeirão Preto, Jaú, São Manuel, Araraquara, os pedaços de ouro de São Paulo, e agora afunda

os dentes na carne virgem, tressuante de seiva, do Paraná e de Mato Grosso.

Nada lhe detém a ofensiva irresistível. Não a paralizam geadas monstruosas como a de 1918; nem a inépcia dos governos – que chegou a barrar-lhe o caminho com a cerquinha de taquara de uma proibição de plantio; nem as taxas e sobretaxas excessivas; nem os impostos de saída; nem a jogatina de Santos; nem a mentalidade altista, loucamente esbanjadora, do fazendeiro.

Caminha sempre. Tanque monstruoso, vivo mas inconsciente, cego mas instintivo, lá rola hoje rumo noroeste, para diante, sempre para diante."

(Monteiro Lobato)

Sumário

Prefácio
Recortes de uma "*Belle Époque* caipira"

Nilson Ghirardello[1]

Este trabalho organizado pelo professor Humberto Perinelli Neto é fruto de árdua pesquisa de colegas docentes que tiveram a influência intelectual e até mesmo o prazer de conviver com o professor José Evaldo de Melo Doin (1946-2009), pensador com brilho próprio e um "agitador cultural" da Unesp, a quem este livro é dedicado. Doin nos deixou trabalhos relevantes e neologismos marcantes, entre os quais o que utilizo para nomear este prefácio: "*Belle Époque caipira*".

As cidades tratadas neste *Retalhos de Experiências Modernas: Histórias, Cultura e Cidades no Interior Paulista – Primeira República* são: Ribeirão Preto, Santa Bárbara do Oeste, Franca, Mococa, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Carlos; situam-se à margem direita do Tietê e, em sua maioria, tiveram o início de formação nos meados do século XIX. É difícil e perigoso generalizar-se, entretanto, mesmo a

1 É arquiteto e urbanista, docente da graduação e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação – FAAC/Unesp (*campus* de Bauru). Tem seu foco de pesquisa nas cidades paulistas do século XIX e início do século XX. Autor, entre outros trabalhos, dos livros: *A Beira da Linha: Formações Urbanas da Noroeste Paulista* e *A Formação dos Patrimônios Religiosos no Processo de Expansão Urbana Paulista*, ambos publicados pela Editora da Unesp.

partir de abordagens e focos diferentes dos autores podem-se perceber situações similares que perpassam por essas urbes crescidas na esteira e ao redor da riqueza proporcionada pela expansão do café. Importante frisar que duas das cidades tinham sua economia voltada a outras atividades, como Barretos, com a produção pecuária, e Santa Bárbara do Oeste, centro agrícola de abastecimento alimentício, ambas fundamentais para atender a grande maioria de cidades que tinham o café como cultura única.

A base para a implantação dessas formações urbanas, assim como da quase totalidade das cidades paulistas criadas no século XIX, é o *Patrimônio Religioso*, constituído por gleba doada por fazendeiro, ou grupo deles, a um santo, o que fará com que a Igreja Católica tenha primazia sobre o solo urbano, que defina o local da capela com seu largo e que afore a terra citadina. Com a República e a separação entre Estado e Igreja, novos tempos se interporão, novos embates serão travados em uma luta, nem sempre surda, entre o poder público constituído e a Igreja, dona do *Patrimônio Religioso*.

Logo e inevitavelmente a capela se transformará em matriz, e o largo, certamente, dará lugar a praça pública. O descampado árido e pio, onde se faziam quermesses e se organizavam procissões dará lugar a praça burguesa laica e ajardinada, com direito a coreto, chafariz, estátuas e passeios calçados para o "footing": orgulho de toda cidade que queria "civilizar-se".

Civilização poderia supor, também, a criação de uma história oficial do lugar; Arrovani Ruiz Fonseca em seu texto sobre São Carlos, e a partir de Almanaques, aponta como, entre outros memorialistas, Cincinato Braga se esforça em elaborar uma narrativa sobre a formação da cidade, relacionando-a à nacional, a fim de inscrever a urbe nas transformações do momento, ou mesmo criando uma tradição local, por meio de "narrativas fundadoras de um passado", nas palavras do autor.

Contudo, o elemento definidor para o desenvolvimento de qualquer cidade do período era o trem. Sem a ferrovia a cidade estaria condenada à estagnação. O novo meio de transporte representava a possibilidade do contato mais imediato com o mundo exterior, com

seus produtos e com as rápidas mudanças que ocorriam por toda parte. Levaria a produção da região, particularmente a cafeeira, e traria toda a sorte de badulaques estrangeiros, necessários e desnecessários, enfim, o mundo do consumo se inaugurava a partir da estação. Humberto Perinelli Neto aponta tal situação no Álbum de Barretos, publicado inicialmente em 1910, em que guloseimas industrializadas com nomes exóticos substituem produtos tradicionais, certamente muito mais saudáveis. Relata ainda a convivência em uma mesma loja de produtos para uso no mundo urbano e galante, como chapéus, perfumaria e calçados, junto daqueles ligados a atividades rurais, como querosene, arame farpado e secos e molhados. E como, sabiamente deduz o pesquisador, nesses espaços de artigos múltiplos velhos hábitos se encontravam com os novos: *...as fronteiras entre rural e urbano, "nativismo" e "estrangeirismo" esmoreciam, inevitavelmente*.

Mas, sobretudo, a ferrovia representava para a cidade um marco que assegurava os investimentos públicos e privados. Não é por outra razão que a partir de então quase toda a infraestrutura da época era implantada: água, esgoto, telefone, iluminação pública e residencial e até mesmo bondes, como em São Carlos. É um acelerado período de mudanças por que passa a outrora cidade de feitio tradicional, com parcos melhoramentos, animais nas ruas, casas de porta e janela, e velhas telhas capa e canal. O espaço urbano parece renascer, ou nascer para a modernidade, custeado pelos impostos municipais em ascensão e empréstimos em casas bancárias: novo cemitério, novo prédio para a Câmara, mercado municipal, a construção do fórum e do grupo escolar, custeados pelo Estado, e a edificação do teatro.

Veruschka de Sales Azevedo nos aponta que em Franca o Teatro Santa Clara acompanha a vida da cidade da sua construção em 1874 até sua demolição, no ano de 1922. Era um espaço de cultura e lazer, mas, sobretudo, de ensinamento de "*bons modos*". Por constituir-se em parte importante da imagem da cidade, sofre pressões das elites locais para ser continuamente modernizado como forma de estar em sintonia com as grandes casas de espetáculo do País e do mundo, nem que fosse para se limitar a reforma apenas de seus exclusivos

camarotes, como ocorreu, sem atingir-se a popular plateia. Mais adiante, novas pressões buscam a reconstrução do prédio, a demanda sem sucesso conseguiu somente a reforma de sua fachada, que passa a adotar o estilo mais chique e glamouroso da época: o "Art-Nouveau". Numa perfeita metáfora sobre a sociedade do período, em que o novíssimo mascara uma estrutura ultrapassada.

Com a finalidade de se organizar as diversas áreas do poder público em um espaço urbano em rápido crescimento, outros Códigos de Posturas são rapidamente elaborados e muitas vezes copiados de cidades maiores. Se antes essas leis eram simples e relativamente curtas, com escassas exigências para as edificações e um olhar raso quanto ao saneamento da cidade, naquelas da virada do século ficam rebatidas as exigências do Código Sanitário Paulista de 1894, o que as transformam em documentos mais longos, exigentes e detalhistas quanto à vigilância sanitária, devido às pestes que grassavam nas cidades.

Nesse contexto, capitais advindos das lavouras serão invertidos nas cidades, seja através da criação de empresas que explorarão as concessões dos serviços públicos, seja na construção de novas edificações para aluguel, comércios, hotéis, criação de bancos regionais, beneficiadoras e também as primeiras manufaturas, quase sempre dedicadas a fabricar produtos difíceis e pouco compensadores para serem trazidos de locais distantes, como as cervejas que passam a ser produzidas em Rio Claro. Os altos recursos investidos para viabilizar essa feérica "reconstrução urbana" atrairão interesses múltiplos, que passarão pelo jogo político das elites locais, afinal ser intendente ou vereador de uma cidade em edificação rápida era estar imerso e inteirado em negócios da mais variada monta. Ser coronel, ou mesmo ligado ao poder político, em uma cidade rica e em expansão era um grande negócio, e isso fica expresso pelas lutas de grupos, empastelamentos de jornais que defendiam ferozmente suas facções e as seguidas mortes. Toda essa roda-viva de mudanças, que transformou a vida cotidiana das pessoas e o espaço urbano, atrairá novos personagens; aqueles da elite ligados ao "*capitalismo bucaneiro*", utilizando-se, novamente, um termo do mestre Doin, como fica claro no texto de Rodrigo Ribeiro Paziani e Rafael Cardoso de Mello

sobre a rica Ribeirão Preto e sua relação com o médico e depois prefeito, Joaquim Macedo Bittencourt, assim como a "*coronel de saias*" e "*rainha do café*", Iria Alves Ferreira, oriundos de outras regiões e nascidos em "*berço de ouro*". No texto é apresentada a ligação entre os membros da classe dominante local com o alto poder estadual, o jogo dos favores, das sociabilidades e a mistura incestuosa entre público e privado.

O crescimento urbano atrairá, principalmente, outras classes sociais, a migração vinda das regiões mais pobres e uma significativa imigração que em um primeiro momento poderia se dirigir às propriedades rurais e logo após para as atividades profissionais de características urbanas, como alfaiate, ourives, fabricantes de cerveja, como podemos observar no artigo de Flávia Mengardo Gouveia sobre a presença do estrangeiro em Rio Claro. O imigrante ainda trouxe novos esportes, um olhar renovado para as artes plásticas, música, literatura, arquitetura e todo artesanato relacionado a edificação e os elementos de seu interior. Muitos se ligam as novas modalidades de lazer, entre as quais o cinema, como expresso por Higina Teixeira Marques, por meio dos relatos do principal jornal de Mococa, seja pela presença do primeiro ateliê de fotografia instalado na cidade, o "*Photografhia Luso-Allemã*", seja nas inovadoras e precoces apresentações locais, no ano de 1897, do "*Cosmorama Mechanico*" – aparelho que ampliava um conjunto de imagens, quase sempre vistas de "*lugares civilizados*" –, avô do cinema e trazido por trupes que percorriam as cidades mais importantes. Contudo, a chamada sétima arte rapidamente se coloca como a diversão urbana preferida, a ponto dos "theatros" tornarem-se "cine theatros", num caminho veloz para serem apenas "cinemas".

Em razão das demandas específicas locais e aos recursos aportados, a quadrícula regular, modelo básico das cidades paulistas do século XIX e XX, sofrerá reformas urbanas pontuais, adaptações ao traçado regulador inicial, como a criação de avenidas que tinham a pretensão estética de se aproximarem da linguagem dos bulevares. Haverá também investimentos em novas praças ou unificação de quadras para ampliar e dar grandiosidade a esses espaços urbanos,

orgulhos locais; áreas de vigilância, controle e segregação social, mesmo que não dispusessem de grades (embora muitas praças as comportassem), ao redor das quais situavam-se as moradias das famílias mais importantes, faustosos casarões como os de Mococa, edificados em sua maioria pelo arquiteto italiano Gherardo Bozzani. Tais transformações no espaço urbano passam, especialmente, pelo texto sobre Santa Bárbara do Oeste, de Osana de Almeida, que nos aponta o ajardinamento da praça Rio Branco, a remodelação dos traçados e o "*embelezamento de fachada*" ocorrido na cidade, que não chegou a possuir edifícios suntuosos como as urbes diretamente ligadas ao café. Na mesma direção vai o artigo de Robson Mendonça Pereira a respeito de Batatais, que assinala, entre tantos melhoramentos do período, as novas avenidas criadas pelo engenheiro Honório de Oliveira Pinho, em 1892, bem como a importância do edifício da estação da Mogiana, posto que estabeleceu novos parâmetros arquitetônicos para o lugar. Robson aponta ainda como a riqueza proporcionada pelo café viabilizou precocemente serviços de água, esgoto e energia elétrica, fornecida por uma usina própria na principal fazenda do município, a Macaúbas.

Mas a par de todo esse vigoroso processo nas cidades a excessiva, e quase obsessiva, ordenação do centro, mascararia e serviria como fachada para o abandono dos seus setores populares. O eixo entre a ferrovia e as praças com suas invariáveis matrizes era o local dos maiores investimentos e atenção: regularidade de calçadas, edificações bem-compostas, vegetação podada em topiaria, posteamentos em ferro fundido, os primeiros mobiliários urbanos e vias dotadas de paralelepípedos.

Em contraste, todo cuidado dispensado às áreas centrais era negado aos setores de rápida expansão urbana, bairros "*além dos trilhos*", ou "*além dos córregos*", as vilas precaríssimas dos mais pobres, migrantes e dos negros recém-libertos, que não teriam como viver no centro, onde o solo era caro, nem como pagar por toda a infraestrutura implantada.

A "*higienização*" do espaço urbano nobre se refletia e deveria ser acompanhada pelo comportamento dos moradores da cidade. Para

aqueles que não tivessem dinheiro nem pudessem estar condizentes com o "*espírito elegante*", com as roupas adequadas ou os modos certos de se portar, restariam os bairros populares. Neles, em contraste com os valores eurocêntricos, vicejava e eram, de certa maneira, toleradas as manifestações "*não legitimadas*", como as religiões africanas, o samba, a catira, a capoeira, as curas pelas benzedeiras etc.

O crescimento material, o florescimento da cultura formal e do divertimento nas cidades paulistas do período foi real, mas não para todos. Para a maioria que estava fora dos salões, da boa etiqueta, das novidades estrangeiras e dos luxos, a prosperidade e a euforia representada pelo período da "*Belle Époque caipira*" seria como sempre havia sido: de trabalho, alijamento e exploração.

Aproveitem a boa leitura!!!

Apresentação
Urdiduras da modernidade paulista

Humberto Perinelli Neto[1]

Ao longo dos seus 40 anos completados em 2016, a Unesp já foi tratada por várias alcunhas, como "universidade do interior paulista", "universidade caipira", "a mais jovem das universidades paulistas", entre outros. Gostos e intenções à parte, fato é que a Unesp apresenta profunda relação com as cidades que constituem o interior paulista, dado seu caráter *multicampi*, sua importância para as localidades que abrigam seus *campi* e as várias formas com que transforma esses espaços em ambiente privilegiado de ensino, pesquisa e extensão.

Pequena mostra do vínculo que a Unesp possui com o interior paulista pode ser dimensionado nas inúmeras pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação e pós-graduação envolvendo estudos que configuram o que podemos denominar de cidades e urbanismos. Trata-se de conjunto de análises multidisciplinares, posto que desenvolvidas em áreas como a História, Artes, Geografia, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Economia, Demografia,

1 Doutor em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Unesp, *campus* de Franca. Docente do Departamento de Educação do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), Unesp, *campus* de São José do Rio Preto.

Educação, Cartografia e até mesmo setores das Ciências Biológicas e das Ciências Agrárias.

Pensar cidades e urbanismos implica dimensionar vários cenários, temporalidades e sujeitos. Isso porque o seu enfrentamento envolve miradas diferentes: diálogos entre urbano e rural; grandes, médias e pequenas cidades; ações das elites, das classes populares ou até mesmo dos excluídos/marginalizados; intervenções na paisagem urbana e os modos de viver nesse espaço; a relação existente entre cultura e meio ambiente nas cidades; representações sociais envolvendo as cidades; entre outros. Muitos são os temas, portanto, inseridos nesse campo de estudos.

A obra em questão faz parte desse esforço unespiano de transformar as cidades do interior paulista em ambiente privilegiado de ensino, pesquisa e extensão. Mais especificamente, o conjunto aqui formado resulta de pesquisas desenvolvidas no âmbito da Pós-Graduação em História da Unesp/FHCS/Franca, mestrado e doutorado. Em comum, todos os textos apresentam a proposta de interpretar o processo de modernização de cidades do interior paulista, durante o período da Primeira República e sob o advento das consequências da riqueza cafeeira.

Agrupados, os textos aqui apresentados possibilitam refletir com acuidade sobre o processo de modernização registrado no interior paulista no século XX. Até meados do oitocentos, São Paulo era porção marginalizada, posto que outras áreas do território brasileiro eram sinônimo de poder econômico e político. É a riqueza cafeeira uma das grandes responsáveis por modificar a condição paulista, ao proporcionar efeitos que provocaram mudanças da paisagem, de sociabilidades, de técnicas e de visões de mundo. Contudo, esse processo de modernização paulista envolve particularidades na sua efetivação, se considerarmos as historicidades de cada localidade.

Visto assim o processo paulista de modernização gerado pela riqueza cafeeira, pode-se interpretar dialeticamente no geral as particularidades e vice-versa. Foi justamente esse imbricamento entre particular e geral o responsável pela constituição de cenário material e humano complexo, rico e denso, capaz de moldar uma colcha

cujos retalhos merecem ser apreciados de modo vagaroso, detido e verticalizado. É nesse ínterim, portanto, que as interpretações dessas experiências permitem compreender as múltiplas dimensões da modernidade levada a cabo nas cidades paulistas durante o decorrer do século XX. Além disso, são reflexões dessa natureza que destoam dos discursos elegíacos a respeito do progresso e do desenvolvimento.

No capítulo 1, "Duas trajetórias, um 'destino' comum em Ribeirão Preto/SP (e além) na Primeira República: apogeu e declínio de Joaquim Macedo Bittencourt e Iria Alves Ferreira", Rodrigo Ribeiro Paziani e Rafael Cardoso de Mello enveredam pela análise de dois personagens da elite local para compreender e interpretar como se deu o apogeu e a crise das redes de poder e política de um grupo/classe dominante nas primeiras décadas do século XX (algo que iria efetivamente ocorrer ao final dos anos 1920 e começo dos 1930).

Em "Uma cidade entre o 'novo' e o 'nem tão novo': possibilidades e limites da modernização urbana em Santa Bárbara D'Oeste/SP", capítulo 2 desta coletânea, Osana de Almeida promove uma incursão sobre o processo de modernização urbana, tentando entender como algumas peculiaridades históricas, aparentemente "novas" em termos de desenvolvimento econômico e constituição política locais, possibilitaram mudanças na paisagem urbana da cidade.

Já o capítulo 3, intitulado "As ideologias do palco urbano em Franca/SP: teatros e cineteatros na mira da 'civilização'" e assinado por Veruschka de Sales Azevedo, contém análise da modernização nos hábitos, nos comportamentos e nas sociabilidades da elite francana – e, por extensão, da própria cidade – tomando por referencial as "atividades culturais" experenciadas por esta elite nos cinemas e nos teatros.

"Modernidade e sedução em Mococa/SP: relatos das primeiras experiências com o cinema nas páginas da imprensa (1895-1930)" é o capítulo 4 desta coletânea, assinado por Higina Teixeira Marques e também evoca o domínio da cultura e das sociabilidades, mas enfoca em seu estudo as experiências sociais envolvendo o papel do cinema em Mococa (especialmente para a elite local), a partir de análises de jornais.

No capítulo 5, "De vila sertaneja a cidade do café: transformações urbanas em Batatais/SP (1886-1925)", Robson Mendonça Pereira problematiza o processo de modernização urbana dessa cidade, desde o Segundo Reinado, por meio do imbricamento entre desenvolvimento econômico (café/ferrovia), disputas políticas e mudanças de configuração no espaço urbano local.

Em "Rio Claro/SP e a imigração europeia: origens, olhares e culturas", capítulo 6, Flavia Mengardo Gouvêa envereda pelo estudo da imigração europeia (especialmente alemã e italiana) na sociedade rio-clarense e, por conta disso, nas reflexões sobre como esses homens e mulheres foram importantes para o desenvolvimento econômico, para a mudança societal e de comportamentos e práticas culturais registrados na cidade, durante as primeiras décadas do século XX.

No capítulo 7, escrito por Humberto Perinelli Neto e intitulado "Flagrantes da poética urbana em Barretos/SP – modernidade e hibridez cultural numa cidade do Brasil Central Pecuário (décadas de 1910 e 1920)", a preocupação foi a de promover leitura a contrapelo do discurso apologético à modernidade promovido pelas elites locais, por meio da interpretação de indícios do álbum municipal e de outras fontes, caso de fotos, memórias, atas da Câmara Municipal, jornais, dados estatísticos/populacionais, entre outros.

Por fim, fechando esta coletânea, temos o capítulo 8, "Os cronistas e a cidade de São Carlos/SP: experiências e memórias nos almanaques da *Belle Époque* cafeeira", cuja autoria pertence à Arrovani Fonseca e que propõe analisar o processo de modernização da cidade de São Carlos, mais precisamente os hábitos e comportamentos locais, por meio de estudo acurado dos almanaques e, em particular, das narrativas tecidas por cronistas da (e sobre a) cidade.

Percorridas as páginas deste livro, poderá o leitor melhor compreender o cenário que resultaria na constituição do Estado de São Paulo como *locus* do moderno no contexto brasileiro, especialmente, a contar do século XX, considerando, entretanto, as contradições, os limites, as ações políticas e as disputas sociais presentes na configuração desse processo histórico.

1
Duas trajetórias, um "destino" comum em Ribeirão Preto/SP (e além) na primeira república: apogeu e declínio de Joaquim Macedo Bittencourt e Iria Alves Ferreira

Rodrigo Ribeiro Paziani[1]
Rafael Cardoso de Mello[2]

Poder, política e capitalismo no Brasil: questões globais, análises locais

Em obra seminal na qual analisou a formação, consolidação e crise do "patronato político brasileiro", Raymundo Faoro (2001) elaborou uma obra que procurou deslindar, na história brasileira, a ossatura institucional e os interstícios sociopolíticos inerentes à construção do "Estado patrimonial", ou o uso privatista e prevaricador da "res publica" no seio das classes dirigentes e suas disputas intestinas pelo poder. Em outra obra seminal, que abordou a questão do

---

1 Doutor em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Unesp, *campus* de Franca. Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Candido Rondon. Professor e pesquisador do programa de pós-graduação "História, Poder e Práticas Sociais" pela mesma instituição. Membro dos grupos de pesquisa CNPq CIER (Unesp), História Cultural (UFU) e História e Poder (Unioeste).

2 Mestre em História pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), Unesp, *campus* de Franca. Coordenador do curso de Pedagogia do Centro Universitário Barão de Mauá. Professor dos cursos de Pedagogia e História da mesma instituição. Membro dos grupos de pesquisa CNPq CIER (Unesp), Gepalle (USP/Ribeirão Preto) e ELO (USP/Ribeirão Preto). E-mail: profrcmello@yahoo.com.br.

poder em três níveis concomitantes (economia, sociedade e Estado), Florestan Fernandes (2006) focou sua análise num estudo de cunho marxista sobre o processo histórico de gestação e desenvolvimento do capitalismo (dependente) no Brasil, entre outros fatores pela perversa imbricação e contradição históricas entre público e privado estabelecidas por uma classe dominante "arcaico-modernizante".

Quais seriam as conexões entre suas "interpretações" profundas (e atuais) do Brasil (aqui sucintamente apresentadas) e o objeto central deste capítulo – pensar as relações de poder e de sociabilidade e as articulações políticas a partir de Ribeirão Preto no decorrer da Primeira República, por meio da abordagem das trajetórias de dois sujeitos pertencentes à elite cafeeira paulista? Algumas questões podem ser levantadas.

Dois dos grandes "intérpretes" do Brasil, Fernandes e Faoro permitem ao historiador enfrentar um conjunto de temas e problemas estruturais e macro-históricos (ainda) caros ao país em que vivemos, como a constituição histórica de um Estado liberal *e* autoritário, as astúcias, interesses e voracidades de nossa "classe política" e as ligações intrínsecas desta (e de outras frações da classe dominante) com o projeto de integração "ímpar" da economia nacional (predominada, até meados do século XX, pelas atividades agroexportadoras) no concerto do capitalismo industrial, urbano, tecnológico e financeiro. Mas, entre um e outro, surgiram novas interpretações

Na crítica às teses ditas "clássicas" do pensamento marxista e/ou weberiano brasileiro – incluindo, além de Florestan e Faoro, nomes de peso, como Sérgio Buarque de Holanda, Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado – José Evaldo de Mello Doin (1946-2009) foi um desses historiadores de "síntese" (de formação marxista) que muito contribuiu para o entendimento da trajetória destes "tristes trópicos", para nos apropriarmos de um termo cunhado por Claude Lévi-Strauss.

O calibre, a intensidade e a firmeza de suas análises podem ser compreendidos na prolífica tese de Livre-Docência, defendida em 2001, sobre as peculiaridades do capitalismo brasileiro, chamado por ele de "capitalismo bucaneiro", ou em suas palavras "[...] como

foi possível a uma sociedade subalterna à hierarquia da economia--mundo pretender um caminho próprio [...] caminhando no fio da navalha que delimita o espaço da dependência e da autonomia" (Doin, 2001, p.39). Tendo por foco de análise uma economia (a cafeeira) pendular entre a dependência e a autonomia perante o processo de internacionalização capitalista (Hobsbawm, 2004), Doin percebera a gestação de uma elite "plutocrática",[3] delineada na relação ambígua entre público e privado, forjada no encontro da "aventura" com a face predatória, da cordialidade com favores, da barbárie com a "civilização", do "moderno" com o arcaico (Doin, 2001, p.40).

Mas o "bucaneirismo" envolvia não somente a organização e a dinamização do Estado e do capitalismo no Brasil sob a forma de empréstimos e endividamento externo e de alianças e disputas dentro de instituições políticas pouco sólidas. Doin promoveu uma "antropologização" do objeto ao debruçar-se sobre redes de poder, espaços de sociabilidade, rituais simbólicos, hábitos e comportamentos, vida cotidiana, com o objetivo de "mergulhar" nas águas profundas e turvas do "coffee business", o "mundo" da elite cafeeira e sua influência nos "jogos das trocas", também mundiais.

Num texto ao qual recolocaram o estudo de Doin em nova chave de interpretação, Humberto Perinelli Neto e Rafael Mello afirmaram que o "capitalismo bucaneiro" seria o conceito-chave de uma "cultura política"[4] brasileira, cuja prática histórica poderia ser localizada nas experiências ambivalentes de modernidade e modernização no interior paulista entre os séculos XIX e XX (Perinelli Neto; Mello, 2008, p.6-12). Aqui voltamos ao segundo momento da questão inicial, ou seja, articular todas essas variáveis com as

3 Embora não desconsiderasse os debates sobre o bloco identitário oligárquico ou a consanguinidade da parentela.

4 Presente no cipoal epistemológico do marxismo e dos Annales desde a década de 1970, o conceito de "cultura política" é aqui apropriado especificamente do texto de Serge Bernstein (1998), quando afirma ser a "porção de um patrimônio cultural indiviso que é experimentado no curso de uma existência" (p. 359). Poderíamos associar esse conceito, por exemplo, a valorização dos estudos envolvendo biografia, identidade, memória, imaginário, sociabilidade etc.

trajetórias de Joaquim Macedo Bittencourt (1862-1927) e Iria Alves Ferreira (1853-1927).

Evidente que a tese de Doin, fruto de uma análise "movediça" do bucaneirismo favorece um olhar mais complexo do objeto e a apropriação de certos contributos historiográficos no campo da "cultura política", no sentido de captar a "área cinzenta" do poder (público-privado) e suas "redes" de relações. Contudo, sua tese carrega as marcas indeléveis da concepção estrutural (ibidem, p.5-6): assim torna-se fundamental a operação de reinserir, sob outras bases, o conceito de classe[5] (ou a categoria "capitalismo"), para que não percamos de vista os problemas macro-históricos e não corramos o risco de eclipsar as tensões e disputas "inter" ou "intra" classista.

Nesse sentido, faremos uso de um procedimento teórico-metodológico que vincule o micro e o macro, o vivido e o estrutural, os sujeitos e as determinações objetivas, o individual e o coletivo: trata-se de exercícios de micro-história (Revel, 1998; Espig, 2006; Lima, 2006; Oliveira; Almeida, 2009),[6] sem perder de vista mediações dialéticas com processos e/ou estruturas que, por vezes, somente tornam-se perceptíveis em tempos de crise/ruptura de grupos e/ou instituições de poder.

Foram os casos de Iria e Bittencourt – membros da classe dominante de Ribeirão Preto articulados ao "capitalismo bucaneiro" (ou "dependente", para Florestan). Duas trajetórias, dois sujeitos, uma crise (estrutural e vivida) em comum durante a década de 1920: a do

5 Apesar de referir-se ao processo histórico de formação da classe trabalhadora, nos baseamos no conceito de classe de E. P. Thompson (1987), na medida em que ele é inseparável do de "cultura", isto é, das ideias, valores e experiências partilhadas (não sem tensões e disputas) por um conjunto de homens inscritos historicamente numa determinada sociedade.

6 Por exercícios de micro-história, entendemos um conjunto de práticas historiográficas redefinidoras do papel das "macroanálises": o indiciarismo, a análise minuciosa e circunscrita, o problema das escalas, a ressignificação da narrativa, a valorização dos sujeitos individuais e sociais e a pluralidade de contextos. É o que vemos nas obras de Natalie Zemon-Davis, Robert Darnton, Giovanni Levi e Carlo Ginzburg.

"estamento político"[7] (Faoro) ou da "elite plutocrática" (Doin) que se viu empurrada para as "sombras" do poder.

Das redes de poder ao poder das redes: ascensão e queda de um médico baiano

Em 29 de abril de 1924, uma mulher de nome Amélia escrevia uma carta ao então presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís, com os seguintes dizeres:

> Prezado compadre Dr. Washington,
>
> Acceite com D. Sophia, os meus affectuosos cumprimentos, com os votos que faço pela saúde de ambos e de seus filhos.
>
> Agradeço-lhe de todo o coração a nomeação de seu compadre para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas, logar que vae nos proporcionar mais tranquillidade na velhice, mais conforto e um pouco mais de coragem para terminar a educação de nossos filhos e encaminhal-os para a vida. O senhor não pode avaliar a minha satisfação quando recebi essa noticia e logo que ahi chegue hei de agradecer pessoalmente essa reaffirmação da sua velha e grande amizade.
>
> Peço-lhe dar um abraço em D. Sophia e receber também as saudades da Sua Comadre muito amiga, Amélia. (Carta no 201.2.57)

A Amélia citada acima, que se apresentou como "Comadre muito amiga" de Washington Luís, era nada mais, nada menos, do que a esposa do médico Joaquim Macedo Bittencourt, um dos protagonistas deste texto. Como o leitor pode perceber, o teor de sua carta era de agradecimento a um grande favor ("de todo o coração") prestado à família e, em particular, ao marido por Washington, o "paulista de Macaé" (Debes, 1994; Pereira, 2005) – naquele contexto histórico

7 Segundo Faoro, o estamento político seria aquele em que os membros têm consciência de pertencer a um mesmo grupo e que se caracterizaria pelo desejo de prestígio e honra social dentro e fora dele.

um ilustre membro da classe dominante e do Partido Republicano Paulista: nomear Macedo Bittencourt ao cargo de Ministro do Tribunal de Contas do Estado.

Uma constatação é evidente: trata-se de um documento privado – e de foro íntimo – enviado a uma figura "pública" incrustada na esfera pública política, ou melhor dizendo, no Estado em seu sentido ampliado (Doin, 1993; Gramsci, 2001),[8] com o objetivo expresso de beneficiar privadamente um amigo pessoal – e padrinho (no duplo sentido: familiar e político) – no interior da máquina pública institucional. Estamos diante de um forte indício daquilo que Sennett (1998), de forma crítica, denominou, do processo histórico, de declínio do "homem público".

Situações como a de Amélia não eram incomuns (ao menos para os setores dominantes); pelo contrário, "favores" e "graças" pedidas a imperadores, presidentes, ministros, deputados ou mesmo vereadores tornavam-se práticas comezinhas e de longa data na história do país (Doin, 2001). Mas uma questão intrigante se coloca: por que foi Amélia, e não Macedo Bittencourt, quem escreveu a carta a Washington Luís para agradecer – quase "ajoelhando-se" aos "pés" da página – o cargo concedido ao "compadre"?

Uma resposta possível talvez esteja na hipótese de que a nomeação concretizada por Washington em 1924 tenha significado, paradoxalmente, o ponto final na carreira política do "compadre": três anos depois, em 1927, Macedo Bittencourt viria a falecer na capital paulista, vítima, provavelmente, de "gripe espanhola", epidemia

---

8 Gramsci não definiu o conceito de "Estado ampliado", mas permite-nos fazer uso dele na medida em que analisou as disputas de poder pela hegemonia entre frações das classes dominantes. Segundo o pensador sardo, em passagem conhecida, é "*possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção*", ou seja, uma máquina pública institucional provida do monopólio do uso da força e violência articulada a um conjunto de sujeitos e grupos político-econômicos privados interessados em impor consensos de "cima para baixo". Doin, por seu turno, apesar de apoiar-se em Gramsci, vê nesta ampliação do Estado a constituição de uma ossatura institucional "tentacular" e "multifacetada", que aponta para um uso "plutocrático" e "condominial" do Estado.

que assolou o estado de São Paulo em 1918-1919. Mas essa resposta é insuficiente.

Nesse sentido, torna-se imprescindível reconstruir – ou, para usar uma metáfora de Bloch, "rebobinar" – historicamente as sociabilidades, as relações de poder e da política em Ribeirão Preto (e região), para que possamos, quem sabe, responder a tais questões. Neste "jogo de xadrez", o "peão" será, inicialmente, Macedo Bittencourt. O tabuleiro, aquele município paulista – embora se possa falar em "tabuleiros"...

Em 1892, Joaquim Macedo Bittencourt, então com 30 anos, descia na gare da estação ferroviária de Ribeirão Preto. As já nem tão longas (embora cansativas) horas de viagem pelos trilhos da ferrovia e o papel proeminente da economia cafeeira naquele município paulista formavam, talvez, os ingredientes catalisadores da atração daquele sujeito até as terras do mítico "oeste" paulista.

Filho de grandes proprietários rurais decadentes em virtude das crises da atividade açucareira no Nordeste ao longo do século XIX, Bittencourt nasceu em Salvador em 1862, tendo residido boa parte de sua vida com a família no Engenho Santo Antônio dos Vargas, localizado na freguesia de Cotegipe (BA) (Bittencourt, 1983, p.10-11). Nascido no Brasil Império, especialmente durante o Segundo Reinado, Bittencourt pertencia a uma sociedade de elite que nunca conseguiu separar monarquia e escravidão, muito embora a sua geração, oriunda das décadas de 1860 e 1880, tenha sido formada pelo ideário positivista, a campanha abolicionista e o movimento republicano (Holanda, 1987; Carvalho, 1990).[9]

---

9 Tal influência se deu após frequentar o Colégio Sebrão – uma das famosas instituições educacionais de elite na Bahia e "porta de acesso" aos quadros burocráticos, administrativos, políticos e/ou científicos do país (Needell, 1993) – e o ingresso, em 1879, na Faculdade de Medicina da Bahia, curso em que se formou médico em 1884. Outra influência: nesse mesmo período, Bittencourt entrou para as fileiras do movimento republicano ao se aproximar do coronel Virgílio Damásio, à época uma das lideranças incontestes do Partido Republicano Baiano (Bittencourt, 1983).

Por volta de 1885, parte para o Rio de Janeiro, onde residia um de seus irmãos, Sancho Bittencourt, que o teria indicado (sem que saibamos os motivos) ao cargo de delegado de polícia no distrito de Barra Mansa (Bittencourt, 1983, p.36-37): curiosamente, a mesma cidade em que Washington Luís, recém-formado pela Faculdade de Direito de São Paulo e futuro presidente do Estado nos anos de 1920, iniciaria sua carreira como promotor público (Debes, 1994; Pereira, 2005).

Tudo indica que foi esse período (de 1885 a 1890) aquele no qual Macedo Bittencourt e Washington Luís teceram amizades pessoais e relações políticas. Tanto é que ambos decidiram aventurar-se pelo interior de São Paulo na década de 1890, dirigindo-se, respectivamente, aos municípios de Ribeirão Preto (1892) (Bittencourt, 1983; Paziani, 2004) e Batatais (1893). Sobre o "paulista de Macaé", vale dizer que em Batatais ele se tornou advogado, vereador e intendente entre os anos de 1893 e 1900 (Pereira, 2005).

Naqueles idos da década de 1890 a então "jovem" República brasileira mal dava seus primeiros passos e logo a classe política incrustada nas esferas pública municipal, estadual e federal – formada, em sua maioria, por representantes dos interesses de fazendeiros e empresários – viu-se enredada na tarefa de construir os pilares institucionais (e imaginários) do "mapa" político-institucional republicano (Carvalho, 1990). Tal mapa, atravessado por contradições inerentes ao novo regime, transformaria os partidos republicanos, em seus núcleos regionais, em instituições políticas responsáveis pela aparente estabilidade governamental do país e pela veiculação de seu ideário, assim como por aglutinar algumas dos mais influentes representantes do capital privado nacional dentro do Estado ampliado (Casalecchi, 1987; Doin, 1993).

Nesse jogo, o Estado de São Paulo ganharia destaque entre as décadas de 1890 e 1920, na medida em que a rede de negócios, sociabilidades e poder gerada pela economia cafeeira e, num plano mais geral, pelas transformações (e contradições) do capitalismo favoreceriam uma classe de fazendeiros e empresários urbanos (quando não os dois reunidos em um só grupo ou sujeito) disposta, entre outros

fatores, a investir na produção agrícola – sob iniciativa privada ou, o que era mais comum, por meio de inversões, empréstimos e financiamentos estatais (Mello, 1986; Doin, 2001).

Na sua esteira, esta classe dominante pretendia converter suas pequenas e modorrentas vilas interioranas em cidades impactadas por processos de modernização urbana e em centros de referência da produção de riquezas provenientes do "coffee business". Para tanto, a contar da expansão dos trilhos ferroviários, que desbordavam os limites estaduais de São Paulo, chegariam a eletricidade, o automóvel, o telefone, os tecidos finos, os bulevares, o calçamento das ruas, os palacetes, os teatros, cabarés, cinematógrafos, enfim, numa apropriação benjaminiana, um conjunto de fantasmagorias da modernidade (Doin, 2000) que pululavam junto a circulação cada vez mais acelerada de capitais, braços (especialmente imigrantes) e mercadorias.

Nessa toada, Ribeirão Preto se tornaria um importante centro de produção agrícola e, com ele, uma vila (São Sebastião) seria alvo de uma série de mudanças no espaço urbano e nas práticas socioculturais de seus habitantes. É no contexto republicano (e mesmo antes dele) que emergira em Ribeirão Preto algumas das lideranças mais proeminentes do PRP no município: os coronéis Joaquim da Cunha Diniz Junqueira ("Quinzinho") e Francisco Schmidt, chefes políticos de alas rivais do PRP que disputavam o poder público municipal e estadual (Jardim, 1946; Paziani, 2004) e que procuravam agregar não apenas em seu núcleo político-partidário, mas também na rede de sociabilidades, nomes de confiança pessoal – e, por vezes, com vínculos familiares: foi o caso de Altino Arantes, genro do coronel "Quinzinho" Junqueira, que se tornaria presidente do Estado de São Paulo entre 1916 e 1920. De certo modo, foi o que ocorreu com Macedo Bittencourt. Mas como isso se deu?

Desde que descera na gare ferroviária, em 1892, acompanhado de Amélia e de dois dos seis filhos que tivera, Bittencourt sabia, de algum modo, as razões de aportar naquele município. Não viera a convite de algum amigo ou líder político, tal como ocorrera com Washington em Batatais (indicado por Joaquim Celidônio dos Reis);

contudo, a possível rede de alianças, influências e forças políticas no interior do Partido Republicano Paulista, somada ao "progresso" agrícola de Ribeirão Preto (disseminado pela classe dominante nas páginas dos jornais), constituíam um campo profícuo de inserção social. Então, que estratégias tomar para adentrar aos círculos de interesse das lideranças municipais? Aqui, talvez, encontremos os primeiros sinais de vínculo entre ele e membros da poderosa família Junqueira, casos de "Quinzinho" e de Iria Alves.

Sabe-se que, na passagem para o século XX, a produção cafeeira na região de Ribeirão Preto já era conhecida em todo o estado e mesmo no exterior. Contava com a participação ativa de Francisco Schmidt, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Martinho Prado Júnior, dentre outros, mas fazendo um destaque para a presença de Iria Alves entre os cinco maiores cafeicultores da região e do país (Bacellar; Brioschi, 1999; Paziani, 2004; Mello, 2009). Um contexto no qual o café tornar-se-ia uma das principais "moedas de troca" da classe dominante brasileira (e paulista) ao capitalismo industrial e financeiro, cujos investimentos em países "dependentes" corresponderam a uma mudança de padrão de relações (hegemônica e monopólica) do capital internacional (Fernandes, 2006) – muito embora a tese do "bucaneirismo" questione essa visão, apontando para uma relativa autonomia e poder emanados pela elite cafeeira no campo das negociatas internas (Doin, 2001).

Enfim, dentro desse contexto de questões globais e experiências locais, uma das estratégias de inserção de Bittencourt se deu em 1899, sete anos após sua chegada, quando foi entronizado na Loja Maçônica Integridade e Pátria – ordem conhecida por agrupar em seu seio algumas das figuras mais importantes da localidade, como os coronéis "Quinzinho" Junqueira e Francisco Schmidt (Cunha, 2000). Outra possível, senão provável, era de oferecer seus "préstimos" em virtude de ser bacharel *e* em medicina – dois símbolos que, em conjunto, eram sinônimos de status, poder e reconhecimento social.

Outras ainda extrapolavam as secretas paredes da maçonaria ou o peso simbólico dos títulos honoríficos. Entre 1902 e 1903, o município – como de resto, todo o estado e várias cidades brasileiras – fora

invadido por epidemias de malária e febre amarela (Ribeiro, 1993). A primeira grande experiência de Bittencourt foi ser membro da equipe médica (Bittencourt, 1983), na condição de representante municipal da Comissão Sanitária do Estado de São Paulo, durante a campanha de combate e erradicação das epidemias (*Atas da Câmara Municipal*, 1903). Pode-se dizer que este episódio alavancou a carreira médica de Joaquim Macedo Bittencourt: em 4 de julho de 1903 era nomeado o novo "delegado de higiene" do município, cargo que exerceu até 1906. Porém, como indicamos em nossa tese (Paziani, 2004), sua ascensão no interior da classe dominante local foi mais de ordem política (ou político-partidária) do que "intelectual" ou "científica".

Após os episódios acima narrados, acentuaram-se as aproximações e contatos pessoais com "Quinzinho" Junqueira. Ao tornar-se delegado da higiene – cuja sala estava situada dentro da Câmara Municipal – passava a conviver com os vereadores e atuar secretamente em defesa da ala de "Quinzinho", fazendo parte do escol do coronel (Jardim, 1946). Uma de suas ações consistia numa prática conhecida de usar documentos públicos e oficiais para tramar, no âmbito privado, fraudes eleitorais – como em uma carta enviada ao coronel em 5 de janeiro de 1906:

> Quinzinho,
>
> O meu telegrama de hoje tinha por fim pedir as suas ordens sobre as eleições da Camara que, por lei, deve se realizar no dia 7 [...] Combinei com o Neca (*Manoel Maximiano Junqueira, primo de Quinzinho*) que podia lhe poupar amolação numa ocasião em que você já tem tantas, se fizesse a reeleição do Prefeito, Presidente e Vice Presidente, ficando todos concordes em aceitar a modificação que V. me dará quando voltar e com espírito mais tranquilo, determinar. Por carta ou telegrama v. me dará o que preciso desta combinação [...]
>
> Espero sua resposta. Do amigo Macedo. (*Correspondências Pessoais*, 1906 – grifos nossos)

As relações de Macedo Bittencourt junto ao grupo político dos Junqueira estreitavam-se cada vez mais. As atuações como médico e delegado da higiene, e a participação como uma espécie de "agente

secreto" no interior da Câmara, inseriram-no numa rede de relações de poder e sociabilidades de uma fração dominante da elite no município. Importante destacar também sua participação pública na composição de diretorias e festividades de associações de elite (Cione, 1993) que lhe serviram de outras "redes" por onde tecera sua figura de homem público: Sociedade Recreativa de Esportes (1906) e Sociedade Amiga dos Pobres (1910), além de um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia na cidade (1918).[10]

Mas fora de Ribeirão Preto também. Vale recordar que Bittencourt era amigo íntimo de Washington Luís desde os tempos de Barra Mansa. Este, após administrar a prefeitura de Batatais entre 1893 e 1900, seguiu no ano seguinte (1901) para a capital paulista, o que lhe permitiu, segundo Pereira, entrar em "contato com próceres de um PRP mais moderno e menos conservador" e estabelecer "um diálogo com um grupo de indivíduos com elevada formação intelectual e uma visão mais consistente do papel do Estado" (Pereira, 2010, p.63). Não à toa, poucos anos depois, Washington Luís foi eleito deputado estadual em dois mandatos (1904-1905 e 1912-1913) e alçado ao cargo de secretário da Justiça e da Segurança Pública entre 1904 e 1912 (destaque para suas reformas no aparelho administrativo e policial), durante as gestões de Jorge Tibiriçá e Manoel de Albuquerque Lins. Em 1914, após crises na gestão de Antônio Prado e renhidas disputas no PRP, foi eleito prefeito de São Paulo (ibidem, p.54-64; 156-160).

Ao que parece, Bittencourt se valeu da amizade e dessa "meteórica" ascensão política de Washington. Em 1907, na gestão Tibiriçá, foi inaugurada em Ribeirão Preto uma instituição educacional de elite: o Ginásio do Estado (Cunha, 2000). A escola foi criada não apenas como instrumento "civilizatório" voltado à disciplinarização dos corpos e à infusão de novos hábitos e comportamentos aos filhos da classe dominante local (Jayme, 2007), mas também como

10 Vale citar também a presença de sua esposa, Amélia Bittencourt, na diretoria da Associação de Proteção e Assistência à Infância, cuja presidente era, nada mais, nada menos, que Iria Alves Ferreira.

um espaço de disputas e lutas políticas entre os correligionários das duas lideranças municipais, Junqueira e Schmidt (Cunha, 2000; Paziani, 2004).

Figura 1.1 – Membros da Câmara Municipal (1913). Na foto, destaque para Joaquim Macedo Bittencourt e o coronel Francisco Schmidt (respectivamente, o primeiro e o segundo, da direita para a esquerda)

Fonte: *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto.* Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1914, p.29

As tensões internas experienciadas por Bittencourt no Ginásio do Estado ocorreram com maior intensidade quando, a contar de 1911, o médico baiano foi eleito pela Câmara Municipal para o cargo de prefeito. A Figura 1 quer nos convencer de que havia unidade dentro da classe dominante. Aparências... Dentro da Câmara, eram comuns as disputas e divergências entre os grupos rivais. E não apenas no âmbito local.

O contexto político nacional era dos mais "quentes": as turbulentas disputas pelo poder durante as eleições federais nos anos de 1909/1910 (Casalecchi, 1987) entre "militaristas" (defensores de Hermes da Fonseca) e "civilistas" (defensores de Rui Barbosa) incidiram de modo peculiar nas renhidas lutas político-eleitorais em Ribeirão Preto, que culminaram ao longo da década de 1910 com a vitória

da ala "junqueirista", representada, neste caso, por Macedo Bittencourt na prefeitura municipal. Em relatório administrativo entregue à Câmara Municipal em janeiro de 1920, em fim de mandato, Bittencourt relatou:

> [...] Devem ainda ser bem lembrados de todas as condições em que assumimos o governo do município em janeiro de 1911. A candidatura do Marechal Hermes e sua eleição, no ano anterior, tinham agitado a nação numa luta memorável [...] neste município, cujo chefe político de maior prestigio ("Quinzinho" Junqueira), seguindo a orientação do preclaro político republicano... se declarara contra a política paulista e a favor da candidatura marechalícia, a luta assumiu tais proporções que, pela exacerbação dos ânimos e violência dos ataques, parecia ter criado incompatibilidades e ódios que jamais se apagavam. Foi numa atmosfera política assim tão carregada que, em outubro de 1910, se feriu o pleito eleitoral para constituição da Câmara, pleito renhidissimo, em que os dois partidos lançaram mão de todos os seus recursos, levando às urnas extraordinário numero de eleitores, e do qual resultou serem eleitos 7 vereadores de um (grupo de Junqueira) e 3 do outro partido (grupo de Schmidt) [...]. (*Relatório*, 1920, s/p.)

O objetivo expresso era o de construir a ala majoritária no interior da Câmara – o que, de fato, ocorreu, estendendo-se no poder público até a década de 1920.[11] A respeito desta disputa no PRP (como de resto na vida política municipal) em Ribeirão Preto, Renato Jardim – ex-prefeito, ex-vereador e opositor ao "estado maior" (grupo de "Quinzinho Junqueira") – afirmou:

11 De 1920 a 1926, o prefeito de Ribeirão Preto foi João Rodrigues Guião (advogado e delegado de polícia) e entre 1926 e 1929, sob a administração de José Martimiano da Silva (coronel e latifundiário) – membros da ala de "Quinzinho" Junqueira. O que confirma a hegemonia política daquele grupo no poder local durante as três primeiras décadas do século XX.

> [...] Do seu "estado maior", destacavam-se o já mencionado D. V. de S. (*Durval Vieira de Souza*), o dr. M. B. (*Macedo Bittencourt*), o dr. J. p.da V. M. (*João Pedro da Veiga Miranda*), os U. (*Flávio e Theodomiro Uchôa*), etc. A recente dissidência... representava-se pelo coronel F. S. (*Francisco Schmidt*), os irmãos drs. F. L. e E. L. (*Floriano e Eduardo Leite*), o dr. F. B. (*Fábio Barreto*), o dr. F. C. (*Francisco Climaco*) e alguns mais [...] Era pleno o domínio político do coronel J. da C. (Quinzinho Junqueira), incontestado chefe na localidade, com carinho amparado pela "Comissão Diretora", a força viva e poderosa do "P.R.P" [...] Agitação sempre, briosa luta a propósito de quanto assunto interessasse à política partidária [...] *Macedo e Meira* (Júnior) lideravam a maioria. Honra lhes seja feita: tomou novo aspecto a luta, aliás sempre intensa, e período algum da administração foi ali mais proveitoso ao interesse público. (Jardim, 1946, p.209 – grifos nossos)

Durante a sua administração, Macedo Bittencourt propôs um conjunto de medidas para modificar a infraestrutura urbana da cidade: projeto de melhoramento das redes de abastecimento e distribuição de águas e esgotos; expansão parcial do calçamento e da iluminação pública às áreas adjacentes ao centro e em direção ao cemitério, caso da Avenida da Saudade; criação do primeiro Corpo de Bombeiros (1915) e, a principal obra de seu período, o Palácio Rio Branco (1917), edifício público (atual) da Prefeitura Municipal (Cione, 1997).

Ações públicas realizadas por um prefeito que a classe dominante da época (?) chamaria de "modernizador". Apesar disso, Macedo Bittencourt deixou o poder público em 1920, depois de três legislaturas como prefeito – para nunca mais voltar...

É neste ponto que retomamos a carta de Amélia Bittencourt por meio de uma questão: quais seriam as interfaces entre o teor da carta, a carreira política de Macedo e um contexto histórico de experiências "modernas" inseparáveis das disputas "arcaicas" pelo poder dentro da classe dominante e do PRP?

Para Macedo Bittencourt, a década de 1920 acenava com a possibilidade de alçar voos mais altos. De um lado, a nomeação

para diretor do Ginásio do Estado em 1921 (cargo que ocupou até 1923), ao que parece atuando mais como um articulador político dos interesses da ala junqueirista – nos conflitos com o grupo do cel. Schmidt – em torno da hegemonia do espaço escolar do que propriamente na função administrativa (Jorge, 2004). E, de outro, o sonho de se tornar deputado ou senador...

Paradoxalmente, o clima político nacional não era dos melhores: a conturbada vitória eleitoral de Artur Bernardes (representante do Partido Republicano) à Presidência do Brasil, somada às instabilidades econômico-financeiras do país e às pressões de movimentos sociais oriundos tanto da "classe produtora", quanto das classes médias urbanas (militares e profissionais liberais), parecia anunciar a crise de hegemonia da "aliança" entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.[12]

Naquele ano de 1922, contudo, em virtude de falecimento do deputado federal Aureliano de Gusmão (representante do Distrito Eleitoral ao qual Ribeirão Preto fazia parte), surgia de dentro das fileiras do PRP a suposta informação de que "Quinzinho" e Fábio Barreto (vereador e presidente da Câmara) estariam dispostos a articular o nome de Macedo Bittencourt à vaga no Senado Federal. Tal informação foi confidenciada pelo próprio Bittencourt em correspondência enviada a Washington Luís em 29 de agosto daquele ano (Carta n.201.1.82).

Entretanto, nessa mesma carta, uma revelação e um temor seguiram-se àquele informe. Bittencourt escreveu que "Quinzinho" estava intermediando, na verdade, a entrada de Fabio Barreto ao Senado, e que Washington não tinha sido consultado sobre a decisão. Macedo temia que as lideranças do PRP e Washington achassem

12 A inserção da "aliança" entre aspas tem sua justificativa. Cláudia Viscardi (2001), por exemplo, contesta dita aliança marcada pela "política do café com leite": no entender da historiadora, o "modelo político republicano" conseguiu estabilizar-se durante a Primeira República não em virtude uma "aliança mineiro-paulista", mas devido, paradoxalmente, a "[...] instabilidade das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação", o que impediu "[...] que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva" (p. 22).

que ele estivesse pleiteando a si próprio e arregimentando apoios sem o consentimento do "compadre" e da Comissão Diretora. Pedia desculpas a Washington, afirmando que seria "incapaz de disputar cargos" – ainda mais se fosse a "abuso de amizade" (idem).

Tal assunto, no entanto, seria prorrogado até janeiro de 1924, quando, em outra correspondência (Carta n. 201.1.122), Bittencourt – nitidamente magoado – informa ao "compadre" sobre a escolha de Fábio Barreto à cadeira no Senado graças ao apoio inconteste de "Quinzinho" Junqueira. Narrou uma conversa que teve com o coronel em São Paulo, naquele mês, para saber o porquê da escolha:

> [...] A tudo isso respondeu elle com uma série de explicações, cada qual mais descabida, que eu ouvi com resignada paciência; *que elle preferia ninguém a mim*; que se falou no Fabio, *foi porque contava certo que eu fosse para o Tribunal de Contas*; que achava que elle ficava melhor collocado na cadeira que V. lhe offereceu no Senado [...]. (Carta n. 201.1.122 – grifos nossos)

Soubera do próprio "Quinzinho" que ele nunca estivera em seus planos ou do partido para o cargo do Senado, pois "elle preferia ninguém a mim (Bittencourt)". Pior: deixava entrever que, na visão do coronel, Fábio Barreto "ficava melhor collocado" na cadeira que Washington Luís teria oferecido a ele (e não a Bittencourt). Talvez agora compreendamos as relações entre o teor da carta de Amélia, os contextos aludidos anteriormente e o apogeu/crise da trajetória do marido.

É verdade que espaços institucionais, como o ginásio e a Câmara, transformaram-se num foro privilegiado de articulações políticas para Macedo Bittencourt: fato é que ele fora, de um lado, eleito prefeito entre 1911 e 1920 e nomeado ao cargo de professor de francês – que ocupou de forma permanente entre 1907 e 1920 – chegando à posição máxima de diretor do ginásio um ano depois (Paziani, 2004).[13]

---

13 Ao que tudo indica sob a forte influência de Washington, à época, presidente do Estado. Como em trecho da carta de 8 de maio de 1921, na qual Bittencourt escrevia a Washington agradecendo-lhe pela nomeação e se colocando como seu "fiel" aliado: "[...] Na direcção do Gymnasio, pode ficar certo, v. não terá

Em ambas as situações, contara com o apoio partidário de Washington Luís (ginásio) e de "Quinzinho" Junqueira (Prefeitura).

Bittencourt permaneceria em Ribeirão Preto, de 1921 a 1923, no citado cargo de diretor do Ginásio do Estado – além do atendimento em sua clínica médica – quando num "belo dia" do mês de abril de 1924 receberia a notícia (que chega a nós por meio de duas narrativas: a rejubilada de Amélia e a frustrada de Macedo) de que seria nomeado ministro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – cargo que ocuparia na capital paulista até sua morte, em 1927.

Será que Macedo Bittencourt também teria ficado "magoado" com o "amigo" Washington, em virtude de não ser admitido como postulante a cadeira do Senado pela diretoria do partido entre 1922 e 1924? Talvez sim, mas... talvez não.

Vale dizer que, entre 1916 e 1923, período em que esteve à frente da Prefeitura e, particularmente, como docente e diretor do Ginásio do Estado, Bittencourt foi alvo de críticas e hostilidades pessoais e políticas vindas da oposição (grupo de Francisco Schmidt) – parte delas relatadas confidencialmente a Washington Luís em várias correspondências (o que reforça, uma vez mais, o peso desse laço de amizade). Casos de disputas por espaços, prestígios e cargos dentro da instituição escolar (Cunha, 2000) ou dos conflitos e divergências de classe dentro da Câmara Municipal, como na implantação de nova rede de abastecimento de água e a criação do primeiro Corpo de Bombeiros (Paziani, 2004).

O estado de saúde de Bittencourt também esteve comprometido, pois desde 1919-1920 ele se queixava de sentir forte dor nos rins e de ter sido vitimado pela "gripe espanhola" que assolou o estado. Possivelmente, sua "causa mortis". Ou, quem sabe, parte de uma morte eminentemente política – a de outros membros da classe dominante paulista que assistiram à gradativa crise de hegemonia do "coffee business" e do PRP em âmbito federal ao final da década de 1920.

---

contrariedades; vou proceder de modo a que tudo corra bem e, se algum incidente de importância surjir, hei de adiar a sua solução, até que v. e seu secretario me diga como agir [...]" (Carta n. 201.1.94).

Um "nó" nas redes de poder: Iria Alves Ferreira, "coronel" de saias

A compreensão dessa rede de contatos, sociabilidades e jogos de poder materializados em vários peões do(s) tabuleiro(s) descrito(s), leva em consideração várias escalas de observação: de início a ribeirão-pretana, marcada, por exemplo, pela disputa entre Schmidt e Quinzinho; depois estadual, na presença dos políticos do interior nas pequenas esferas da província em tempos imperiais e do estado republicano; por fim, nacional, como as relações de Bittencourt com seu grupo PRP (Quinzinho) e as cartas a Washington Luís, que se tornaria presidente do estado de São Paulo e, posteriormente, do Brasil.

Em carta endereçada a Washington Luís, em 18 de dezembro de 1922, Bittencourt escreveu suas preocupações ao amigo presidente, quanto à mordacidade das prosas e o zum-zum-zum nas ruas de Ribeirão Preto sobre uma investigação policial que tocava o nome do amigo político:

> Washington,
>
> Esta lhe vae ser entregue pelo meu velho amigo Cel. Gabriel Junqueira que, como v. sabe, tem empregado todos os esforços para que se desvende o crime do Espraiado que tanto tem martyrizado a sua sogra D. Iria.
>
> Elle tem convicção de que a prisão de Benedicto Venâncio, criminoso que tem promptuario ahi na policia central, que é accusado pelo morphetico João Loureiro de Lylos de ser seu cúmplice na perpetração do mesmo crime, virá esclarecer tudo, tornando evidente a innocencia de D. Iria...
>
> Sei o empenho que v. tem em que se faça luz sobre tão encrencado caso e V. não desconhece o interesse que eu por elle tomo; por isso não tive duvida em recomendar-lhe o portador d'esta, na certeza de que V. fará o que estiver a seu alcance em bem da justiça. Abraça-o compadre e amigo certo, Macedo. (Carta n. 201.1.114)

Em 17 de janeiro do ano seguinte, em outra carta enviada a Washington, Macedo voltava ao mesmo assunto. Nela, em um tom mais intimista, o médico baiano narrava seu interesse pelo crime "já por penna de D. Iria *de quem sou amigo*, já pelo mal que tem feito a esta terra, separando amigos, creando ódios, rompendo a sociabilidade das famílias". Terminava seu escrito dizendo estar "muito e muito satisfeito porque sei a confiança e a esperança que *a pobre velha tem na sua pessoa*" (Carta n. 201.1.112 – grifos nossos).

Chama-nos a atenção a presença desse crime nas cartas entre os dois. Em Ribeirão Preto, o assunto foi destaque, contornando negativamente dona Iria, viúva de Luiz da Cunha Junqueira, portanto, aparentada de Quinzinho e amiga de Bittencourt. Em pouco tempo, os jornais da época (principalmente os da capital)[14] circularam informações de que Iria fora mandante de um crime e que Washington Luís, seu aliado, teria auxiliado no arquivamento do processo. Esses muitos ditos e não ditos eram de interesse de todos: Washington, Iria, Quinzinho (possível maestro ou organizador de grande parte desta rede), Gabriel Junqueira (genro de Iria e portador da primeira carta) e claro, Bittencourt – desejoso pelos ganhos políticos assinalados anteriormente.

Entendemos, portanto, que a natureza e a gravidade do evento (Crime de Cravinhos) geraram consequências políticas tanto no local como para além do local. Para melhor compreender esses jogos de poder em funcionamento nessa rede de sociabilidades tecidas no interior da classe dominante, mudaremos o foco da análise: de uma observação das questões que envolviam a política de Bittencourt para aquelas que tocaram Iria Alves Ferreira.

Pouco se sabe da jovem Iria, mas muito foi dito e escrito sobre a "Rainha do Café" em Ribeirão Preto, dona de um patrimônio expressivo neste contexto. A versão mais aceita, narra a travessia da jovem Iria a Ribeirão Preto, da província de Minas Gerais às terras

14 O periódico *O Parafuso* talvez tenha sido o mais importante veículo de propagação da imagem de Iria como mandante do "Crime de Cravinhos" (apud Mello, 2009).

do nordeste paulista, como esposa de Luiz da Cunha Diniz Junqueira, seu primeiro marido com quem teve seis filhos (Mello, 2009). As representações sociais femininas que envolveram as brasileiras por volta da década de 1870 não possibilitavam uma "gama complexa de futuros", produzindo verdades atreladas ao imaginário católico mãe-esposa-dona de casa.

Iria foi fortemente convidada por seus pais (também fazendeiros no sul de Minas Gerais) a aceitar o casamento com um membro da família Junqueira – clã já influente entre os paulistas – e tornar-se "sua mulher", sinhá de sua fazenda, reproduzindo o discurso conservador de uma sociedade patriarcal, marcada pela presença da mulher no mundo privado, das obrigações domiciliares, da maternidade e das representações sociais definidas pela influência do pensamento cristão, majoritariamente católico (Del Priori, 1997).

O ciclo aurífero em Minas Gerais oportunizou realidade conturbada para as cidades mineiras no século XVIII, dado o crescimento vertiginoso da população, da criminalidade, junto à ausência do Estado. Antes de nascer, Iria já fazia parte de uma cultura em que "o matrimônio e seus desdobramentos naturais – mulher e filhos – procurariam responder ainda à instabilidade dos típicos habitantes de Minas, 'moços e solteiros'" (Figueiredo, 1997, p.168), desejo das autoridades (desde pelo menos a década de 1820) de uma "política sistemática de estabilização e disciplina da população mineira" (idem). Tais aspectos familiares de Iria Alves Ferreira devem ser observados já na sua infância. Mineira, nasceu em 1853 em uma cidade chamada Santo Antonio do Machado.[15] Assumidamente católica, Iria nos parece também reproduzir a longa duração religiosa da região mineradora.

Em função do ocaso aurífero, as cidades de Minas Gerais assistiam lentamente uma debandada de mineiros que procuravam condições de vida melhor em terras próximas. Assim como seu pai, Antônio Honório Alves Ferreira, ela acabou tocando a vida no vizinho estado do sul algum tempo depois. A sua chegada ao

15 De acordo com o "Testamento de Iria Alves Ferreira", 5.9.1915, APHRP.

nordeste paulista estava ligada não apenas ao casamento com o(s) Junqueira(s), mas também com a expectativa do momento – a descoberta da terra roxa, considerada excelente para o plantio de café, propagandeada pela família Barreto no *A Província de São Paulo* entre 1876 e 1877.

Dez anos mais velha que Bittencourt, provavelmente chegou à região ainda moça e em transporte muito diferente que o trem da ferrovia Mogiana. A velocidade ainda permitia uma visão mais detalhista do universo que a cercava. O mundo ali tinha sua paisagem predominantemente rural e os pequenos sítios e casas da nova Vila de São Sebastião pouco acenavam o seu futuro cosmopolita, senão pela fertilidade do solo e pela promessa de gordas colheitas. O tempo do trote da montaria permitia, entre outras coisas, a imaginação de possíveis futuros que sua família teria naquelas terras.

Era tempo das discussões políticas do II Reinado, da abolição e da chegada dos imigrantes. Nesse contexto, Iria era uma jovem que com filtros mineiros via pouco a pouco a chegada de novos elementos: ferrovia, luz elétrica, novos hábitos e comportamentos, cinema, moda... Era a modernidade, cuja face industrial modificaria o cotidiano de vida e trabalho de um número cada vez maior de homens e mulheres – embora sob o domínio privado de setores dominantes da sociedade.

Muito provavelmente, Iria não vivenciou tantos elementos tidos como modernos em Santo Antonio do Machado, ou mesmo em Campanha (cidade natal de seu pai, muito rica no ciclo aurífero, porém, de traços decadentes durante o século XIX). Portanto, foi apenas com a mudança para a região de Ribeirão Preto que esse universo moderno ganhou formas e cores, fruto das benesses dos lucros provenientes dos cafezais de seu marido e demais conhecidos. Como percebido na vida de Joaquim Macedo Bittencourt, as fazendas de café do nordeste paulista foram mundialmente famosas no final do século XIX e começo do XX.

Essas grandes novidades tecnológicas chegaram a Ribeirão Preto simultaneamente a outras tantas "revoluções" que ocorreriam na trajetória de Iria Alves Ferreira. Por volta de 1886, a morte a

acompanhou de perto, levando seu marido Luiz e seu único irmão, João. Poucos anos depois, outra notícia mexeu com os alicerces dos Alves Ferreira: a doença de seu pai, que o deixou impossibilitado de administrar os negócios.

O luto pelos familiares ausentes e as necessidades de reorganização e administração dos negócios passaram a ocupar a casa de Iria, exigindo resposta para momento tão delicado. Acabou por demonstrar uma postura "empreendedora" (termo mais próximo do nosso tempo) ao assumir os negócios do pai e do marido, tomar o lugar do irmão (falecido) como administrador dos negócios da família e zelar por sua mãe, uma senhora idosa que exigia cuidados.[16]

As fotografias de Iria Alves Ferreira como rica cafeicultora, graças ao acúmulo dos bens de Luiz Junqueira àqueles que, por meio de herança, recebera de seus pais, não revelam uma mulher vaidosa, com predileções e desejos pela alta-costura – em especial pela moda francesa, a preferida aos olhos das mulheres ribeirão-pretanas (Aparício, 2007; Mello, 2009), mas sim uma mulher preocupada com a sua representação pública, usando vestidos fechados, sempre atenta à sua posição como mãe e viúva, repetindo aspectos conservadores de sua memória familiar católica.

O tempo deixou suas marcas. Assim como Macedo Bittencourt não se fez prefeito da cidade sabedor do resultado de todas as suas ações, entendemos que a construção dessa representação de "Rainha" foi experimentada ao gosto de acasos, planejamentos, sorte e, quem sabe, fé. Sua transformação passou por dois rituais muito importantes em nossa sociedade: o casamento e a morte, e com eles os sentimentos vinculados ao desconhecimento de um futuro a viver.

Contrair matrimônio com um membro da prestigiosa família Junqueira permitiu a Iria a vivência dentro de um grupo político local determinado – o PRP, chefiado por Quinzinho da Cunha Junqueira, como visto anteriormente. As mortes de seu irmão, pai

16 Acredita-se – em função da leitura dos testamentos dos Alves Ferreira (de Iria, de Antônio Honório e de Maria Tereza Alves, seus pais) – que ela já havia principiado ao lado pai doente, a gerência dos negócios da família.

e marido (em menos de uma década) forçaram nossa protagonista a (re)negociar de maneira rápida com a realidade que lhe foi imposta, em um mundo em que o poder político e o dinheiro das fazendas de café andavam de mãos dadas.

O patrimônio a ser defendido era considerável. Iria Alves se viu mãe de seis filhos e proprietária de várias fazendas. Não apenas impediu a fragmentação dos negócios da família, como construiu em suas propriedades redes próprias de sociabilidade que a permitiram ter acesso as informações necessárias para o sucesso de seus empreendimentos: na Fazenda Pau Alto, no município vizinho de Cravinhos, Iria tinha o capitão Alexandre Silva como administrador geral; já na Fazenda Santa Rosa, seu homem de confiança era Virgínio Bim.

Os negócios prosperaram e, aos poucos, graças ao encontro de seu capital, de sua representação com a cidade, do conservadorismo católico local, dos desejos políticos do PRP (e de Quinzinho), de sua inteligência ímpar para ler e agir em cenário tão complexo (talvez devêssemos somar aqui o acaso), se transformou em um dos membros mais poderosos da elite cafeeira de Ribeirão Preto e região. Forte indício desse status político pode ser percebido nos idos de 1910, quando recebeu em sua fazenda o irmão de Hermes da Fonseca, no contexto das eleições presidenciais (Mattos, 2004).

Reconhecida como a terceira maior negociante da cidade,[17] Iria Alves Ferreira passou a ser conhecida como a "Rainha do Café". Como os periódicos (locais) da época escreviam: "A senhora Dona Iria Alves é incontestavelmente a 'Rainha do Café', no Estado de São Paulo, o que quer dizer em todo o Brasil e mesmo em todo o Universo" (*Brazil Magazine*, 1911, p.63). Destaca-se ainda a existência de (outras) propriedades entre os seus territórios comandados, possibilitando uma visão empreendedora que articula terrenos (fazendas), produções (café, gado) e tecnologias (modernização da produção

17 Segundo Oliveira (2006), Iria Alves Ferreira era a terceira maior negociante da cidade, quando analisamos o somatório de compras e vendas na localidade entre os idos de 1889 a 1930.

e das fazendas), principalmente ao identificarmos seus domínios econômicos diversificados – gado e indústria de laticínios. Tudo isso coordenado pela "iniciativa da inteligente proprietária" (idem).

Nos idos de 1904, o "império do café" se constituía por invejosas cifras, posto que as grandes propriedades de Francisco Schmidt, Joaquim da Cunha Diniz Junqueira, Iria Alves Ferreira, Manoel Maximiano Junqueira, Martinho Prado Júnior e da Companhia Agrícola Dumont "possuíam, juntas, quase 15 milhões de cafeeiros espalhados pelo Estado"! (Doin et. al, 2006, p.140).

Ser fazendeiro não era ofício a ser praticado por mulheres, pelo menos não socialmente esperado. Lembremos de como nossa sociedade foi forjada pelo patriarcalismo. Iria se viu mulher (representação social atrelada a fraqueza) diante do mundo fortemente masculino, e em face disso, provavelmente desenvolveu uma representação também masculina para melhor jogar, negociar, enfim, lidar com as negociatas que a sociedade do "coffee business" exigia.

Essas negociações de Iria com as representações sociais que a envolviam/cercavam são riquíssimas do ponto de vista biográfico. Operacionalizadas a partir das contribuições de Chartier (1991), as apropriações de Iria nos permitem refletir sobre certa consciência da biografada na construção das múltiplas representações criadas e propagandeadas pelos periódicos do município.

Nesse sentido, ser mulher consistiria em obstáculo social para a administração das fazendas, para a compra e venda de produtos variados, para as transações políticas? Se lembrarmos de como a mulher era concebida socialmente no Brasil do século XIX (Figueiredo, 1997), rapidamente entendemos que sim, que a diferença entre os gêneros gerava dificuldades grandes para Iria agir como a empreendedora que os jornais tanto propagandearam.

Daqui nasce uma questão-chave: como ela conseguiu forjar essa representação pública e transformá-la em sinal de reconhecimento no seio da hegemonia masculina nas relações de poder e sociabilidade da época?

Figura 1.2 – Iria Alves Ferreira, a "Rainha do Café"

Fonte: Mello, 2009, p.15

A partir da imagem acima, podemos analisar alguns indícios sobre Iria. Notamos que, ao posar para a fotografia, ela se coloca como uma senhora bem vestida, escondendo pescoço e braços. A face austera e o cabelo preso são detalhes que compõem a obra. Por mais que vejamos no decorrer do século XX uma mudança de representações e posturas femininas, é notória a aproximação dos valores de Iria a este mundo ligado às permanências (século XIX), que negam as transformações e as rupturas propostas pelo discurso moderno (das transformações). Mesmo fruto desse mundo ambivalente, ela negocia com a realidade sempre com um pé nos valores constituintes do mundo colonial, fruto dos preceitos cristãos.

Desenvolvendo uma feliz negociação entre elementos femininos e masculinos, "O Coronel de saias" (Mello, 2009) carregou consigo o discurso da força, da máscula inteligência, do poder do dinheiro (atributos masculinos), somados à maternidade, à viuvez, às doações à Igreja e ao uso de roupas fechadas sempre escondendo pescoço, ombros e braços, como sugerem todas as imagens pesquisadas da biografada.

No que diz respeito à maternidade, "Mãe atenta e extremosa" são as qualidades destacadas pelas revistas e jornais de seu tempo. Uma necessidade de lembrar ao leitor que mesmo tal força máscula não proibiu Iria de exercer seu dever como cristã ao utilizar-se de seu dom feminino "maior". Ser mãe foi carinhosamente se preocupar com os filhos, e em especial, com a educação deles.

Aqui, ressaltamos a presença do discurso religioso durante a transição do século XIX. Em todos os momentos possíveis, os jornais atrelaram a figura de Iria com as qualidades positivas elencadas pela Igreja Cristã – maternidade, pudor, doações, temperança, amor (ao marido, pai e irmão mortos, assim como os filhos). É muito comum encontrar o nome de Iria Alves em notícias nas quais ela aparece doando dinheiro para a Igreja ou comprando um bem que será utilizado por aquela instituição.

Imaginemos esses periódicos lidos pelos ribeirão-pretanos. De nenhuma maneira entendemos que a população local leu o jornal sem qualquer intermediação, interesse ou criticidade; ao contrário, grande parte desses leitores reconhecia nos artigos uma construção elitista e partidária. Porém, a constante aparição de doações suavizava possíveis problemas. A construção, por parte da elite, de "uma Coronel" que refletiu positivamente seus atributos, era utilizada sistematicamente, desde que o beneficiário dos artigos auxiliasse o jornal.

Essa preocupação em construir e manter tal representação esteve presente na vida de Iria em todos os momentos, até nos finais. Um pouco antes de falecer em 1927, quando já acamada, em função da idade, ela refletia sobre a vida ditando uma carta-despedida a um amigo padre, e nela mencionou por diversas vezes o peso da maternidade em sua vida. Já em seu testamento declarou-se cristã e apostólica romana, deixando 25 contos de réis para a Sociedade Beneficente de Ribeirão Preto (Santa Casa), informações que vão de encontro àquelas encontradas na revista *Brazil Magazine*, legitimando tal posicionamento benevolente.

Assim, por meio das fotografias, dos periódicos, do "boca a boca" das ruas e da memória coletiva que se formava em torno de Iria, sua imagem como Rainha do Café era contornada (até 1920)

majoritariamente com cores positivas. Iria e Bittencourt demonstravam conhecimento político próximo nesse sentido, posto que as aparições nos eventos públicos serviram-lhes para formar e manter essas redes de relações por onde teciam sua imagem de "homens públicos".

De "Rainha do Café", mãe atenta e extremosa, cristã, benevolente e possuidora de máscula inteligência para os negócios a mandante de um crime! A Ribeirão Preto moderna trazia, a partir de seus habitantes, a civilização e a barbárie tão ligadas em suas entranhas que modificou o apelido de Iria para "Rainha dos Bandidos"!

Voltemos ao dia 22 de maio de 1920. A polícia de Cravinhos recebeu a seguinte informação: um corpo fora encontrado na região do Espraiado, território responsável pela divisa entre o município de Cravinhos e Ribeirão Preto. O cadáver era um homem que parecia ter sido assassinato na véspera e carregava traços assustadores, pois o rosto havia sido descarnado, as orelhas e a língua cortadas, além de mutilações percebidas no crânio e ferimentos e perfurações nas costas e no ventre (Mello, 2009; Jorge, 1998).

Um crime horrendo havia ocorrido às margens da "petit Paris". *"Imediatamente, o delegado de Cravinhos, dr. Horta de Andrade, comunicou o fato à delegacia regional de Ribeirão Preto e policiais das duas cidades dirigiram-se ao local"* (Jorge, 1998, p.8). Depois de prender e interrogar alguns suspeitos, a polícia conseguiu que um deles confessasse, e por consequência o nome de seus cúmplices – tratava-se de José Sant'Anna e seu filho Antônio Sant'Anna, mais os "pretos" Romualdo Serapião e Praxedes José da Silva, todos envolvidos com trabalhos na Fazenda Pau Alto e, confessos, assassinaram um rapaz a mando de Alexandre Silva (o administrador da Fazenda Pau Alto) e de Dona Iria.

O "Crime de Cravinhos" – trágico acontecimento noticiado como um assassinato planejado por Iria Alves Ferreira e Alexandre Silva. O plano seria o seguinte: Alexandre Silva procurou Virgínio Bim, responsável pela administração da fazenda Santa Rosa (naquele contexto, propriedade de uma das netas de Iria), com o propósito de solicitar alguns homens para o serviço. Dessa forma, José e Antônio

Sant'Anna foram selecionados para o papel, e por iniciativa própria, os Sant'Anna convidaram mais ajudantes, Romualdo e Praxedes, negros que trabalhavam nas terras da própria cafeicultora.

Os jornais faziam sua parte para aumentar a repercussão do crime. Na capital, o jornal *O Parafuso* cobrava das autoridades a devida apuração dos fatos e suas respectivas punições. No periódico de 15 de dezembro, traziam a seguinte manchete em letras garrafais: "ESTÁ DESCOBERTA A IDENTIDADE DA VICTIMA DO PAU ALTO", e, logo abaixo, pequenos reclames:

> Alphonse Defforge foi barbaramente assassinado sob a ordem da "Rainha do Café"; O cônsul francês em São Paulo até agora não deu nenhuma providência; o Sr. Washington Luís é o único responsável pela impunidade dos bandidos milionários. (*O Parafuso*, 15.dez.1920, apud Mello, 2009)

Segundo Janes Jorge, autor de estudos sobre o Crime de Cravinhos, essa campanha exaustiva ia se intensificando à medida que se aproximava a data do julgamento do recurso, momento em que os advogados de Iria Alves Ferreira o apresentaram ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Em seu texto, Jorge entende que esse estratagema tinha duas finalidades: a primeira, de influenciar a decisão dos ministros do respectivo Tribunal e, a segunda, de criar uma atmosfera *"senão favorável, ao menos tolerante com uma possível absolvição"* (Jorge, 1998, p.121). Portanto, inicialmente a intenção dos advogados de Iria era a de proteger a cafeicultora de qualquer reação da população, e mais, silenciar possíveis excessos que acometessem não apenas sua cliente principal, mas seus outros clientes por interesse.

Retornemos às cartas de Bittencourt a Washington. Havia ali um conjunto de pessoas que se beneficiariam com a derrota de Iria e consequentemente de seus aliados (Quinzinho e o PRP). Com o auxílio de todos os seus paladinos, o Tribunal acatou o recurso, entendendo a denúncia contra Iria Alves Ferreira e Alexandre Silva improcedente, libertando-os, sem outros julgamentos. Praxedes, Justino, Romualdo e os Sant'Anna ainda permaneceram presos. Iria

nunca mais voltou a Ribeirão Preto, fixando residência em São Paulo juntamente com sua família. Em sua carta-despedida, ela ressaltou como vergonhoso foi caminhar pelas ruas de Ribeirão e ser apontada "injustamente" como mandante de um crime.

A alegria do resultado foi compartilhada entre seus defensores e amigos, mas a mesma sorte não foi concedida aos responsáveis pelas acusações. O futuro de todos os envolvidos no processo sofreu consequências. E sobre estes, reabrimos as interpretações quanto à rede de sociabilidades e, evidentemente, à classe social a qual pertencia Iria Alves e as relações de poder nelas contidas.

Como advogados da Rainha do Café foram nomeados os senhores Fábio Barreto, Camilo de Moraes Mattos e Meira Júnior; já como acusadores, os senhores Accacio Nogueira (delegado e chefe do Gabinete de Investigações e Capturas da cidade), Silva Carvalho (o delegado regional de Ribeirão Preto) e João Ramos (subdelegado). É importante pensarmos, ainda que indiciariamente, quem eram estes três homens antes desse trabalho que entendemos como defesa e auxílio a Iria – e à Quinzinho Junqueira, seu parente e chefe do PRP local – depois de maio de 1920.

Fábio Barreto, antes do recurso (1920), havia sido funcionário dos Correios e Telégrafo para sustentar seus estudos em Direito. Chegou a Ribeirão Preto em 1899 e lecionou matemática no Colégio Spencer enquanto era sócio no escritório do amigo Breno Santos. Foi eleito vereador para o mandato 1905-1908, mas renunciou em 1906, retornando à vida pública, coincidentemente, apenas em 1920. Eleito vereador e presidente da Câmara nesse mesmo ano, galgou degraus rapidamente – deputado federal entre 1924 e 1926; secretário do Interior durante o governo Júlio Prestes (1927-1930); prefeito da cidade de Ribeirão Preto entre os anos 1936 e 1944 (Mello, 2009; Rosa et. al., 2007; Cione, 1987).

Sobre Camilo de Mattos, pouco se sabe de sua vida profissional antes de 1920; sabe-se, entretanto, que foi eleito vice-prefeito de Ribeirão Preto em 1923 (até 1926), vereador em Ribeirão Preto, ocupando os cargos de presidente da Câmara e de suplente de deputado pelo Partido Republicano Paulista, o mesmo chefiado por

Quinzinho. Mais tarde, afastado da política, exerceu os cargos de consultor jurídico das Usinas Junqueira e de diretor-presidente do Educandário Cel. Quito Junqueira (ibidem).

Por fim, João Alves de Meira Júnior. Bacharel em Direito desde 1895, participava da vida urbana ribeirão-pretana de várias formas: fundador e presidente da Companhia Cervejaria Paulista, desde 1913. Eleito vereador para 13ª, 14ª e 15ª legislatura local (1911 a 1914, 1914 a 1917 e 1917 a 1920), tornando-se vice-prefeito enquanto Joaquim Macedo Bittencourt era prefeito da cidade nas três situações. Em 1924, tornou-se deputado federal (novamente em 1934) e, em 1928, senador por São Paulo. Nomeado por Getúlio Vargas a juiz da Câmara de Reajustamento Econômico do Ministério da Fazenda em 1934. Presidente da OAB Regional de Ribeirão Preto entre os anos de 1937-1939 e 1949-1952 (ibidem).[18] Após o recurso, devemos lembrar que o delegado Accacio Nogueira perdeu o posto de chefe do Gabinete de Investigações e Capturas; Silva Carvalho, o delegado regional de Ribeirão Preto foi transferido para outra cidade e o subdelegado João Ramos foi demitido.

De todos os envolvidos, entendemos que há um nome mais indicado para tecer comentários acerca das suas relações de poder – o senhor Washington Luís. Até 1920, Washington já havia traçado uma carreira política bastante agitada, marcada pelos cargos de vereador e intendente de Batatais, deputado estadual e prefeito de São Paulo. Em janeiro de 1920, ocupou o cargo de presidente do estado (similar a governador), e durante o incidente com o "Crime", não contribuiu para a continuidade das investigações; pelo contrário, foi taxado como conivente e corresponsável pela absolvição pelos periódicos mais agressivos (Mello, 2009, p.178).

Encontramos muitas evidências de contato entre Washington Luís e Iria Alves Ferreira, bem como entre ele e o próprio Quinzinho

18 Ver o texto de Carlos Alberto Ungaretti Dias sobre a trajetória biográfico-política de João Alves Meira Júnior, acessado através do seguinte link: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEIRA%20J%C3%9ANIOR,%20Jo%C3%A3o%20Alves%20de.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

Junqueira (ibidem) – e algumas questões permanecem: podemos dizer que tais relações contribuíram para o aprovo do recurso? Podemos crer que o resultado positivo para Iria (e para o grupo de Quinzinho) pode ter contribuído para as eleições de 1926 a Presidência da República, aquela na qual Washington Luís saiu vencedor?

Considerações finais ou... duas trajetórias e uma "ruptura" nas redes de poder

Mas não terminamos aqui. Outras questões ainda se colocam: quais as possíveis aproximações entre as trajetórias de apogeu e crise de Macedo Bittencourt e Iria Alves dentro (e fora) de Ribeirão Preto e o contexto maior de modificações nas relações de sociabilidade e de poder naquele final de Primeira República?

Iria, que se tornara a "coronel de saias", veio a falecer em 1927, mesmo ano de Bittencourt. Contudo, essa aproximação é menor e quase sem importância – quando comparada a outras três. A primeira, como o leitor pôde perceber, era a ligação de ambos junto ao círculo familiar dos Junqueira e/ou ao grupo político do coronel "Quinzinho" Junqueira. Para Iria e Bittencourt, por vieses distintos, tais inserções representaram a experiência de pertencimento a (e defesa da) classe dominante que se formara e se consolidara no interior do "coffee business".

A segunda aproximação parece estar associada a ascensão e influência do "paulista de Macaé": Washington Luís talvez tenha sido o grande articulador das trajetórias de Iria e Bittencourt, pois além de integrar a rede de contatos, sociabilidades e de poder da família Junqueira, tornar-se-ia nas primeiras décadas do século XX um homem público de certa autonomia política, de grande influência no PRP e de reconhecida condução da máquina pública, a ponto de ser peça-chave do encerramento do processo judicial contra Iria Alves no "Crime de Cravinhos".

Por fim, e talvez o mais revelador: ao contrário do que Bittencourt e Iria imaginavam, a década de 1920 não fora marcada, para os

dois, por projetos ambiciosos, honrarias políticas ou simplesmente a manutenção de seu "status quo". Pelo contrário. Por um lado, o "Crime" de 1920 colocou em evidência a participação e o envolvimento público (e privado) desses dois sujeitos – direto, no caso de Iria; indireto, para Bittencourt – no trágico episódio e na repercussão dos desdobramentos político-jurídicos pela imprensa paulistana. Por outro, a decepção (ou mágoa) de Macedo Bittencourt por não ter sido o escolhido de "Quinzinho" para ocupar a cadeira no Senado Federal em 1924 e a hipotética tristeza pela "omissão" de Washington expuseram o real, limitado e melancólico protagonismo do baiano.

Para Iria, ficam muitas coisas, dentre elas a investigação de um crime cometido próximo a suas terras e a "decepção" com a varredura de sua vida pessoal pelas "más línguas" dos homens de imprensa. Mas, principalmente, de todos os reveses gerados pelo processo, notamos sua derrota política perante seu grupo, seus parceiros e aliados, pois o "Crime" – acontecido a seu mando ou não, pouco importa nesse cenário de interpretação da rede – disparou em todos os envolvidos um conjunto de ações reveladoras de intenções diante do desmoronamento de seu reinado. Os últimos sete anos de vida (1920-1927) foram marcados pela malograda tentativa de reconstruir sua imagem "pública", postulando, inclusive na véspera da morte, discursos cristãos de perdão aos seus caluniadores (Mello, 2009, p.183).

Para Bittencourt, o "Crime" entraria como um ingrediente a mais em sua declinante carreira política – pois, ao que parece, o cargo no Tribunal de Contas foi saudado apenas por Amélia na carta: foi ela que, ao escrever "O senhor não pode avaliar a *minha* satisfação", anunciava que este novo cargo proporcionaria "mais tranquillidade na velhice, mais conforto e um pouco mais de coragem para terminar a educação de nossos filhos e encaminhal-os para a vida" (Carta n. 201.2.57). E, apesar de afetuosa, a referência ao marido foi bastante pontual.[19]

19 Justiça (?) seja feita: Macedo Bittencourt sempre procurou "ajeitar" a vida particular dos filhos (casos de Sebastião e Heitor) em cargos dentro do poder público municipal e/ou estadual, sob a mesma alegação de sua esposa – falsa

Enfim, de que maneira podemos considerar dois sujeitos tão singulares, que, mesmo pertencendo a elite cafeeira, tiveram um "destino" em comum: o desfecho trágico na vida pública? Uma hipótese, deixada em aberto (a quem possa interessar), é a de que suas trajetórias individuais são indissociáveis de um contexto histórico relacionado não apenas a Ribeirão Preto, mas, principalmente, às disputas, tensões e conflitos no interior do estado ampliado[20] no decorrer da década de 1920. Tal contexto culminou num processo de reconfiguração do jogo político-partidário (estadual e federal), das sociabilidades forjadas na base de "alianças" entre poderosas famílias e até de relações "estruturais" de poder fundadas na experiência capitalista brasileira – o imbricamento do moderno com o arcaico –, seja ela "bucaneira", seja "dependente".

Referências

Fontes

RIBEIRÃO PRETO. Arquivo Público, Histórico e Municipal de Ribeirão Preto – *Brazil Magazine:* Revista Ilustrada d'Arte e Atualidades. Rio de Janeiro: Ano V, n. 57, 1911.

______. *Almanach Illustrado de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1914.

______. *Abertura de Testamento de Iria Alves Ferreira*. 1º. Ofício Civil, Cx. 228-A, 05.09.1915.

______. *Relatório administrativo do Dr. Joaquim Macedo Bittencourt (1920)*. Fundo: Prefeitura/Câmara Municipal; Grupo: Administração.

______. *Correspondências pessoais de Joaquim Macedo Bittencourt ao Coronel Joaquim da Cunha Diniz Junqueira*. Fundo: Prefeitura Municipal; Grupo: Arquivo Particular "Cel. Joaquim da Cunha Diniz Junqueira"; Origem: Arquivo do Estado de São Paulo (1905-1930).

RIBEIRÃO PRETO. Câmara Municipal – *Atas da Câmara*. Microfilmado, rolo 58A flash 02, n. 8, 1903 a 1907.

---

alegação, posto que construída no perverso imbricamento das esferas pública e privada tão caro a experiência "bucaneira" das elites brasileiras.

20 Ver nota 7.

SÃO PAULO. Arquivo do Estado de São Paulo. Arquivo Particular "Dr. Washington Luís" – *Correspondências pessoais de Joaquim Macedo Bittencourt a Washington Luís*. Carta nº. 201.1.94 (08.05.1921); carta nº. 201.1.82 (29.08.1922); carta nº. 201.1.114 (18.12.1922); carta nº. 201.1.112 (17.01.1923); carta nº. 201.1.122 (17.01.1924); carta nº. 201.2.57 (29.04.1924).

Bibliográficas

APARÍCIO, L. R. *Forma e aparência:* análise da moda feminina e seus sentidos sociais na Ribeirão Preto da Belle Époque (1883/1930). Ribeirão Preto, 2007. Monografia (Conclusão de Curso em História) – Centro Universitário Barão de Mauá (CEUBM), 2007.

BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera:* uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: RIOUX, J.-P.; SIRINELLI, J.-F. (Org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

BITTENCOURT, E. de M. *Joaquim Macedo Bittencourt, meu pai:* recordações da casa paterna. São Paulo: Universitária de Direito, 1983.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, 1991, p.173-191.

CARVALHO, J. M. de. *A formação das almas:* o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASALECCHI, J. Ê. *O Partido Republicano Paulista:* política e poder (1889-1926). São Paulo: Brasiliense, 1987.

CIONE, R. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: IMAG, 1987.

______. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1993.

______. *História de Ribeirão Preto*. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1997.

CUNHA, M. V. da. *O velho Estadão*: educação e poder nos anos de ouro do Ginásio Otoniel Mota. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

DEBES, C. *Washington Luís:* 1869/1924. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1994.

DEL PRIORI, M. (Org.); BASSANEZI, C. (coord.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

DIAS, C. A. U. *João Alves Meira Júnior*. Link do texto: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MEIRA%20J%C3%9ANIOR,%20Jo%C3%A3o%20Alves%20de.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2016.

DOIN, J. E. de M. A formação do Estado-Nação, a gênese da modernização conservadora e da dívida pública: questões preliminares. *Boletim do CELA – Centro de Estudos Latino-Americanos*, ano III, n.3, 1993, s.n.

______. Olhar, desejo e paixão: lazeres e prazeres nas terras do café (1864-1930). *ArtCultura*, Uberlândia, NEHAC, n.2, v.1, 2000, p.40-53.

______. *Capitalismo bucaneiro:* dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930). Franca: 2001. Tese (Livre-Docência em História) – FHDSS/UNESP.

______. PAZIANI, R. R.; CUELLO, J-P. A saga de Ribeirão Preto na Belle Époque caipira: modernidade e urbanização na Primeira República. *Dialogus*, Ribeirão Preto, v.1, n.2, 2006, p.135-160.

ESPIG, M. J. Uma poeira de acontecimentos minúsculos: algumas considerações em torno das contribuições teórico-metodológicas da micro-história. *História Unisinos*, São Leopoldo: v.10, n.2, p.201-213, maio/ago. 2006.

FAORO, Ra. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

FIGUEIREDO, L. Raposo. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.141-188.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

HOBSBAWM, E. *A era do capital*: 1848-1875. Trad. Luciano Coutinho Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

HOLANDA, S. B. de (org.). *O Brasil monárquico*: reações e transações. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo II, 3º. Vol., 1987 (História Geral da Civilização Brasileira).

JARDIM, R. *Reminiscências*. São Paulo: José Olympio, 1946.

JAYME, L. de R. *Nas sombras das luzes educacionais*: as escolas isoladas em Ribeirão Preto (1890-1920). Monografia (Conclusão de Curso em História). Ribeirão Preto: CEUBM, 2007.

JORGE, J. *O crime de Cravinhos*: oligarquia e sociedade em São Paulo (1920-1924). Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: FFLCH, Universidade de São Paulo, 1998.

______. A vida turbulenta na capital d'oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920 In: *História & perspectivas*. Uberlândia, v. 1, n. 29-30, jul. dez. 2003 jan./jun. 2004, p.129-157.

LIMA, H. E. *A micro-história italiana*: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATTOS, J. A. J. de. *Família Junqueira:* sua história e genealogia. Rio de Janeiro: Família Junqueira, 2004.

MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MELLO, R. C. de. *Um "coronel de saias" no interior paulista*: a "Rainha do Café" em Ribeirão Preto (1896-1920). Franca, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP.

OLIVEIRA, J. H. C. *Ribeirão Preto na república velha*: economia e riqueza através das transações imobiliárias. Franca, 2006. Tese (Doutorado em História) – FHDSS/ UNESP.

OLIVEIRA, M. R. de; ALMEIDA, C. M. de (Org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

PAZIANI, R. R. *Construindo a Petit Paris*: Joaquim Macedo Bittencourt e a Belle Époque em Ribeirão Preto (1911-1920). Franca, 2004. Tese (Doutorado em História) – FHDSS/UNESP.

PEREIRA, R. M. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

______. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PERINELLI NETO, H.; MELLO, R. C. de. Bucaneirismo: um conceito para análise histórica. In: *Anais Eletrônicos do Seminário de Pesquisa de Pós-graduação em História da UERJ* – III Semana de História Política. Rio de Janeiro: PPGH/UERJ, 2008, p.01-15.

REVEL, J. (Org.). *Jogos de escalas*: a experiência da microanálise. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RIBEIRO, M. A. *História sem fim...*: inventário da saúde pública, São Paulo 1889-1930. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

ROSA, L. R.; REGISTRO, T. *Ruas e caminhos*: um passeio pela história de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto: Editora e Gráfica Padre Feijó Ltda., 2007.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, N. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: ______. *República*: *da Belle Époque* à *era do rádio*. Companhia das Letras: São Paulo, 1998, p.07-48 (História da vida privada no Brasil, 3).

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987, 3 vols.

VISCARDI, C. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

2
Uma cidade entre o "novo" e o "nem tão novo": possibilidades e limites da modernização urbana em Santa Bárbara d'Oeste (SP) durante a Primeira República

Osana de Almeida[1]

As cidades e a "moda-cadáver"

As cidades do século XIX, as que foram fruto de uma nova era construída sob o signo de uma "moda-cadáver" (Bolle, 1994) – obcecada pelo novo, que é desvalorizado por um "novo *novo*", de forma contínua – transformaram-se em depósitos de acessórios, uma vez que tratadas como espaços de sociabilidade e cultura cuja tarefa essencial era acolher os ícones destinados a representar esse seu "novo tempo gerador", denominado modernidade (Benjamin, 1989).

Atingido diretamente pelas transformações advindas deste "novo tempo", alicerçadas em valores racionais de *progresso e civilização*, o Brasil da Primeira República, subsidiado pelo seu produto símbolo, o café, precisava procurar seu espaço de influência e acesso em meio a esse emaranhado de ideias que proliferavam entre as elites do mundo ocidental (Pesavento, 1997): era preciso atrelar-se ao trem da história e se incluir no ambíguo projeto civilizatório.

Às elites brasileiras, enfim, ansiosas em livrar-se dessa aparência incômoda considerada fruto de nosso passado colonial, cabia

1 Mestre em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca). É professora da rede pública no Estado de São Paulo. E-mail: almeidaosana@bol.com.br

a "missão" de empreender projetos modernizantes de formação e consolidação do "Estado-nação". Se aquele Brasil, matuto e desorganizado, cheio de insígnias que representavam seu atraso nacional perante a modernidade das metrópoles internacionais, precisava ser apagado do mapa, um outro, pelo mesmo ato, precisava ser redesenhado, com outras formas.

Como o intercâmbio com os produtos do "Velho Mundo" ocorria quase sempre mediado pelo Rio de Janeiro, capital federal e porta de entrada para o mundo europeu, cidade considerada referencial de "civilização" no Brasil, optou-se então por *reformular* o espaço urbano que a constituía à imagem e semelhança de Paris – exemplo privilegiado de renovação urbanística, metáfora e metonímia da modernidade (Pesavento, 1999).

A partir dos escombros da antiga cidade do Rio de Janeiro, reconstruíram e construíram uma "capital depósito" de símbolos progressistas, fazendo-se supor que uma imagem artificiosa fosse fazer valer a imagem da nação brasileira (idem). Contudo, a força e a vontade que levantaram poeira e reinventaram ruas, jardins, quarteirões e edifícios do centro da cidade carioca, "ao sabor de um racionalismo haussmanniano, saíram sorrateiras, levando os longos braços do barão pelas cidades do interior paulista" (Doin, 2001, p.212).

Se as cidades interioranas de São Paulo, desde o Império, sofriam as penas da carência de recursos municipais, concomitantemente ao relativo abandono das elites locais que não viam no meio urbano a oportunidade de bons negócios, entre o Segundo Reinado e a Primeira República elas começaram a lograr outra sorte, quando o "espírito aventureiro" (Holanda, 1995)[2] do café, à procura da ampliação e renovação de suas riquezas, saiu a radicar-se pelos "sertões" afora, espalhando sua florada civilizadora (Baptista Filho apud. Matos, 1981) e, assim, desenvolvendo centros urbanos, balizando povoamentos, fazendo nascer cidades, ao enriquecer regiões inteiras.

2 Monteiro Lobato (1986) também fez uma análise sobre o "espírito aventureiro" do café pelo interior paulista: para ele, tratava-se de uma planta que, além de perene, exauria a terra e, em seguida, "saía" a se aventurar à procura de novos campos.

Era a estrutura das grandes propriedades de café, mantidas por grandes produtores, garantindo a obtenção de capital excedente, mas não exigindo sua completa reabsorção no meio agrário, que permitia investimentos em setores urbanos (Faoro, 1991; Leal, 1978), interligando-os aos rumos da agricultura exportadora. Othake (1982) reforça essa interpretação, afirmando, sobre o efeito urbanizador do café, que apenas na década de 1850 foi criado um número de municípios superior ao total dos fundados nos cinquenta anos anteriores, e estes já existentes receberam consideráveis melhorias em suas malhas urbanas, a contar desse mesmo ano de 1850, por causa dos efeitos gerados pelo capital cafeeiro. Era o "novo *novo*", a "moda-cadáver", aportando nas terras interioranas...

Santa Bárbara D'Oeste, caminhos e peculiaridades do "novo"

Contudo, os efeitos da economia cafeeira sobre a urbanização da cidade paulista de Santa Bárbara D'Oeste[3] foi indireto, uma vez que a economia cafeeira não fincou raízes no território desse município. Em meados do século XIX, Santa Bárbara tinha uma economia voltada especialmente para a cultura de cana, o que levava seus produtores rurais a se sustentarem de maneira precária, já que a produção paulista de derivados da cana começara a sofrer reveses econômicos desde o início do século que corria (Almeida, 2003).

O preço do açúcar chegara a baixar tanto a ponto de não ser mais viável sua produção, mas a lavoura canavieira ainda era mantida em Santa Bárbara tendo em vista o medo de mudar para o cultivo do café (Brito, 1969). Os motivos principais eram que este exigia

3 Santa Bárbara nasceu como um pequeno povoado que havia sido fundado em1818, época da edificação de sua primeira igreja sob uma antiga sesmaria doada por da. Margarida da Graça Martins. Em data não bem definida, mas que seria durante a década de 1830 do século XIX, o povoado foi elevado à capela curada; em 1842, foi elevada à freguesia; e à Vila e Município em 1869. Em 1906, recebeu os foros de cidade (Jones, 1967).

investimentos consideráveis, por se tratar de planta perene cuja produção tinha início após cinco ou seis anos de maturação, e porque seu plantio despenderia grande quantidade de mão de obra (especialmente a escrava) num contexto histórico ao qual o acesso aos "braços" se encontrava cada vez mais difícil devido ao alto custo sobrevindo da pressão abolicionista (dentre outros fatores).

A contar de meados do século XIX, imigrantes iam e vinham: italianos, espanhóis, portugueses, alemães e norte-americanos. Todos eles (no campo ou na cidade) constituíram as bases de uma sociedade com fortes intercâmbios culturais que deixou significativas contribuições para o desenvolvimento da cidade. Incentivados, então, por esse novo alento e pelas políticas governamentais que estavam sendo implantadas para reavivar a indústria sacarina, esses agricultores reencontraram na cultura canavieira as suas fontes de renda:

> Depois que o governo provincial criou o imposto em favor da indústria sacharina subiram os preços em favor do açúcar e oferecendo bons resultados os lavradores do Município passaram exclusivamente, à prática desta antiga e nova indústria, decorrendo já cinco anos do exercício dela; já conta o Município com 33engenhos para o fabrico de açúcar e da aguardente da cana, da qual esperam fazer importante safra no corrente. (*Almanach do Estado de São Paulo*, 1891)

Juntamente com esse revigoramento da produção de derivados da cana, fortaleceu-se também a diversificação da agricultura local que resultou no cultivo da lavoura do arroz, do milho e de outros cereais, além do algodão *upland* e de melancias *cascavel* da Geórgia, produtos que durante parte da história barbarense tiveram grande significado para o seu crescimento econômico (Almeida, 2003).[4]

Dessa feita, Santa Bárbara fez parte do grupo de cidades paulistas que resistiram aos apelos da lavoura cafeeira, mas que se beneficiou

---

4 Juntamente com o *troly* o semi-*troly*, a melancia *cascavel da Geórgia* e o algodão *upland* foram trazidos pelos colonos norte-americanos, saídos da Guerra de Secessão norte-americana (1860-1865).

do circuito econômico por ela criada, ao funcionar como um centro de abastecimento alimentício às populações da região. A corrida disparada em favor do "ouro verde" (Lobato, 1969) que alcançou o interior paulista e áreas adjacentes, desconsiderou até mesmo as necessidades mais básicas dos homens e afetou o abastecimento de produtos de primeira necessidade, já que as terras passaram a ser ocupadas predominantemente pelas ruas de café (Costa, 1977).

Figura 2.1 – A produção de Santa Bárbara, na antiga Vila Americana, sendo levada à Estação da Paulista (entre 1905 e 1910)

Em 1917, houve a prolongação dos trilhos da ferrovia até Santa Bárbara. Fonte: *Diário de Santa Bárbara*, na década de 1990. Coluna "Recordando"

Entre 1890 e os anos iniciais do século XX, Santa Bárbara transformou-se no principal município responsável pelo abastecimento alimentício de Campinas e outras cidades do estado, como registra Ricardo (ou Ancardo) Camacho em texto escrito na década de 1890 e transcrito por Brito:

> Na publicação do dia 3 do mês passado, no artigo da Vila de Santa Bárbara, foi mencionado por engano 1.200 litros de aguardente, sendo que o consumo local e a exportação de aguardente fabricada

> neste município é na média 1.200.000 (ou 2.400 pipas), e assim também, o consumo local e a exportação de milho no município é de aproximadamente 1.500.000 (300 mil alqueires). Quanto à fabricação do açúcar, fumo, café é feita em pequena escala, somente para o consumo local, porém a colheita de cereais é abundantíssima, sendo este o município que mais abastece Campinas e outros pontos do estado de gêneros alimentícios. (Brito, 1969, p.28-29)

Ao se desfrutar do reavivamento da economia açucareira e da condição de fornecedora de produtos agrícolas e abastecimento alimentício, Santa Bárbara registrou a constituição de um comércio urbano cujas negociações envolviam regiões do estado de São Paulo onde imperava quase que soberano o café.

Diante desse "novo" contexto, a inibição e as limitações das funções urbanas de Santa Bárbara – problemas decorrentes, em parte, da monocultura canavieira interligada à escravatura – tornavam-se a ser algo do "passado". Paulatinamente, a cidade que era até então simples local de pouso para viajantes e local de procura por fiéis em busca de serviços religiosos, passaria por uma sensível reformulação em seu papel econômico e cultural.

Os representantes da elite barbarense na Intendência e Câmara Municipal – sob a quase inconteste liderança do coronel José Gabriel de Oliveira e Souza (Almeida, 2003) – dedicavam-se a temas ligados à administração pública e, aproveitando-se das oportunidades para legislar e extrair receitas tentavam promover empreendimentos de que a cidade (leia-se: a elite local) precisava, como a iluminação elétrica, a construção de um teatro, a "Casa de Saúde" e o "Grupo Escolar", com evidente objetivo de privilegiar os interesses privados (Almeida, 2005, p.64-71). Para tanto, criavam impostos sobre as atividades econômicas surgentes: tributação de prédios, das indústrias agrícolas e pastoris, das profissões, dos veículos, entre outros – o que geravam, não poucas vezes, reclamações pela imprensa local (ibidem).[5]

---

5 A respeito desta tributação como "modus operandi" da modernização urbana, vale citar a oposição feita por Basílio Rangel, morador na Vila Americana

Era uma gama de atividades que se desenvolvia impelida em decorrência, direta ou indireta, das atividades do campo. Sem dó nem piedade – apesar das inúmeras petições que abarrotavam as mesas da Câmara reivindicando descontos, isenções – tais atividades eram tributadas, transformando a cidade em espaço de produção material atrelado essencialmente ao capital.

A leitura de periódicos locais nos informa que eram taxados: a fabricação de açúcar, da cerveja, do álcool, dos xaropes, dos equipamentos agrícolas, dos *trolys*, semi-*trolys*, carroções, o beneficiamento do algodão, as lojas de selarias, os secos e molhados, as olarias, os padeiros, os ferreiros, os açougues, os matadouros, as lojas de importados, os hotéis, restaurantes, armarinhos, ambulantes, as casas de jogos (*O Barbarense,* 10.jun.1900; 17.jun.1900; 1.jul.1901; 17.mar.1918).

Parte do rural começava a mudar-se do campo em decorrência das atividades comerciais e industriais que nasciam e se desenvolviam na cidade, dada a necessidade de se realizarem em locais espaciais onde era imprescindível a utilização de infraestrutura de serviços especializados (Singer, 1980): energia elétrica, sistema de esgotos, água encanada, meios de comunicação e sistema de transportes eficientes.

Produzir, fabricar, comprar, vender, exportar gerava constante ir e vir de transeuntes, de carros a transportar mercadorias, senhores e até senhoras que precisavam chegar até a estação, ao armazém, aos empórios, aos alfaiates, às farmácias, às lojas de fazendas e aos cafés. Derivava disso a necessidade de conceber Santa Bárbara como cidade que contasse com sistema de transportes, rede de esgotos, ruas mais largas e retas, casas alinhadas, entre outras melhorias do espaço urbano.

Os problemas de transporte e escoamento da produção agrícola barbarense para outras regiões começaram a se resolver já em 1873,

---

e membro da elite barbarense, que reclamara, em várias oportunidades, da cobrança de impostos indevidos. Há, por exemplo, uma reclamação publicada de Rangel publicada no jornal *Diário de Campinas*, de 7 de março de 1900 (In: Almeida, 2003).

com a chegada da Companhia Paulista em Vila Americana (que nesse período era distrito de Santa Bárbara), ferrovia que nascera por conta das medidas, conveniências e aspirações dos barões de Limeira, de Jundiaí, de Piracicaba, de Rio Claro, de Campinas e de Indaiatuba (Matos, 1981), mas que fazia sua parada em Santa Bárbara, a pedido dos fazendeiros e políticos locais.

Figura 2.2 – Estação de Vila Americana (1875)

Fonte: Museu da Imigração de Santa Bárbara d'Oeste

Os vagões que ajudavam Santa Bárbara a adentrar no "trem da história" saíam a transportar pessoas, mas também o algodão, as melancias e os cereais para Campinas e região, já que a região Centro-Oeste paulista vinha desconsiderando a fome de víveres e alimentando, quase que somente, o apetite do Átila *Café* (Lobato, 1969) que, ao nutrir-se, saciava-se apenas de "braços" e capital.

O prolongamento dos trilhos da Companhia Paulista solucionaria o problema do escoamento da produção local, bem como o problema da ligação de Santa Bárbara com outras regiões, posto que promovia sua integração econômica, política e cultural com outras localidades, por meio do emaranhado de troncos e ramais que a constituíam. Introduzida nesse grande complexo cafeeiro, a região de Santa Bárbara

Figura 2.3 – Estação na cidade de Santa Bárbara, no dia em que foi inaugurada (1917)

Fonte: Museu da Imigração de Santa Bárbara d'Oeste

acabou sendo afetada pelos mesmos padrões que o caracterizava, o que significava afirmar que os vagões ferroviários transportavam objetos e valores ainda desconhecidos pela sociedade local e tradutores de um novo tempo que se desejava implantar (Schwarcz; Costa, 2000).

Destruição e construção, de mãos dadas, campearam o Brasil afora: planos de urbanização contraditórios e tumultuários, que ressaltavam a existência de ambientes citadinos multifacetados, foram gerados a partir dos confrontos ocorridos entre os diversos setores da vida urbana que, naquele momento, eram alvo de projetos hegemônicos das elites tupiniquins. Forjada através de uma série de incontáveis valores e empreendimentos que encontraram sua gênese na ideologia do "progresso", a modernização urbana de Santa Bárbara constituiu-se como parte integrante de um processo histórico de transformações que foram sentidas em todo o mundo ocidental, no decorrer dos séculos XIX e XX.

Em território paulista, a implantação dessa modernização urbana ocorreu segundo um processo de intervenção do "Estado jardineiro" (Bauman, 1999), isto é, um Estado que procurava moldar e disciplinar hábitos, atitudes e comportamentos, por meio da criação de

normas reguladoras, normatizadoras e coercitivas, capazes de garantirem seu controle e poder (Elias, 1994).

Sob o comando da administração local, a modernização urbana da cidade se configurou em um processo de intervenções sobre uma malha urbana já existente. Porém, diferente da ação haussmanniana em Paris e da de Pereira Passos no Rio de Janeiro, que se deram como uma intervenção planejada, em Santa Bárbara ocorreu um processo de remodelação constantemente indicado por leis e normas municipais, que iam sendo criadas pela administração local ao "sabor" dos interesses pragmáticos de sua elite.

Uma elite que não se fazia de rogada e que dava sua contribuição na construção de uma nova face para o seu "hábitat". Essa elite, que era formada por fazendeiros, comerciantes, ocupantes de funções políticas e "coronéis" (Faoro, 2000), liderava a política local e comandava a cena pública no decorrer de nosso trabalho.

Durante o período inicial da República, a administração barbarense realizou inúmeras discussões: projetos de leis, artigos, parágrafos, corpos de letras decretados e promulgados escritos sob um pesado bico de pena, possuidores de efeitos morais e ordenadores foram constantemente lançados sobre a cidade tentando transformá-la em um espaço reinventado, pautado em valores como civilização/barbárie, atraso/progresso, arcaico/moderno.

Os ecos dessa corrida civilizadora chegaram até Santa Bárbara e a intervenção no espaço urbano aconteceu parcialmente, como uma revisão da cidade, baseando-se em antíteses como correção-manutenção e aceitação-violência (Salgueiro, 1995), assim como na Paris de Haussmann e no Rio de Janeiro de Pereira Passos. É o que explanaremos a seguir.

Ações e limites da modernização pelo poder público

Questões ligadas ao serviço de telefonia, à arborização das ruas, ao fornecimento de energia elétrica e outros assuntos foram focos de

discussões dos representantes do poder público em Santa Bárbara D'Oeste.

Tais assuntos interligados à higiene, à saúde pública, ao sanitarismo tornaram-se elementos essenciais nos projetos de modernização barbarense – como, de resto, em cidades-capitais brasileiras, desde os tempos imperiais (Chalhoub, 1996) – uma vez que foi concebida sob o escudo da racionalidade científica, tendo como um dos seus pilares básicos o princípio da geração de um espaço saudável, preocupação do urbanismo em fins do século XIX (Sennett, 1997; Bresciani, 2002).

Nesse sentido, acreditando na cidade como *locus* da desordem, da sujeira, da promiscuidade, tentou-se implantar em Santa Bárbara um projeto civilizador respaldado em uma ciência e em uma medicina preocupadas em considerar o *sertão* (Rosa, 2001) como metáfora de um Brasil cheio de patologias e, como tal, local onde só a higiene era apontada como conhecimento e conjunto de práticas capaz de fazer a mediação entre o estado de caos – o estado natural – e a "civilização" (Ribeiro; Pechman, 1996).

Para Sennett (1997), essa modernização do espaço urbano orientada por uma sociedade que se guiava pelo capitalismo implicava em confinamentos compulsórios, predominando nos bastidores da filantropia, dos cuidados com saúde e higiene, objetivos racionais e práticos.

Casas de isolamento, asilos de mendicidade e abrigo para menores eram construídos e mantidos pela administração pública barbarense e pela "benemerência" de membros da sociedade de elite que organizavam festas, quermesses e bazares beneficentes para angariar fundos necessários (*O Barbarense*, 24 jun.1900; 11 nov.1900; 7 set.1901 e 6 jan.1904) para construir instituições destinadas a afastar pobres, doentes de impaludismo, de varíola e febre amarela da sociedade, já que a fragilidade e a pobreza não combinavam com a imagem de altivez que se desejava.

Na *Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara,* sessão de 5 de junho de 1914, a principal discussão girou em torno das construções que, estando "condenadas", haviam servido de abrigos a doentes contagiosos. Outras, que não possuíam ambientes ventilados e

iluminados, as que não respeitavam o tamanho mínimo de área construída também foram postas abaixo.

No cerne do processo civilizador que estava sendo promovido em Santa Bárbara, o olhar das posturas municipais deteve-se, sem dúvida, tanto nos espaços públicos quanto nos privados. Nesses espaços, uma série de situações propiciava a ação violenta do que era entendido como decoro, higiene, justiça e convívio social. Lembrando Hannah Arendt (1995), a relação e a diluição das noções de público e privado no mundo moderno podem ser mais bem explicadas por meio da ampliação da esfera do poder de muitos dirigentes locais:

> [...] no mundo moderno, as esferas social e política diferem muito menos entre si... A ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões pertinentes a esfera privada da família transformaram-se em interesse coletivo. No mundo moderno, as duas esferas recaem uma sobre a outra. (Arendt, 1995, p.338)

Tratava-se de um contexto histórico de aprovação de muitas leis que possuíam um claro caráter invasor, saneador e excludente, sendo instituídas em Santa Bárbara desde 1894 (Ata da Câmara Municipal, 1896-1897; *O Barbarense*, 1900-1916). Juntamente com a vacinação obrigatória (em 1895), aconteceram invasões de residências e edifícios para promover defumações, interdições e até condenação de prédios designados insalubres.

Um embate entre o arcaico e o moderno, entre o natural incivilizado e o agente civilizador, foi travado constantemente, visando à busca da urbanidade e do controle social, predicados de um projeto maior de modernização, que procurava construir um novo modelo cultural no país e uma nova identidade definida pelas elites (Lubambo, 1991). Para estas, era conveniente as ações modernizadoras provenientes nos referidos projetos, posto que ambicionavam transformar a cidade em uma parcela de progresso e modernidade, "equipada" de símbolos capazes de atrair investimentos. Como enfatiza França (1979, p.174):

> [...] as cidades são produtos da civilização a que pertencem, afeiçoam-se a ela, e constituem oficinas de sua elaboração, de sua conservação, de sua difusão. As civilizações fabricam suas cidades, e as cidades, por sua vez engendram e dinamizam esta civilização que as modela.

Dessa forma, Santa Bárbara D'Oeste se via impelida a promover a sua própria urbanização, uma vez que era extensão de uma civilização que encontrara na regeneração do urbano a regeneração de seus habitantes e do próprio país (Sevcenko, 1995). Era a vontade modernizadora e de integração o que movia a elite barbarense, desejosa por transformar Santa Bárbara numa urbe "moderna", travestida de "progressos" artificiais a exigir novos cenários e figurinos.

Por essa razão, não conseguimos imaginar uma sociedade dominada por qualquer atividade de produção econômica (e vimos isto no tópico anterior), sem refletir acerca das relações dialógicas que mant*é*m com o campo da cultura. Na esteira de Lynn Hunt, podemos afirmar que:

> [...] as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam: elas próprias são campos de prática cultural – o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extra cultural da experiência. (Hunt, 1992, p.9)

Assim, envolvida por esse desejo que, de algum modo, encantou as elites do país, e tendo a peculiaridade histórica de não ser um município cujas atividades econômicas eram centralizadas no café, os agentes do poder público de Santa Bárbara esforçaram-se por reorganizar a "cultura urbana" local. Como toda obra pública de relevo envolvia a necessidade de capital, a modernização urbana de Santa Bárbara traria enormes custos ao erário: daí a paulatina intervenção na cidade ter sido processada, segundo o nosso entendimento, dentro dos "limites do possível", ainda que marcada por eixos que se interligavam, como o embelezamento, a racionalização e a higienização.

Arrecadavam-se minguados impostos, contava-se com os auxílios privados da elite (ansiosa por promover um ambiente civilizado), com o escasso dinheiro do governo estadual e com empréstimos bancários. O caso de modernização urbana de Santa Bárbara resvala nas ponderações feitas por Sandra Pesavento:

> A construção de algo idealizado não obscurece a consciência das limitações concretas que a realidade impõe. Entre o sonho da cidade ideal, revelava-se a concretude da cidade possível. Cabe, contudo, resgatar o empenho de abraçar as causas da modernidade. (Pesavento apud Ribeiro; Pechman, 1996, p.386)

A cidade modernizou-se. A higienização, a geometrização e a racionalização dos espaços resultaram em jardins racionais, praças embelezadas, domesticação da natureza e na implementação de alguns serviços públicos, como a instalação do fornecimento de energia elétrica, como podemos ver nas imagens seguintes.

Figura 2.4 – Praça Rio Branco (década de 1920), com seus canteiros geométricos. Respeitando as "condições de possibilidades", é um jardim com características haussmannianas

Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Romi

Figura 2.5 – Vista da área central da cidade (1930)

Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Romi

Porém, os cenários suntuosos e grandiloquentes, constituídos de casarões e prédios públicos glamourosos, se mostraram mais modestos em Santa Bárbara. Além disso, a extensão de alguns serviços e benefícios só veio ocorrer entre as décadas de 1940 e 1960. Sobre o serviço de tratamento e encanamento de água potável, documentos revelam que, até meados da década de 1930, a cidade ainda não os possuía. Um outro exemplo a ser citado é o hospital municipal, que só veio a ser inaugurado na década de 1960, apesar da preocupação higienista e sanitarista expressa na Primeira República.

O embelezamento de "fachada" foi, na verdade, prática corriqueira em Santa Bárbara no período estudado, haja vista a constatação de que o mascaramento dos traçados arquitetônicos, criador da fantasia de refinamento e ostentação, provocado pelo uso das decorações em relevo, dos estuques, esteve fortemente presente no espaço urbano.

Leis que tentavam disfarçar as características coloniais da cidade eram constantemente decretadas: proibição das construções de chalé, do uso da taipa e das coberturas de sapé e capim nas edificações. Foi criado, enfim, um rígido corpo de normas que regulamentava as novas construções e que obrigava a correção das antigas,

expressando nesse gesto a imagem sensível de uma elite que queria fazer transmitir o seu poder por meio das grandes construções (Starobinski, 1994).

Contudo, não devemos pensar que os limites do projeto moderno reformador se restringissem à monumentalidade (ou não) das reformas materializadas, pois se pensarmos nas *condições de possibilidades* de transportes de ideias e de modelos de urbanização (Salgueiro, 2001), consideraremos o fato de Santa Bárbara não ter se travestido de prédios luxuosos, produzidos ao sabor do ecletismo – aliás, outra de suas particularidades.

Sob esse prisma, Santa Bárbara pode ser pensada na dualidade cidade real e cidade ideal. Desde seu nascimento, as cidades latino-americanas foram remetidas a uma dupla vida: uma corresponde à ordem física, material, é a vida concreta do dia a dia, submetida aos vaivéns da construção e reconstrução e, sobretudo, à invenção de indivíduos e grupos – esta é a cidade real; já a cidade ideal é aquela que não se constituiu ainda, é prévia à sua aparição na realidade, existe na inteligência dos seus idealizadores, é racionalmente formulada através das letras e dos diagramas e gráficos. Na cidade ideal (idealizada), postulam-se as normas, a ordem, antes mesmo que esta se torne cidade real (Rama, 1985).

Isso não significa que a cidade real tenha apagado a cidade ideal no ideário barbarense. Mesmo que a segunda não tenha saído dos sonhos e não tenha conseguido ser "tirada" do papel, alguns projetos modernizadores não deixaram de ser idealizados. A construção da Santa Casa, do hospital, da rede de água potável, enfim, o ideal de modernização urbana existiu. Atas transcritas de sessões da Câmara Municipal, desenhos empoeirados de plantas de prédios e tantos outros documentos reveladores dos sonhos e desejos da elite barbarense relatam os anseios de uma sociedade que pretendia se mostrar civilizada por meio de signos modernos.

O fato de algumas "amostras" da cidade sonhada não terem se tornado sensíveis ao tato, não significa absolutamente nada quando pensamos ser o homem moderno, em sua essência (independentemente da concretização material de seus planos), um potencial

"remodelador de coisas e de espaços, um operador de rupturas" (Salgueiro, 2001, p.197). Para além do desejo de realizar o progresso material, de dotar a cidade de boa infraestrutura, de torná-la bonita, estava o desejo de incluir-se na "civilização" (veja a Figura 6).

Figura 2.6 – Largo da Matriz (década de 1930)

Fonte: Arquivo Histórico da Fundação Romi

Se no projeto e nas ações modernizadoras de Haussmann durante as reformas de Paris, três realizações principais se destacaram – o embelezamento, a racionalização do espaço e a higienização –, a rigor percebemos, no caso específico estudado, ter a administração local procurado transformar a cidade de Santa Bárbara em torno de três ideias principais interligadas pelo eixo da higienização: 1. a instalação de serviços urbanos – o fornecimento de energia elétrica, a feitura de uma rede de esgotos, a canalização de água potável e a assistência hospitalar; 2. a remodelação dos traçados da cidade e o refazer dos traçados das ruas e avenidas e 3. a renovação do espaço urbano central, que se traduziu em derrubada de prédios da cidade (públicos ou privados) considerados antigos e feios, para erigir outros novos.

Seguindo a noção de *condições de possibilidades*, é possível dizer que a apropriação ou reapropriação dos ideais haussmannianos

aconteceu em Santa Bárbara. Porém, eles foram reelaborados e experienciados de acordo com a cultura receptora. Abrir largas e retas ruas (e/ou reformar o traçado de outras) era necessário para, além de facilitar o fluxo, promover a comunicação bairro-centro, tornando-a próxima do modelo geométrico e racional.

E, mais uma vez, retornamos com os "limites do possível", posto que haviam intensas críticas e reclamações enfrentadas pela administração pública.

Em 3 fev.1900, o jornal *O Barbarense*, na coluna "Rabugices", criticava a administração do Executivo atestando que a Câmara, também alvo de críticas, cogitava, já há muito tempo, da realização do encanamento de água potável sem apresentar, porém, soluções reais para concretizar tal benfeitoria. Em sessão da Câmara de 5 de junho de 1901, registrada em Ata, o vereador Antonio Benedito de Oliveira, depois de ler um requerimento de alguns moradores de Santa Bárbara, pediu à edilidade que autorizasse o Executivo a contratar o serviço de estudos para o abastecimento de água.

Mas, por outro lado, sempre haviam justificativas para que o serviço não fosse realizado. Uma das justificativas consistia em afirmar que a cidade era economicamente pobre e que, por esta razão, o pouco arrecadamento municipal tornava os cofres públicos escassos e sem verba suficiente para a realização dos melhoramentos de infraestrutura urbana.

Nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente na década de 1920, podemos notar um fortalecimento, na política local, de imigrantes italianos – mais especificamente com a família Cillo. Decorreu disso que os grupos políticos locais foram sofrendo questionamentos e modificações em sua constituição e que, por seu turno, gerações anteriores viram reduzir-se o seu "poder" de ação sobre os projetos de modernização do espaço urbano. Mas este assunto, além de fugir dos objetivos deste texto, daria um outro texto e tantas outras questões.

Considerações finais

Importantes transformações ocorreram na vida da sociedade barbarense e na organização do espaço urbano da cidade de Santa Bárbara durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do XX. Sendo assim, esse período foi por nós eleito para ser pesquisado, porque Santa Bárbara não se mostrou aleatória a um processo global de transformações que afetava a vida das sociedades ao transportar ideias e modelos que se baseavam nas noções de arcaico/moderno e bárbaro/civilizado daquele período.

Foi nessa época que as ações modernizadoras voltadas ao processo de urbanização barbarense se intensificaram sob o comando da administração local, envolvendo tanto o executivo como o legislativo. Durante o período, intensificou-se uma remodelação urbana da área central da cidade simultaneamente à ocorrência de uma série de intervenções que se empenhavam em modelar as formas e expressões da vida social. O poder público municipal foi encarado como responsável pelas instalações das melhorias urbanas e pela elaboração das normas norteadoras do espaço citadino que forçaram as pessoas e grupos a reajustarem seus modos de vida.

Analisamos a transformação urbana no contexto das mudanças que estavam ocorrendo na economia e na sociedade de elite barbarense, bem como na sua inserção em uma nova organização da vida nacional que, por sua vez, se via absorta num tempo mais acelerado, obrigando-a a acertar os seus ponteiros ao de um relógio global que corria ao encontro do progresso (Sevcenko, 1998).

Contudo, se os assuntos da pauta modernizadora, caso da higiene e do sanitarismo, mostraram-se cruciais aos olhos da elite barbarense, os serviços públicos urbanos considerados essenciais – como a rede de canalização de água potável, a organização da rede de esgotos e a construção de um hospital (ou uma Santa Casa) – benfeitorias extremamente importantes para uma cidade que vivera inúmeras epidemias – demoraram a se realizar.

Numa época de reificação do discurso médico-higienista, que apresentava o ambiente urbano como cenário privilegiado para a

proliferação de doenças, para os grupos dominantes de Santa Bárbara, viver um cotidiano de perigos à saúde pública (representado pela insalubridade de uma rede de esgotos ineficientes e pela falta de água potável para o consumo) era, sem dúvida, um grande problema.

Não podemos asseverar se o que impediu Santa Bárbara de ter, naquele período, serviços tão necessários esteve associado à falta de verbas públicas. No entanto, arriscamos a afirmar que essa foi, talvez, a causa principal – associada ao descaso do governo estadual com os problemas municipais e ao provável desvio do dinheiro público. De acordo com os balancetes da Câmara, a receita municipal era muito pequena. Orçada, numa média aproximada, em cinquenta contos de reis anuais e, quase sempre, totalmente comprometida com as despesas corriqueiras.

Diante de uma receita tão pequena, levantaram a possibilidade de o documento ter sido fraudado – já que uma receita pequena ajudaria a justificar a falta de investimentos em melhorias urbanas. Trimestralmente o Executivo enviava balancetes a um periódico local com o intuito de tornar públicas as contas. Porém, além da análise do Livro de Balancetes da Câmara, de 1892 a 1913, confirmar as somas publicadas, ponderamos que a economia canavieira, naquele momento a principal fonte de renda municipal, não deveria, realmente, render grandes somas, apesar de o município ter sabido fazer bom proveito dessa sua especificidade.

Confessamos que, desde o princípio do trabalho, o fato de Santa Bárbara ter "optado" por não participar da economia cafeeira – no sentido de não promover o plantio do café – sempre nos intrigou, mesmo estando inserida no grande e importantíssimo complexo cafeeiro da região de Campinas.

Infelizmente, só conseguimos atribuir essa diferença ao fato de que as novas técnicas agrícolas adotadas no plantio da cana, somadas a alguns incentivos promovidos pelo governo à indústria sacarina, foram os responsáveis por Santa Bárbara ter "preferido" permanecer com o plantio de cana e não correr o risco de aventurar-se em uma empreitada nova, apesar dos grandes lucros do café que normalmente proporcionava. A cidade parece ter seguido semelhante toada.

Referências

Fontes

Jornais

Almanach do Estado de São Paulo, 1891;
Diário de Santa Bárbara, década de 1990;
O Barbarense, 3 fev.1900;
O Barbarense, 1900-1916 e
O Barbarense, 24 jun.1900; 11 nov.1900; 7 set.1901 e 6 jan.1904.

Atas da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste

Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, 5 jun.1901;
Ata da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, 5 jun.1914 e
Ata da Câmara Municipal Santa Bárbara D'Oeste, 1896-1897.

Arquivos

Museu da Imigração de Santa Bárbara D'Oeste;
Arquivo Histórico da Fundação Romi – Arquivo Privado das Indústrias Romi;
Arquivo da Câmara Municipal de Santa Bárbara D'Oeste e
Centro de Memória da Unicamp.

Bibliografia

ALMEIDA, O. de. *Uma ponte entre o arcaico e o moderno*: José Gabriel de Oliveira e Souza e a modernização urbana em Santa Bárbara D'Oeste (1892-1920). Franca, 2003. Dissertação (Mestrado em História) – FCHS/UNESP.

______. A modernização de Santa Bárbara D'Oeste na Primeira República: o papel da administração municipal. *Textos & Debates*. Roraima: Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima, v. 1, n. 8, jul. 2005, p.60-73.

ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense Universitária, 1995.

BAPTISTA FILHO, O. A fazenda do café em São Paulo. Rio de Janeiro: Serviço de Informação do Ministério da Agricultura, 1952. Apud MATOS, O. N. de. *Café e ferrovias*. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982.

BAUMANN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire*: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Barbosa & Hemerson Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989, v. 3.

BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Ed. UnB, 1994.

BRITO, J. *História de Campinas*. São Paulo: Saraiva, 1969, v. 1 e 18.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República*: momentos decisivos. São Paulo: Grijalbo, 1977.

DOIN, J. E. de M. *O capitalismo bucaneiro*: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café. Franca, 2001. Tese (Livre-Docência em História) – FCHS/UNESP, 2 vols.

ELIAS, N. *O processo civilizador*: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, vol. 1.

FAORO, R. *Os donos do poder*: formação do patronato brasileiro. São Paulo: Globo/Publifolha, 2000.

FRANÇA, E. de O. Fontes para a história urbana. *Memória da I Semana de História*. Franca: FHDSS/UNESP, 1979.

HARDMAN, F. F. *Trem-fantasma*: modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JONES, J. M. *Soldado descansa!*: uma epopeia americana sob os céus do Brasil. São Paulo: Jorge Zahar, 1967.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978.

LOBATO, J. B. de M. *A onda verde e o presidente negro*. São Paulo: Brasiliense, 1969.

______. *Cidades mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LUBAMBO, C. W. *Bairro do Recife*: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife: Cepe/Fundação de Cultura e Cidade do Recife, 1991.

NEEDELL, J. *Belle époque tropical*: sociedade e cultura de elite na sociedade da virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OTHAKE, M. F. G. *O processo de urbanização no Estado de São Paulo*: dois momentos, duas faces. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – PUC/Departamento de História.

PEREIRA, R. M. *O municipalismo em Washington Luís em sua em Batatais (1893-1900)*: aspectos da modernização urbana no interior paulista na República Velha. Franca, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – FCHS/UNESP.

PESAVENTO, S. J. *Exposições universais*: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

______. Lugares malditos: a cidade do 'outro' no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao XX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, set. 1999, p.195-216.

______. *O imaginário da cidade*. Visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SALGUEIRO, H. A. (org). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001.

______. Revisando Haussmann: os limites da comparação. A cidade, a arquitetura e os espaços verdes (o caso de Belo Horizonte). *Revista USP*. São Paulo, n. 26, jun./ago. 1995, p.195-215.

SCHWARCZ, L. M.; COSTA, Â. M. da. *1890-1914*: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SENNETT, R. *Carne e pedra*: o corpo e cidade na civilização ocidental. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

STAROBINSKI, J. *A invenção da liberdade*: 1700-1789. Trad. Fulvia Maria Luiza Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 1994.

3
As ideologias do palco urbano em Franca/SP:
teatros e cineteatros na mira da "civilização"

Veruschka de Sales Azevedo[1]

Apresentação

Imerso na atmosfera europeizada, o desenvolvimento urbano das "cidades do café", no interior paulista, durante a Primeira República, efetiva-se a partir de uma combinação do poder político, alcançado pelos grandes fazendeiros, com um projeto de modernização que teve início com os investimentos em ferrovias e na imigração. De acordo com Robson Pereira:

> Este projeto se estende ao meio urbano em expansão, em face das demandas causadas por um crescimento populacional vertiginoso e pela necessidade de redimensionar um espaço que, até então, mantinha características estritamente rurais. (Pereira, 2010, p 23)

Todo esse desenvolvimento é decorrente da economia capitalista, a qual, em frenética expansão, fez com que a cidade surgisse no século XIX como a grande síntese desse processo ambíguo, chamado

---

1 Mestre em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca) e Doutora em História Social pela PUC/SP. Professora de História (PBII) pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

modernidade. Ao homem desse espaço coube o papel de viver uma vida de paradoxo e contradição (Berman, 1986).

Neste texto analisaremos as práticas políticas envolvidas na remodelação da cidade, bem como as campanhas em relação aos pedintes, a construção de um novo teatro e a expansão urbana que ocorreu em Franca no início da Primeira República. Todos esses fatores foram norteados pela ideologia da higiene e do embelezamento, que pretendiam fazer do espaço urbano palco para a construção de um cenário com características europeias.

Sem cair em uma visão errônea de dizer que uma época suplanta a outra, sem nenhuma permanência, o que observamos em Franca é que houve uma intensa modificação na estrutura urbana da cidade. A economia cafeeira provocou um grande aumento populacional – de aproximadamente 7 mil habitantes, em 1903, passou para 11.051, em 1921. O crescimento econômico foi acentuado devido à diversificação comercial e propiciou aos administradores locais um expressivo aumento na arrecadação municipal, que era de 59.448,60 contos de réis, em 1892, e subiu para 146.152,40, em 1902 e 748.540,30, em 1926 (Nascimento; Moreira, 1943).

O *Almanaque Histórico* de 1901 trouxe uma tabela que indicava que a cidade, num período de seis anos, obteve um crescimento de quase 100%. O almanaque dizia o seguinte sobre as finanças:

> Muito lisonjeiro é o estado financeiro do Município da Franca. As suas rendas crescem de anno para anno, de modo considerável, como demonstramos transcrevendo abaixo as receitas dos últimos annos:
> Receita de 1884.....65:115$ 415
> 1896.....70:000$ 000
> 1898.....101:000$000
> 1900.....114.000$000
> 1901.....141.000$000. (Franco, 1902, p.60)

Concluindo uma nota publicada no almanaque de 1902, sobre a prosperidade de Franca, Miceno Franco atribui ao café as benesses do desenvolvimento citadino:

> [...] o café cujo plantio nestes ultimos annos tem se desenvolvido extraordinariamente em todo o município, constitue a principal lavoura, o principal produto de exportação e a principal fonte de prosperidade de Franca. (ibidem, p.64)

O crescimento econômico reflete-se na diversificação comercial da cidade, bem como em sua estrutura física. Nesse período, o centro da cidade foi o local preferido para alocar a moradia da elite francana e foi também, em detrimento de outras áreas da cidade, espaço privilegiado para os melhoramentos urbanos. A modernização urbanística transformou-se num dos principais ícones do progresso econômico e da instalação da modernidade em Franca.

As praças tornaram-se vitrines desse processo de remodelação, sobretudo as praças do centro da cidade que foram alvo das inúmeras investidas políticas que visavam embelezar o espaço urbano. O primeiro logradouro ajardinado da cidade foi a Praça Barão da Franca que, em 1901, foi decorada com canteiros arborizados e caminhos de terra batida, recebendo também, numa de suas laterais, um coreto de formato retangular. Antes da obra, o largo contava apenas com algumas árvores plantadas por iniciativa do imigrante e membro da elite, Caetano Petraglia.

No entanto, foi a Praça Nossa Senhora da Conceição, a praça central onde fica a catedral da cidade, que se tornou o espelho preferido da elite para a ornamentação. As fotografias da época anunciam as várias remodelações sofridas pela praça.

A instalação de cafeicultores e trabalhadores livres na área urbana implicou profundas transformações na estrutura da cidade. O crescimento da população urbana gerou uma clientela e, consequentemente, um mercado de produtos e serviços, antes inexpressivo.

Atividades esportivas e culturais como o "foot-ball", a patinação, o festival, o circo e o campeonato de balões desenvolviam-se em clubes como o Phenix, o velódromo e nos teatros que começavam a ser construídos.

Acompanhando a mudança na estrutura social que atingia principalmente os espaços de sociabilidade e, por conseguinte,

modificava a esfera doméstica familiar, o cinema começava a cumprir o papel de atrair essas famílias para preencherem esse novo reordenamento dos espaços sociais, por meio das práticas de lazer. A empresa francana de cinema de José Pires propunha-se a "organizar caprichosamente seus programas para oferecer algumas horas de boa diversão às famílias francanas" (Tribuna da Franca, 1908, p.2), os quais eram efetuados no teatro Santa Clara.

Vejamos algumas das inovações ocorridas no meio urbano, num período curto que vai de 1900 a 1911 e que serve para situar o ritmo de transformações que estavam ocorrendo naquela sociedade.

Affonso de Carvalho[2], de uma maneira bastante entusiasmada, considera que "da era de 1900 em diante os acontecimentos se precipitam, o Progresso alarga prodigiosamente os passos, a vida local se torna porventura ainda mais intensa" (Carvalho, 1912, p.14).

Em 1900, fundava-se o jornal *Tribuna da Franca*; em 1901, inaugurou-se o primeiro jardim público, Largo do Barão da Franca; no ano de 1903 ocorre a instalação da primeira linha telefônica e a Câmara Municipal executava a canalização de água Taveira; em 1903 instalou-se o Colégio Champagnat, destinado ao ensino dos moços e também o Grêmio Literário; em 1904 foi inaugurada a luz elétrica; em 1905 surge outro jornal de grande tiragem o *Cidade da Franca*, redigido por Assis Pereira e Urias Nascimento; no mesmo ano foi também inaugurado o primeiro Grupo Escolar; em 1906 fundava-se o Asilo de Mendigos, surge *O Trabalho*, jornal de reclames dirigido por Emílio Bruxellas e Carlos Pacheco e inaugura-se o The Great Attration Club.

O ano de 1908, segundo Affonso de Carvalho, destoa dos anos anteriores quanto ao movimento associativo "e quanto ao progresso material". O cronista diz que:

---

2 Affonso de Carvalho foi um notável literato da cidade de Franca, escrevia costumeiramente em periódicos da cidade e nas anuais publicações dos almanaques produzidos no período, também deixou um livro escrito sobre os costumes dos moradores da cidade de Franca, escrevia sobre o cotidiano e argumentava sobre as mudanças de comportamento social.

> [...] a população diverte-se nos sports, no Theatro, nos pique-niques graciosos, nos certamens artisticos da Estudantina Francana, e, com mais ruido, na commemoração das grandes dactasnacionaes. O cinema continua a invasão. (Carvalho,1912, p.17)

Em 1909, nova canalização de água e mais um jardim público, em 1910 o espaço de lazer seria ampliado com a inauguração do Bijou Theatre e, em 1911, era fundada a Cia. Industrial para a fabricação de fósforos e a Agência do Banco de Custeio Rural (Carvalho, 1912).

Antinomias do moderno

Fruto do processo de modernização que se passou nas cidades do café, o centro da cidade de Franca era o referencial de um progresso que não chegou a todos e que excluía, tendo na imprensa um forte aliado para essa ação.

Em contraponto à modernidade que era vista no centro da cidade, os periódicos de fins do século XIX frequentemente estampavam preocupação com a crescente mendicância no centro, o que demonstra o lado bárbaro e excludente da "belle époque", pois, nesse momento, tanto os mendigos quanto os pobres representavam um choque ao projeto de embelezamento empreendido pelos poderosos agentes da elite cafeeira, personagens que se contrapunham ao cenário pretendido da "*Belle Époque* caipira".

O termo "*Belle Époque* caipira" foi cunhado pelo citado historiador, que, em artigo para a *Revista Brasileira de História*, afirma:

> A partir de meados do século XIX, por conta das plantações de café o Brasil caipira se transformaria num espaço capaz de coadunar [...] um profundo gosto pelo moderno e por toda a materialidade e simbolismo que o envolviam e que eram experienciados na Europa como marca de um novo tempo, ou melhor, daquilo que era tido como o "melhor dos tempos": a Belle Époque. O termo revela que tais emblemas modernos possuíam relação estreita com a França,

> especialmente. É por conta disso que, durante o término do século XIX e princípio do século XX, muitos homens no interior paulista tinham seus sonhos povoados por desejos como o de viver um grande amor em Paris, desfrutar de seus cafés e cabarés, passear pelas suas ruas, olhando as vitrines das butiques e admirando a luz elétrica, entre outras novidades técnicas e materiais. Seguindo as reflexões de Eric Hobsbawm, poderíamos dizer que tais personagens eram lançadas no "drama do progresso...". (Doin et. al., 2007, p.93-94)

Já os pobres dessas urbes cafeeiras representavam tudo aquilo que as camadas enriquecidas mais rejeitavam, os costumes nada higiênicos e os hábitos daqueles eram prontamente identificados com o mal e as doenças, o que justifica, nesse período, mendigos e ambulantes serem constantemente perseguidos (Sevcenko, 1985).[3]

Numa coluna intitulada "Vagabundos", do jornal *Tribuna da Franca*, podemos notar a repressão aos esmoleiros e pedintes do centro da cidade. Com a finalidade de acabar com essa prática, foi aberta uma campanha contra aqueles indivíduos, por iniciativa do promotor público da comarca:

> [...] Em vista de muitos desacatos à propriedade particular e contínuas desordens que se tem dado ultimamente nesta cidade, promovidas pela grande quantidade de desocupados que aqui existe, resolveu o Sr. Dr. Promotor Público da Comarca abrir essa campanha contra os mesmos, punindo-os de acordo com as penas estatuídas no Código Penal. Louvando o procedimento do digno funcionário, desejamos que a sua resolução não seja para inglês ver... (*Tribuna da Franca*, 1905)

A descrição demonstra a tentativa da elite da cidade de ordenar seu meio urbano, instituir formas de seu controle e assegurar

3 Segundo Sevcenko (1985, p. 34): "[...] Desencadeia-se simultaneamente pela imprensa uma campanha que se prolonga por todo esse período, de caça os mendigos visando a eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade [...]".

tranquilidade aos moradores do centro. Nessa perspectiva, os discursos da higiene e do embelezamento misturam-se para, juntos, e por meio da ação da elite dirigente, atuarem contra os pobres da cidade.

Durante o surgimento e propagação da ideologia da higiene, surge o conceito de "*classe perigosa*". Tal termo traduzia a justificativa para vários atos de exclusão social pelos quais passou a parcela pobre da sociedade durante o período das reformas urbanas. Segundo Chalhoub:

> As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres estivessem expostas aos vícios de seus pais. (Chalhoub, 1996, p.29)

Segundo o autor, a estratégia para repressão da ociosidade envolvia abolir os supostos hábitos de não trabalho dos adultos e cuidar da educação dos menores. Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio, no sentido literal. Em 1924 foi construída uma vila para *morphéticos,* iniciativa da Associação Conferência S. Vicente, a mesma que construiu a Santa Casa, composta por pessoas que faziam parte de toda a plutocracia[4] (Azevedo, 2015). A análise dessa iniciativa ilustra bem o uso da ideologia da higiene para promover uma política autoritária e excludente, pois o "fim útil" desta iniciativa "caridosa e hygienica estava em segregar esses desgraçados seres do resto da sociedade" (*O Aviso da Franca*, 1924).

Em Franca, como uma maneira de amenizar o problema da pobreza, as senhoras da elite organizavam constantemente diversas

---

4 O termo mais adequado para designar a organização das camadas enriquecidas e a prática política do período é, portanto, plutocracia, que supõe os limites de ingresso no círculo do poder sobretudo aos mais ricos. Ver: Dion, 2001.

campanhas de angariação de donativos e roupas. Os cines-teatro eram os lugares preferidos para tais eventos, como a campanha realizada no dia 28 de maio de 1911, no Bijou Theatre, pelas senhoras da elite francana, e com a qual, segundo os jornais, "as nossas patrícias alcançaram um magnifíco triunfo" (Carvalho, 1912).

Evidenciamos que eventos como os citados acima, bem como debates acerca da construção ou não de albergues para abrigar os mendigos, levam-nos a perceber tentativas de disciplinar a pobreza, além de trazer para as famílias ricas a distinção e o prestígio a seus empreendimentos políticos. A medida tinha o objetivo de confinar os pobres e esmoleiros em lugares distantes do olhar da elite e ao mesmo tempo controlá-los.

As companhias de cinema (Azevedo, 2001) formavam um importante referencial dessa prática beneficente que, em inúmeras apresentações, destinava os espetáculos à Santa Casa de Misericórdia da cidade, ou aos abrigos de mendigos. Até porque muitas dessas companhias pertenciam a membros da elite francana.

No dia 19 de janeiro de 1908, ocorreu no Teatro Santa Clara um variado espetáculo, reunindo artistas de diversas áreas, em benefício da Santa Casa de Misericórdia. Compareceu o grupo dramático francano, apresentando o drama *Greve dos operários*, a sra. Virginia Casale com a exibição de cobras amestradas, José Nicácio recitando poesias como "Douda de Albano", entre outras, as cançonetas cantadas por João Barone e, finalizando a noite, as palavras do professor Sabino Loureiro, agradecendo a todos os artistas.

O controle do centro urbano versava de todas as maneiras. Em uma sessão da Câmara Municipal, de 21 de janeiro do ano de 1908, podemos ver a atuação do poder público municipal em fiscalizar o centro urbano, foi lido o parecer da comissão de redação, dando redigidos os projetos números 76 e 77, o primeiro proibindo a venda ambulante de carne aos quilos pelas ruas da cidade e o segundo alterando a lei sobre os carregadores da cidade, "submetido a discussão e aprovadas unanimente as respectivas redações" (Documentos diversos).

O espaço urbano, então, transformou-se num local ambivalente (Ferrara, 1990) um misto de civilização e barbárie. Os despossuídos

participavam como mão de obra na edificação, ornamentação e embelezamento do novo palco urbano e, tal como na "Família de olhos", de Baudelaire, ou em "As mariposas do luxo", de João do Rio, iriam apenas contemplar e desejar para si aquele mundo fantasmagórico e transparente das vitrines. Tanto em "As mariposas do luxo" como no poema "Família de olhos", os escritores, respectivamente, descrevem os limites do progresso para os despossuídos e marcam a participação a contrapelo desses excluídos que vislumbram os bens de consumo que estavam no interior de lojas e restaurantes. Os artefatos modernos, como o vidro, tornavam-se a cortina transparente e ao mesmo tempo limitadora do progresso estampado, que impedia o usufruto, devido às condições financeiras daqueles observadores.

Trabalhando com aspectos da cultura urbana do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX, a historiadora Maria Conceição Araújo observou a mesma dinâmica, ou seja, embora a contrapelo, a participação do excluído se fazia presente até nos espaços culturais.

> [...] Não só a elite, no entanto se mobilizava para ir ao teatro lírico. Além de sua participação nas claques populares se aglomeravam à porta do teatro para participar, mesmo de longe, do acontecimento: A plebe acotovelando-se sob o lençol do gás, espiando curiosamente, não só o salão do paraíso vedado, como os rostos mal escondidos das moças e os finos pés elegantes. As temporadas atraíam espectadores de todos os estratos sociais [...]. (Araujo, 1993, p.346)

Nesse momento, a reorganização do espaço urbano por parte da vereança privilegiou a elite em detrimento das "classes perigosas". O sentido do olhar da elite foi hegemônico e buscou constantemente sua eficácia sobre a população de uma maneira geral.

Anterior a esse processo de remodelação urbana que se intensificou no início do século XX em Franca, o nascimento do Teatro Santa Clara constituiu-se um exemplo. Vinha suprimir a necessidade de um espaço específico, destinado à apresentação de peças teatrais e festejos diversos, relativos ao cotidiano francano que se desenvolvia com impulso constante a partir da década de 1870. Porém, à ideia

da construção de um teatro, correspondeu a de amenizar os costumes "grosseiros" da sociedade em questão. Ou seja, o teatro seria a porta de entrada para os costumes novos, mais polidos e, dentro da visão da época, mais civilizados. Segundo Célia David (1994), os anos 70 do oitocentos significaram o justo momento da "virada" da mentalidade francana, aparelhada em função da incipiente economia cafeeira em desenvolvimento e à serviço da idealização de uma imagem condicionada pela valorização social, dentro de uma escala que se constituía pela hierarquia econômica.

Inaugura-se o culto ao dandismo, a *flânerie* (Benjamin, 1989; Rio, 1995)[5] em Franca. Os cronistas dos bailes descreviam as *toilettes,* empregando termos franceses: "Mle F. apareceu elegante no seu vestido bleu – marin, Mlle F. usou traje branco trèschic, bleuciel..." (Carvalho, 1912, p.161). O importante agora era ser "chic" ou "smart" conforme a procedência do tecido ou modelo[6]. As vestimentas tiveram um papel de destaque nas crônicas de Affonso de Carvalho e havia sempre a comparação dos hábitos franceses aos de Franca:

> [...] As francanas revelam hábitos iguais, disciplinadas no apuro do vestuário, no gênero delicado das diversões, no pronunciado gosto pela arte e, especialmente pelo cultivo das flores [...] adornada pelo mais novo penteado parisiense [...]. (ibidem, p.65)

Afonso de Carvalho prossegue falando do cotidiano das senhoras francanas e de seu asseio com o lar, "onde o asseio dão, como nas habitações perfeitamente higiênicas, uma sensação grata de saúde,

5 Walter Benjamin e João do Rio, em conhecidas obras, abordaram a presença do *flaneur* como uma figura que observa as modificações trazidas pela modernidade.

6 Sevcenko (1985, p. 31), verificando que as transformações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro foram também acompanhadas de uma mudança nos figurinos, nos informa: "[...] Também com relação à vestimenta verifica-se a passagem da tradicional sobrecasaca e cartola, ambos pretos símbolos da austeridade da sociedade patriarcal e aristocrática do Império, para a moda leve e democrática do paletó de casemira e chapéu de palha [...]".

conforto e civilização" (ibidem, p.174). É importante registrar que as francanas, às quais se refere o cronista, pertencem à camada da elite. Sendo a maioria da população desprovida dos mínimos recursos para a sobrevivência, quem dirá para adornos e vestuários, tais quesitos ficariam como parte e usufruto exclusivo da elite.

A cidade entra na modernidade com os pés na tradição, sendo, por isso, necessário metamorfosear-se para projetar-se no cenário moderno. O historiador José Evaldo de Mello Doin, estudando a mentalidade ambígua da elite cafeeira, administradora das cidades do café, constata que:

> Estas urbes traçaram suas modernidades dentro de especificidades histórico-culturais, oriundas de um imbróglio ferreteado pelas ambiguidades e ambivalências de seus personagens – homens de espírito arrivista e aventureiro – no universo do público/privado, do arcaico/moderno, do rural/urbano, do civilizado/bárbaro, que lhes possibilitaram o ingresso no mundo do capitalismo industrial – modas, cinemas, automóveis, teatros, ferrovias, telégrafos – sem, contudo, dissociá-las dos impasses históricos que perpetravam no país desde os tempos coloniais – a cordialidade e o espírito bucaneiro de nossas elites. (Doin, 2001, p.732; Holanda, 1995, p.142)

A decadência do teatro Santa Clara enquanto símbolo do moderno

O processo de modernização urbana vivido no início do século XX em Franca intensifica a vontade dos citadinos, sobretudo da elite, de dar uma imagem moderna aos prédios do centro. Nessa perspectiva o teatro Santa Clara começou a ser foco das críticas enviadas aos jornais. A pretensão era de que se construísse um novo teatro, pois a arquitetura do antigo começava a não se adequar aos anseios de seus frequentadores.

Portanto, uma característica muito peculiar resultante do desenvolvimento tecnológico foi o crescimento do consumo e a

necessidade de assegurar e atrair consumidores para determinados produtos. As noções de progresso e civilização, semelhantes mesmo aos objetos de consumo, também funcionaram como objetos fetiche, fazendo com que a modernização implementada, seguindo a ótica do progresso, abolisse costumes e valores que não correspondessem ao "novo" modelo de sociedade (Sennett, 1989).

A própria concepção do prédio do Teatro Santa Clara evidencia o impasse da cidade na apresentação de uma feição moderna. E, na primeira década do século XX, os jornais fizeram do edifício deste teatro tema recorrente da imprensa que, imbuída dos ideais do progresso e da ideologia da higiene, produziu inclusive duras críticas à Câmara Municipal, colocando em descrédito a eficiência administrativa:

> [...] Afinal, depois de insistentes reclamações da imprensa local sobre o estado de ruína em que se encontrava o nosso Theatro "Santa Clara", a Camara Municipal resolveo-se fazer-lhe alguns reparos e concertos.
>
> Folgámos com esta resolução embora tardia, pois realmente ninguem que penetrasse naquele deteriorado casarão da praça Barão da Franca deixaria de sentir-se enojado com tanta imundície que se amontoava ali, naquelle templo consagrado a arte e que deveria por isso mesmo, se não revestir-se de esplendor e de sunptuosidade ao menos obedecer quanto possível aos preceitos de hygiene, as leis de acústica, as condições physicas de ar de luz, etc.
>
> Mas bem depressa ao nosso júbilo, por ser adoptada uma medida que se nos afigurava indispensável, succedeo o mais completo desalento, a mais absoluta desilusão desde que nos scientificamos de que o serviço que ia ser realizado era o de simples limpeza do theatro e que alteração nenhuma se faria neste edifício no sentido de melhorar-lhe as condições a que alludimos.
>
> De maneira que nada ou quase nada temos adiantado com as taes obras iniciadas pela nossa municipalidade. E em vez de um serviço efficaz, mais ou menos duradouro, que pudesse apparentar ao menos um certo gosto artístico, uma pequenina parcela de amor

> pela educação do povo (pois que o theatro é um verdadeiro estabelecimento educativo) vamos presenciar um varrimento commum de um prédio qualquer, com vassoura ordinária e com um pouco d'agua com que afugentamos por momento a poeira dos respectivos aposentos da casa. (*Tribuna da Franca*, 1909)

A petição revela que o teatro era considerado, além de uma importante casa de diversão, salão de festas da elite e das reuniões dos políticos. Também era considerado por muitos citadinos um espaço educativo, o que lembra a passagem do cronista Afonso de Carvalho quando, falando da construção do teatro, afirma que seria um espaço para "amenizar os costumes" da população francana. Podemos perceber que havia muitos adeptos daquela definição, pois se ainda consideravam o teatro um "verdadeiro estabelecimento educativo", por outro lado não desejavam mais que as atividades artísticas fossem realizadas no antigo prédio.

As críticas ao Santa Clara tornavam-se mais acirradas, porém o velho casarão não deixava de receber as mais conceituadas companhias artísticas do período. Foi assim que em setembro de 1905 recebeu a visita do sr. Euclydes Teixeira, secretário da "importante e grande companhia" do ator e diretor (ensaiador como se dizia na época) português Francisco Santos, que estreou no dia 7 de setembro de 1905 com o drama *J. Decenta*, de João José, e, segundo a imprensa, dos lugares no qual a companhia esteve trabalhando foi considerada "uma das melhores que percorrem o Brasil". O elenco dessa companhia era composto de 25 artistas de ambos os sexos, a companhia prometia aos espectadores de Franca um repertório eclético, composto "das melhores peças do teatro antigo e moderno" (*Tribuna da Franca*, 1905, p.2).

Essa empresa permaneceu em Franca até o mês de dezembro, retornando em janeiro com novos espetáculos. Durante esse período, os jornais da cidade abriram os noticiários, variadas vezes, com crônicas sobre a apresentação da companhia. O senhor Francisco Santos, pelo que consta nas crônicas sobre as peças apresentadas, era muito estimado por sua presença no palco.

Confirmando o que a companhia de Francisco Santos havia prometido, o espaço do jornal *Tribuna da Franca*, intitulado "Crônica Teatral", declarava que nos dias 16 e 17 de dezembro a trupe "deu--nos os grandes e sempre apreciados dramas da velha escola". *A martyr* e as *Duas orfãs* e, no parecer do cronista, a representação dessas duas peças "nada deixou a desejar". Com a crítica bem favorável, a companhia apresentou no dia 19 de dezembro "a comédia da escola franceza – O outro eu" (*Tribuna da Franca*, 1905, p.1).

Na noite do dia 14 de setembro, uma quinta-feira, realizava-se a estreia do primeiro espetáculo do "cinematografo fallante da empresa Candburg" (ibidem). O espetáculo do dia 21, pelo que consta, também foi um sucesso. No mês de outubro, dia 19, o teatro realizou a estreia do espetáculo da trupe Bigliane e Esedra que, em sua temporada na cidade, trabalhou "todas as noites com um aperfeiçoado aparelho de cinematografo, sendo exibidas muitas vistas de efeito surpreendente" (ibidem).

Ainda que houvesse uma boa produção cultural organizada no teatro Santa Clara, as críticas sobre as reformas empreendidas pelo prefeito continuavam a tomar lugar na imprensa:

> Sendo assim antes nada fizessem com effeito, não valeria a pena dispender para ahi algumas centenas de mil reis com concertos ou cousa que com isto se pareça para d'ahi há pouco fazer novos gastos com a renovação das mesmas obras de caráter todo transitório e ephemero. (*Tribuna da Franca*, 1905, p.1)

O trecho acima deixa explícito o ideal da higiene e sua utilização para a reivindicação de uma nova casa de arte. Como já foi dito, as comodidades urbanas eram o espelho de imagem de uma cidade civilizada e as condições nas quais se encontrava o teatro da cidade atestavam justamente o contrário, muito diferente do período no qual foi construído, sob o investimento do Barão da Franca. Embora falando sobre a reforma de um teatro, o que se percebe no discurso do documento é a visão que os homens do período tinham a respeito da pretendida civilização. Então cabe a nós ampliarmos a leitura

desse documento em proveito da compreensão da noção de progresso para a sociedade de Franca naquele início de século.

O Teatro Santa Clara começava a apresentar-se à elite como espelho do atraso em direção da idealizada civilização, já que sua aparência, tanto externa quanto interna, carregava características da sua construção na época do Império, em 1874. O documento do qual estamos falando data de 1906 e revela que, de acordo com a imprensa do período, a imagem de uma cidade moderna deveria estar acompanhada de edifícios higiênicos e arejados.

Pelo inconformismo com o tipo de procedimento do poder público, as críticas prosseguem todos os dias no noticiário local, indicando que os reclamantes estavam realmente insatisfeitos com o estado decadente do único teatro da cidade:

> [...] O que queriamos em ultima análise, era o seguinte: ou o que se arrasasse de vez aquelle repugnante pardieiro que está ali ao Largo a dar *um testemunho palpitante de uma civilização ainda embrionária*, do nosso povo, ou que a mingoa de recursos pecuniários para a construção de um theatro digno de nós, se fizessem neste mesmo "Santa Clara" os concertos, as modificações, as obras enfim indispensáveis para que pudessemos penetrar em seu recinto com a certeza de encontrar-mos commodidade e conforto em uma noite de festival artístico e instrutivo sobretudo... (*Cidade da Franca*, 1906 – grifos nossos)

Ainda que a postura desse documento revele um aspecto da dinâmica histórica que corresponde à condenação ou adesão a hábitos culturais ou formas de vida por parte de determinada sociedade, o documento mostra que foi, sobretudo, em fins do século XIX e início do XX que no Brasil a ideologia do "progresso" passa a não ser mais um desejo "caprichoso" das elites e sim um projeto político, uma necessidade intensa de acabar com tudo o que representasse o bárbaro. Este procedimento ia desde a demolição de edifícios, mudanças nas fachadas e vestuário até a perseguição a mendigos que perambulavam nos centros das cidades. A civilização, como já dito, era a meta. (Sevcenko, 1989).

Depois das reclamações dos populares e das pequenas reformas empreendidas pela prefeitura, as atividades culturais prosseguiram normalmente e o Santa Clara continuava a receber diversas companhias de cinema e as trupes de teatro que percorriam as cidades do nordeste paulista, divulgando seus eventos. Tais companhias fizeram de Franca uma importante localidade para reincidirem em suas visitas. Foi o caso da Companhia Dramática de Francisco Santos:

> Alguns artistas que fizeram parte da "troupe" dramática dirigida pelo ator Francisco Santos, que esteve há pouco nesta cidade, pretendem dar no nosso velho "Santa Clara" alguns espetáculos com programa variado e inteiramente novo para o nosso público. (*Tribuna da Franca*, 1906)

Essa companhia de teatro, vinda da cidade de Santos, já havia permanecido na cidade de Franca numa temporada de cerca de três meses do ano anterior e, agora, retornava com novos espetáculos. O jornal *Tribuna da Franca* terminava a notícia pedindo a toda a população: "previnam-se pois, os amantes das boas distrações" (ibidem).

As bandas e orquestras que se apresentavam no Teatro Santa Clara em geral eram de fora, porém o teatro também possuía uma orquestra, contratada para fazer os intervalos entre as "vistas" e que era composta pelos seguintes músicos: Joaquim Tristão de Almeida (Pistão): regente; Oscar Louzada: rabecão; Alice Serazzi, Luiza Tristão Rangel, Deolides Pacheco, Jerônimo Tristão de Carvalho, Aggie Archetti: violinos; Orestes Tristão e José Lima: flautas. Essa orquestra por muitos anos apresentou-se no Teatro Santa Clara e tinha como repertório peças sinfônicas, óperas e músicas sacras, sendo considerada uma das melhores orquestras da cidade. O repertório dessas bandas e orquestras permaneceu romântico, com destaque para o gênero operístico europeu, e a produção dos compositores francanos entrou para o repertório das bandas e orquestras e foi aceito e apreciado tanto quanto os compositores europeus.

As ideias difundidas no meio urbano, aliadas ao discurso republicano da ordem e do progresso, junto às transformações urbanas,

foram responsáveis pelo projeto de se manter um teatro que expressasse a beleza e o progresso da cidade. Tal ideia, veiculada pelos meios de comunicação (Sevcenko, 1989),[7] mobilizou a elite que, sedenta de se sintonizar com a modernização e pretendendo usufruir da distinção atribuída aos frequentadores de tal casa de artes, agradece por meio do jornal *Tribuna da Franca*, ao prefeito pelas reformas do teatro:

> [...] graças a boa vontade do nosso esforçado Prefeito Coronel Martiniano de Andrade, que não tem poupado esforços nem trabalhos para corresponder a confiança que lhe delegaram os seus pares a gestão dos negócios municipais, o velho Santa Clara apresenta-nos um aspecto mais decente de civilisação.
>
> O Prefeito adquiriu e fez collocar nos camarotes 150 cadeiras austríacas do afamado fabricante Thonet. Este melhoramento era de há muito reclamado pela imprensa e pelo publico que até há pouco clamaram no deserto.
>
> Louvando o ato do correto administrador, sempre solicito em atender os reclames da imprensa, damos ao público a boa notícia de que dentro em breve a mobília do theatro será completada, ficando assim aquela casa de diversões dotada da necessária comodidade nesse sentido... (*Tribuna da Franca*, 1908)

O teatro foi reformado. Porém, como a reforma beneficiou somente o público dos camarotes, a plateia teria de esperar mais algum tempo para usufruir dessa comodidade e foi então que a Empresa Cinematográfica Francana ofereceu-se para um variado espetáculo em beneficio das reformas, pois com este auxílio a prefeitura poderia prover a mobília da plateia.

7 Cabe ressaltar o papel da imprensa como o fez o professor Nicolau Sevcenko no estudo da *belle époque* carioca: "A identificação com o novo modo de vida é tal que os seus beneficiários, encabeçados pelos jornalistas, procuram organizar-se para garantir a sua manutenção, exigir a sua extensão a todos os pontos mais distantes e mais recônditos da cidade e impedir retrocessos [...]" (p. 37).

A imprensa, como já era de esperar, fez uma propaganda quase que convocatória para o possível público do espetáculo, pois esta, neste momento, começava a desempenhar o seu papel intimista, correspondente ao tipo de socialização que surgiu a partir de fins do século XIX, em que as funções de socialização foram transferidas do âmbito mais íntimo, privado, para a esfera pública, seja pela ação do Estado, seja pelas corporações empresariais, seja pela influência da publicidade, do cinema e outros meios de comunicação de massa. Com isso, uma subjetividade formada no terreno das atividades de lazer e consumismo cultural, numa "esfera pública que passa a assumir ela mesma formas de intimidade" (Habermas, 2000, p.184), era a consequência desse processo. Prosseguia a imprensa:

> [...] O Santa Clara será pequeno para conter o nosso público que assim lucrará duplamente, divertindo-se e concorrendo para a sua própria commodidade, num melhoramento indispensável aquela casa de diversões. (*Tribuna da Franca*, 1908)

Aliás, o ano de 1908 foi de bastante trabalho para os organizadores das programações do Santa Clara. Foi nesse ano que a Empresa Francana de Cinema, de José Pires, adquiriu os maquinários do cinematógrafo Pathé de Paris e exibiu no teatro, no dia 6 de fevereiro. Desde então a empresa começou uma temporada de suas atividades naquele teatro. No mês de março do mesmo ano o teatro teve que alternar as atividades da empresa de José Pires com a Internationale Kinemtographen de WektGeskaft que, de passagem pela América do Sul, encontrou um público consumidor para as novidades das *vistas* produzidas e, segundo a imprensa francana, "pretende deliciar o nosso público com alguns espetáculos, dispondo de um enorme repertório de vistas das mais modernas" (idem).

E nesse mesmo ano recebe a Empresa Mendel de Cinematógrafos, que veio mostrar suas mais novas "vistas". Para mostrar as ambiguidades desse período, como já dissemos, as antigas atividades ainda continuaram a coexistir em meio às transformações do mundo da cultura. O mesmo teatro que exibe a "sétima arte" na cidade foi

utilizado para leiloar as prendas da Festa do Divino, reservando--se alguns lugares para as "exmas famílias" (ibidem). Porém, tema recorrente nos noticiários da imprensa, o Santa Clara volta a ser alvo de críticas, em decorrência de sua estética e higiene que não correspondiam ao gosto de seus frequentadores. "Notas e fatos", de 13 de junho de 1909, retratava a reivindicação feita ao prefeito da cidade para que zelasse por tal edifício. Na opinião dos usuários, o teatro ainda representava um "aspecto embrionário da civilização".

O discurso, reproduzido nesse documento, revela a incorporação da ideologia da higiene e, porque não dizer, do progresso, e se tornava a tônica de todas as campanhas destinadas à reforma do Santa Clara. Um outro indício diz respeito às finanças do teatro, revelando ao mesmo tempo que o teatro possuía renda suficiente para suprir suas reformas.

> Já que não podemos, por falta de iniciativa e boa vontade, possuir um theatro na altura do progresso desta terra, justo é que a municipalidade se esforce para conservar em condições mais ou menos lisonjeiras o antiquario barracão do largo do jardim, de modo que os seus defeitos e aspecto canhestro sejam aparentemente encobertos aos olhos dos nossos visitantes. De resto é sabido por toda gente que a renda do velho theatro dá bastante para que de quando em vez seja elle convenientemente reformado. (*Tribuna da Franca*, 1909)

De fato, se o teatro representava a casa artística de mais expressão que a cidade possuía, era somente dali que saía os maiores lucros em torno das atividades culturais, até porque, como pudemos constatar, nesse período o espaço do Santa Clara não foi apenas utilizado para os espetáculos teatrais, pois como percebemos, o espaço tinha várias finalidades. De fato, a crítica torna-se contundente, uma vez que bem administrado o próprio teatro geraria rendas para sua reforma, o crescente público do cinema já constata a informação.

> O estado em que se encontram as paredes externas do útil edifício é prova incontestável do pouco caso com que, de longo tempo,

> é o mesmo tratado, facto que sobre ser censurável deve merecer da administração municipal inteiro e perseverante cuidado, evitando assim que permaneça sempre em ruínas um seu próprio que embora defeituoso, vae servindo para que todos não fiquemos sem a única casa para diversões publicas.
>
> Indague o sr. Prefeito da verdade destas linhas como é do seu costume, providencie de conformidade com o que for de justiça.

Além de que, nos parecem tão pequenos os serviços em questão, e tão insignificantes serão as despesas para attende-los, que só por uma requintada má vontade deixarão os mesmos de serem levados a efeito com a urgência indispensável... (ibidem)

Retomando o documento acima, podemos perceber que a ideologia da higiene e do embelezamento, traduzia-se num processo civilizador, pois o impacto daquela se evidenciava em aspectos cosméticos, como a preocupação com a estética da frente do teatro, pois sua fachada devia revelar o grau de progresso que a população desejava alcançar. Como podemos perceber, a petição assume a necessidade de que se fizesse uma fachada nova para o Teatro Santa Clara, a qual deveria impressionar os visitantes e transmitir com eficácia a sensação de civilização.

Durante a "belle époque" carioca, por exemplo, ocorreu um grande investimento nas fachadas dos edifícios urbanos. Tal investida tinha o objetivo de mascarar os traçados originais de tais prédios e afetar a visão do usuário, "pois aquela era uma época de fachada" (Needell, 1987, p.170).

O que almejavam do velho Santa Clara – guardadas suas condições de possibilidade, uma vez que o modelo europeu só poderia ser realizado por meio de uma adequação com o ambiente brasileiro que era totalmente diferente do francês (Salgueiro, 1995) – era que, tal como a Ópera de Paris, transmitisse a seus frequentadores uma fantasia de refinamento e ostentação, que no caso do teatro francano não seria possível devido à estrutura antiga e ultrapassada, ou seja, nesse momento, a elite dominante buscava adequar a casa de arte ao discurso do belo. Os vários teatros municipais, construídos nas "terras

do café", demonstravam essa necessidade de mostrar a civilização e o progresso por meio dos prédios do período.

Uma outra característica que essa discussão sobre o teatro revela é o descompasso da "belle époque" francana em sua tentativa de unir o dinamismo ao atraso, num jogo de luzes e sombras, de fachadas e interiores. Enfim, uma realidade que, vislumbrada em outra dimensão, retrata o cotidiano de homens em busca de sintonizarem-se com algo que lhes escapa a todo instante e que carrega o seu contrário. Concordando com o historiador Sidney Challoub, acreditamos que para além de:

> [...] Insistir na importância de conceitos como "civilizador", "ordem", "progresso" e outros afins os correlatos como "limpeza" e "beleza" e os invertidos tais como "tempos Coloniais", "desordem", "imundície", etc., não nos leva muito além da transparência dos discursos da observação da forma como eles se estruturam... O que se declara, literalmente é o desejo de fazer a civilização europeia nos trópicos... (Chalhoub, 1996, p.35)

Os impasses dessa "*belle époque* canhestra" (Saliba, 1992)[8] fizeram com que a reforma do teatro só acontecesse em 1o de maio de 1912, quando o prefeito autorizou a reconstrução da sua frente e outros reparos nas suas paredes, abrindo mais portas e janelas, providenciando encanamento e beiradas, numa tentativa de conectar

8 Na tentativa de compreender a *Belle Époque* brasileira e paulista, Saliba (1992, p. 53) aponta que: "Pensar numa Belle Époque brasileira é lidar com imagens de uma modernidade meio canhestra, que pontilharam a história da República nas primeiras décadas do século XX". E sobre a São Paulo da Belle Époque o professor diz que: "Se não tivemos o equivalente paulistano da remodelação carioca destacam-se alguns traços peculiares: Como o crescimento econômico intenso da capital do café em conjunto com uma imigração maciça que, desde a abolição "inchava" uma cidade, desprovida dos mínimos equipamentos urbanos modernos". "A imagem mais representativa de São Paulo da Belle Époque talvez fosse a de um grande mosaico, expressando aquele caldo de cultura multifacético e instável, oferecendo aos expectadores mais atentos, como Antônio de Alcântara Machado aquele arzinho de Exposição Internacional."

o tradicional prédio ao "art-nouveau", típico estilo arquitetônico da "belle époque". Eric Hobsbawm define o estilo "art-nouveau"[9] como a culminação da tentativa de dizer o novo, usando uma versão da linguagem do velho e foi o primeiro estilo "moderno" a conquistar todos os espaços desde o arquitetônico até os objetos domésticos (Hobsbawn, 1982).

O crescimento do comércio cinematográfico contribuiu ainda mais para alterar a estrutura do antigo teatro. A campanha pela reforma da casa de espetáculos incorpora a necessidade de adequá-la à projeção do cinema. O pedido dizia o seguinte: "O concerto e pintura do frontespício daquelle desajeitado templo da arte são necessidades inadiáveis, mormente agora que uma empresa cinematográfica nele pretende dar uma grande série de espetáculos..." (*Tribuna da Franca*, 1909).

A discussão em torno das reformas do teatro demonstrava o grau de obsolescência e morte que a modernidade trouxe consigo, pois o teatro, enquanto edifício da época do Império, tornou-se símbolo do arcaico para a realidade da década de 1910 do século XX, porque não possuía a suntuosidade esperada pela "belle époque" e, sobretudo, não estava adequado para comportar a crescente indústria cinematográfica que fazia da cidade seu ponto de comércio. Corroborando esta análise, o professor José Evaldo de Mello Doin conclui:

> Arte cara e ávida de difusão, o cinema torna-se o saguão de gala de entrada para a sociedade de massas. O rastilho explodiu nas terras do Oeste bandeirante, metamorfoseando os olhares cada vez mais caleidoscópicos e estilhaçados, multiplicando não só imagens, mas espaços. (Doin, 2001, p.318)

Espaços esses mais democráticos, dos quais até os que possuíam menos recursos podiam usufruir. Entretanto, obviamente,

---

9 Em Franca no ano de 1896 foi construído um prédio da Câmara e Cadeia por um dos introdutores do art-nouveau no Brasil o arquiteto Victor Dubugras, tal edifício transformou-se em cartão postal da cidade como símbolo do embelezamento do período.

respeitando as divisões sociais já inclusas nas disposições das salas que surgiam, com seus camarotes e frisas reservados à elite e as toscas cadeiras destinadas ao público comum (idem).

O teatro, apesar das críticas, prosseguia suas atividades, mas a elite não deixava de requerer uma outra casa teatral. Em 1912, por meio de requerimento, o sr. Gustavo Martins Cerqueira e o bem-sucedido comerciante Crisogno de Castro pediram concessão da Praça Barão da Franca para nela se construir um teatro de "estilo moderno". O requerimento foi aprovado.

Nesse período, o Teatro Santa Clara passou a se chamar Teatro Municipal e continuou a ser o teatro mais popular da cidade, com uma produção artística bastante diversificada. Foi inclusive arrendado pela Empresa Dramática Athur Carrara, em 1914 (Documentos diversos, 1914)[10]. Essa empresa promoveu um embate junto à Câmara Municipal, devido ao uso que a empresa de cinema Moreira Lima estava fazendo do teatro, visto que esta última já havia feito um contrato com a prefeitura para utilizar o Municipal no mesmo período. A briga valeu a interferência do prefeito, Martiniano de Andrade, para que somente assim as partes chegassem a um acordo. Essas e outras disputas pela utilização do espaço do teatro mostravam a importância da casa de artes e fortaleciam a tese da florescente indústria cultural com todos os seus jogos de interesse e influência (Sevcenko, 1998).

Entre os embates pelo uso da sala de espetáculos e as críticas em relação à sua estética ultrapassada, o Santa Clara, teatro mais antigo da cidade, permaneceu como uma referência de casa cultural na cidade. Porém, as novas reformas do começo da década de 1920 na cidade iriam acelerar o processo de demolição daquele teatro. A demolição do prédio estava inclusa nos projetos de modernização do então prefeito Torquato Caleiro, por não estar à altura do progresso e não possuir a estética e a higiene desejada pela elite. O primeiro teatro da cidade sobreviveu até o início dos anos 1920 e, em 1922, na gestão do prefeito Torquato Caleiro, o teatro foi demolido para que finalmente fosse erguido um "teatro moderno".

---

10 O arrendamento do Teatro Municipal se deu em 23 de dezembro de 1914.

José Rebello Muniz, já então proprietário do cine Santa Maria, recebeu subsídios da Câmara Municipal para construir um teatro que marcasse o ritmo das transformações pelas quais passava a cidade. O novo teatro situar-se-ia a Rua Marechal Deodoro, centro da cidade, com o mesmo nome do cine do proprietário, ou seja, Santa Maria (Atas da Câmara, 1922). Os benefícios referentes a essa nova construção foram bastante proveitosos para José Muniz, pois incluía a instalação de águas e esgotos, isenção de todos os impostos municipais pelo prazo de dez anos e auxílio em dinheiro de dez contos de réis. José Muniz, no entanto, foi incumbido por meio da Câmara Municipal da execução completa da obra de acordo com a planta, sendo ainda obrigado a ceder o espaço para comemorações e reuniões de caridade toda vez que a municipalidade necessitasse.

Essa ansiedade por projetar o meio urbano sempre para a frente, demolindo aquilo que na concepção da época representava o passado e, portanto, o arcaico, tem especial efetivação nos projetos políticos das duas primeiras décadas do século XX. Dentro dessa perspectiva, concordamos com Willi Bolle (2000), quando diz que a modernidade é a expressão artística e intelectual de um projeto histórico chamado "modernização" – contraditório, inacabado e mal resolvido.

A demolição do teatro Santa Clara encerra um pouco a história dos espaços com estruturas e feições ligadas ao século XIX na cidade, pois os teatros que começam a ser construídos a partir desse período trazem uma feição voltada para a projeção do cinema. Aliás, a construção das várias casas teatrais deve-se à propagação do consumo do cinema. (Azevedo, 2001).

É de observar que a concessão foi feita a um dos mais bem-sucedidos membros da classe dominante, Chrysogno de Castro, banqueiro, além de possuir outros comércios na cidade, os quais constam nos almanaques como negócios rendosos. E desse negócio surge o Teatro Santa Maria. Antes de falarmos da construção, abriremos um espaço para falar do Bijou-Theatre.

A construção e o fugaz tempo de existência do Bijou-Theatre, construído e inaugurado em 1910, marca um pouco o aspecto de fugacidade pelo qual passava os estabelecimentos que começavam a

surgir como cine-teatro, não só na cidade mas em várias cidades do país no período (Azevedo, 2015).

A documentação encontrada sobre a projeção das "vistas" do Bijou revela o teor da propaganda que é geralmente feita de maneira exaltada e enaltecedora e, dessa forma, ele foi marcando presença como opção de lazer ou, como diziam os jornais do período, *o* Bijou "tornou-se ponto de reunião diária de habitués de bom gosto" (*Tribuna da Franca*, 1912).

Seus anúncios eram sempre muito carregados de entusiasmo, como no do dia 9 de junho de 1912, no qual dizia que a atividade do "teatrinho vai de vento em popa. A concorrência ali cresce dia-a dia, o que não é de admira-se, pois que a empreza tem se esmerado na confecção dos seus programmas". Tanta exaltação escondia o aspecto técnico necessário a uma casa de cinema, pois o Bijou não oferecia condições para tal projeção. Passados dois anos de atividades, no dia 9 de julho de 1912, numa segunda-feira, ocorre um incêndio que, pela descrição dos documentos, foi algo espetacular, devido à "grande massa popular" que se aglomerou naquela noite na rua do Comércio para verificar o acidente e "ali esteve até alta noite" (*Cidade da Franca*, 1912).

Após o acidente no Bijou, a imprensa indignada divulga uma nota, lembrando que em artigos anteriores já havia pedido precaução para as instalações "electricas e gabina" sobre o ponto de "sahida" e entrada em nossas casas de diversões (idem)[11]. O incêndio gerou um outro tipo de reivindicação, devido à escassez de água para apagar o fogo. A reivindicação dizia ser bom "que a Prefeitura instalasse registros especiais de água em frente as casas de espetáculos" (ibidem).

Esses acontecimentos exaltavam a expectativa em torno da inauguração do cine Santa Maria. A imprensa, como de costume, criava grande expectativa em torno da futura casa de espetáculos de propriedade do sr. Muniz e Cunha e, mais uma vez, o discurso influenciado pelas "vistas" do cinema dizia que o "Santa Maria" já seria

11 As instalações modernas na cidade, como a eletricidade, o telefone, o automóvel, o cinema, entre outros artefatos, eram assuntos frequentes dos cronistas, tanto pelo fator de novidade quanto de estranheza e quanto ao uso que pudessem fazer de tais novidades.

instalado com as "previdencias e cautellas das modernas casas de espetáculos das grandes cidades" e, neste teatro, a plateia estaria "completamente separada da gabina e dínamos", e que as operações com as fitas seriam realizadas no fundo do prédio (Galvão, 1975, p.22).[12]

O nascimento do teatro Santa Maria

O prédio foi erguido pela empresa cinematográfica Muniz & Cunha, sua nova proprietária, e recebeu o nome de teatro Santa Maria. A inauguração do novo teatro ocorreu ao meio-dia, do dia 14 de julho de 1912, e teve uma solenidade de bênção do edifício.

À noite, a cerimônia de abertura teve a exibição, segundo a imprensa, de "magníficos programmas de optimos 'fims' de actualidade" (*Tribuna da Franca*, 1912). A respeito da mobília e do estilo moderno, discurso tão proferido quando da construção do prédio, a imprensa dizia:

> O teatro Santa Maria acha-se construído com muito gosto e capricho constituindo uma nota *chic* nos nossos gêneros de diversões. Aos seus proprietários damos por isso os nossos parabéns, com os votos que fazemos pela constante prosperidade do seu estabelecimento... (ibidem, p.2)

Concomitantemente às atualizações trazidas pela casa artística, as atividades do Teatro Santa Clara prosseguiam normalmente e o teatro contratava a empresa de cinema de José Pires para exibir suas novidades. A imprensa começava a se tornar um dos meios mais eficazes para a ocorrência ao lazer. No mesmo jornal, via-se a ocorrência às

12 Aliás a preocupação com o cinema fez com que a Câmara Municipal da cidade de São Paulo ameaçasse fechar os recém-surgidos cinemas devido à precariedade das instalações que punham em risco a segurança pública por causa das possibilidades de incêndio. O comerciante espanhol Francisco Serrador que comercializava vistas aqui na cidade de Franca e possuía seus barracões de exibição em São Paulo, devido à pressão da Câmara, "manda construir um barracão novo, especialmente para o cinema" (Galvão, 1975, p.22).

atividades do Santa Clara: "Como sempre, a Empreza J. Pires abrirá hoje a porta do Santa Clara aos habitués de suas sessões e espectaculos para os quaes acham-se preparados interessantíssimos programmas com muitas novidades" (*Tribuna da Franca*, 1912).

A programação do Santa Maria era muito parecida com a do teatro Santa Clara. Havia orquestra própria, as exibições das vistas eram feitas com bastante frequência e os grupos que chegavam à cidade também começavam a se apresentar no espaço do novo teatro. Na *Tribuna da Franca* podemos também ver o elogio ao bom gosto do teatro:

> A catita casa de diversões do Muniz constitui hoje o clou do bom gosto francano.
>
> A gente sente-se feliz e satisfeita de assistir as sessões ali onde o agradável do desenrolar de magníficos programmas junta-se a opportunidade de uteis palestras.
>
> Por isso, a concorrência ao Santa Maria cresce diariamente. (ibidem)

As imagens transmitidas a respeito da nova casa de diversão eram de uma demonstração quase dionisíaca da influência que esses espaços de diversões provocavam no público. Na manchete do jornal *Cidade da Franca*, ficava explícito:

> E justissimas razões tinha o povo na porfia de entrar, porque na boca de cada espectador que saia das entranhas profusamente illuminadas do "Santa Maria, ouvia-se uma palavra de elogio e admiração pelo que lá dentro via.
>
> Um dizia – "retiro-me com pezar"; outro "que nitidez nunca vista de fitas"; outro ainda "que recinto encantador!".
>
> Eram essas as apreciações destacadas que vinham gravar no coração de cada um que esperava convencer-se de que lá dentro tudo divinizava. (*Tribuna da Franca*, 1912)

Revela-se, portanto, que o fascínio traduzia-se sobretudo na rentabilidade da casa de diversão, ou seja, casa cheia. Trata-se afinal de

um período em que as atividades culturais, há muito tempo um indicador de "status" das camadas enriquecidas, encontraram símbolos concretos para expressar as aspirações e as modestas realizações materiais de amplas camadas.

O crescente comércio artístico teve um notável desenvolvimento nas duas primeiras décadas do século XX. Na parte destinada à diversão do jornal *Tribuna da Franca*, destacamos este efeito:

> Diversões
>
> Theatro Santa Maria
>
> Não há duvida alguma que o Muniz tem realmente, muito gosto para dirigir casa de diversões públicas. Estão a attestar isso as explendidas funções diárias do seu catita theatrinho.
>
> Em compensação, o publico para alliaflue todas as noites, que é um regalo. (*Tribuna da Franca*, 1912)

A união da higiene e das projeções de "vistas" do novo teatro conferiram ao Santa Maria o crescimento do público, "dia a dia a concorrência aumenta ao catita teatrinho do Muniz", evidenciando o "caracter" higiênico do mesmo, a propaganda divulgada frisa bem esse aspecto, dizendo que não é para menos, pois o teatro "possui salão limpo, confortável programmas escolhidos dentre as mais palpitantes novidades, tudo convida a passar a gente algumas horas no confortavel salão de exhibição" (ibidem).

Como todo cinema da cidade, o Santa Maria também possuía sua orquestra e esta obteve uma grande repercussão que chegou inclusive até a capital do estado e era composta dos seguintes músicos: Olympio de Almeida: regente; Luiza Tristão: piano; Olympio de Almeida: flauta; Beneglides Saraiva, Oscar Louzada e Nicolau Aliprandini: violinos; Floriano Machado: violoncelo; Mário Justino: contrabaixo; Antônio Schirolli: clarineta; Furinha: trombone; Carlos Dourado: bumbo. Contava ainda na época do cinema mudo com a colaboração de Otávio Tristão e de seus filhos, Geraldo de Almeida e Lígia Bettarello (David, 1994).

Como podemos perceber, a partir do fim do século XIX o tradicional terreno da cultura erudita estava contaminado tanto pelo fato das artes atraírem um número maior de pessoas como pela combinação de tecnologia e a descoberta do mercado de massas (Sevcenko,1988). Nesse contexto o cinema seria "a inovação mais extraordinária nessa área" (Hobsbawm, 1982, p.308) e já dava sinais de um grande triunfo em relação as outras artes.

Em 1922, sob a administração do prefeito Torquato Caleiro, a cidade de Franca passaria por uma nova reestruturação em sua malha urbana. Com o intuito de embelezar a cidade, esse prefeito implantou uma série de mudanças que tinham como finalidade a demolição do Santa Clara e a construção de um novo teatro. Estes novos empreendimentos levaram o prefeito a isentar de impostos, por um período de dez anos, o proprietário José Muniz, além de lhe conferir uma série de benefícios.

O novo teatro conservava o mesmo nome do teatro Santa Maria que, mais moderno, teria capacidade para abrigar 1.400 pessoas e seria concluído e inaugurado no dia 1o de março de 1924. É interessante perceber que até mesmo um jornal católico faz menção a esse novo prédio e, em nota do dia 2 de março de 1924, refere-se à inauguração do prédio dizendo: "inaugurou-se ontem o novo e esplendido prédio em que funciona o cinema do sr. José Rebello Muniz. Grande e confortável, vem preencher uma lacuna de nossa arte" (*O Aviso da Franca*, 1924).

As notícias sobre a nova casa teatral lembram em muito a postura que os jornais paulistanos tiveram quando da inauguração do Teatro Municipal de São Paulo. A imprensa referia-se a este teatro como o "arcano da comunidade e o estandarte de nossa cidade" (Sevcenko, 1992, p.390).

Outro aspecto interessante, fruto da mudança estrutural da esfera pública, dizia respeito ao processo de profissionalização das companhias teatrais, como podemos perceber já em 1905, com a temporada no Santa Clara da companhia do português Francisco Santos que profissionalizava os atores de sua "troupe dramática". E mesmo o constante crescimento das empresas de cinema indicava

que, aliada à introdução da eletricidade, a ampliação dos meios de transporte, que facilitou o deslocamento de equipamentos e artistas para os lugares mais distantes, ainda impulsionou a diversificação do mercado cultural, conferindo às "troupes" teatrais o símbolo de "autênticas fábricas de espetáculos" e abriu amplas oportunidades aos empresários do entretenimento (Azevedo, 2015. p.35).

Considerações finais

Estigmatizado como símbolo do arcaico, o Teatro Santa Clara sobreviveu até o início da década de 1920 do século XX, quando em 1922 o então prefeito Caleiro empreendeu significativas mudanças na urbe, que incluía inclusive a construção de um novo teatro municipal que estivesse de acordo com o processo de modernização. Tal edifício seria a expressão do progresso e do moderno.

O empresário José Muniz, dono do primeiro Santa Maria, aceitara a empreitada e construiu, com subsídios que iam desde a isenção do pagamento de impostos por um prazo de dez anos até a instalação da água encanada gratuitamente, o novo edifício do teatro Santa Maria, inaugurado em 1924.

A discussão em torno das reformas e da respectiva demolição do Teatro Santa Clara visou não só retratar o que estava acontecendo no interior da casa de espetáculos, mas, principalmente, fazer uma leitura do que estava acontecendo no interior da sociedade francana, procurando entender como estava a discussão das "ideologias do embelezamento e da higiene", tão presentes na "belle époque" brasileira.

As feições consideradas arcaicas, bem como os hábitos de vestimentas, os hábitos de sociabilidade na frequência dos estabelecimentos de entretenimento, eram considerados importantes referências que demonstravam, sobretudo, ao projeto de ordenamento urbano e social que a sociedade estava caminhando para a "civilização", ou era necessário fazer campanhas, aprovar Códigos de Posturas para mobilizar os populares e de uma certa maneira direcioná-los ao projeto de modernidade, pretendido pela elite.

No entanto, essa ambiguidade entre o moderno e o arcaico esteve presente em todas as cidades nesse período da belle époque. São Paulo era caracterizada por um cosmopolitismo contraditório, marcada pelos tensionamentos advindos da coexistência de diferentes temporalidades, nas quais conviviam lado a lado, nas produções e reproduções da vida cotidiana, o novo e o velho, configurando diversos ritmos sociais que imprimiam à cidade uma feição heterogênea (Pinto, 1998).

Nessa perspectiva buscamos entender as transformações do espaço teatral e do espaço urbano num misto de alusão ao palco e à plateia.

Referências

Fontes

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Ata da Câmara Municipal* (1922, cx. 06, v. 27).

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Documentos Diversos* (1914).

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *O aviso da Franca*. Ano 1, nº 9, 02 de março de 1924.

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Cidade da Franca*. Ano 6, nº761 11 de julho de 1912

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Tribuna da Franca*. Vários números (1905 a 1924).

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Almanaque Histórico de Franca*. São Paulo: Duprat, 1902.

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". *Almanaque histórico da Franca*. Franca: s/ed. 1943.

FRANCA – Museu Histórico Municipal "José Chiachiri". CARVALHO, Affonso de. Esboço de História e Costumes In: *Almanaque Histórico de Franca*. Franca: s/ed., 1912.

Bibliografia

ARAÚJO, R. M. B. de. *A vocação do prazer*: a cidade e a família no Rio de Janeiro Republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

AZEVEDO, V. S. *Entre a tela e a plateia*: theatros e cinematographos na Franca da Belle Époque (1890-1930). Franca, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – FHCS/UNESP.

______. *Cinema e sociabilidade nas cidades do café*: Franca e Ribeirão Preto (1890-1930). São Paulo, 2015. Tese (Doutorado em História Social) – PUC/SP.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: *Magia e técnica, arte e política.* Obras Escolhidas, Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.

______. *Charles Baudelaire*: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Barbosa e Hemmerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BERMAN, M. *Tudo o que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Moisés e L. Ioriotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOLLE, W. *A fisiognomia da metrópole*: representação da história em Walter Benjamim. São Paulo: Edusp, 2000.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DAVID, C. M. *A produção musical em Franca (1872-1964).* São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Música) – ECA/USP.

DOIN, J. E. de M. *Capitalismo bucaneiro*: dívida externa, materialidade e cultura na saga do café (1889-1930). Franca, 2001. Tese (Livre-Docência em História) – FCHS/UNESP, 2 vols.

______. (et. al.). A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930) – a proposta do Cemumc. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007.

FERRARA, L. D'Aléssio. As máscaras da cidade. In: *Revista USP* – "Dossiê Cidades". São Paulo: Edusp, v. 5, n. 1, mar./abr./maio 1990, p.03-10.

GALVÃO, M. R. E. *Crônica do cinema paulistano*. São Paulo: Ática, 1975.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural na esfera pública*. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HOBSBAWM, E. *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Siene Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

NEEDELL. J. *Belle Époque tropical*: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. Trad. Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

PEREIRA, R. M. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PINTO, M. I. B. Cultura de massas e papéis femininos na construção de ícones da modernidade, na Pauliceia dos anos 20. In: *Revista de História*. São Paulo, FFLCH/USP, n. 139, 1998, p.63-73.

RIO, J. do. *A alma encantadora das ruas.* Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

SALIBA, E. T. Juó banánere e o humor ítalo-caipira. In: *Cultura Vozes*. Petrópolis: v. 86, n. 3, 1992, p.53-58.

SALGUEIRO, H. A. Revisando Haussmann: os limites da comparação: o caso de Belo Horizonte. In: *Revista da USP*. São Paulo, v. 26, 1995, p.195-205.

SENNETT, R. *O declínio do homem público*: as tiranias da intimidade. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SEVCENKO, N. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1989.

______. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

______. O prelúdio republicano: astúcias da ordem e ilusões do progresso. In. *República: da belle époque à era do* rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.07-48, v. 3.

4
Modernidade e sedução em Mococa (SP): relatos das primeiras experiências com o cinema nas páginas da imprensa (1895-1930)

Higina Teixeira Marques[1]

O cinema: produto e produtor da vida moderna

O cinema, que nasce no final do século XIX como desdobramento das tecnologias em evolução, veio satisfazer uma antiga obsessão humana pelo realismo. A pintura, considerada obra de arte, não atenderia a esse requisito, uma vez que carregava um caráter de ilusão (Bazin, 1983, p.124).

A fotografia e o cinema, ao contrário, apareceram como possibilidade de captar e registrar a realidade em sua totalidade e "fidedignidade" e por isso não podiam ser encarados apenas pelo ângulo das inovações técnicas (Steyer, 2001, p.29).

O cinematógrafo, aparelho que concentrava as funções de câmera de filmagem, projetor e copiadora, foi inventado pelos irmãos *Lumière* em 1895, e marca o nascimento do cinema. Uma infinidade de aparelhos contemporâneos a ele buscava a ilusão do movimento (Steyer, 2001). No entanto, o aparelho dos *Lumière* obteve maior

1 Doutora em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca). Professora das redes pública e privada do Estado de São Paulo. Pesquisadora atuante no estudo da visualidade nas cidades do café. E-mail: higinamarques@hotmail.com

êxito, uma vez que possibilitava tanto a filmagem como a exibição de filmes.

Em 28 de dezembro de 1895, no salão indiano do *Grand Café, Boulevard des Capucines*, em Paris, cerca de trinta convidados dos irmãos inventores assistiram ao extraordinário espetáculo que conferia vida a uma rua: imagens de carros, cavalos e pedestres eram projetados em uma pequena tela. A partir daí, multidões cada vez maiores seriam atraídas por esta diversão, que não estava vetada a uma classe específica, pois já nasceu como espetáculo para as massas.

O cinema possibilitou a comunicação de ideias através de imagens em movimento: costumes, paisagens, pessoas e valores, antes conhecidos por fotos de revistas, jornais ou relatos de viajantes, podiam ser vistos desfilando pela tela e passavam a habitar o universo de milhares de espectadores (Duarte, 2000).

Além disso, a experiência do cinema refletia um traço marcante da sociedade moderna: o fim da experiência concebida como acúmulo contínuo e sua substituição por uma "experiência do choque", onde as sensações efêmeras e os momentos repentinos empurram o homem para o reconhecimento do presente (Benjamin, 1985).

Nos cenários em mutação constante das grandes cidades, este homem moderno é obrigado a acompanhar um ritmo frenético de vida: um novo e dinâmico modo de produção, os traçados modernos das cidades, novos meios de transporte, a moda, o contato superficial com a multidão. O cinema seria então uma tentativa de apreender os momentos fugazes, de fixar um instante (Charney; Schwartz, 2001).

Definido como produto e produtor da vida moderna, o cinema é tido como símbolo mais completo dos atributos da modernidade: inovação tecnológica, espetáculo, distração, mobilidade, efemeridade, representação e entretenimento são alguns traços comuns entre o cinema e a vida moderna (Charney; Schwartz, 2001).

Desde as novas práticas de circulação modernas, inauguradas com a estrada de ferro, que ocasionaram uma profunda reestruturação dos espaços e do tempo, passando pela invenção da fotografia, que inaugurou uma nova maneira de olhar e vivenciar o mundo, e pelo cotidiano frenético e superestimulante das grandes cidades,

repleta de cartazes, propagandas, sons e luzes, até a invenção do cinema, há um constante remodelar do olhar. É a gestação da cultura cinematográfica, que se articula antes mesmo do cinema (Charney; Schwartz, 2001).

Para Ismail Xavier:

> A positividade do cinema estaria depositada na sua "modernidade" dentro de um pensamento que entendia esta modernidade como "esquecimento" e oposição à tradição, como ruptura radical com o passado. A nova arte das imagens fruto de uma nova técnica, isenta de qualquer ingerência de uma tradição nela ausente, assumiria uma posição de extrema importância, pois em nenhum outro lugar estaria melhor concretizado o ideal de um presente sem memória, que olha exclusivamente para o futuro. (Xavier, 1998, p.33)

No Brasil, o cinema chegou em 1896, pelas mãos dos ambulantes que percorriam festas populares nos mais diversos locais, driblando toda a dificuldade de comunicação com a Europa e as grandes dimensões geográficas de nosso país. As exibições eram feitas em tendas armadas nas praças ou em teatros, como no caso da cidade de Mococa, e o preço dos ingressos era bem mais atraente do que uma entrada para o teatro.

Por aqui, a questão moral se destacou entre as discussões sobre o cinema; a nova estética e a especificidade do cinema no mundo da arte, debatida na Europa, acabou ficando em segundo plano. A implantação e aceitação do cinema, no contexto brasileiro, estão ligadas à capacidade de um povo em assimilar as novidades, pois o cinema é uma invenção originária do "centro da civilização" e seria válido por si só (Xavier, 1998).

Os primeiros experimentos com a imagem feitos por aqui datam de 1898: são cenas gravadas na entrada da Baía de Guanabara, por Afonso Segretto, um dos pioneiros neste ramo de comércio no Brasil. A produção cinematográfica brasileira também lutava para se firmar e o impacto de suas imagens não deve ser negligenciado. Entre 1908 e 1911, temos a chamada "Bela Época do cinema brasileiro",

período em que houve um maior entrosamento entre o comércio e a produção de filmes nacionais (Gomes, 1996, p.24).

Foram produzidas fitas de enredo, como *Os estranguladores*, inspirado em um crime ocorrido no Rio de Janeiro, em 1906. Enredos de crimes renderam muitos filmes nesse período, devido à grande aceitação popular. Filmes baseados em melodramas tradicionais, como *A cabana do Pai Tomás*, dramas históricos, como *Dona Inês de Castro*, temas religiosos, carnavalescos e políticos, enfim, abordados pelo teatro e literatura foram aproveitados pelo cinema (Gomes, 1996).

Apesar de todas as dificuldades que impediam o cinema nacional de competir com a indústria estrangeira, tal produção compensava, em muitos casos, a deficiência de material importado, além de conseguir uma boa comunicação com o público, retratando situações mais próximas a sua realidade (Xavier, 1998).

Houve também a fase dos ciclos regionais (na década de 1920), em que entusiasmados atores e diretores brasileiros buscavam driblar as dificuldades de produção e exibição e faziam um cinema muito característico de sua experiência de "modernidade". O chamado "Ciclo do Recife", por exemplo, simboliza muito bem o clima de entrosamento entre a modernização da cidade e a descoberta do cinema (Duarte, 2000).

O sucesso avassalador do cinema denotava a necessidade das artes acompanharem a mobilidade, o fervilhar da vida moderna. Em 1921, Jean Epstein escreveu sobre a relação literatura/cinema e sobre o "pensar rápido", estimulado por esta nova linguagem, que deveria vigorar também na literatura desses "novos tempos" (Epstein, 1983, p.269).

De fato, várias foram as interferências absorvidas pela literatura e pelo jornalismo, como nos mostra Sussekind (1987), dentro da especificidade brasileira. Um interessante exemplar dessa nova literatura foi produzido por João do Rio e recebeu a denominação de *Cinematographo*, em uma alusão ao ritmo de vida da grande metrópole, caracterizada pela rápida sucessão de acontecimentos (Rio, 1909).

Na introdução desse trabalho, o autor compara seu texto com as fitas de *cinematographo*:

> Uma fita, outra fita, mais outra. Não nos agrada a primeira? Passemos à segunda. Não nos serve a segunda? Para deante então! Há fitas comicas, há fitas serias, há melancholicas, picarescas, fúnebres, alegres – algumas preparadas por actores notáveis para dar a reprodução idealisada de qualquer facto, outras tomadas nervosamente pelo operador, à passagem do facto [...]
>
> Com pouco tens a agregação de vários factos, a historia do anno, a vida da cidade numa sessão de cynematographo, documento excellente com a excellente qualidade a mais de não obrigar a pensar, senão quando o cavalheiro teima mesmo em querer ter ideas [...]. (Rio, 1909, p.5-7)

Os ambientes mais variados são explorados no texto: um cassino lotado frequentado por pessoas de todas as classes, shows de dançarinas de origens "ilustres" para compor nossa civilização, o "mundo nervoso e febril" da câmara dos deputados, entre outros. As situações abordadas devem passar sem deixar marcas, porque o leitor não tem a obrigação de fixar sua atenção, muito menos debater os assuntos, somente contemplar as imagens. Nesse sentido, a própria vida seria um Cinematographo colossal, uma sequência frenética de acontecimentos. Este aparelho, o cinematographo, se encarregaria de atender a uma necessidade do homem moderno: arrolar a história visual do mundo, captar alguns de seus elementos. As imagens seriam projetadas e esquecidas com a mesma rapidez das experiências modernas.

Voltando ao nosso foco, a partir dos comentários e debates promovidos pelo jornal *A Mococa* em torno do cinema, buscaremos identificar algumas das sensações provocadas por essa nova linguagem, bem como sua possível relação com a difusão da modernidade na cidade de Mococa.[2]

---

2 Situada no Vale do Rio Pardo, ao norte da cidade de São Paulo, Mococa faz divisa com o estado de Minas Gerais. Foi elevada à categoria de Freguesia em 1856, pertencendo a Vila de Casa Branca, distrito de Mogi-Mirim. Em 1875 a pequena Vila de "São Sebastião da Boa Vista" foi reconhecida como cidade. Por

É interessante notar que a visão vinha sendo constantemente estimulada por novos cenários, frutos das intervenções urbanas em evidência em Mococa no início do século XX, pela presença crescente dos ateliês de fotografia (desde 1896, com a instalação da Photographia Luso Allemã) e por uma variedade de revistas e periódicos que circulavam pela cidade com um forte apelo publicitário.

Encantados com os frutos do progresso técnico, os jornais locais divulgavam a imagem fetichizada das máquinas e mercadorias, como gramofones, telefones, telégrafos, máquinas de escrever, automóveis, câmeras filmadoras, que levariam a um futuro melhor ao alcance de todos. Observamos que as temáticas propostas são idênticas àquelas encontradas em jornais e revistas típicas da época, como a *Revista Moderna*, *A Semana* e *O Eco*.

Se o material disponível não nos permite informar sobre o consumo real dessas novidades, por outro lado, nos permite saber o que era oferecido e como essas novidades eram interpretadas pela imprensa local.

A importância da publicidade na divulgação e consolidação de novos valores característicos do ambiente urbano, especificamente práticas relacionadas ao consumo e à sociabilidade, está ligada ao desejo de legitimação do projeto civilizador das elites e acabava por atender às necessidades de referência de parte da população, exposta a uma infinidade de novidades e exigências (Padilha, 2001).

Assim como os sentidos produzidos pela publicidade variam de acordo com a recepção dos diversos grupos, também o diálogo com a técnica ocorre de maneira bastante peculiar, especialmente em uma cidade do interior, onde as "novidades" causavam um impacto maior.

Ao lado dos suntuosos bailes nos teatros e casarões, projetados pelo arquiteto italiano Gherardo Bozzani, com cardápios impressos em papel de linho e trajes atualíssimos, vemos proliferarem em Mococa as fotografias, os *telephones,* os *Fords* e os amantes da "tela

volta de 1870, o café já aparece como fonte significativa de renda, atraindo imigrantes espanhóis, italianos e portugueses, além de migrantes de vários estados brasileiros (Queiroz, 1902).

mágica", cultuados como símbolos de distinção social. Personagem principal de muitas fotografias e crônicas e transformado em mito pela publicidade, o automóvel era mais que um meio de transporte – se tornou um verdadeiro símbolo de prestígio, para quem sabia (ou podia) conduzi-lo (Sevcenko, 1992).

A fotografia da Agência Ford na cidade, datada de 1925 (Figura 4.1), é emblemática nesse sentido, pois a vista pontual permite visualizar a fachada da loja, com o nome da marca em destaque, senhores e crianças elegantemente vestidos e posicionados junto as portas, a bomba de combustível e, em primeiro plano, estrategicamente apresentada, a frente de um automóvel. À direita um cartaz destaca os descontos que colocariam o automóvel "ao alcance de todos". Observamos que nesse mesmo período uma campanha que ocupava páginas inteiras do jornal proclamava: "Chegou a hora de você ter um Ford" (*A Mococa*, 1925, vários números).

Ao contrário do que se observa na maioria das fotografias do ambiente urbano que procurava excluir da cena os elementos indesejáveis, ou seja, aqueles que comprometiam a criação do imaginário de

Figura 4.1- Agência dos automóveis Ford em Mococa

Foto: autor desconhecido, 1925. Acervo Museu Histórico de Mococa

uma cidade moderna, o fotógrafo retrata também algumas crianças de pés descalços, logo abaixo do cartaz, permitindo uma reflexão sobre as condições de consumo e o acesso as proclamadas maravilhas modernas.

Luzes do cinema

Como ocorreu na maioria dos lugares, as primeiras exibições do *cinematographo* em Mococa não atraíram um grande público ao Theatro São Sebastião. Se tomarmos apenas as primeiras descrições do aparelho fornecidas pelo jornal *A Mococa*, veremos que esse figurava como mais uma das dezenas de engenhocas que circulavam pelas cidades em desenvolvimento, geralmente trazidas por trupes de artistas estrangeiros.

Destoando do anúncio de quase uma página feito pela Companhia Francesa de Variedades Faure Nicolay, que prometia fascinar o público com uma novidade muito apreciada na Europa, os comentários do autor da coluna teatral a respeito do aparelho se resumiram a algumas linhas no final de seu texto: "[...] Terminou o espetáculo com a exhibição do Diaphonorama e do celebre cynematographo, maravilhoso apparelho que reproduz photographias animadas" (*A Mococa*, 1897).

A simplicidade do comentário acima pode decepcionar por não trazer em detalhes as primeiras impressões dos espectadores do cinema na cidade. Porém, antes da chegada do cinema, o público mocoquense já havia conhecido aparelhos similares ao *cinematographo* como o *Cosmorama*, que permitia a observação de "vistas" (imagens e fotografias da época) através das lentes de aumento refletidas por espelhos (Araújo, 1981, p.14).

O *Cosmorama Mechanico*, que funcionava em um barracão montado na praça da Matriz em Mococa (*A Mococa*, 1897), serviu como uma antecipação do *cinematographo*, no que se refere a uma lógica de circulação de imagens e sinais, que ganham mobilidade e circulam independentes de seus referentes, como no caso das fotografias,

esclarece Tom Gunning. Assim, as imagens de monumentos de diferentes partes do planeta poderiam ser projetadas para um amplo e diverso público em várias partes do mundo ocidental. Tais técnicas tinham o poder de abolir o tempo e o espaço e de transformar tudo em imagens passíveis de circularem como novas mercadorias (Charney; Schwartz, 2001).

Outro registro da exibição do *cinematographo* em Mococa, no ano de 1902, nos informa a marca do aparelho: *Cinematographo Universal Kaurt* e o nome das vistas apresentadas: *A Aeronave de Santos Dumont e a sua ascenção* (*sic*), *As festas de Paris* e a *Guerra de Transwall*. Segundo os relatos, embora as vistas tenham sido bastante apreciadas, a concorrência de espectadores ao Theatro São Sebastião foi pequena (*A Mococa*, 1902).

Talvez o "desinteresse" por parte do público local se deva ao fato de o cinema estar associado a mais uma diversão de massa e, assim, como na maioria dos lugares, foi encarado inicialmente como um modismo passageiro. As exibições realizadas em 1902, no entanto, mereceram comentários que destacaram a semelhança das vistas com a realidade. Nas palavras do comentarista, tais vistas eram "chegadas ao natural". Esses registros esparsos são importantes para compreendermos as impressões causadas pelo cinema, que em um primeiro momento estão muito ligadas às expectativas de reproduzir fielmente a realidade, como dissemos anteriormente.

Visto como mais uma das consequências da revolução científico-tecnológica, o cinema não gerou grandes debates nos jornais locais até que sua presença em vários pontos da cidade, a partir de 1905, começou a fazer parte da vida de grande parte da população, fornecendo ferramentas de leitura e composição da vida moderna.

Aproveitando o potencial local, empresas de renome, como a Empreza Cinematographica Francisco Serrador & Comp, fizeram várias exibições na cidade. As notas destacam a modernidade e eficiência de seus aparelhos, bem como o grande número de "vistas" inéditas (*A Mococa*, 17 jan. 1909).

Conhecedor do poder de sedução das imagens, o fotógrafo Delfino Bonora e outros dois sócios alugavam o espaço do Theatro *São*

Sebastião para explorar o comércio de cinema. Sua empresa se chamava Cinema Bijou e nos anúncios do ano de 1909 consta que realizava, inclusive, matinê com duas sessões (*A Mococa,* 19 dez. 1909).

Até mesmo empresários de outros setores interessavam-se pelo promissor comércio de cinema: no pavimento superior do hotel da cidade foi montada uma sala de exibição denominada Terraço Cinema. As colunas elogiavam a qualidade das projeções, "sem trepidações enervantes" e o bom gosto na escolha dos filmes:

> *É a gente ir uma só vez ao Terraço-Cinema, para que logo venham novos desejos, impetuosos e indomáveis, de lá se voltar todas as noites.* [...] Imaginem os leitores que o Judeu Errante é uma empolgante, finamente artística e caríssima fita, que figurando isoladamente num programma que se distribui numa capital como Bello Horisonte, por exemplo, que possue luxuosos cinemas, bastava para dar casas e casas cheias à cunha [...] Pois num só dos últimos programmas do Terraço cinema vinha esse formoso film, seguido de outros apreciadíssimos, como A Corrente de Ouro e romance de uma moça infeliz. (*A Mococa*, 1912)

Já na década de 1910, o hábito de ir ao cinema e acompanhar os lançamentos figurava como a última pedida nos meios modernos:

> Uma boa notícia para os nossos leitores, que gostem do cinema: a partir de 1° de outubro próximo, vamos ter espetáculos no Variedades todos os dias, excepto às terças-feiras! [...]
>
> Para começar, a empreza exhibirá, a partir d'aquelle dia, o colossal e famoso film- O Navio Phantasma, em 18 séries, de 8 partes cada uma, ou seja, complessivamnete [sic] 144 partes.
>
> Este colosso cinematographico é o ultimo sucesso dos grandes theatros; no gênero de films de aventura, é a última palavra.
>
> Nelle, as surpresas e os lances trágicos se sucedem numa desvairada sucessão, interessando exhaustivamente a alma do espectador. (*A Mococa,* 1918)

Notamos também que este novo hábito não foi alvo constante de críticas por parte dos defensores da moral e dos bons costumes, como em muitas cidades (Azevedo, 2001; Steyer, 2001). Pelo menos é o que procurava mostrar o jornal *A Mococa*, quando, em nome de "muitos chefes de família", comenta sobre a necessidade de mudar os horários das sessões, que se iniciavam às nove da noite e se encerravam por volta da meia-noite, para que tal público pudesse apreciá-las (*A Mococa*, 1912).

Outros destaques desses comentários são as descrições das sensações provocadas pelos filmes: as "surpresas e lances trágicos", "As desvairadas sucessões" de cenas, o interesse "exaustivo" da alma do espectador ao acompanhar os novos ritmos.

A linguagem cinematográfica parecia ser o que havia de mais atraente naquele momento, pois os jornais apontavam constantemente a crise do teatro, mais caro e de difícil entendimento para a maioria da população. Embora não tivessem sido abolidos, os espetáculos teatrais pareciam perder aquela "aura" que os cobria nos primeiros anos. Nesse contexto, até mesmo os anúncios de teatro admitiam que viver da arte dramática não era tão compensador (*A Mococa,* 1914).

E o próprio espaço dedicado ao cinema foi ampliado nos jornais: a coluna antes denominada *Palcos e..,* passava, na década de 1910, a se chamar *Palcos, Cinemas e...* e na década de 1920 a coluna *O film* fazia um resumo das produções a serem exibidas. Seguindo essa nova linha editorial, mesmo não dispondo de críticos especializados de cinema, o jornal não hesitou em publicar um parecer bastante original sobre um dos filmes:

> Segunda e terça-feiras, foi exhibido neste elegante theatro a celebre pellicula hespanhola de "Condal-Film" – o Signal da Tribu, que tanto sucesso fez em S. Paulo e no Rio.
>
> Para dizer a verdade, o Signal da Tribu tem muitos defeitos scenicos e dramáticos.
>
> Admira-me que tendo o theatro hespanhol figuras tão salientes e artistas de fama [...] haja escolhido para representação de uma fita nacional, artistas completamente desconhecidos no mundo da arte.

> A Hespanha poderá ser como disse Victor Hugo "a terra dos sonhadores, salteadores e dos contrabandistas", porém aquella fita não pinta nenhum desses três caracteres: é simplesmente uma imitação dos celebres films policiaes- Os Mystérios e os Estranguladores de Nova- York.
>
> O caracter hespanhol não dá para crear fitas anti-sentimentais [...]. (*A Mococa*, 1918)

Diferentemente do conteúdo dessas colunas, que se limitavam a fazer rápidos comentários ou a resumir os filmes, vemos aqui uma crítica mais detalhada, que insinua que o gosto local não se deixava influenciar por opiniões alheias, nem mesmo vindas das grandes cidades. O fato de o filme ter feito grande sucesso em São Paulo e no Rio de Janeiro não desencorajou o "crítico" a desqualificar tal produção, que para ele deveria ser uma "síntese" da Espanha e não um plágio das grandes produções norte-americanas, como o classificou. Por outro lado, veremos que essa postura indica a força do monopólio norte-americano no setor cinematográfico.

O cinema também era um acontecimento social, que acabou sendo incorporado à rotina dos citadinos. As empresas organizavam sessões "chics", com filmes das grandes produtoras, sessões para a colônia italiana, explorando temas como o fascismo, bem como caprichavam nos anúncios e contratavam bandas para tocar na porta de entrada das salas (Figura 4.2).

Para os músicos, um novo mercado se abria, uma vez que os filmes mudos eram acompanhados por trilhas sonoras executadas ao vivo, exigindo um trabalho de adaptação a esta nova linguagem e aos novos ambientes. Os cinemas mais renomados da época, como o *Variedades,* tinham suas bandas exclusivas.

Figura 4.2 – *Os Turunas do Variedades* acompanhavam a exibição dos filmes mudos no teatro

Foto: Photographia Bonora, 1921. Acervo Museu Histórico de Mococa

Disputas comerciais

Contrastando com a dificuldade atual do único cinema em funcionamento na cidade, no período estudado o cinema podia ser apreciado em pelo menos três locais fixos: no Theatro Variedades, no Hotel Terraço e no Cine Theatro Central, sem contar o Theatro São Sebastião, que encerrou suas atividades em 1913, e os barracões de zinco que se instalavam nas praças da cidade.

A construção de salas apropriadas para tal tipo de espetáculo ocupou papel de destaque nas campanhas modernizadoras, contando, também, com o apoio de investimentos públicos, como no caso dos teatros. Como dissemos, a construção do Theatro Variedades, devidamente equipado para esse tipo de diversão, já indicava o entusiasmo em torno do cinema. Essa popularidade se confirma com a proposta de construção de um Cine Theatro em 1925, versão mais moderna das casas de exibição cinematográfica:

> Um cinema
>
> Há alguns annos cogitou-se em construir nesta cidade um novo cinema a fim de proporcionar à nossa população vantagens maiores às que ella tem agora.
>
> Com uma população de seis mil habitantes à nossa cidade não bastava um único theatro, não obstante este único comportar grande número de espectadores.
>
> Se possuíssemos outras diversões, um só cinema nos seria bastante, porém, o que fazer, aqui nesta terra, à noite, senão assistir a uma sessãozinha cinematographica?
>
> Todos aquelles que ao findar o dia, ainda encontrarem no fundo dos bolsos alguns nickeis irão leval-os à bilheteria do theatro, se não fizerem isso terão de pegar num jornal ou num livro e ler ate que o sonno os leve para a cama.
>
> Isso de não sahir de casa aborrece e para, como se diz, variar, vae-se ao cinema [...]. (*A Mococa*, 1925)

Mesmo afirmando que o hábito de ir ao cinema servia como forma de driblar a falta de outras diversões, o cronista concorda que um só cinema já não bastava à cidade. No entanto, os espectadores, e mesmo os empresários, não pareciam insatisfeitos com este fato, pois o Cine Theatro Central, com capacidade para mais de mil pessoas, foi inaugurado quase três décadas depois da primeira exibição do cinema na cidade e mobilizou os espectadores de cinema, sem falar nos inúmeros projetos de novas casas, que nunca saíram do papel (Figura 4.3).

Também entre o poder público essa iniciativa foi bem acolhida. Vejamos como um vereador justifica a cessão de um terreno público para a construção de um palco no cine: "O pedido da "Central Cinema Limitada" é justo, pois, além do embellesamento que a construção projectada trará para a cidade, virá concorrer para o barateamento e melhoria de um gênero de diversões populares entre nós" (Ata da Câmara Municipal, 1926). Outra justificativa dos vereadores foi o fato desta doação atender aos "deveres" da Câmara, no caso, o incentivo à lavoura, às artes e à indústria (idem).

Às vésperas da inauguração do novo cinema, as propagandas do "Variedades" destacavam:

> Brevemente!
> Grande novidade!
> Não apresentamos mais programmas de linha comum!
> Só se exhibem produçãoes Extra Especiaes – Super! E Super-Extra Especiaes! (*A Mococa*, 1925)

Figura 4.3 – Aspecto atual da fachada do Cine Theatro Central, construído em 1925

Fonte: Acervo particular da autora

O Variedades e o Cine Theatro Central travavam verdadeiras batalhas para atrair espectadores. Apesar de ser mais "antigo", o Theatro Variedades não deixava de promover reformas constantes e procurava o que havia de melhor em técnicas de projeção:

> Será inaugurado o novo apparelho da marca Maler com a reforma da installação cuja projecção será feita pela frente da tela, sendo installado o novo apparelho no centro da galeria em cabina fabricada

Figura 4.4 – As várias possibilidades de apreciação do cinema em Mococa: no conforto do Hotel Terraço, no Theatro Variedades, ou mesmo na privacidade dos lares, com a filmadora e projetor da Pathé

Fonte: Jornal *A Mococa* (1920-1925). Acervo Museu Histórico de Mococa

> propositamente, de tijolos e cimento, com todos os requisitos exigidos pela lei; afim de inaugurar definitivamente [sic] virá especialmente de S. Paulo a esta cidade, o Sr. Vicente Rosito digno representante e gerente na filial em S.Paulo da afamada casa BOMBAUNER E COMPANHIA DO RIO DE JANEIRO. (*A Mococa*, 1923)

As propagandas nos jornais tornavam-se mais frequentes e muitas vezes ocupavam páginas inteiras na busca por espectadores (Figuras 4.4, 4.5 e 4.6).

As promoções foram outra estratégia utilizada, embora só fossem atraentes para quem tinha o costume de frequentar diariamente as salas de exibição. Como, por exemplo, a promoção feita pelo Variedades, que vendia talões de 24 entradas por 25$000 (vinte e cinco mil réis); segundo a empresa, o comprador economizaria 6% do valor total (*A Mococa*, 1923). O preço das entradas variava de acordo com o filme exibido e o lugar escolhido, mas a maioria dos anúncios traz entradas de 1$000 (mil réis) para cadeiras e $500 (quinhentos réis) para as gerais.

Os apelos e usos civilizacionais

Embora não tenhamos a pretensão de esgotar neste trabalho todas as implicações do poder de difusão do cinema, levantamos alguns dados indicativos da relação entre imagens de outras cidades, outros costumes e padrões, projetados pelo cinema, e sua integração com as experiências de urbanidade locais. Muitas notas comentam o sucesso de projeções das "paisagens da Suíça", monumentos de Paris ou mesmo cenas brasileiras, como filmes de grandes fazendas da região e cenas do funeral de Ruy Barbosa (*A Mococa*, 1909; 1919; 1923).

Assim como a fotografia, as representações de cidades ou lugares mostradas no cinema acabavam sendo reconhecidas como se fossem reais, atuando na transformação da imagem da própria cidade. Se antes a composição das "cidades invisíveis" dependia das experiências vividas, narradas em conversas ou obras literárias, agora:

> [...] é o cinema industrial que vai inundar com as suas fantásticas povoações de celulóide os mais longínquos centros do mundo. Cidades do passado ou cidades contemporâneas, construídas por cineastas, encerram intensas experiências de viver para multidões de espectadores, que veem assim balizadas as suas noções de urbanidade e de civilidade. (Machado Júnior, 1989, p.04)

Em estudo que trata da modernização dos costumes na cidade de Franca, Veruschka Azevedo enfoca o impacto do cinema no cotidiano da população, citando, inclusive, a atuação do francano José Pires, autor de um filme de vistas sobre as cidades de Franca e Uberaba no ano de 1903. José Pires fundou a "Empresa Francana de Cinema" e comercializava seus filmes também em algumas cidades do Triângulo Mineiro. Em Franca, esse trabalho despertou a curiosidade e o orgulho do público, pois, afinal, não era comum em uma cidade do interior o domínio da técnica cinematográfica e a produção de "vistas locais" (Azevedo, 2001, p.109).

No caso de uma cidade como Mococa, que não vivia a intensidade do processo de produção industrial, as imagens da "tela mágica" transportavam o cenário estimulante e dinâmico para o antigo sertão, incentivando o público a se comportar segundo os seus valores. Tais imagens se fortaleciam ainda mais com a presença de outros elementos da indústria cinematográfica, como as revistas, fotos e produtos voltados para o público do cinema.

O cinema servia como uma espécie de roteiro de civilização, pois projetava modelos de beleza, de vestuário, normas de etiqueta e permitia até alguns hábitos transgressivos, como, por exemplo, mulheres fumando. Os comentários publicados em jornais deixam transparecer a importância desse contato. Em um deles, o cronista resume o filme da Fox, *Pasty* ou *Patricia*, como "um importante estudo da vida real em seus aspectos multiformes e inesperados" (*A Mococa*, 1918).

As aventuras, os dramas, os amores perfeitos e as cenas cômicas da vida tinham representações ideais no cinema, onde muitos buscavam algumas referências ou um meio de fugir dos problemas:

> [...] Não nos esqueçamos, pois, do Variedades, que nos proporciona horas agradabilíssimas, ali se esquece a vida em todos os seus autos e baixos, e nos sentimos envolvidos n'um delicioso ambiente de ilusão e de intensa poesia. (*A Mococa*, 2 fev. 1919)
>
> [...] No cinema, tudo acaba bem! Há sofrimentos, lagrymas, desesperos mas sempre acaba em sorrisos e beijos! (*A Mococa*, 4 abr. 1919)

As implicações políticas do poder do cinema são discutidas por autores como Ismail Xavier (1998) e Rubens Machado (1989). Afinal não são poucos os indícios de que, com a mistura de magia e realidade, a tela se sobrepõe a qualquer discurso (Machado Junior, 1989). Esse fato se torna ainda mais interessante se nos lembrarmos de que os filmes eram mudos até 1927 e exploravam todas as capacidades de repassar ideias e valores por meio do gestual.

Entre os políticos brasileiros, inclusive, a produção de filmes documentários para divulgar as realizações dos administradores já era encarada com seriedade. Uma empresa chamada Rossi Film produzia o Rossi Actualidades (1921-1933), com o apoio do então governador de São Paulo, Washington Luis. Nesses filmes eram apresentadas imagens de encontros políticos, cenas das estradas de rodagem, solenidades locais e panoramas da cidade (Machado Junior, 1989).

O poder do cinema é comparado ao das bugigangas utilizadas para seduzir os primeiros colonizados, com a grande vantagem das imagens poderem circular mais rapidamente (Xavier, 1998). Atento a essa questão, Lobato escreveu:

> O Brasil de amanhã não se elabora mais aqui. Vem de películas de Los Angeles, enlatado como goiabada.
>
> E a denominação yankee vai se operando de maneira agradável, sem que o assimilado o perceba. (Lobato, 1957, p.23)

Essa também é a época das "grandes estrelas de cinema", que chegavam com força total, a partir de 1910, e enfeitiçavam as

multidões de todo o mundo. Inicialmente, vieram as atrizes europeias, mas depois da Primeira Guerra, os astros e estrelas norte-americanos reinariam absolutos: Marie Walcamp, William Hart, George Walsh, June Caprice, William Farnum são muito citados nos jornais publicados em Mococa. Grandes empresas cinematográficas estadunidenses, como a Fox, a Triangle e a Universal, figuram com frequência nos anúncios.

O conceito de "estrela de cinema" aparece quando os artistas passam a ser a parte mais atrativa dos programas. Esta mudança é tida como crucial na evolução do cinema, assim como os demais desenvolvimentos técnicos, as imagens das "estrelas" eram associadas a alguns padrões de beleza e comportamento, que provocavam uma influência nos costumes da época (Steyer, 2001, p.94).

Os cartazes de cinema nos dão pistas da importância das estrelas na promoção dos filmes: na década de 1920, considerada o auge da produção de cartazes cinematográficos, o uso de fotografias dos atores e cenas dos filmes passa a ser recorrente, e, acompanhadas ou não de textos, revelavam aspectos essenciais do filme.

O cartaz do filme *A boneca francesa* (Figura 4.5), protagonizado por uma das grandes estrelas do cinema americano May Murray e exibido em Mococa em 1923 reúne alguns desses elementos. Além de informar sobre o filme, ele também diz muito sobre o gosto visual do público que se formava, sobre o padrão de beleza, a moda e o comportamento desejáveis. Esse material também nos possibilita observar aspectos da evolução dos recursos gráficos e de profissionais que trabalharam em sua composição. No caso dos cartazes divulgados pelos cinemas de Mococa, grande parte era impressa nas tipografias de Ribeirão Preto, especialmente a Tipografia da Casa Selles, especializada na impressão de cartões-postais e álbuns ilustrados.

Sem pretendermos encerrar essa questão, citaremos, mais uma vez, um trecho dos nossos "críticos" mocoquenses:

> Sem exagero, é simplesmente maravilhosa a soirré que o sempre querido Variedades proporciona hoje aos seus numerosos frequentadores.

Em primeiro logar, será exhibida *a fremente ação dramática* Terra de sangue, em 7actos sensacionaes e do qual é principal figura o celebre actor americano William Hart, o rei dos cow-bois do Far--west. Terra de sangue é um dos mais impressionantes trabalhos da "Triangle", e, *na sua interpretação, William mostra-se mais uma vez, o arrebatador artista que faz nossa'alma fremir nas imaginarias espiraes do sentimento e da emoção* (*A Mococa*, 1919 – grifos nossos).

Figura 4.5 – No cartaz do Theatro Variedades, a combinação de texto e imagens captava a atenção do leitor/espectador

Foto: Tipografia Casa Selles, 1923. Acervo Museu Histórico de Mococa

Nem sempre era fácil agradar ao público, pois a indústria cinematográfica era hábil em promover novos ídolos. O comentarista da coluna "Palcos, cinemas e...", trazia informações sobre o novo "ranking" das estrelas, segundo as últimas notícias:

Em um concurso realizado há pouco nos estados Unidos da America do Norte, para se conhecer os melhores artistas cinematographicos chegou-se ao seguinte resultado:

> William Farnum – actor trágico.
> Aycacawa – Príncipe dos atores em mímica.
> Pauline Frederick e Marie Walcamp – as melhores artistas.
> Se não nos falha a memória, com excepção do primeiro, são todos desconhecidos da nossa sociedade, que ainda não teve oportunidade de acompanhar esses artistas na sua progressiva e fulgurante carreira cinematographica.
> Era de se regojizar, portanto, que o nosso "Theatro Variedades" exhibisse as fitas "Nas garras do leão", "o Cavalheiro Phantasma", bem como as da fabrica "Paramount", porque assim teríamos ensejo de conhecer esses artistas cinematographicos e de fama mundial. (*A Mococa*, 1919)

Acompanhar as novidades da cinematografia norte-americana custava caro. Já no anúncio de lançamento do filme *Um romance de theatro*, com o galã Willian Farnum, um alerta para a necessidade de alterar os preços: frisas e camarotes custariam $7.000, cadeiras, $1.600 e gerais, $600 (*A Mococa*, Ano XXVIII, n°1.380, 8 jun. 1923). Mas esse fato não parece ter impedido a projeção desses filmes, pois nos deparamos com uma grande quantidade de anúncios prometendo filmes de "primeira linha". Afinal, um dos segredos dessa indústria era a sensação de estar a par de todas as novidades.

Ainda no mesmo ano de publicação da nota reclamando por mais lançamentos, encontramos um anúncio de página inteira, em negrito, do filme *A flecha vingadora*:

> O maior film que se tem apresentado no mercado cinematographico mundial, o que tem alcançado extraordinário assombro entre os Films seriados, sucesso precedente pela querida artista a deusa americana: Ruth Roland A Flecha vingadora. (*A Mococa*, 1923)

Um rico exemplo de como o mundo mágico do cinema se confundia com a vida das pessoas deriva de uma nota de Menotti Del Picchia, transcrita da *Revista Feminina* e publicada no jornal *A Mococa*:

> Caso ou não caso?
> [...] Será justo que um moço trabalhador e honrado entregue seu nome nas mãos de uma catranha *fútil e doidivana, que só pensa em fazer "footings",* applaudir determinados 'players" no futeball e guardar as escondidas, no seu nécessaire, entre o espelhinho e o pó de arroz, o retrato de um ridículo actor de cinema? (*A Mococa*, 1920)

Outras possibilidades de uso e de interpretação das imagens se abriam com a comercialização de projetores e filmadoras da marca Pathe em Mococa. Um representante dessa conceituada empresa se instalou na cidade por volta de 1926 anunciando:

> PATHÉ BABY
> O cinema do lar e das fazendas
> Preços baixos e projecções perfeitas
> Projector completo 350$000
> Novos films americanos e europeus. (*A Mococa*, 1926)

Além de permitir uma contemplação mais íntima das inúmeras produções de sucesso, esse aparelho também incentivava a produção de filmes próprios ou, como se desejava, exclusivos, como cenas de família, passeios ou práticas de esportes. Como afirma o anúncio, tais filmes poderiam servir como documentos "vivos" de grande valor (*A Mococa*, 11 abr. 1926).

O sucesso do cinema em Mococa, desde os primeiros anos de sua invenção, reforça a afirmação de Walter Benjamim (1985) de que as

formas de percepção humana, especialmente os efeitos da reprodutibilidade técnica na sensibilidade dos habitantes das cidades, têm um caráter histórico. Todo o encantamento produzido por tais inovações nesta pequena cidade nos leva a repensar o alcance das "consequências da modernidade".

Considerações finais

O projeto de modernização em voga no Brasil e as alterações proporcionadas pela expansão da economia cafeeira afetaram todos os níveis da experiência social (Sevcenko, 1992), inclusive dos centros produtores do interior. As cidades do café, como Ribeirão Preto, Franca, Araraquara e Mococa, não se esquivaram das demandas impostas pelos novos tempos: era preciso transformar o espaço urbano para atender às novas exigências da economia capitalista.

Mococa passou por um período de remodelação do espaço urbano, marcado por ambiguidades, exclusão e adaptações superficiais, desde os primeiros anos da República (1890-1891). Muitas vezes a modernidade é uma concessão dos beneméritos, como no caso da construção de ruas, redes de esgotos e iluminação, ficando delimitada aos interesses deles. Para compensar o grande déficit social resultante dessa modernização, outros agentes do progresso foram escalados: o teatro, a moda, a alimentação – tudo o que lembrasse o cosmopolitismo europeu.

Nesse contexto, antecipou-se nessa localidade uma importante experiência moderna: o contato com o cinema, ainda no ano de 1897. Tal experiência reflete a busca pelo novo como forma de mascarar esse ambiente marcado por heranças indesejáveis do passado, ao mesmo tempo que preparava a cidade para as novas demandas do capitalismo mundial (Franco, 1976).

Neste artigo procuramos mostrar, ainda que resumidamente, outras possibilidades dessa experiência para além dos grandes centros, uma vez que as elites mocoquenses cultuavam e difundiam hábitos e imagens modernas na busca por aproximar a cidade do

cosmopolitismo das capitais, afastando-a da ideia de uma cidade rústica, rural. As imagens e o discurso da imprensa criavam expectativas sobre a cidade, porém, as reminiscências do passado não desapareceram por completo e muitas vezes se escondiam sob máscaras, que não encobriam totalmente a frágil barreira entre civilizado e incivilizado, moderno e arcaico, rural e urbano. O que vemos, então, é a invenção de citadinos, além da invenção de uma cidade (Starobinski, 2001).

Por outro lado, o culto ao cinema reflete uma mudança de comportamento do "caipira" da época, evidenciada nas práticas sociais correlacionadas que ali também estão presentes: o consumismo em expansão, as diversões e a sede de novidades, que fortaleciam o sentimento de progresso. Utilizando técnicas de representação presentes na fotografia, nos cartazes e nas propagandas, associadas ao movimento, o cinema condensava o dinamismo propiciado pelas conquistas técnicas, ao mesmo tempo que estimulava sua multiplicação.

Esses primeiros contatos com a experiência cinematográfica indicam que as mudanças na sensibilidade geradas pela técnica, bem como as implicações políticas do poder de difusão do cinema, estão longe de serem insignificantes. Muitos relatos admitiam que a projeção de imagens na tela se constituiria um método mais eficaz do que qualquer discurso. Sem nos esquecermos de que os filmes compunham apenas uma parte da indústria de entretenimento também composta por revistas, fotografias, álbuns, discos e fofocas sobre a vida das estrelas.

Embora este estudo não se esgote aqui, acreditamos que dentre os diversos elementos eleitos para compor um cenário moderno em Mococa, o cinema tenha sido o mais popular. Quando constatamos que o cinema não deixou de projetar suas luzes na cidade desde o ano de sua primeira exibição, mesmo que, atualmente, o único cinema – o Cine Mococa – enfrente a concorrência de mecanismos mais modernos; e que alguns projecionistas locais amantes da sétima arte tornaram-se figuras lendárias a encantar diferentes gerações, no melhor estilo *Cinema Paradiso,* vemos que ainda é grande a intimidade entre a cidade e a experiência do cinema.

Referências

Fontes

Acervo Iconográfico (Miscelânea)

- Agência dos Automóveis "Ford" em Mococa. Autor: desconhecido. Ano: 1925 (imagem 1).
- Os Turunas do Teatro "Variedades". Autor: Photo Bonora. Ano: 1921 (imagem 2).
- Cinema em Mococa: Hotel Terraço, Theatro Variedades e na privacidade dos lares. Fonte: Jornal *A Mococa*, 1920-1925 (imagens 4, 5 e 6).
- Cartaz do Theatro Variedades. Ano: 1923. Fonte: Cartazes do "Theatro Variedades" -1918-1930 / Pasta "Cartazes".

Aspecto atual da fachada do "Cine Theatro Central" – 1925 (Figura 3).

Atas da Câmara Municipal. Manuscrito, Livro 22, 1890-1930, p.01-25. Ata de 15 mar.1926.

Periódico "A Mococa". Vários Números.

A Mococa, Ano I, n. 80, 28 nov.1897
______. Ano I, n. 42, 6 fev.1897
______. Ano VII, n. 300, 21 jun.1902
______. Ano XIII n. 644, 17 jan.1909
______. Ano XIV n. 702, 19 dez.1909
______. Ano XVI, n. 850, 1 dez.1912
______. Ano XIII, n. 921, 26 abr.1914
______. Ano XXIII, n. 1.097, 3 fev.1918
______. Ano XXIII, n. 1.116, 16 jun.1918
______. Ano XXIII, n.1.129, 15 set.1918
______. Ano XXIII, n. 1.149, 2 fev.1919
______. Ano XXIV, n. 1.162, 4 abr.1919
______. Ano XXIV, n. 1.160, 20 abr.1919
______. Ano XXIV n. 1.162, 4 maio1919
______. Ano XXIV, n. 1.184, 5 nov.1919

______. Ano XXV, n. 1.213, 25 abr.1920
______. Ano XXVIII, n. 1.380, 8 jun.1923
______. Ano XXVIIII, n. 1.377, 17 jun.1923
______. Ano XXVIII, n. 1.381, 15 jul.1923
______. Ano XXVIII, n. 1.396, 28 out.1923
______. Ano XXVIII, N. 1.398, 11 nov.1923
______. Ano XXIX, n. 1.469, 22 mar.1925
______. Ano XXX, n. 1.491, 23 ago.1925
______. Ano XXX, N.1.152, 11 abr.1926

Bibliografia

ARAÚJO, V. de P. *Salões, circos e cinemas de São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

AZEVEDO, V. de S. *Entre a tela e a plateia*: theatros e cinematographos na Franca da Belle Époque (1890-1930). Franca, 2001. Dissertação (Mestrado em História) – FHCS/UNESP.

BAZIN, A. Ontologia da imagem fotográfica. In: XAVIER, Ismail (Org). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Graal/Embrafilme, 1983, p.119-142.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1.

______. *Charles Baudelaire*: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1989. v. 3.

CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (Org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. Trad. Regina Thompson. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001.

DUARTE, E. *Sob a luz do projetor imaginário*. Recife: EdUFPE, 2000.

EPSTEIN, J. O cinema e as letras modernas. In: XAVIER, I (Org.). *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, p.269-330.

FRANCO, M. S. de C. As ideias estão no lugar. *Caderno de debates 1*: História do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976.

GOMES, P. E. S. *Cinema*: trajetória no subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LOBATO, J. B. M. *A onda verde e o presidente negro*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

MACHADO JÚNIOR. R. *São Paulo em movimento*: representação cinematográfica da metrópole nos anos 20. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em Cinema, TV e Rádio) – ECA/USP.

PADILHA, M. *A cidade como espetáculo*: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20. São Paulo: Anablume, 2001.

PANOFSKY, E. *Significado nas artes visuais.* Trad. Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1991.

QUEIROZ, H. de. *Mococa de sua formação até 1900*. São Paulo: Tipografia do Diário Oficial, 1902.

RIO, J. do. *Cinematographo.* Rio de Janeiro: Porto, 1909.

SILVA, M. A. (Coord.) *República em migalhas*: história regional e local. São Paulo: ANPUH, 1990.

SEVCENKO, N. *Orfeu extático na metrópole*: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SONTAG, S. *Sobre fotografia.* Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

STAROBINSKI, J. *As m*áscaras da *civilização*. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STEYER, F. A. *Cinema, imprensa e sociedade em Porto Alegre (1890-1930).* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

SÜSSEKIND, F. *Cinematógrafo de letras*: literatura, técnica e modernização no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

XAVIER, I. (Org.) *A experiência do cinema*: antologia. Rio de Janeiro, Graal/Embrafilme, 1983.

______. *Sétima arte*: um culto moderno. São Paulo: Perspectiva, 1998.

5
De vila sertaneja a cidade do café: transformações urbanas em Batatais (SP) (1886-1925)

Robson Mendonça Pereira[1]

Apresentação

No início do século XIX, o Sertão do Rio Pardo ocupava uma vasta região da capitania de São Paulo que começava em Mogi-Guaçu e se estendia até as barrancas do Rio Grande, após passar pela vila de Franca, entreposto mais ao norte, boca de entrada para o Sertão da Farinha Podre no Caminho de Goiás. Alguns poucos pousos e fazendas de gado ponteavam o território ocupado por famílias de mineiros, entrantes que palmilharam as fronteiras paulistas após a escassez aurífera que dispersou uma população concentrada em torno dos antigos arraiais das minas, como São João Del Rey, Tiradentes, Mariana, Ouro Preto e Congonhas do Campo (Brioschi, 1999).

Essa transumância teve suas vantagens, pois os entrantes mineiros colaboraram para formação das primeiras unidades produtivas

1 Doutor em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca) com pós-doutorado em História Social pela USP. Docente do curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), no *campus* Anápolis CSEH, da Universidade Estadual de Goiás. Bolsista do Programa de Incentivo à Pesquisa e Produção Científica (PROBIP/UEG). robsonmenper@hotmail.com.br.

no Sertão do Rio Pardo, se aconchegando junto aos rios e riachos, trazendo consigo suas famílias povoando uma região desconhecida, com seu gado curraleiro, seus porcos e galinhas, suas roças de milho, constituindo os primeiros sinais de uma ocupação mais efetiva, por onde antes apenas transitavam tropeiros rumo às minas de Goiás, levando nos seus alforjes sal marinho, ferro e outras quinquilharias que seriam trocadas por ouro em pó (Oliveira, 2011). Abriam-se assim novas oportunidades àqueles desterrados do ouro em terras paulistas, construindo sedes de fazendas bem de acordo com o estilo colonial, o pau a pique e os tijolos de adobe, caibros de madeira de lei entrelaçadas, telhas confeccionadas nas coxas da escravaria.

Não tardou para que núcleos urbanos começassem a surgir na beira dessas estradas, como locais para as trocas comerciais feitas entre esses tropeiros e produtores locais. Naqueles antigos pousos situados no "caminho do sal" surgiram pequenas vendas de secos e molhados e algum casario bastante rudimentar que tinha a estrada como ponto de referência. Nesse arremedo de arruamento começam a nascer os primeiros arraiais ou povoados. Com o adensamento populacional provocado pela chegada dos mineiros, cresceram em tamanho e importância, mas a autonomia administrativa só poderia ser adquirida quando tornaram-se sede de uma freguesia ou paróquia. Brioschi relata que a primeira freguesia a surgir ao norte de Moji Mirim foi em 1775 e se deveu ao descoberto de ouro nas cabeceiras do Rio Pardo: "Dedicada a Nossa Senhora da Conceição tinha jurisdição sobre todo o sertão do Caminho de Goiás, mas teve duração efêmera acompanhando [...] o rápido esgotamento do ouro em Caconde" (Brioschi, 1999, p.78).

Essa freguesia teve sua sede transferida em 1805 para as margens do Caminho de Goiás, sendo solicitada pelo capitão de ordenanças do Rio Pardo, o mineiro Hipólito Pinheiro, a criação da freguesia de Franca, com patrimônio doado por Antônio e Vicente Nunes de Almeida, cujo território abrangia a área entre os rios Pardo e Grande até o limite com as Gerais. O crescimento progressivo daquela paragem, resultante da integração dos entrantes na capitania, levou à sua elevação a vila ainda em 1821. Isso não evitou seu desmembramento,

pois, em 1814, a Mesa de Consciência aprovara a instalação de duas freguesias: Casa Branca, ao sul do Rio Pardo, e Batatais, na sua margem direita. Apesar desse influxo demográfico, o crescimento não era acompanhado pelo "aumento do nível de riqueza, uma vez que os paroquianos não estavam em condição de oferecer 'do que viver com decência' a seus vigários" (Brioschi, 1999, p.79).

Walter Cardoso fornece uma explicação de ordem política para a criação dessas freguesias no Sertão do Rio Pardo ou do "capim-mimoso", que seria o de atender a pretensões da Capitania de São Paulo de proteger as fronteiras do perigo representado pelo expansionismo mineiro com a criação, em 1798, da Vila de Campanha da Princesa, entre os rios Sapucaí e Verde (Cardoso, 2014).

A evolução da freguesia de Batatais, criada sob invocação do Senhor Bom Jesus da Cana Verde por alvará de 21 de janeiro de 1815, teve estreita ligação com Franca nessa primeira metade do século XIX, no processo de desbravamento que teve início com a doação de sesmarias ao longo do Caminho de Goiás desde o final do século XVIII, por um povoamento uniforme e pela afinidade em termos do desenvolvimento de atividades pastoris – aspecto ressaltado por Chiachiri (apud Cardoso, 2014). Esse movimento se intensificou com o reordenamento da atividade econômica em Minas Gerais que se voltou inteiramente para o abastecimento interno da Corte no Rio de Janeiro com a chegada da família real portuguesa em 1808.

De Freguesia a Vila de Batataes

A instalação da Freguesia de Batatais contou o apoio do bispo d. Mateus de Abreu Pereira, um dos governadores interinos da Capitania de São Paulo à época, atendendo a uma representação dos moradores do "Certão na Estrada que vai desta Cidade para Minas de Goyaz" encaminhada em 1810. A enorme distância em relação a Mogi-Guaçu e a concentração de fogos situados entre os rios Sapucaí e Pardo, constituíam argumentos plausíveis para criação da freguesia em local tão ermo.

Foram os entrantes mineiros que trouxeram consigo o culto ao São Bom Jesus da Cana Verde. O fluxo migratório se intensificou tendo em vista as terras férteis, o "capim-mimoso" (*Axonopus purpusii*), gramínea de pastos naturais, favorável ao desenvolvimento da lavoura, a existência de cursos d'água e "lambedores" como substituto ao sal marinho, escasso e caro nos sertões, a ponto de ser usado como moeda corrente (Cardoso, 2014, p.101).

Durante a primeira metade do século XIX, na região compreendida pela freguesia e depois vila de Batatais (a partir de 1839) perdura uma produção autossuficiente tradicional da fazenda de criar, sob a influência de clãs familiares poderosos como os Junqueiras, que possuíam terras em paragens próximas ao Rio Pardo desde 1811 (Cardoso, 2014) e os Pereira Lima (Brioschi, 1999). A freguesia constituía um núcleo pacato e malcuidado, e apesar do esperado estímulo da Corte, a produção de excedentes manteve-se ensimesmada com dificuldades para efetuar trocas comerciais. Estradas e pontes precárias, o predomínio dos carros de bois, uma população em geral pobre, conforme registra Luís D'Alincourt (1976 apud Cardoso, 2014), contribuía para uma insularidade que contrastava com outra porção da rota no qual predominava a produção açucareira, principal gênero exportado pela província naquele momento.

Nos primeiros tempos, esses fatores contribuíram para mudança na sede da freguesia que se encontrava nas adjacências da Fazenda Batatais. O movimento foi liderado pelo padre Bento José Pereira que enviou representação no início de 1821 ao bispo de São Paulo. Houve desentendimento com moradores que se opunham a esse movimento, mas a transferência acabou se efetivando para uma área conhecida como Campo Limpo das Araras, contando com a doação feita por Germano Alves Moreira, e a esposa Ana Luísa, de terras que iriam compor o patrimônio da nova matriz, em agosto de 1822 (Cardoso, 2014). Esse movimento praticamente não alterou o cotidiano modorrento da povoação, pois os criadores continuaram a valorizar mais a sede de suas fazendas, deslocando-se para sua residência na cidade apenas para as missas, festas e negócios.

As obras da matriz em andamento, iniciadas em 1823, arrastaram-se por décadas, pois no ano de 1840, elevada à vila, a Assembleia Provincial solicitava "auxílio para fatura da Cadeia e continuação das obras da Igreja Matriz" de Batatais, contando com o apoio do deputado Joaquim Firmino Pereira Jorge, também juiz de Direito que havia absolvido o capitão Anselmo Ferreira de Barcellos no ano anterior da invasão da Vila de Franca e do assassinato do juiz de Paz. Entretanto, devido às restrições orçamentárias, o montante destinado ficava dependendo do erário municipal. Em 1852 a Matriz de Batatais continuava em obras e a cadeia construída encontrava-se em estado "sofrível" (Cardoso, 2014, p.151-152).

Figura 5.1 – Igreja Matriz de Batatais do novo povoado de Batatais. Imagem revela que reforma da fachada original nos anos 1890 preservou o estilo colonial

Fonte: Anônimo. Acervo Casa da Cultura de Batatais

O movimento revoltoso em Franca, conhecido como "Anselmada", colaborou para elevação de Batatais à condição de vila, em 14 de março de 1839. O capitão Anselmo foi julgado à revelia na matriz da freguesia, que foi elevada à condição de vila, por decisão tomada

pelo presidente da Província, em virtude da sedição e do descontrole administrativo imperantes na Vila de Franca. Feitos os acordos necessários, capitão Anselmo foi absolvido de todos os crimes a ele imputados e Batatais se tornou uma vila, com Câmara instalada, mas sem qualquer prerrogativa para tanto.

O impacto da cultura cafeeira e da ferrovia

Em 1875 a vila de Batatais passou a ser cidade, mas, apesar dessa mudança de categoria as necessidades da população, que girava em torno 13.400 habitantes, na sua maioria rural, eram mitigadas. A municipalidade carecia de condições financeiras adequadas para promover obras significativas. Não havia ainda qualquer investimento relacionado ao saneamento e salubridade da área urbana pronta ou em andamento, e o aspecto geral da cidade lembrava um imenso curral por onde transitava uma infinidade de animais, por ruas esburacadas e casarões com largos beirais, largas janelas e portas de uma só folha, construídas no estilo colonial mineiro, com taipa e adobe.

O memorialista local, Jean de Frans, pseudônimo de José Augusto Fernandes, relata essa fisionomia semirrural de Batatais antigo:

> Cidade mal iluminada, nas noites sem luar, por escassos lampeões de luz bruxuleante. As vias publicas limitavam-se a cinco largos e poucas ruas: o centro, o coração da cidade, era o largo da Matriz, amplo rectangular, tendo no centro, fazendo frente para a entrada da povoação, a igreja deselegante e chata, com duas torres esguias, rodeada de coqueiros e com enormes cruzeiros na frente e nos fundos;... Não havia canalisação d'agua, nem mesmo aquelles pequenos regatos que a Municipalidade fizéra em outros tempos serpear pelos quintaes, com os seus "anneis" e as suas "bicas", precursores das pennas d'agua e das torneiras: era o poço, ou melhor, a cisterna, profunda, com o caixão, o sarilho e o enorme balde. Sargeteadas, somente a rua do Commercio, na parte entre o largo e a rua

> do Theatro, esta num pequeno trecho e a Municipal, até o corrego. O passeio, quando havia, era de pedras brutas, mal ajustadas. As praças apresentavam um labyrintho de "trilhos", cruzando o grammado immenso, [...]. (Fernandes, 1939, p.116-118)

Esse quadro urbano insatisfatório, com as administrações municipais em Batatais incapacitadas graças às limitações impostas pela legislação do período imperial, viria alterar-se radicalmente na década seguinte com a expansão da produção cafeeira e a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro da Mogiana, em 1886, dinamizando os negócios locais e atraindo um movimento imigratório sem precedentes (Zamboni, 1993, p.113-7). Na virada do Império para República, havia no imenso território ocupado pelo Termo de Batatais cerca de sessenta fazendas, das quais vinte eram de café, enquanto na cidade surgiam novas atividades tipicamente urbanas, como, por exemplo, marcenarias, casa de fazendas e armarinhos, farmácias, sapatarias, olarias, padarias, máquinas de beneficiar café etc.

O documento legal que norteava as ações da Câmara Municipal naquela época era o Código de Posturas, aprovado em 1872, que parecia muito distante das demandas requeridas e pela realidade imposta conforme argumentava o vereador Washington Luís Pereira de Sousa em relação ao projeto de um novo código que havia encaminhado a edilidade:

> O meu trabalho, pois que neste genero nada é concedido á imaginação, foi na sua maior parte o da consolidação das leis extravagantes municipaes, modificado pelo confronto com os codigos modernos de outros municipios e pelas necessidades peculiares a esta localidade. O codigo de Posturas adoptado pela Lei provincial de 13 de abril de 1872 appareceu para satisfação de outras necessidades que não as actuaes; feito para regular este municipio no tempo em que dedicava-se exclusivamente á criação pecuaria, não tinha mais razão de ser quando a sua principal fonte de riqueza é a cultura do café; alem d'isso a orbita em que gyra, actualmente, a administração municipal é muitissimo mais vasta; e o codigo de 72 pouco serviço

> podia prestar por isso que satisfazia quando o municipio era pouco mais de uma circunscripção para arrecadação de rendas. Não obstante transplantei para este projecto, as suas disposições que julguei aproveitáveis.[2]

Figura 5.2 – Trecho da antiga Rua da Quitanda em Batatais. Nesta imagem de fins do século XIX, é possível notar alguns aspectos da reforma urbana pelo qual a cidade iria passar, como a tentativa de arruamento simétrico e de calçamento para pedestres, porém, sobrevém a permanência do casario no estilo colonial, com as construções praticamente coladas umas as outras, amplos beirais e o chão de terra batido, as carroças e os troles dominando a paisagem

Fonte: Anônimo. Acervo Casa da Cultura de Batatais

A situação anterior a qual Washington Luís se refere pode ser ilustrada no "Almanak da Província de São Paulo para 1873" em

2 ACMB. Ofício de Washington Luís acompanhado do manuscrito do projeto do Código de Posturas. 4-jul-1894. Caixa 4/5.

que consta haver em Batatais 37 fazendas dedicadas exclusivamente a criação de gado e seis ao cultivo da cana, registrando o ano de 1872 o surgimento da primeira fazenda de café de propriedade de Antonio Garcia de Figueiredo (Luné; Fonseca, 1873).

A vila de Batatais era constituída da Vila de Cajuru e das freguesias de São José de Morro Agudo e Santo Antonio da Alegria. Já se registra a existência de um advogado provisionado, um farmacêutico, 12 negociantes de fazendas, louças, molhados e ferragens, um alfaiate, quatro carpinteiros, dois ferreiros, dois pedreiros, seis sapateiros e quatro seleiros (ibidem).

Figura 5.3 – Vista de Batatais no início do século XX

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

Naquele mesmo ano criou-se a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, na cidade de Campinas, com o objetivo inicial de avançar até as margens do Rio Grande. Sua rápida expansão pelo "Oeste Paulista" se deveu em grande parte a competição com a Estrada de Ferro Paulista. Em 1880 já havia estações nas cidades de Mojimirim, Amparo, Casa Branca e a obtenção da concessão de instalação dos trilhos em Ribeirão Preto (concluída em 1883), cidade que cresceu rapidamente em importância, saindo dali a linha tronco que seguiria rumo ao Rio Grande e ao Triângulo Mineiro. A

constituição de um ramal para Franca foi cogitada, inaugurando-se primeiro a estação no distrito de Engenheiro Brodowski.

Em 1886 ocorre a inauguração da estação ferroviária de Batatais, que contou com a presença do imperador D. Pedro II. Em 1887 a estrada chegava a Franca, rumando pelo Rio Grande até Conquista, e depois Uberaba de volta à linha tronco (Jorge, 2003). Observa-se no Mapa da Província de São Paulo de 1886 (Figura 5.4) que a cidade de "Batataes" na região renomeada como Alta da Mogiana, quase em contiguidade com a E. F. Paulista, ambas na franja cafeeira, incorporava a propaganda da Sociedade Promotora de Imigração para atrair colonos para a região.

A cidade passa a contar assim com uma rápida via de escoamento para nova cultura produzida em larga escala, o café. Além das modificações no universo da cultura material com a introdução de novas

Figura 5.4 – *Mappa da Provincia de São Paulo mandado organisar pela Sociedade Promotora de Immigração de S. Paulo*, 1886

Fonte: Acervo da Mapoteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Figura 5.5 – Primeiro edifício em construção da Estação Ferroviária da Mogiana em Batatais (1885)

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

tecnologias, como o telégrafo, o fonógrafo, o gramofone e, mais tarde, o telefone e o automóvel, aglutinam-se elementos simbólicos representados pelos imigrantes, que trazem consigo hábitos e profissões desconhecidas naquele sertão que começa a se modernizar.

Para exemplificar, os novos materiais construtivos empregados na feitura da estação ferroviária de Batatais, obra iniciada em 1885, trouxe consigo o primeiro exemplar da nova arquitetura de tijolos, como as telhas francesas, os gradis de ferro, as vigas de aço importado (Figura 5.5). Os potentados locais desejando melhorar suas antigas residências de taipa e adobe contrataram mão de obra imigrante especializada, geralmente italiana, a única disponível para lidar com esses novos materiais.

Por volta de 1886, a população de Batatais saltara para mais de 19 mil habitantes, e, como toda cidade ponta de linha ferroviária, fervilhava de movimento com a chegada de colonos estrangeiros para trabalhar nas fazendas de café. Algumas eram até servidas diretamente

pela ferrovia, como era o caso da Fazenda Macaúbas, de propriedade de Domingos Corrêa de Moraes, na qual se instalou uma estação intermediária erigida em 1899 para resolver o dilema representado pelo trecho íngreme entre as estações de Boa Sorte e Batatais, que passava pela ponte sobre o Rio Sapucaí.

Corrêa de Moraes, que foi vice-presidente de Estado, adquiriu a gleba de terra onde instalou a fazenda em 1894. Propôs doar uma área para construção da estação em local que facilitaria o transporte de água do córrego existente para as caldeiras das locomotivas a vapor, ficando responsável por construir o edifício da estação e duas casas para os portadores, solicitando em troca que a estação ficasse próxima da sede da fazenda e de sua máquina de café.

Esse concurso favoreceu imensamente os negócios de Corrêa de Moraes, contribuindo provavelmente para amortizar os melhoramentos introduzidos na propriedade, como a ampliação da sede da fazenda, construção das casas dos empregados e dos colonos, todos com tijolos e telhas importados, do terreiro de cimento, da aquisição da máquina de beneficiamento de café, curral para criação de bovinos da raça caracu e paiol. Anos depois firmou um acordo com a Companhia Melhoramentos de Batatais para construção de usina hidrelétrica com o objetivo de fornecer energia elétrica à cidade e inclusive para a sede da fazenda e arredores. A propriedade contou com uma capela e um time de futebol, "Macaúbas Futebol Clube, onde jogou José (Zeca) Lopes, mais tarde no elenco da seleção brasileira de 1938, que disputou a Copa de Mundo, na França" (Moraes, 2002, p.13).

A distância entre a cidade e a fazenda começava a diminuir ao se considerar os efeitos provocados pela modernização na mentalidade de muitos proprietários rurais. A chegada de empreendedores, como Domingos Corrêa de Moraes, além dos paulistas e fluminenses do Vale do Paraíba, era vista com satisfação por uma parte dos proprietários descendentes dos antigos entrantes mineiros que viam nesse movimento uma possibilidade de valorização de suas terras e mesmo de investir no negócio do café.

Havia outros que notavam com desagrado a invasão de "forasteiros" que modificava seu modo de vida levando-os a "pobreza e à

ruína" (Jorge, 2003, p.23). Era inevitável que nesse confronto, aqueles que pudessem se adaptar e que dispusessem de capital levassem a melhor, enquanto muitos foram levados a pauperização.

Figura 5.6 – A Fazenda Macaúbas era servida por uma estação ferroviária que ficava a 800 metros de sua sede imponente, um casarão assobradado em estilo de solar que possuía água encanada e energia elétrica, compondo um complexo satisfatório aos negócios do café, com a vila dos colonos, campo de futebol, igreja e outras benfeitorias modernas, como uma usina hidrelétrica.

Estação Macaubas

Sede da Fazenda

Fonte: <http://www.revistadeagronegocios.com.br/exibe_fotosantigas.asp?evento=Batatais%20-%20SP>. Acesso em: 27 out. 2014

Essa concomitância entre o progresso tecnológico nas fazendas e nas cidades no oeste paulista é perceptível em Batatais. No Código de Posturas de 1894, aprovado pela municipalidade, percebe-se um impulso na direção da ordenação e ressignificação do espaço urbano.

As posturas tratavam de inúmeras atribuições complexas e nem sempre realizáveis em curto prazo, devido ao erário reduzido, como alinhamento, limpeza, calçamento e numeração de vias e praças, jardins públicos, muros e calçadas, chafarizes, pontes, poços, construções para decoração e ornamento, estradas e caminhos, pesos e medidas, matadouros, açougues, feiras e mercados, depósitos, fiscalização de produtos alimentícios, uso de armas, sobre jogos e diversões públicas, abastecimentos de água, esgotos e iluminação pública, irrigação de ruas e extinção de incêndios, caça e pesca, serviços telefônicos e telegráficos, veículos e meios de transportes, hospitais e socorro a indigentes, criação e auxílio à instituições pias e de caridade, cemitérios, higiene.

Reordenamento e readequação: uma cidade cafeeira

Em Batatais, a necessidade de uma melhor distribuição espacial da cidade já estava presente nas Posturas de 1872, que em sua parte inicial prescrevia um traçado retilíneo e uniforme às ruas, dispostas segundo um plano racional e preestabelecido pela Câmara, o que resultaria numa cidade perfeitamente regular, em xadrez de quadras quadradas, mas não se realizou conforme as previsões, pois mesmo as quadras mais centrais da cidade não apresentavam tamanha regularidade, embora seguissem um traçado ortogonal (Dutra, 1993, v.1), como se pode verificar na Figura 5.7:

Figura 5.7 – Vista aérea de Batatais (1915): plano geométrico espacial da cidade em forma de tabuleiro de xadrez

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

A tentativa de correção foi sugerida na parte referente à "viação urbana" e à "segurança pública", no Código de Posturas de 1894, que dedicou especial atenção em relação ao estabelecimento de padrões de alinhamento (espaçamento das ruas). Estava previsto inclusive um levantamento do plano geral de viação, a partir do qual se realizaria a abertura de ruas e praças, mediante a contratação de um agrimensor para as demarcações necessárias (Código de Posturas, 1894, p.50). As ruas seriam, "tanto quanto possível", retas e teriam a largura mínima de 12 metros, obrigando os proprietários, naquelas já existentes que não apresentassem a dimensão exigida, a construção ou reconstrução, até igualarem essa largura.

Na Figura 5.8 pode-se notar a adequação *à*s normas com a retificação da antiga Rua da Quitanda, abaulamento e utilização de calçamento com paralelepípedos, o meio fio separando a calçada da rua, os postes de iluminação pública e as fachadas das construções a esconder o telhado por meio do uso de platibandas para evitar derivar a água da chuva no passeio.

Figura 5.8 – Rua Cel. Joaquim Rosa, antiga Rua da Quitanda. Nota-se a rua remodelada conforme os princípios contidos nas Posturas de 1894. Batatais (s.d.)

Fonte: <http://www.revistadeagronegocios.com.br/exibe_fotosantigas.asp?evento=Batatais%20-%20SP>. Acesso em: 27 out. 2014

No flagrante abaixo (Figura 5.9) constata-se o cotidiano do centro da cidade, tomado provavelmente no início do século XX. Observa-se que o edifício à direita aparece "reformado" em estilo neoclássico, o que significava uma tentativa de obedecer às posturas, notando-se o beiral contido e alpendre, porão alto, sugestão de coluna, profusão de janelas, enquanto à esquerda, a antiga arquitetura em estilo colonial, portas com duas folhas, uma convivência inoportuna na Rua do Theatro em leito de terra.

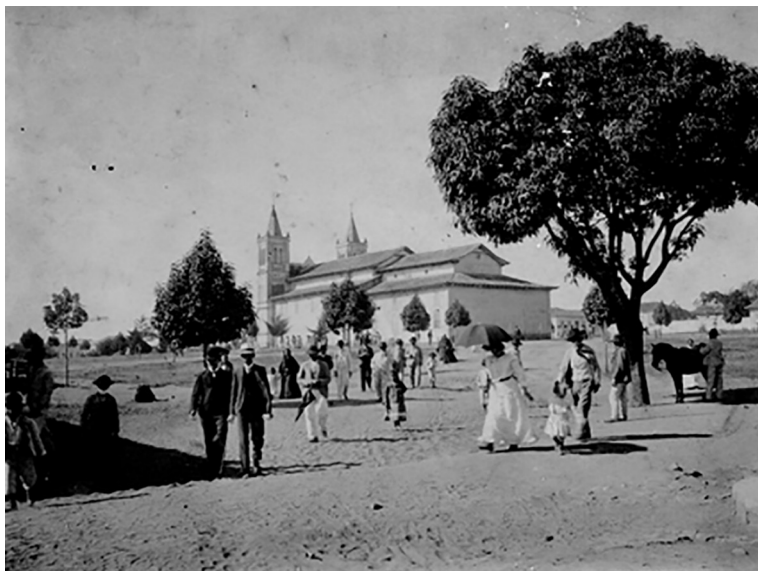
José Augusto Fernandes salientara que na aplicação das posturas de 1872, a municipalidade tratou mais severamente uma determinada porção da cidade em que havia maior fluxo de habitantes e comércio localizada provavelmente no centro, inclusive com restrições à tipologia das construções e a determinar o acabamento de superfície dos muros de algumas ruas (Fernandes, 1939).

Figura 5.9 – Rua do Theatro Batatais (s.d.)

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

No entanto, havia uma distância entre o ideal e a sua realização como se pode perceber na Figura 5.10 na qual se destaca a enorme área do rossio, com a imagem lateral e inferior da Igreja Matriz de Batatais na virada do século XIX para o XX. Nota-se a ausência de pavimento (em terra), de qualquer tipo de arruamento e mesmo da praça ajardinada, que será um dos marcos do processo de urbanização nas décadas seguintes. A imagem reforça na verdade a permanência de traços rurais, mesmo depois da edição das novas Posturas em 1894.

As inúmeras exigências requeridas pela vida municipal em tempos republicanos careciam ainda dos mesmos recursos orçamentários que minguavam durante o Império. Sua realização dependeu em grande parte do esforço da máquina tributária e da delegação a terceiros de obras públicas. A expansão urbana promovida pela estrada de ferro, a construção de novos edifícios públicos e construções particulares, de renovada arquitetura, que empregavam novos materiais, proclamavam a negação das antigas construções coloniais de taipa e adobe.

Figura 5.10 – Igreja Matriz de Batatais (*c.*1900)

Fonte: Anônimo. Casa da Cultura de Batatais

Sob intensa campanha da imprensa local, a cidade passava a se desejar moderna e progressista tomando como modelo outras urbes que vinham sofrendo uma série de intervenções modernizadoras como proclamava o articulista Renato Jardim do periódico local *O Nacionalista*:

> Cidades *há em* optimas condições de progresso, de prosperidade, com rendas sufficientes para que o saneamento publico seja mantido de modo a tornar-se um facto a saude do povo, onde a hygiene é um livro que nunca se abre, pagina esquecida, morta, e a vida do cidadão vae entregue a quanta causa morbida contra ella estende o seu impeto.
>
> Entretanto si cada cidadão tem a obrigação, á qual não póde furtar-se, de tratar com o devido empenho, do asseio de sua casa, do seu quintal, de modo a zelar da saude de sua propria gente, á edilidade compete si bem quizer cumprir os deveres de que voluntariamente si

> sobrecarregou, tratar da saude publica, dos indispensaveis cuidados da hygiene, missão que tambem é sua mais nobre, mais alta de que qualquer cousa. (*O Nacionalista*, 1897, p.2)

A "salubridade pública" era assunto sério devido às epidemias de varíola e febre amarela (impaludismo) que assolavam a região como era o caso de Franca, atingida por surtos de bexiga durante as décadas de 1860 e 1870 (Bentivoglio, 1996, p.59). No final do século XIX, alguns distritos de Batatais tornaram-se focos epidêmicos ameaçando chegar à sede. A municipalidade destinou vultosa soma de 6 contos de réis, em 1896, para constituição de um lazareto que foi construído com apoio de particulares. À mesma época foi também indicado um zelador no local, para abrigar os bexiguentos e que seria de "toda conveniência que o terreno desse edifício fosse cercado e que para lá se canalizasse água" (*A Penna*, 1899, p.22).[3]

Durante a década de 1890, a cidade de Batatais sofreu inúmeras intervenções que readequaram seu espaço urbano de maneira profunda. Ainda em março de 1889, foram abauladas as seguintes ruas centrais: Comércio, Teatro, Quitanda, Capitão Andrade e das Palmeiras. Foi efetuado o emplacamento e numeração de ruas, praças e edifícios, tendo e municipalidade contratado os serviços de João Augusto Muller (Atas da Câmara, 1887-1891).

O engenheiro Manoel Honório de Oliveira Pinho foi contratado em 1892 para projetar a abertura de novas ruas e alinhar os terrenos acima do Largo da Matriz, elaborando duas plantas que serviriam como referência para regularização e geometrização da cidade. Até a incorporação de novos elementos urbanísticos à trama urbana era bem-vinda, como foi o caso da criação das avenidas números 1, 2 e 3[4], amplas e retilíneas, que ficavam paralelas e acima do Largo da

3 Trata-se do Relatório do Intendente Municipal, apresentado à Câmara Municipal de Batatais em 1o de janeiro de 1899, que foi publicado no periódico *A Penna*, em 13 de janeiro desse mesmo ano.

4 Correspondendo respectivamente as atuais, Avenida dos Andradas, Avenida Dr. Chiquinho Arantes e Rua Coronel Manoel Gustavino, tendo como

Matriz, uma novidade apresentada no projeto de Honório Pinho (Dutra, 1993, v.1).

A fiscalização sobre a construção irregular de latrinas servia também como motivo para ostensivos comentários de um fiscal quanto à falta de salubridade e higiene da população, frustrada que estava com o fato de que os proprietários não se convenciam do perigo e sobretudo dos "miasmas que produzem Epidemias a exemplo de Campinas, Mogymirim, Casa Branca, e outras, e que naquellas cidades foi por ordem da Intendencia e a conta dos proprietários destruidas" (*Relatório do Fiscal da Intendência*, 1892).

Algumas obras públicas, devido à escassez do erário municipal, contavam com o empréstimo dos próprios vereadores como o caso de um requerimento de 1o de março de 1893, do edil Manoel Gustavino de Andrade Junqueira que solicitava o ressarcimento "da quantia de dous contos e trinta mil e quinhentos reis de principal e juros de emprestimo que fez a camara em 20 de março de 1890" aplicada na canalização de água do Córrego do Peixe, empreendimento que não chegou a ser concluído por completo (*Atas da Câmara*, 1890).[5]

Em outubro de 1892, o vereador Joaquim Celidônio pedia para que a Câmara convidasse um engenheiro hidráulico a fim de se fazer um estudo do abastecimento de água na cidade (*Atas da Câmara*, 1892).[6] Somente em fins de 1893 seria apresentado um projeto de lei, de autoria de João Leopoldo, em que se autorizava o intendente a canalizar as águas do Córrego do Capão e do Castello, aproveitando para esse serviço os materiais empregados no encanamento do Córrego do Peixe, que seria substituído por canalização por alvenaria. O parecer sucinto da comissão de obras públicas considerava:

---

transversais a Rua Santos Dumont (antiga Rua do Theatro), Rua Barão de Cotegipe, Rua Major Antônio Cândido e Rua Dr. Alberto Gaspar Gomes.

5 Este serviço foi iniciado por Heitor Marques Arantes e pelo próprio Manoel Gustavino, que consistia na formação de um açude na nascente do córrego, na construção de uma caixa de água e respectivo encanamento até o Largo da Matriz.

6 Ata de 17 de outubro de 1892.

> [...] de urgentissima necessidade o supprimento d'agua a esta cidade, cuja população ainda é forçada a usar de agua de cisterna há muito condenada por nociva á saude publica, e attendendo mais a que os tres corregos do 'Capão', do 'Castello' e do 'Peixe' são justamente os mananciais que mais facilmente podem ser approveitados, é de parecer que seja approvado o projecto. (*Atas da Câmara*, 1892-1898, p.22)[7]

A solicitação seria atendida pelo engenheiro Joaquim Mariano de Amorim Carrão, que apresentaria um projeto de canalização de água do Córrego do Capão, ainda em 13 de dezembro de 1893, e as obras seriam realizadas entre maio e setembro de 1894, com significativa ampliação da rede de distribuição e a instalação de quatro chafarizes de madeira e dois de ferro, atendendo locais e prédios públicos como a cadeia velha e o teatro, além da colocação de cinco torneiras (*Relatório de Canalização d'Água*, s.d.).

Embora houvesse dificuldades de ordem material para a municipalidade impor a desejada conformação ao antigo povoado, a população participava por meio de representações como uma encaminhada à Câmara em 17 de julho de 1899, por moradores do "bairro denominado Outro mundo", denunciando o "mao estado em que se acha, e se tem conservado por muitos annos a rua travessa do Senador Feijó (antigo Bêco do Zeca da Botica)", pedindo providências imediatas por ser ali um lugar de grande trânsito de outros moradores (Campo Alegre, Rua Direita e outras) e pela dificuldade de passagem de carros, troles e carroças. No final, anunciavam os motivos nobres que ensejavam o pedido: "[...] para que se apague do centro da cidade esta mancha que desmente seu progresso" (ACMB. Caixa 13/14. *Representação n. 4*, 1899, 17 jul. 1899).

Por trás dessa alegoria da "*civilização moderna*" e do progresso, representava-se o desejo dos grandes proprietários e de uma pequena classe média urbana nascente, constituída de funcionários públicos, profissionais liberais, donos de pequenos estabelecimentos

---

7 Ata de 4 de setembro de 1893.

comerciais e industriais, alguns controlados por imigrantes, de mostrar aos olhares estranhos uma localidade ordeira, limpa e, sobretudo, embelezada, fugindo do estereótipo de "*caipira e atrasada*", reprimindo características que as identificassem com esses emblemas (Arruda, 2000, p.103-106).

A partir da segunda metade dos anos 1890, a configuração da Câmara Municipal de Batatais passou por uma transformação em sua composição. Os "lavradores" passam a disputar cadeiras com profissionais liberais, além dos "capitalistas" ou negociantes. Forasteiros, como os advogados Joaquim Celidônio Gomes e Washington Luís, o industrial Renato Jardim e o farmacêutico José Theodoro da Silva Dedéca, eram eleitos juntamente com médicos locais, como Manoel Furtado e Antônio Pereira Lima, negociantes e capitalistas, como Manoel Theodolindo do Carmo e Geraldo de Aquino Leme, além dos coronéis tradicionais, como Manoel Gustavino de Andrade Junqueira, Eduardo Garcia de Oliveira e Martinho Ferreira da Rosa.

Joaquim Celidônio foi presidente e intendente municipal (1894-1896), e atraiu o fluminense Washington Luís com o convite para compartilhar um escritório advocatício. Este mudou para Batatais em 1893, e logo se projetou na localidade, sendo eleito vereador em 1895. Entre 1897 e 1899, ocupou o cargo de intendente, função executiva com o status de prefeito, porém, subordinada à Câmara.

Uma das primeiras medidas do intendente Washington Luís foi justamente a reforma financeira e a cobrança judicial dos sonegadores de impostos, para aumentar a receita. No campo tributário esforçou-se, como já era uma tendência nas administrações anteriores, no incremento da arrecadação com o aumento no valor do imposto predial e de indústrias e profissões, afinado com a tendência de crescimento urbano mais intensivo provocado pela ferrovia, além da criação a partir de 1895 do Imposto Agrícola e Pastoril. A municipalidade contava em 1892 com uma receita minguada de 12 contos de réis, que foi aumentando gradativamente ao longo dos anos. Entre os anos de 1892 e 1898, os balancetes acusam uma arrecadação de 650:852$229, dando uma média por ano de cerca de 93 contos de réis.

Com recursos disponíveis em caixa, o intendente começou uma série de investimentos urbanos para dotar a cidade dos equipamentos necessários a sua funcionalidade. Devido à distância entre a Estação ferroviária da Mogiana e o centro da cidade, abriu-se a Avenida Estação (atual 9 de Julho) para efetuar ligação, surgindo ao seu redor o Bairro do Castelo, majoritariamente ocupado por imigrantes italianos. Além disso, a municipalidade investiu a soma de 21 contos de réis até o início de 1899 com o calçamento das ruas centrais e o abaulamento das demais, além do ajardinamento da Praça da Matriz.

O antigo largo central sofreu um processo intensivo de elitização, que tem seu ápice no início do século, com a imagem geometrizada da praça ajardinada, onde finalmente os elementos da natureza encontravam-se domesticados nas esculturas vivas de animais que antes vagavam pelo imenso pasto (Figura 5.11):

Figura 5.11 – Lateral do Jardim Público de Batatais em frente à Igreja Matriz (Rua das Palmeiras) – (1916)

Fonte: Anônimo. Casa da Cultura de Batatais

A preparação do jardim público e das alamedas, com a instalação de um coreto em frente à matriz iniciada na década de 1900, chega-se ao seu ápice nos anos 1920 com a instalação de postes de iluminação elétrica e chafarizes (Figura 5.12).

Figura 5.12 – Imagem do Jardim Público de Batatais, fotografado do ângulo da escadaria da matriz (rua das Palmeiras). Observa-se um arco de topiaria ainda em formação, o novo chafariz e o novo coreto (1925)

Fonte: Photo Loyola, Casa da Cultura de Batatais

Deu-se ainda a continuidade de investimentos vultosos em obras públicas, como a conclusão da canalização de água do córrego do Peixe e o do Capão, a ampliação da iluminação pública com lampiões a querosene, que, nos anos 1900, com a chegada da energia elétrica, seria trocada pelos postes com iluminação a lâmpadas de luz incandescente, após uma tentativa com iluminação a gás acetileno (*Atas da Câmara*, 1898, p.172).

Um dos gastos mais vultosos foi com a construção do matadouro e do Mercado Municipal, que consumiram quase 65% do orçamento dos anos de 1898 e 1899, confirmando o empenho do intendente Washington Luís em aparelhar a cidade com os mais modernos recursos disponíveis à época.

Outro ponto importante a ser destacado é que a consecução desses empreendimentos representa a conjugação de recursos públicos e privados, por meio de concorrências e concessões, sendo de vital importância a experiência dos imigrantes que participam como construtores, empreiteiros de obras, projetistas e pedreiros nas obras públicas, uma tendência que já se verifica no âmbito das construções particulares. Essa presença, principalmente dos italianos, influencia a arquitetura posterior da cidade:

> Neste momento, é necessário assinalar a chegada dos italianos em Batatais, em virtude do predominante papel que exercerão na arquitetura das próximas décadas, sem que, no entanto, possamos afirmar que eles foram os responsáveis pela introdução da arquitetura de tijolos e da linguagem da tradição clássica [...] os primeiros edifícios em que foi possível estabelecer a autoria de construtores italianos foram realizados em 1898. (Dutra, 1993, v.1, p.84)

Essa renovação arquitetônica, que se configura nos anos 1890, apoiou-se em novos materiais construtivos disponíveis com a chegada da ferrovia, como: os tijolos, os sacos de cal e outros, muitas

Figura 5.13 – Mercado Municipal por volta dos anos 1920, tendo ao fundo o prédio da nova Câmara Municipal (s.d.)

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

vezes importados da Europa pelo porto de Santos, como as barricas de cimento, as telhas francesas, as ferragens inglesas para portas e janelas, os condutores e calhas, as colunas de ferro, os gradis e portões, o mármore e o pinho de Riga para os pisos (Dutra, 1993, v.1).

A disponibilidade de materiais dependia de uma mão de obra com domínio de novas técnicas construtivas para execução dos edifícios e a existência de uma clientela enriquecida com o café: aí entravam os estrangeiros citados no "Livro de Lançamento dos Contribuintes ao Imposto de Indústrias e Profissões", em seu volume mais antigo, de 1895 a 1898: Sílvio Strada, Emygdio Bruno, Santo Degani, José Zampieri, Pedro Petrarchi e Ricardo Degani (Dutra, 1993, v.1, p.97), para satisfazer os gostos mais inusitados.

Uma das contribuições mais importantes da Intendência de Washington Luís, continuada depois pelo vereador Renato Jardim, foi a construção de um Matadouro Municipal inaugurado em 1898 pelo cônego Joaquim Alves Ferreira e do Mercado Municipal, concluído em janeiro do ano seguinte. Em ambos, atuou o mesmo empreiteiro, José Zampieri (*A Penna*, 1899).

O projeto para instalação do mercado incluía o saneamento da região no entorno do Largo do Rosário. O edifício ali construído atravessaria pelo menos as três décadas seguintes como um exemplar derivado da linguagem arquitetônica da tradição clássica que se implantava na cidade, a inspirar inclusive a matriz que havia passado por uma remodelação da fachada no estilo neoclássico. Embora a planta fosse extremamente simples e sua ornamentação reduzida, havia um encanto por conta de sua fachada, com colunas dóricas e pela movimentação do telhado coberto por duas águas de telhas francesas (Dutra, 1993, v.1).

Em junho de 1898, a Câmara Municipal alugou um imóvel provisório enquanto aguardava recursos para constituição de um novo Paço Municipal, devido à precariedade do edifício da cadeia, de propriedade do Estado e que ameaçava ruir. O paço começou a ser erigido a partir de 1925 com a demolição da Igreja do Rosário, no terreno ao fundo do Mercado Municipal (observar Figura 5.13).

Uma verba de 4 contos de réis foi destinada ao "concerto e reparo do theatro", ainda em 1897, para reformas e ampliações necessárias para acomodação das audiências do juiz e as sessões do júri, que funcionavam igualmente no primeiro andar da Cadeia Pública. Eis um sinal da precariedade do espaço urbano por volta de 1900 quando Washington Luís resolveu se mudar para a capital, enquanto uma parte da transformação de Batatais em urbe do café seguia seu curso.

Naquele momento, a cidade estava dividida em duas grandes áreas separadas por um córrego. No centro em torno do largo da Igreja Matriz, se estabeleceram as residências mais suntuosas dos "coronéis" e a maioria da atividade comercial, havendo também os escritórios de advogados, inúmeros ofícios urbanos, além de restaurantes e o teatro municipal e, portanto, era uma área privilegiada para os investimentos públicos. Do outro lado do córrego localizava-se o Bairro do Castelo, que entrou em franco desenvolvimento com

Figura 5.14 – Vista aérea do Bairro do Castelo (1937). Durante a década de 1920, o Bairro do Castelo transformou-se com o surto industrial como atesta a chaminé da fábrica de chapéus, localizada na Avenida 9 de Julho (antiga Rua da Estação)

Fonte: Acervo do Museu Histórico e Pedagógico "Dr. Washington Luís"

a chegada da estrada de ferro, ao transformar-se em eixo de ligação, com a abertura da chamada Rua da Estação, na qual residia uma população pobre que trabalhava comumente em alguns estabelecimentos industriais que foram surgindo naquela área.

O caso mais candente desse processo foi a instalação da fábrica de chapéus de propriedade de Affonso Vieira Lima em 1925, empreendimento que fechou suas portas com a crise de 1929 e foi reaberto por Braulio de Andrade Junqueira dois anos depois, quando os ventos da Revolução de 1930 anunciavam uma nova etapa de transformações, superando o estágio da cidade cafeeira.

Considerações finais

A transformação do pequeno arraial de São Bom Jesus da Cana Verde na cidade de Batatais se deu no espaço de quase um século, mas se focalizarmos melhor, a maior intensidade e volume desse processo se concentra da chegada da estrada de ferro em 1886 até as duas primeiras décadas do século XX. A vila modorrenta só tomou feições urbanas com a remodelação impulsionada pelos trilhos da estrada de ferro Mogiana, como já o fizera em outras urbes do oeste paulista, trazendo consigo uma leva de imigrantes e também de aventureiros.

O que torna Batatais diferente de outros casos de modernização urbana era o fato de que não vivia exclusivamente da cultura cafeeira. É preciso notar que a larga extensão do município foi sofrendo desmembramentos que levaram consigo áreas propícias ao cultivo da rubiácea. Apesar dessas perdas, a cidade se destacou no terreno político alinhavando enorme poder no distrito eleitoral do qual fazia parte. É digno de nota que dois membros destacados da política paulista e nacional ao longo dos anos 1910, Washington Luís e Altino Arantes, iniciaram suas carreiras em Batatais no final do século XIX. Ambos ocuparam sucessivamente a presidência do Estado sem deixar de manter suas ligações profundas com a região de origem. Ao longo do tempo, principalmente no período pós-revolução de

1930, houve uma perda enorme de prestígio e decadência, acompanhada da ascensão de Ribeirão Preto como principal polo regional comercial e industrial.

Referências

Abreviatura

ACMB – Arquivo da Câmara Municipal de Batatais

Fontes

BATATAIS – *Código de Posturas de Batataes*. Lei n. 16 de 10 junho de 1894. São Paulo: Typ. Litographia Ribeiro, 1894.

Bibliografia

ARRUDA, G. *Cidades e sertões*: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.

BENTIVOGLIO, J. C. *Trajetória urbana de Franca*: centro (1805-1995). Franca: Prefeitura Municipal/Fundação Municipal "Mário de Andrade", 1996.

BRIOSCHI, L. R. Fazendas de criar. In: BACELLAR, C. de A. P; BRIOSCHI, L. R. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera*: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP,1999, p.55-89.

CARDOSO, W. *Bom Jesus da Cana dos Batataes*: das bandeiras à cidade. Florianópolis: Samec Editora, 2014.

DUTRA, M. S. T. F. *A arquitetura de Batatais (1880-1930)*. Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2 vols.

FERNANDES, J. A. *Bom Jesus da Cana Verde*: Batataes de outr'ora. São Paulo: [s.n.], 1939.

JORGE, J. Mogiana: uma ferrovia para o café. In: *Amicus*. Batatais: n. 07, maio/2003, p.20-30.

LUNÉ, A. J. B. de; FONSECA, P. D. (Orgs.). *Almanak da Província de São Paulo para 1873*. São Paulo: Typographia Americana, 1873.

MORAES, A.T. Domingos Corrêa de Moraes, engenheiro, estadista e criador da Macaúbas. In: *Amicus*. Batatais: n. 05, maio 2002, p.06-17.

OLIVEIRA, E. C. de. Vivendo sem um tostão furado!: o uso cotidiano do dinheiro em Goiás (1808-1848). In: *Revista de História Regional*. Ponta Grossa: UEPG, v.16, n. 02, 2011, p.602-629.

ZAMBONI, M. C. *A Mogiana e o café*: contribuições para história da Estrada de Ferro Mogiana. Franca, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

6
Rio Claro/SP e a imigração europeia: origens, olhares e culturas

Flavia Mengardo Gouvêa[1]

A imigração europeia para Rio Claro

O cultivo do café foi responsável pela grande expressão da imigração internacional em direção ao estado de São Paulo nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX (Figura 6.1). Fazendo-se uma análise sobre as maneiras de urbanizar o interior de São Paulo durante o período expoente do cultivo do café, destaca-se que a imigração imprimiu às cidades produtoras desta *comodity*, como a região de Rio Claro, uma qualidade diferente (Doin et. al, 2007); uma multiplicidade de bens e serviços, cuja oferta dependia de um "saber-fazer" (Certeau, 2004) intrínseco aos imigrantes europeus que chegaram naquela região paulista.

Assim, é possível ressaltar a grande presença no meio urbano rio-clarense da primeira geração de imigrantes, formada por alemães e suíços. Tal postura era contrariada, de certa maneira, pelos planos e pelos objetivos da política oficial do estado de São Paulo, que visava importar mão de obra estrangeira apenas para as atividades

---

1 Mestre em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca). Docente da Instituição Universitária Asser (Rio Claro) e da Pós-graduação (MBA) em Comércio Exterior da Uniararas (Araras).

agrícolas. O capital das pequenas unidades artesanais/industriais (maioria absoluta no total de estabelecimentos existentes) era, fundamentalmente, dos imigrantes.

De acordo com Helmut Troppmair (1994), no início do século XX Rio Claro possuía firmas e empresas com nomes de proprietários que muitas vezes se repetem e que são, em sua maioria, de origem imigrante: Augusto Schmidt Filho, Caetano Castelano, família Timoni, Bruno Mayer, família Hofling, família Fischer, Francisco Cartolano, viúva Júlia Meyer, Conrado Krettlis, Guilherme Leonardo Sobrinho, João B. de Castro, Alberto Mamprin.

Pode-se destacar entre as atividades desenvolvidas pelos imigrantes alemães: a fundição de metais; a fabricação de máquinas, carros e charretes; e a carpintaria. Já os italianos se destacavam na produção do couro e no ramo do comércio.

Figura 6.1 – Mapa Atlas Econômico do Estado de São Paulo (1937-38).

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=115635890>. Acesso em: 6 ago. 2016.

Muitos imigrantes na região de Rio Claro começaram a desenvolver outros tipos de atividades nas próprias fazendas produtoras de café, como a de seleiros, tanoeiros, pedreiros e ferreiros, ofícios

diferenciados, que somente se desenvolveram com a criação e o crescimento dos núcleos urbanos pelo interior do estado (Brioschi, 1999). Houve casos em que os imigrantes foram "liberados" pelos fazendeiros e passaram a conduzir pequenos negócios na cidade de Rio Claro. Além disso, houve também um número reduzido de imigrantes que conseguiu comprar um lote de terras na região (Dean, 1977). Segundo Thomas Davatz:

> [...] 87 pretensos lavradores europeus contratados para os estabelecimentos de parceria em São Paulo, dos quais apenas 13 se tinham dedicado a atividades agrícolas em suas terras de origem. Dos restantes, 42 eram operários de fábricas, 6 sapateiros, 4 carpinteiros, 9 alfaiates, 3 soldados, 2 pedreiros, 2 terreiros, 2 vidraceiros, 2 tanoeiros, 2 músicos ambulantes, 1 jornaleiro, 1 confeiteiro, 1 pintor, 1 serrador e 1 mestre escola. (Davatz, 1980, p.17)

A região de Rio Claro conseguiu, já no ano de 1886, um alto desenvolvimento econômico, sendo responsável pela produção de 9 milhões de quilos de café, ou seja, a terceira maior produção da província de São Paulo, segundo relatório apresentado ao presidente da província no mesmo ano (Diniz, 1973). Nesse período, a imigração na cidade foi predominantemente familiar e com forte prevalecência de suíço-alemães, o que perdurou pelo início do século XX. Nesse contexto, os portugueses formaram a segunda nacionalidade com mais imigrantes no município, após os alemães.

> Acresce que o pauperismo reinante em certas localidades europeias levava muitas autoridades da Alemanha e da Suíça a estimular a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais. Várias municipalidades prontificaram-se mesmo a colaborar com os agentes de emigração adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e sustento. É claro que isso podia prometer tudo aos nossos fazendeiros menos os homens ativos, morigerados e ordenados de que tanto careciam eles. Entre os cólons enviados a São Paulo por intermédio da Casa Vergueiro figuravam,

> segundo o testemunho insuspeito do D. Heusser, não só antigos soldados, egressos das penitenciárias, vagabundos de toda espécie, como ainda octogenários, aleijados, cegos e idiotas [...]. (Holanda apud Davatz, 1980, p.28-29)

A segunda metade do século XIX (anos 1860 e 70), apenas os portugueses continuaram a emigrar da Europa para o Brasil com a finalidade de trabalhar nas fazendas de café. Nesse período, os fazendeiros de café começaram a usar outra modalidade de organização do trabalho na lavoura cafeeira: a locação de serviços, empregando, dessa forma, ex-parceiros das fazendas de café e também outros que chegavam à região de Rio Claro.

Em 1901, o município de Rio Claro atingia o máximo de sua produção cafeeira. O replantio do café continuou até 1929, e ainda em 1940 havia cafeeiros em Rio Claro (Dean, 1977). Sobre as relações entre a produção de café e a exploração de braços de origem europeia para trabalhar nas lavouras, Bassanezi afirma que:

> [...] é preciso lembrar que apesar da intensa mobilidade espacial que caracterizou todo o período cafeeiro em São Paulo e independente do destino original dos imigrantes, não restam dúvidas de que o município de Rio Claro atraiu e fixou uma quantidade razoável dos mesmos e de seus descendentes em função da cafeicultura propriamente dita e de seus desdobramentos no local. (Bassanezi, 1992)

Concomitante a esse movimento, a extensão dos trilhos ferroviários da Companhia Paulista no município, em 1876 (Matos, 1974), e o consequente crescimento do núcleo urbano atraíram alguns estrangeiros advindos de outras regiões – diretamente da Europa – e também de algumas colônias do sul do país, assim como alguns antigos parceiros das fazendas da região de Rio Claro (Figura 6.3).

A Companhia Paulista reforçava a ligação de Rio Claro com o mundo criado pela lavoura cafeeira (Figura 6.4), destacando-se as articulações que promovia com a capital paulista e o porto de Santos

Figura 6.2 – Colonos na Fazenda Ibicaba, em Rio Claro (s.d.)

Fonte: <http://familiafischerferraz.org/site/?page_id=106>. Acesso em: 6 ago. 2016

(graças à conexão com a Ferrovia Santos-Jundiaí), de onde afluíam os imigrantes europeus em busca de novas oportunidades.

Diante desse contexto, por volta de 1870, estabeleceu-se um número maior de suíços e alemães no município, entre eles: Jorge Helmeister, Mathias Hartmann, Adão Hebling, Mathias Pott, Jacob Witzel, Nikolaus Britsghy, Jacob Huber, João Bolliger, Fernando Hartung, Nokolaus Neubauer, os irmãos Schlittler, Carl Thim, os irmãos Kretti, Martinho Hummel, João Eichenberger, Felix Hoffmann, Bartli Iost, os irmãos Breternitz, Nokolaus Arnold, Samuel Blumer, Germano Muler, João Peter Linhardt, João Reiff, os Lahr, os Baungartner, os Bruckaiser, os Thielle e os Graner.

Em 1872, o primeiro censo nacional do país contou 818 estrangeiros em Rio Claro, que representavam 7,4% da população livre do município. Dessa quantidade, cerca da metade (45,2%) era de alemães; 31,3%, portugueses e 14,8%, suíços. Havia poucos italianos na região (3,1% do total dos imigrantes) e não havia imigrantes de origem espanhola.

Figura 6.3 – Mapa das Linhas Ferroviárias da Companhia Paulista em 1961

Fonte: <http://www.tgvbr.org/viewtopic.php?t=2244>. Acesso em: 14 ago. 2016

No final dos anos 1870 e início dos anos 1880 do século XIX, a imigração estrangeira com destino às cidades produtoras de café sofreu aumento vertiginoso, devido à expansão cafeeira e ao declínio da escravidão. Logo, essa segunda fase da imigração foi mais importante que a anterior, tanto no que tange ao volume quanto à composição desses imigrantes (por nacionalidade) e suas implicações. Tal impacto populacional foi bastante percebido na economia local e também na população em geral, visto que proporcionou a Rio Claro várias características estrangeiras. Porém não é possível precisar o número de estrangeiros que se fixaram no município nesse período.

Conforme Maria Silvia Bassanezi (1992), o levantamento da Comissão Central de Estatística para a província de São Paulo de 1886 não informa os estrangeiros em Rio Claro, embora o faça para outros municípios. Os dados de 1890 e 1900 não estão completos e, logo, não são confiáveis. A coleção de Livros de Matrícula de Imigrantes (1882-1885) registrava os imigrantes que foram da Hospedaria dos Imigrantes em direção a Rio Claro (porém, as saídas do município de Rio Claro não estão contabilizadas).

Tais Livros de Matrícula registram que, entre 1882 e 1885, vieram para Rio Claro 773 imigrantes, dos quais cerca de 66% eram homens e com idade entre 20 e 35 anos. Perto da metade desse número (52,8%) era composta de italianos; 22,1%, portugueses e 17,7% eram espanhóis. Os alemães, que antes compunham a maioria predominante entre os imigrantes europeus em Rio Claro, juntamente com os austríacos, somaram apenas 8% desse total. Nessa segunda leva, ao contrário dos primeiros imigrantes europeus (que tinham um cunho mais familiar), observou-se um caráter mais individual e masculino. A grande maioria desses imigrantes da segunda leva foi trabalhar nas fazendas, havendo, porém, um número razoável que atuou na ferrovia.

Em 1886, quando se consolidou a imigração subvencionada e o regime de trabalho nas cafeiculturas, portanto, em que o colonato substituiu o sistema de parcerias (Witter, 1982), aumentou-se muito o volume de imigrantes para o Brasil. Houve, então, um incentivo à imigração de famílias europeias e não mais uma imigração predominantemente masculina e individual.

> Entre 1885 e 1930, mais de 3,8 milhões de imigrantes estrangeiros chegaram ao país, dos quais aproximadamente 60% dirigiram-se ao Estado de São Paulo. O volume máximo ocorreu nas duas últimas décadas do século XIX. A partir de 1902, iniciou-se uma queda regular até os anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial. Nos anos do conflito, diminuiu o número de entradas que voltou a crescer até 1929, sem, contudo, alcançar os níveis do final do século XIX. O ano de 1930 marcou o início das restrições governamentais ao movimento migratório internacional. Os italianos predominaram com vantagem, seguidos pelos portugueses e espanhóis. Estas 3 correntes responderam juntas ¾ dos imigrantes entrados no Estado no período. (Bassanezi, 1992, p.42)

Segundo os dados do Censo Demográfico de 1920, em torno de 85% dos estrangeiros viventes no município eram do gênero masculino e possuíam 25 anos ou mais. Embora houvesse uma preferência

pela migração familiar, também tinha espaço (menor) para a migração individual. Tais sujeitos acabavam por executar tarefas complementares à lavoura (transporte, secagem e beneficiamento do café) e aquelas que eram necessárias para o bom funcionamento da propriedade (serraria, selaria etc.).

Além da tendência migratória que Rio Claro seguiu, assim como toda a província de São Paulo, ou seja, composta pela maioria de italianos seguidos pelos portugueses e espanhóis, e tendo os alemães e austríacos em quarto e quinto lugares, o município recebeu também alguns imigrantes do Leste Europeu (russos, poloneses, letões, tchecoslovacos, iugoslavos e húngaros), alguns sírio-libaneses e alguns ainda de outras nacionalidades.

O imigrante, o cotidiano e a modernização urbana em Rio Claro

O cotidiano urbano rio-clarense deve ser entendido como uma zona de tensão entre os tempos anteriores (mentalidade não moderna do "Brasil agricultor") e os tempos a serem construídos pelos atores sociais, ou seja, um espaço interessante para tecer análise sobre o modo pelo qual os homens se fazem sujeitos históricos, de um modo especial, segundo os limites e as possibilidades de sua época, uma vez que são "filhos de seu tempo" (Doin et. al., 2007).

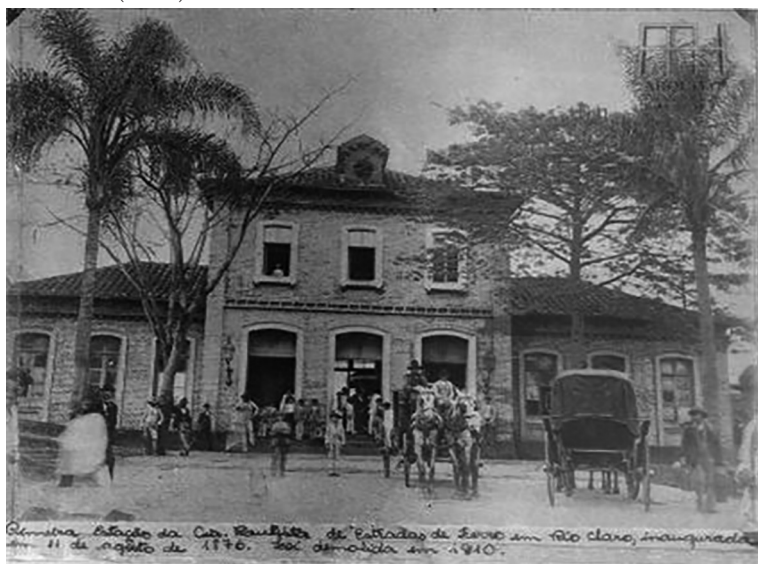
Para entender essa "zona de tensão" torna-se indispensável tratar das "novas personagens que entravam em cena" na antiga São João Batista do Ribeirão Claro, a contar da primeira metade do século XIX: os imigrantes alemães. De acordo com Fábio Alexandre dos Santos (2002), ainda num contexto histórico na qual estes imigrantes viviam e trabalhavam nas colônias, e mesmo antes de passarem a residir na cidade (o que veio a ocorrer por volta de 1853), os imigrantes alemães já surgiam na cena urbana e modificavam hábitos e comportamentos na pequena localidade.

Neste sentido, Pierre Bourdieu (1989) colabora com a discussão em torno do urbano e da vivência de seu cotidiano (caráter social de

tais agentes), se pensarmos, por exemplo, no conceito de *habitus,* isto é, os conhecimentos incorporados por diversas formas da sociedade, que passam de uma geração a outra, mesmo quando ocorrem deslocamentos ou transformações espaciais. Esse *habitus* na cidade de Rio Claro, presente não apenas entre os alemães, mas nas correntes imigratórias em geral à localidade, deve ser compreendido segundo o estudo de Fábio Alexandre dos Santos no bojo da crise da experiência do senador Vergueiro em Ibicaba:

> Ao realizarem o cultivo do necessário à sua subsistência nas terras estabelecidas pelos fazendeiros, na parceria, passaram a vender o excedente semanalmente à população das cidades e vilas vizinhas, contribuindo em primeiro lugar para a diversificação do cardápio alimentar da população (antes majoritariamente composto pelo arroz, milho, feijão, farinha, carne e derivados de porco), introduzindo a horticultura, mel de abelhas, leite, manteiga fresca, queijos, frutas etc.; empreenderam a introdução da indústria doméstica.
>
> Com o malogro da experiência de colonização em Ibicaba, os imigrantes que se dirigiram à cidade de São João Batista do Ribeirão Claro, deram uma especificidade própria ao vilarejo. Eram novas personagens que entravam em cena com características até então desconhecidas da população. (Santos, 2002, p.47)

Porém, o fenômeno imigratório e, com ele, o processo de modernização na paisagem, costumes e experiências na cidade, somente iria se intensificar no último quartel do século XIX em virtude das ações promovidas pela "Sociedade Promotora da Imigração", do fato do município tornar-se o terceiro produtor de café de São Paulo e da implantação da malha ferroviária "fomentando a ampliação e a consolidação do mercado de trabalho, em completa relação com a imigração em massa" (Santos, 2002, p.114-117).

Figura 6.4 – Primeira Estação da Cia. Paulista de Estradas de Ferro em Rio Claro (1876)

Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/r/rioclaro.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016

Entre os anos de 1886 e 1900, saíram da Hospedaria dos Imigrantes com destino a Rio Claro via trilhos da Paulista (Figura 6.5) um número significativo de estrangeiros: mais de 11.536 pessoas. Desse total de imigrantes, cerca de 600 pessoas chegaram desacompanhadas e os outros pertenciam aos 2.387 núcleos familiares que se fixaram na região. Desse montante, cerca de 80% da população estrangeira com destino a Rio Claro era de italianos que vinham, em sua maioria, com suas famílias (Bassanezi, 1992; Santos, 2002), o que também fez crescer o número de crianças e jovens descendentes de tais estrangeiros.

O Censo não apresenta informações sobre Rio Claro para o ano de 1890. Entretanto, análise de dados envolvendo municípios vizinhos (Limeira, Piracicaba, São Carlos e Pirassununga) permite inferir que a população de estrangeiros era de aproximadamente 4 mil pessoas, deste total mais da metade eram homens. Segundo Bassanezi (1992), tal volume de imigrantes deve ter aumentado

muito em 1900, pois a população total do estado de São Paulo teve incremento da ordem de 90%.

De acordo com os dados disponíveis, em 1886, 1890 e 1900, a população de Rio Claro (que incluía a cidade de Analândia) era de 20.133, 24.584 e 38.426 habitantes, respectivamente, e a entrada de imigrantes foi de 20 mil pessoas, aproximadamente, durante esse período (Dean, 1977). Deste número destacava-se a presença dos italianos, a suplantar os alemães (Santos, 2002).

Nesse contexto, a partir de 1904 os imigrantes ascenderam na cena urbana local, uma vez que o recenseamento agrícola de 1905 não permitiu que eles tivessem grandes possibilidades de tornar-se pequenos agricultores – apesar de alguns deles terem conseguido adquirir tais terras. Em 1906, havia 67 indústrias na cidade, das quais a maior parte era de transformação de materiais agrícolas: alimentícios, bebidas e bens de consumo. Havia apenas duas de maquinário: uma de máquinas agrícolas e outra de carros e vagões (Davids, 1968).

Os italianos ganhavam a cena: eram alfaiates (Zanardi e Linardi); fabricantes de calçados (Salvador Mônaco); de charutos (Antonio Cabresti) e, notadamente, de cervejas (Andreoli Caetano; Consoste Franceschini, Luis Baroto, Vicente Gasbarro, dentre outros); ferramentas em geral (Casa Vecchiato); produtos para atividades agrícolas (Casa Pilla), além de médicos, donos de botequins e casas de câmbio (Santos, 2002). Em 1920, a nacionalidade predominante da imigração para Rio Claro continuava sendo a italiana (quase 60% dos imigrantes), portugueses e espanhóis juntos não chegavam a 30% do total de imigrantes, enquanto os alemães e os austríacos somados chegavam a apenas 8% desse total. Os homens continuavam a ser a maioria entre os imigrantes europeus.

Muitos italianos instalaram-se desde a sua chegada na parte urbana do município de Rio Claro e executaram atividades artesanais/manufatureiras e comerciais. Outros, depois de certo tempo na lavoura cafeeira, dirigiram-se ao centro urbano. Alguns deles, entre as décadas de 1910 e 1930, adquiriram terras e se tornaram donos de seus próprios negócios: "o interesse e/ou as crises da lavoura cafeeira

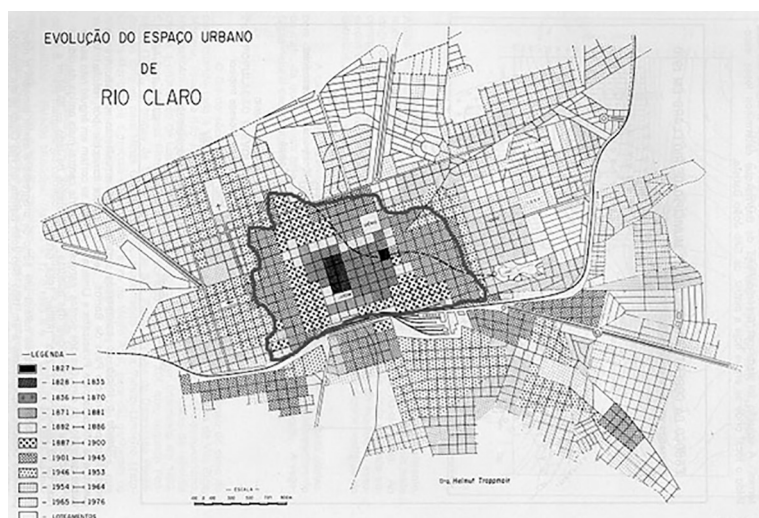
facilitaram a realização do sonho de propriedade da terra, alimentado, sobretudo, pelos vênetos, para uma parcela dos imigrantes" (Bassanezi, 1992).

Diferentemente dos italianos, os portugueses emigraram sem subsídios dos governos (português e brasileiro). A maioria era formada por adultos e sem família. Uma parte foi trabalhar nas lavouras cafeeiras ou em propriedades agrícolas próprias. Outra se estabeleceu no meio urbano e se destacou nas atividades ligadas à ferrovia, no pequeno comércio e na área de manufaturas. Os portugueses em Rio Claro nunca chegaram a atingir 25% da população estrangeira, embora fossem o segundo maior grupo de estrangeiros na localidade durante o período analisado.

Com relação aos espanhóis, sabe-se que chegaram a Rio Claro em unidades familiares, após a entrada maciça dos italianos. Acabaram por se instalar na lavoura, num contexto histórico em que o café entrava em declínio local (início do século XX). Por outro lado, se estabeleceram num momento em que o acesso a terra para os estrangeiros havia aumentado, em função, justamente, do declínio da lavoura cafeeira no município. Assim, vários se tornaram pequenos proprietários e/ou trabalhadores nessas pequenas propriedades (produtores de alimentos) e foram poucos os que se instalaram no espaço urbano.

Outros grupos de imigrantes merecem ser citados. Os de origem árabe obtiveram destaque no comércio de armarinhos e tecidos e de secos e molhados. Já os austríacos diluíram-se entre os italianos, dada a sua pouca representatividade no conjunto da população imigrante.

No rastro dessas mudanças socioculturais, o crescimento demográfico e a participação de imigrantes nas atividades econômicas resultaram, entre outras coisas, na necessidade de ampliação e transformação do espaço urbano local. É o que podemos depreender do processo histórico de expansão nas áreas habitáveis da cidade por meio da Figura 5.5, que procura traçar a evolução do espaço urbano de Rio Claro:

Figura 6.5 – Mapa da evolução do espaço urbano de Rio Claro (1827-1976)

Fonte: Penteado, 1978, p.82

Trataremos, grosso modo, da área destacada em vermelho. Nesta área estão presentes, ao menos, três momentos importantes do processo de urbanização de Rio Claro entre os anos de 1830 e 1910.

O único quadriculado negro na Figura 5.5 corresponderia ao período que vai da formação do núcleo inicial, em 1827 – na memória coletiva, ano de fundação de Rio Claro (Penteado, 1978) –, até a elevação de São João Batista do Ribeirão Claro à condição de freguesia, por Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1830, ainda pertencendo à "vila de Constituição", posteriormente Piracicaba (Santos, 2002, p.26). Nessa área existiam algumas casas, pouco comércio e a primeira igreja, construída de pau a pique – o que revelava a rara preocupação com o ordenamento e a racionalidade dos traçados, tão conhecida na história urbana brasileira (Marx, 1980; 1989).

Entre as décadas de 1830 e 1870, com destaque para as duas últimas, já se percebia uma relativa expansão da área urbanizada. Na esteira da elevação da freguesia à vila em 7 de março de 1845 e à cidade em 30 de abril de 1857, bem como da dinâmica econômica

da produção cafeeira no mercado internacional, a cidade começava a se transformar e ganhar ares "modernos": exemplos disto foram a criação do primeiro Código de Posturas Municipal (1867) e toda a sua preocupação com racionalização e o sanitarismo e a construção e inauguração do Teatro São João em 1864, que, de acordo com Santos, "tornou-se uma espécie de símbolo das mutações que a cidade iria viver daí por diante" (Santos, 2002, p.59-61; 77-78).

Contudo, da década de 1870 até os primeiros anos do século XX – representado no mapa por quadrados sombreados com linhas perpendiculares, quadrados em branco e quadrados com pontilhados negros[2] – pode ser considerado aquele período em que a cidade passou por decisiva transformação, graças à ação de uma elite cafeeira disposta a "transpor para a cidade, cujos destinos dominavam, instituições capazes de representar justamente o que se considerava como 'civilizado'" (Santos, 2002, p.58).

Foi justamente nesse período e naquela área, por exemplo, que o poder público municipal realizou – em consonância com os interesses de empresas/empresários de serviços públicos e da sociedade de elite rio-clarense (Garcia, 2002) – a inauguração do cemitério (1875) e dos trilhos ferroviários (1876), uma série de projetos de expansão territorial, via especulação imobiliária, como a presença de diversos hotéis, lojas e casas de comércio próximos à estação ferroviária e a modernização dos serviços de infraestrutura urbana, casos da primeira linha de bondes (1884) e o fornecimento de energia elétrica, em 1885, de água, em 1888, e de esgotos, em 1901 (Penteado, 1978; Santos, 2002).[3]

---

2 Nesse período, segundo Santos (2002, p. 19), Rio Claro passou da condição de "ponta de trilho" – implantação e prolongamento da ferrovia pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro – para a de "cidade intermediária", que, sem abandonar sua condição anterior, representou a época em que houve a aceleração de elementos transformadores e contraditórios da experiência de "modernidade" na cidade e no cotidiano dos moradores. Sobre as relações intrínsecas entre o processo de urbanização e o desenvolvimento das linhas férreas pelo interior paulista ver Ghirardello (2002).

3 Obras públicas, aliás, "concluídas" não sem deixar as marcas das disputas e tensões pelo privilégio entre determinados grupos da sociedade de elite

Corroborando tais análises, José Teixeira de Oliveira (1989) mostrou que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Rio Claro viveu um período de florescimento da cidade com o desenvolvimento e a ampliação da sua infraestrutura urbana – além da energia elétrica, águas e esgotos, vale citar a rede telefônica e a reforma de estradas de rodagem –, a introdução de novas instituições (hospitais, escolas, associações culturais) e o surgimento da imprensa (casos de *A Gazeta Rio-Clarense*, *O Alpha* e *Diário de Rio Claro*), os teatros e cinematógrafos, entre outras experiências relativas à modernidade rio-clarense.[4]

No entanto, dita "modernidade" trazia contradições em seu bojo, especialmente com os sujeitos pertencentes às camadas populares e à classe trabalhadora. Como alerta Fábio Alexandre dos Santos:

> Essa modernidade, contudo, [...] trouxe consigo problemas, como as epidemias que cresciam *pari passu* com o processo de urbanização das cidades. Por outro lado, não conseguiu responder à ampliação das condições mínimas de vida que pregava a "civilidade", promovendo um recrudescimento da desigualdade e da exploração do trabalhador [...]. (Santos, 2002, p.170)

Em relação ao segundo problema, o historiador descreve e analisa a greve dos trabalhadores da Companhia Paulista que ocorreu no município em 1906. Fruto da modernização nos serviços de

---

rioclarense e as subsequentes crises, interrupções e colapsos dos sistemas de fornecimento durante o período estudado (Santos, 2002, p. 140-147).

4 No caso da imprensa, vale mencionar que nos jornais locais publicados nas duas primeiras décadas do século XX, ao lado da importância do café para o município, os preços das sacas de café no Porto de Santos e no mercado estrangeiro (Havre, Hamburgo, Londres, Nova York), várias edições também publicavam anúncios de importadores que visavam comercializar o café produzido em pequenas e médias propriedades, das quais eram donos, em alguns casos, imigrantes de origem europeia. Foi o caso do periódico *O Alpha*, de 1.7.1911, que noticiara a propaganda da casa importadora "Schimidt, Trost e Comp. (São Paulo – Santos). Compra-se qualquer quantidade de café finos, miúdos, e em cocos, em qualquer parte do Estado, mediante amostras [...]" (*O Alpha*, 1911).

transportes na região – a chegada da ferrovia pela "Paulista" se dá em 1876 –, da maior concentração e emprego de trabalhadores num mesmo setor, qual seja, o ferroviário, e a atração de homens e mulheres "que traziam consigo teorias e ideologias" (idem, p.171) socialistas e/ou anarquistas, a greve de 1906 estava inscrita num contexto histórico de tensões entre, de um lado, o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano, e, de outro, as aviltantes condições de vida e trabalho desses trabalhadores em Rio Claro.

Daí formar-se um incipiente movimento operário na localidade nos primeiros anos do século XX (Santos, 2002), constituído, em sua maioria, por imigrantes, disposta a contestar uma série de medidas autoritárias levadas a cabo pela "classe produtora" da região – casos do aumento da jornada de trabalho com redução de salários e a demissão de muitos trabalhadores em virtude da "modernização" nas oficinas. Fazendo uso de cartas abertas à população e espaços em colunas de periódicos locais (*O Alpha*, 1906), os grevistas – que formaram uma "Liga Operária" – apresentaram à sociedade rio-clarense uma experiência desconhecida por todos (Santos, 2002, p.173-175).

Apesar dessas contradições históricas da experiência moderna e urbana, o período em questão seria marcado pela associação entre as contribuições dos imigrantes na economia e na cultura locais e certas imagens desejadas de Rio Claro, especialmente quando traduzisse aspectos "civilizatórios" da cidade e de seus habitantes.

Os imigrantes e a modernização urbana – hábitos, comportamentos e práticas

Uma das consequências da urbanização em Rio Claro foi não apenas a concentração de uma população nova, de caráter imigrante, no município e nas áreas vizinhas, em virtude de uma demanda efetiva por bens simbólicos e serviços urbanos, como também, devido às atividades econômicas que os próprios imigrantes instalaram na cidade, os pequenos serviços e escolas especializadas (italiano ou alemão), empreendimentos industriais e estabelecimentos comerciais.

Nesse período, na senda da presença dos imigrantes, registrou-se também na cidade a ampliação da presença de indústrias – cerâmicas, beneficiadoras de café e de arroz. O próprio centro da cidade também se industrializou, pois, além das Oficinas da Cia Paulista, foram instaladas oficinas de carruagens, serrarias, olarias, fábricas de sapatos, fornos de fundição e fábricas de produtos alimentícios.

Observa-se a existência de ao menos duas cervejarias no município, em meados de 1911, instaladas como "fruto da imigração alemã na região", que trouxe consigo o "saber-fazer" de tal iguaria, transformando o município de Rio Claro em um polo tradicional na produção de cervejas do estado de São Paulo até o final da segunda metade do século XX.

> Cerveja Rio Claro. Marcas: Rio Claro – Sport – Extracto de Malte (clara, escura, preta). Premiada com Medalha de Ouro a mais pura e a melhor para a saúde. "Cerveja Rio Claro" Companhia Industrial.
>
> Fabrica de Cerveja Alemã. Das cervejas nacionaes econômicas, a melhor para a saúde, reconhecida e proclamada por todos os entendidos – Branca e Pretinha. Fabrico a systema alemão – Adolpho Wiechman – Rio Claro – Rua 1, n. 40 (*O Alpha*, 1911).

Em 1889, surgiu a Cia. Cervejaria Rio Claro, propriedade de Julio Stern, imigrante de origem alemã, que ampliaria e diversificaria o incipiente mercado de trabalho industrial na cidade (Figura 5.6). Segundo Othake (1982), até os primeiros anos do século XX as oficinas da Companhia Paulista e as fábricas da Cervejaria Rio Claro eram os maiores empregadores industriais do estado de São Paulo.

Um dos efeitos causados pela proliferação de pequenos empreendimentos comerciais e industriais de origem imigrante foi a configuração de "uma classe média urbana bastante ampla, cujas ambições e padrão de consumo diversificaram os empregos ainda mais" (Dean, 1977, p.57). Um indício desta nova configuração socioeconômica e cultural pode ser atestada pela análise de Fabio Alexandre dos Santos, ao falar das atividades comerciais em Rio Claro nos primeiros anos do século XX:

Figuras 6.6 – Propagandas de cervejas da Cia. Cervejaria Rio Claro (s.d.)

Fonte: <http://cervisiafilia.blogspot.com.br/2010_12_01_archive.html>. Acesso em: 6 ago. 2016

> Em 1906, segundo o almanaque para o mesmo ano, os serviços e as ofertas comerciais disponíveis à população da cidade eram advindos de 16 lojas de ferragens, 26 de fazendas e armarinhos, 17 de louças e cristais, 96 de secos e molhados, 4 modistas, 3 amoladores, 12 alfaiatarias, 36 açougues, 15 barbearias, 2 lotéricas, 3 bilhares, 16 botequins, 9 caldeireiros e latoeiros, 9 carpintarias e marcenarias, 5 charutarias, 1 colchoaria, 3 cocheiras, 4 curtumes, 1 depósito de gelo, 1 depósito de cerveja, 1 depósito de sanfona, 3 casas de câmbio, 2 engraxates, 2 ferrarias, 2 fogueteiros, 1 fundidor, 11 guarda-livros, 7 hotéis, 2 marmorarias, 2 oficinas de chapéus de sol, 3 olarias, 15 padarias, 6 farmácias, 3 fotógrafos, 3 pintores, 10 quitandeiros, 2 casas de refinação de açúcar, 8 restaurantes, 6 relojoeiros, 20 sapatarias, 6 selarias 2 serralheiros, 2 serrarias a vapor, 1 torneiro, 2 tintureiros, 5 tipografias. (Santos, 2002, p.165)

Dentre os estabelecimentos advindos da presença imigrante no município, podemos citar ainda: Mercearia e carpintaria a vapor João Oehlmeyer, Oficina de funilaria Mileo, Fábrica de calçados Vienna, Alfaiataria Cartolan, Padaria Lotti, Modista Lavínia Coll, Casa Castellano, Casa Farani, Collegio Minervino, Casa Pilla, Schmidt – Meyer & Cia, Cervejaria Rio Claro, Grande Hotel Stein (Ferraz, 1922).

As mudanças provocadas pelos imigrantes no cotidiano urbano de Rio Claro, nas primeiras décadas do século XX, graças à

diversificação de atividades econômicas tanto no comércio quanto na incipiente indústria – direta e/ou indiretamente integradas à produção e ao circuito mercantil da economia cafeeira (Dean, 1971; Silva, 1995) – não podem ser dissociadas de mudanças socioculturais (e vice-versa), isto é, em alterações sensíveis em "estruturas de sentimentos"[5] e de "modos de vida", valores compartilhados (ou em disputas) e experiências dos diferentes indivíduos, grupos e classes sociais inscritos em determinadas condições históricas (Williams, 1979; Thompson, 1981; Hobsbawm, 1998).

A chegada das correntes imigratórias ao município, como vimos anteriormente, seria acompanhada, *pari passu*, à importação e circularidade de hábitos, comportamentos e práticas sociais experienciadas na localidade de acordo com as condições de possibilidade: além da influência da citada dieta alimentar, vale a pena indicar os veículos de transporte (utilização de troles e semitroles), instituições pias e laicas (igrejas e escolas) e os esportes (criação do Velo Clube e a prática do ciclismo), que passavam a ser incorporados ao cotidiano rio-clarense, de forma a garantir certa mobilidade social (Durham, 1966).

De acordo com Santos, até a década de 1870 a vida sociocultural de Rio Claro, no geral, "se encontrava realmente à míngua a não ser pelos acontecimentos fortuitos realizados no teatro e pelos encontros familiares, além dos circos que passavam pela cidade" (Santos, 2002, p.102). Mas, entre as décadas de 1880 e 1980, começou a germinar um processo de mudanças históricas na cidade de Rio Claro, muito em função dos imigrantes que passariam a compor as "classes médias urbanas" e a emergente burguesia industrial (Dean, 1971, p.58; Silva, 1995, p.85-86).

---

5 Para Raymond Williams, "estrutura de sentimentos" corresponderia a um conjunto de sociabilidades, crenças, hábitos e práticas mentais remetidos a instituições sociais historicamente presentes que carregam sentimentos (sentidos) em constante transformação na vida sociocultural de um grupo, uma classe ou uma sociedade inteira. É o caso, por exemplo, da reinvenção dos hábitos alimentares, das práticas esportivas ou das técnicas de montagem (de veículos) trazidas pelos imigrantes (italianos e alemães).

Figuras 6.7 – Teatro São João, depois Phenix, e Teatro Variedades

Fonte: <http://www.jornalcidade.net/rio-claro/destaque-foto/rc-no-eixo-cultural-com-o-cine-theatro-variedades/>. Acesso em: 14 ago. 2016

A dinâmica econômica (comercial e industrial) na cidade de Rio Claro e suas interfaces com as mudanças culturais trouxeram consigo um conjunto de atividades de lazer e consumo voltadas não apenas ao entretenimento e a diversão, mas, notadamente, à preocupação em "civilizar" (educar) os olhares e os comportamentos dos membros da "boa família" (leia-se: a elite). Isso quer dizer que as ditas "contribuições" advindas dos imigrantes na cidade não impediram um acesso desigual e excludente das "benesses modernas", especialmente entre quem pertencia *às* classe pobre da população.

Nesse âmbito, dentre as atividades de lazer da elite rio-clarense destacaram-se as realizadas nos teatros e/ou cines-teatro (Figuras 6.8 e 6.9) construídos na cidade entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX: o citado Teatro São João, de 1864 (rebatizado de Phenix em 1888), e o Teatro Variedades, de 1914 (Santos, 2002). Pelos vagões da Cia. Paulista, veio o transporte dos equipamentos técnicos de construção da primeira sala de exibição cinematográfica da cidade: o Cine Bijou, propriedade dos Irmãos Macha, de 1906. [6]

6 Sobre as relações entre ferrovia e cinema e a inauguração do "Cine Bijou" acessar o link: <http://www.culturadigital.br/cineclubes/crec-memorias/exibicao-cinematografica-em-rio-claro/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

Nesse quesito, os imigrantes também trouxeram suas contribuições. Foi o caso dos italianos Miguel e Paschoal Rinaldi[7], em que o primeiro foi sócio da "Philarmonica Rioclarense", criada em 1879, "um típico exemplo da representação da 'boa sociedade civilizada'" (ibidem, p.102-104; Penteado, 1978) ou as apresentações cênicas e as sessões cinematográficas nos teatros, como a experiência da primeira sessão do cinematógrafo em 1901, levada a cabo pelo empresário e "cineasta" Eduardo Chinelli (Santos, 2002, p.153).

Os italianos também organizavam atividades de lazer por meio da fundação de associações culturais:

> Além de difundir a cultura física, a sociedade promovia muitos bailes. As chamadas "partidas dançantes", realizadas nos salões da Sociedade Italiana, eram sempre abertas por uma "polinesa" ao som da marcha "two-step 6 de janeiro", composta especialmente por Paschoal Gullo. A animação era entregue à Orquestra "Variedades" que, tendo a frente o maestro Fábio Marasca, reunia os melhores músicos da época. Piqueniques, segundo jornais analisados nos arquivos do Clube Ginástico Rioclarense, também eram frequentes, e estes eram organizados pelo Clube, e eram realizados aos domingos, principalmente na Usina da Central Elétrica. Como de costume, eram realizados dois bailes e dois piqueniques anuais. (ibidem, p.73)

No que tange *à* presença marcante dos alemães em Rio Claro, importante mencionar o "Grupo Ginástico Rioclarense", fundado em 1919, cuja primeira diretoria era formada por Reynaldo Meyer, João Rattky, Frederico Nissen, Jorge Fray, Frederico Thinemann, Ewaldo Meyer, dentre outros (Gouvea, 2011, p.71). Tratava-se de uma sociedade esportiva e recreativa, "com o intuito de difundir a educação física, assim como organizar bailes e piqueniques, ou seja, criar vínculos sociais mais fortes entre os alemães" (idem).

7 Vale acrescentar que Miguel Rinaldi tornou-se grande fazendeiro, proprietário de bancos, como a "Casa Bancária" de 1904, e de três casas de câmbio, ao lado de outras famílias de origem italiana – Caetano e Castellano – além de tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia (Santos, 2002).

Enfim, as transformações ocorridas em Rio Claro trouxeram modificações no cenário urbano. Ao analisar a cidade na passagem do século XIX para o século XX, Neusa Davids (1968) destacou que esse período foi caracterizado pelo rompimento da cultura cafeeira, e que o centro urbano, tendo se tornado o "fulcro dinâmico da economia do município", delineou uma nova configuração de classes e relações de força, com a definitiva ascendência de imigrantes no jogo do poder local – temática instigante, que não foi objetivo deste texto.

Considerações finais

A expansão cafeeira foi responsável pela presença de imigrantes estrangeiros no município de Rio Claro. Em linhas gerais, pode-se dizer que o café propiciou ao município a implantação dos trilhos da ferrovia, o desenvolvimento urbano e a transformação da malha fundiária. Com os imigrantes, tal expansão proporcionou não apenas uma oportunidade (quase sempre conflituosa) de trabalho nas grandes fazendas de café, mas também abriu um campo de possibilidades no núcleo urbano para a diversificação de suas atividades econômicas no local.

Cabe aqui também reforçar que a participação e o grau de integração de cada "grupo étnico" na sociedade e economia local variaram de acordo com a sua "experiência pré-imigratória", ou seja, a experiência europeia dos mesmos, o seu volume, composição, estratégia migratória adotada (familiar ou individual; subsidiada ou por conta própria), momento histórico e as condições de vida e trabalho oferecidas por meio do complexo cafeeiro ou da organização urbana oferecida pela terra hospedeira, que foi a região de Rio Claro.

Na segunda metade do século XIX, a Vila de Rio Claro já se firmava como centro regional, posição acentuada com o início do tráfego ferroviário. Intensificavam-se suas funções urbanas, principalmente com relação à prestação de serviços: foram instalados cartórios, tabelionatos e uma escola, além de armazéns de gêneros de primeira necessidade e de aguardente.

A produção do café começou a declinar no início do século XX, mas a atividade continuou até 1939. A crise de 1929 levou muitas pequenas propriedades a se dedicarem à produção de víveres para o consumo na cidade e nas fazendas. Os produtores rurais de Rio Claro acabaram por substituir o café pelo algodão e pela citricultura. No século XX, devido aos desmembramentos de municípios (acarretando na diminuição do território) e a decadência da cultura do café, a cidade começou a perder sua feição de centro agrícola.

Isso posto, ressalta-se que os imigrantes europeus responderam em Rio Claro a demanda de mão de obra necessária à sustentação do desenvolvimento econômico do município no período, provocando igualmente impacto muito grande na sua população e na vida local. Esses imigrantes, portanto, deram a Rio Claro um perfil com acentuada característica estrangeira, que até hoje se faz sentir.

Referências

Fontes

RIO CLARO – Jornal *O Alpha*. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Hemeroteca, 1906 e 1911.

SÃO PAULO – *Livros de matrícula de imigrantes (1882-1885)*. Museu da Imigração.

Bibliografia

BASSANEZI, M. S. Imigração e oportunidades de trabalho no período cafeeiro. In: *Textos NEPO* (Núcleo de Estudos de População) 21. Campinas: Unicamp, 1992, passim.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1989.

BRIOSCHI, L. dos R. Fazendas de criar. In: BACELLAR, C. de A. P.; BRIOSCHI, L. dos R.. (Orgs.). *Na estrada do Anhanguera*: uma visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: artes do fazer. Trad. Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 2004.

DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

DAVIDS, N. C. *Poder local*: aparência e realidade. Campinas, 1968. Tese (Doutorado em Ciência Política) – IFHC/UNICAMP.

DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel, 1971.

______. *Rio Claro*: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DINIZ, D. *Rio Claro e o café*: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900). Rio Claro, 1973. Tese (Doutorado em História) – FFCL/UNESP.

DOIN, J. E. de M. (et. al.). A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852/1930) – a proposta do CEMUMC. *Revista Brasileira de História*, v. 53, 2007, p.91-122.

DURHAM, E. *Assimilação e mobilidade*: a história de um imigrante italiano num município paulista. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiro/USP, 1966.

GARCIA, L. B. *São João do Rio Claro*: a aventura da colonização. Rio Claro, 2002. Tese (Livre Docência) – IGCE/ UNESP.

GHIRARDELLO, N. À beira da linha: formações urbanas da Noroeste paulista. São Paulo: UNESP, 2002.

GOUVEA, F. M. *Os imigrantes alemães em Rio Claro*: estratégias de sobrevivência e redes de sociabilidades nos séculos XIX e XX. Franca, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – FHCS/UNESP.

HOBSBAWM, E. Não basta a história de identidade. In: ___. *Sobre história*: ensaios. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.281-292.

MARX, M. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

______. *Nosso chão*: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1989.

PENTEADO, O. de A. (Org.). *Rio Claro sesquicentenária*. Rio Claro: Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga", Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, Governo do Estado de São Paulo, 1978.

SANTOS, F. A. *Rio Claro*: uma cidade em transformação (1850-1906). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. 8ª. Ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1995.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROPPMAIR, H. *170 anos de imigração alemã (1824-1994)*. Rio Claro: Arquivo do Município, 1994.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WITTER, J. S. *Ibicaba, uma experiência pioneira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982.

Sites

<http://www.culturadigital.br/cineclubes/crec-memorias/exibicao-cinematografica-em-rio-claro/>. Acesso em: 15 ago. 2016.

7
Flagrantes de poética urbana em Barretos/SP – modernidade e hibridez cultural numa cidade do Brasil Central Pecuário (décadas de 1910 e 1920)

Humberto Perinelli Neto

Brasil Central Pecuário, café e modernidade

O fenômeno urbano responsável por transfigurar vilarejos em cidades vinha se acentuando no Brasil desde meados do Império. Concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários (liberação de capitais comprometidos com o comércio de cativos, a hegemonia alcançada pela produção cafeeira e a intensificação da imigração etc.), inicia-se o desenvolvimento de cidades no Centro-Sul brasileiro, especialmente em São Paulo, mediante o que já foi chamado de modernização conservadora (Santos, 1998; Doin et al, 2007).

Nesse contexto é que a área que formaria o município de Barretos foi mais intensamente povoada (Figura 7.1). O circuito mercantil do boi estava já constituído, tendo em vista os efeitos causados pelas demandas de carne e de derivados promovidas a contar da mineração e da transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (Perinelli Neto, 2009). No entanto, o avanço das fronteiras do café intensificava as atividades em torno da pecuária, a ponto de regiões periféricas do Brasil Central Pecuário até meados do século XIX se tornarem palco de atividades de boiadeiros e invernistas de gado.

Não obstante, devemos estender o entendimento da relação entre crescimento urbano e aumento da demanda de bovinos (Perinelli Neto, 2009). O aumento populacional ocasionava ampliação enorme do consumo de carne e derivados nas cidades. A abertura de inúmeras estradas impulsionava o emprego mais dilatado de cavalos e de transportes baseados na tração desses animais (troles e charretes, por exemplo) e, por conseguinte, uma maior necessidade de selas, arreios, arreatas, cordas etc. Além disso, a vida nas cidades requeria a adoção de hábitos considerados civilizados, caso especial do uso de calçados, desde os mais simples (botinas) aos mais sofisticados (borzeguins).

Figura 7.1 – Localização de Barretos na Província de São Paulo, 1886

Fonte: Brandi, 2002, p.442

A transformação do povoado de Barretos em centro comercial de gado se tornou clara a partir do último quartel do século XIX. Desde então é flagrante o registro, cada vez mais frequente, de vivências que comprovavam a gravitação social em torno do espaço urbano: atividades comerciais, discursos propagandísticos, práticas esportivas, formas de lazer e de entretenimento, além da influência dos meios de comunicação. Em todos esses casos, o que se constata é o

delineamento de um consumo conspícuo entre os barretenses, ou seja, a busca de certa distinção por parte de um grupo social em relação aos demais, por meio daquilo que é usufruído e/ou exposto (Burke).

Para compreensão dessa mudança, cabe inicialmente acompanhar o seguinte relato:

> As casas comerciais recebiam as latas de rosca "Baroneza" e dos doces inglêses "X. p.T. O.", ou da firma Huntley&Palmers, e os fósforos em caixinhas amarelas de um lado e azuis do outro, como as de hoje, e com dizeres de uma língua estranha, mais ou menos assim: "Johnköpings Tandistks fäbriks Gesellschaft Och Phosphor. Tandaendatmotlandansplan. Parafinerade" e um caixeiro sabido pretendeu traduzi-los assim: "O João com pinho tanto pelejou até que fabricou oito fósforos para fins errados". (Rocha, 1954, p.77)

A passagem contém várias pistas.

Guloseimas vindas de outros lugares (e isso por si só já implicava na construção de novos horizontes), embaladas e já prontas para o consumo substituíam em parte as sobremesas secularmente transmitidas e tão presentes nos hábitos de população constituída por mineiros e seus descendentes e, por esse motivo, afeita ao preparo vagaroso e laborioso de quitutes nos tachos de cobre, após o plantio e a colheita do fruto, bem como as inúmeras provas do tempero, feitas sob o calor do preparo dos pratos providenciados em panelas de barro (Frieiro, 1982; Marins, 2004).

Mas a significação não para por aí, já que os enunciados em línguas estrangeiras empregados para estampar as embalagens, por sua vez, despertavam um forte sentimento de alteridade, revelado no riso e na ironia, expressões humanas que são, na verdade, fortes indícios de "sentimento moderno", como sustenta Marshall Berman, por exemplo, ao ponderar o seguinte:

> Não surpreende, pois, como afirmou Kierkegaard, esse grande modernista e antimodernista, que a mais profunda seriedade moderna deva expressar-se através da ironia. A ironia moderna se

> insinua em muitas das grandes obras de arte e pensamento do século passado; ao mesmo tempo ela se dissemina por milhões de pessoas comuns, em suas existências cotidianas. (Berman, 1997, p.14)

A passagem ilustra a pertinência dos indícios referentes ao dia a dia dessa comunidade para compreensão das transformações em curso (Ginzburg, 1989). Reconhecendo isso é que cabe realizar um exercício de etnografia histórica de várias e diferentes circunstâncias constituídas nesse contexto, visando apreender a experiência social forjada nesse ambiente (Darnton, 1986).

Partilha-se, assim, das reflexões traçadas por grupo de estudiosos que insistiram na possibilidade de interpretar as mercadorias e as tecnologias como portadoras de novos sentidos associados ao capitalismo, assim como da ideia de que o homem consumista é culturalmente construído (Barbuy, 2006; Douglas, Isherwood, 2004; Sahlins, 2002; Dumont, 2001).

Soma-se a isso o entendimento de que a modernidade envolve uma série de discursos e práticas de disciplinarização, agrupadas em torno de termos como "civilização", "progresso" e "desenvolvimento" e capazes, inclusive, de alterar a maneira de lidar com o corpo, os sentidos humanos e a percepção social da realidade (Foucault, 1999; Elias, 1993).

O objetivo deste trabalho coaduna ainda com a ideia de que a modernidade promovida no Ocidente envolveu processo histórico lento, que não apagava totalmente as marcas do local, tendo em vista que cada lugar, à sua maneira, refletiu o mundo e, ao mesmo tempo, que "cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais" (Santos, 2002, p.213).

Vários autores argumentam que a modernidade deve ser tomada como composta por uma trama temporal cuja compreensão não deve negligenciar seus "desvios", ressignificações e apropriações. David Harvey (1998), entre outros, salienta que associada ao universalismo, ao internacionalismo e ao globalismo, na verdade a modernidade nunca se desprendeu totalmente do "paroquialismo etnocêntrico".

Verifica-se com esta perspectiva que: "quer uma sociedade exporte ou importe o capitalismo, pertença ao 'centro' ou à 'periferia', ela se desenvolveu e evolui a partir de uma pluralidade de ordenações sociais" (Hobsbawm, 1998, p.187).

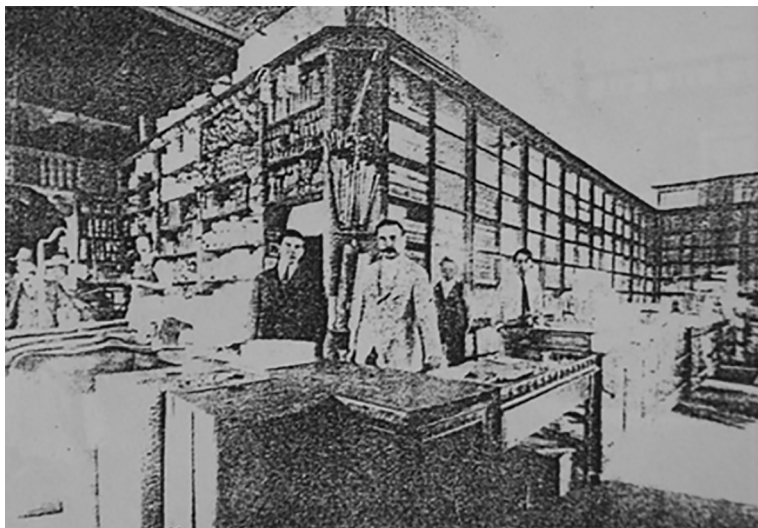
Finalmente, cabe destacar que tal perspectiva é privilegiada para entender que a cultura interfere na maneira de se organizar a vida, tendo em vista que provoca a ligação sempre tênue entre categorias como "passado e presente, estático e dinâmico, sistema e evento, infraestrutura e superestrutura" (Sahlins, 1990; 2002; 2008).

A pesquisa se baseou, fundamentalmente, no Álbum de Barretos, publicado originalmente em 1910, embora a edição aqui empregada seja a de 1918 (Andrade, 1918). A validade do emprego de álbuns publicados nas primeiras décadas do século XX já foi reivindicada em alguns estudos, especialmente aqueles que se dedicaram, justamente, ao entendimento da modernidade (Galzerani, 2006). Contudo, o álbum em questão é contrastado com outros indícios históricos associados ao período, caso de fotos do arquivo do Grêmio Recreativo Literário, livros de memórias, atas da Câmara Municipal, textos publicados em jornais, dados estatísticos/populacionais, entre outros.

Novo comércio e velhos hábitos

Diferente dos grandes centros urbanos, onde os estabelecimentos comerciais festejados eram os magazines (termo, por si só, derivado do vocábulo francês e indicativo de existência de "estabelecimento comercial que expõe e vende grande variedade de mercadorias organizadas de acordo com o gênero delas" – Cunha, 1986), em Barretos as casas comerciais que desfrutavam de destaque estampavam em seus nomes epítetos como "Loja", "Armazém" e "Bazar", normalmente, associados, respectivamente, a estabelecimentos comerciais onde se expõem e se vendem diversas mercadorias num espaço sem maiores divisões (Cunha, 1986).

Embora mais simples se comparados aos magazines, tais estabelecimentos eram palcos que evidenciavam efeitos da modernidade, segundo os olhos e os modos locais da população barretense.

Figura 7.2 – Interior de loja em Barretos

Fonte: Andrade, 1918

Ao observar as imagens das lojas e bazares (Figura 7.2), notam-se as prateleiras repletas de mercadorias estrangeiras e/ou oriundas de outras partes do Brasil, as caixas registradoras, os uniformes dos funcionários, a compra e venda por meio do emprego de dinheiro e as novas tecnologias de embalagem representavam uma mudança significativa no horizonte de expectativas da população (Gadamer, 1997). Tais fatores portavam novos códigos de sociabilidade, baseados na racionalidade, na tecnologia e no contato com nova materialidade (papéis, latas e vidros, por exemplo).

Até então, os membros dessa comunidade estavam acostumados às transações comerciais calcadas em relações fortemente pessoais, a aquisição de mercadorias elementares (dada a importância da economia de subsistência), a ação de cargueiros e a transação de produtos, como sal, toucinho e o próprio gado.

Dessa feita, ao seu jeito as lojas, os armazéns e os bazares expressavam junto aos barretenses novidades significativas, mesmo que seus proprietários, provavelmente, levassem em conta também o respeito aos velhos hábitos, caso da anotação de contas em cadernetas, bem como a espera do pagamento, após os clientes apurarem dinheiro com a venda de produtos agrícolas e/ou transações bovinas, práticas bastante comuns entre a gente que vivia no Brasil Central Pecuário.

Os próprios discursos propagandísticos associados aos estabelecimentos locais revelam certo impasse entre as antigas e as novas práticas comerciais, como é possível perceber no almanaque de Barretos.

Na propaganda de Andrade & Souza, por exemplo, lê-se no lado direito da foto que promovia "importação e exportação de fazendas, armarinhos, calçados, chapéus, etc.", enquanto no lado direito constava que ali poderiam ser adquiridos "seccos, molhados e ferragens" (Andrade, 1918).

A Casa Moderna estampava ao lado direito da foto dois enunciados: naquele situado na posição superior estava expresso que existia um "Completo sortimento de Fazendas, – Armarinho, Perfumaria, Calçados, Chapéos, Louças, Ferragens, Armas, Munições, etc." e no enunciado inferior constava que o mesmo estabelecimento: "Tem grande stock de Kerozene, Arame farpado, Sal, Seccos e Molhados, etc.".

Por fim, temos a Loja São João, que apresentava no lado direito três enunciados: numa posição mais elevada lia-se "Fazendas, Armarinho, Modas e confecções, calçados, Chapéos de sol e de cabeça, Ferragens, etc.", enquanto mais abaixo também era afirmado que esse estabelecimento comercializava "sal, assucar, café, farinha e kerozene" e, por fim, constava que ali era vendido "escolhido sortimento de molhados finos".

Os exemplos citados evidenciam uma situação interessante. Nos três casos (Casa Moderna, Loja São João e Andrade & Souza), depreende-se que havia preocupação moderna com o vestuário (fazendas, chapéos, calçados, etc.), portanto, com o novo hábito dos passeios pela cidade e a presença em espaços públicos. Da mesma forma, porém, igualmente constata-se a atenção para com

mercadorias associadas ao que era tido como requisitos mínimos para sobrevivência e que, em função disso, eram tradicionalmente vendidas naquela comunidade, caso de armas, munição, sal, arame farpado etc.

Podemos inferir dessa situação, grosso modo, a existência de dois grupos sociais formados, basicamente, por sujeitos preocupados com a modernidade e a nova sociabilidade que esta imprimia ao espaço urbano e por aqueles que eram envolvidos com a costumeira faina das propriedades agrícolas.

Mais significativo, porém, é notar que tais grupos se encontravam nos mesmos estabelecimentos comerciais, postavam-se lado a lado diante dos balcões e prateleiras, fazendo crer numa convivência que, em muitos casos, autoriza pensar numa circularidade cultural intensa (Ginzburg, 1987) e responsável por criar um *ethos* ricamente concebido de arcaísmos e novidades.

Não é difícil imaginar a cena.

Dirigiam-se a esses pontos comerciais os vários revendedores de produtos ali transacionados, vindos de outras áreas de São Paulo ou até mesmo de estados vizinhos, mas sempre trazendo consigo impressões de viagens, histórias e causos diferentes, novas expressões de linguagens, hábitos e costumes.

Corriam para esses mesmos pontos, homens e mulheres que viviam no espaço urbano de Barretos ou que com ele se importavam e, por isso, estavam à procura de signos diversos e capazes de revesti-los de diferencialidade perante os olhos de seus pares, vizinhos, amigos e até mesmo os estranhos que encontrassem pelas ruas, na praça da matriz ou em qualquer outro lugar.

Por fim, tomava também lugar no interior desses estabelecimentos homens e mulheres em busca de produtos essenciais para a "vida na roça", fossem eles ferramentas para o trabalho, temperos que alegrassem suas refeições (sal e açúcar) ou então algo que lhes permitissem desfrutar de certo conforto (querosene).

No encontro dessa gente, as fronteiras entre rural e urbano, "nativismo" e "estrangeirismo" esmoreciam, inevitavelmente.

A moda e a decoração

Perscrutar o levantamento publicado no Álbum de Barretos permite ainda outras inferências (Andrade, 1918). A preocupação com a moda e com a aparência pessoal de modo geral é notória, daí o registro de 15 "comerciante de fazendas, armarinhos, sapatos, chapéus, etc.", 3 "barbearia, perfumaria, armarinho, charutaria, 3 "alfaiatarias e armarinhos", 1 "armarinhos e perfumaria", 1 "ourivesaria" e 1 "joalheria".

Todos esses empreendimentos traduzem a constituição de uma esfera pública e do universo das ruas, o que exigia não apenas o conhecimento de certas falas e gestos, como de uma figurino inovador, composto por maquiagem, terno, vestidos, flagrâncias, adornos (joias, especialmente) e calçados (Baudelaire, 2002).

A sociabilidade tramada em espaços públicos se dava num momento marcado pelo vertiginoso crescimento populacional ocorrido nesta cidade. Contabilizava-se nesta localidade a existência de 2.134 pessoas em 1874 (Marques, 1985), 9.586 em 1900 (Empreza "Orion de Barretos... p.04), 24.970 em 1912 (Empreza "Orion de Barretos... p.04) e 39.780 em 1920 (IBGE, 1928).

Deste quadro decorreu constituição de variável mais dilatada de tipos sociais, bem como de uma convivência social baseada numa maior tensão psicológica, fatores que se amalgamavam e que tiravam proveito, justamente, da impessoalidade das ruas, das novidades vividas etc. Em seu clássico texto sobre as metrópoles, Simmel destaca que a "base psicológica do tipo metropolitano de individualidade consiste na *intensificação dos estímulos nervosos*, que resulta da alteração brusca e ininterrupta entre estímulos exteriores e interiores" (1973, p.12).

Nesse ínterim, era constituído em Barretos uma teatralização social mais intensa da vida cotidiana, seja calcada na criação de *personas* (Mauss, 1974), seja em uma maior investida quanto à *representação do eu* (Goffman, 1985). A notabilidade até então usufruída pelos grandes proprietários rurais – que, normalmente, conciliavam poder econômico e violência – se somava à atenção conquistada por

aquele que se posicionavam melhor diante destas novas regras do jogo social, composta pelos signos de etiqueta, o domínio da retórica e até mesmo a expressão de certos traços de dandismo.

Mas voltemos atenção para a interpretação das propagandas organizadas pelos estabelecimentos comerciais barretenses. Em certas situações, a preocupação com a aparência era discreta, caso da "Sapataria e Sellaria Central", que insistia no fato de oferecer "Serviços sólidos e *bem-acabados*". Em outras ocasiões era de maneira explicita, tal como o "Bazar Barretense", que declarava possuir "grande sortimento de *apurado gosto*" e frisava que mantinha "uma bem montada secção de Alfaiataria para homens e senhoras, *habilmente dirigida por competentes contra-mestres*". Em certos casos era até mesmo fetichista: "Novo Mundo", comércio "depositário do calçado Clark, *o melhor* do Brasil" (Andrade, 1918 – grifos nossos).

De qualquer forma, o que se verifica é a produção de discurso associado aos interesses comerciais e responsável por atuar sobre o desejo e o imaginário da população, tendo em vista o claro e direto objetivo de incitar o consumo, lançando mão para isso de produto intimamente vinculado ao viver urbano, como era o calçado, responsável até mesmo por modificações na gestuária pública, haja vista o "passo à inglesa" e o "andar à americana" (Sevcenko, 1998, p.550-551).

Não obstante, cabe considerar que a moderna teatralização da vida social instaurada em Barretos não foi capaz de apagar velhos hábitos e costumes. Ao contrário disso, nota-se que a preocupação com a exibição pública movia algumas pessoas até mesmo a empregar as novas tecnologias para expressar, para além do círculo de intimidade a qual pertenciam, determinados signos arcaicos que dele faziam parte e que eram tidos por essas mesmas pessoas como de importância para construção de sua identidade e para elaboração de sua autorreferencialidade.

A modernização era promovida pela riqueza do comércio de gado, portanto, parecia ser perfeitamente coadunável aos olhos de muitos barretenses combinar práticas modernas e consideradas arcaicas na vivência desse contexto. A casa de "fotografia e papelaria" tomava lugar dos profissionais itinerantes e disponibilizava um dos

ícones mais representativos dos "novos tempos" (Benjamin, 1986). Tais fotos seriam fundamentais para constituição de discursos imagéticos associados a ideia de progresso, tão ao gosto das elites locais (Figura 7.3). Por outro lado, também permitia registros de posses como gado bovino e fazendas, a posse de cavalo considerado de primeira qualidade e uma comitiva de boiadeiros (Figuras 7.4 e 7.5).

Figura 7.3 – Praça central de Barretos (década de 1910)

Fonte: Acervo fotográfico do Grêmio Recreativo e Literário de Barretos

Figuras 7.4 e 7.5 – Registros do cotidiano barretense (década de 1920)

Fontes: Bampa Nétto, 2001, p.136 e acervo fotográfico do Grêmio Recreativo e Literário de Barretos

Atentando para o Álbum de Barretos é possível ainda perceber a ocorrência de maior preocupação com a estilização do ambiente doméstico (Andrade, 1918), visto que registra a presença de 1 "casa de móveis", 1 "marcenaria, louças", 2 "depósitos de móveis e

marcenaria" na lista de estabelecimentos comerciais. Tal ocorrência sugere traços da vida burguesa, caso do individualismo, narcisismo, preocupação com a higiene, entre outros, desconhecidos até então, já que a decoração interna dos domicílios brasileiros era marcada pela simplicidade e pelo improviso até o início do século XX, mesmo aqueles considerados abastados (Schapochnik, 1998, p.494-512).

Antes dessa preocupação burguesa com o ambiente doméstico, a lista de pertences era composta por redes de dormir, catres e jiraus, baús, caixotes, mesas e bancos, além de poucas cadeiras, esteiras, estrados e bufetes (Algranti, 1998). A pobreza material do mobiliário fazia com que utensílios depauperados/quebrados fossem motivos de disputas pelos herdeiros e objeto de atenção nos testamentos, situação muito diferente daquela vivida a contar da década de 1900, como atesta o conjunto de objetos listados em inventários *post morten* registrados por barretenses em fins do século XIX (Machione, Tinelli, 1999).

Economia doméstica, lazer e funeral

Em 1918, constavam estabelecimentos comerciais como: 2 "molhados, secos e ferragens", 1 "molhados, secos e louças", 1 "molhados, secos e industrial" e 1 "molhados, secos, louça e ferragens", 2 "casas de pensão, molhados". A frequência com que o termo "molhado" era empregado denuncia o fato de que certos produtos deixavam de fazer parte da "economia doméstica", tão comum no período colonial (Algranti, 1998, p.142-154). Dito de outra maneira, a produção de alimentos e demais itens fundamentais para sobrevivência deixava de ser realizada pelos próprios membros da comunidade e passava a ser transacionada por terceiros, que o tratavam como mercadorias.

A leitura dos enunciados contidos no Álbum de Barretos é elucidativa quanto a essa mudança (Andrade, 1918). Passava-se, agora, a pagar pelo produto pronto, como constava na propaganda da Casa Soares, onde se lia que eram vendidas ali "roupas feitas", ou como

atesta a existência de 4 "confeitarias", portanto, de estabelecimentos comerciais dedicados à produção de pães, doces e demais guloseimas. Assim, gradativamente, saberes vinculados à produção de vestimentas, receitas culinárias e tantos outros eram apropriados pelas modernas casas comerciais.

O abandono dos velhos hábitos também se dava em decorrência da instalação de empreendimentos que guardavam estreita relação com novas tecnologias e comportamentos. A "fábrica de cigarros" disponibilizava um produto que passava cada vez mais a ser apreciado no Brasil (tal qual o charuto) em substituição gradativa do rapé e do palheiro, pois indicativo de status e de refinamento (Sevcenko, 1998, p.528-530). A única "fábrica de sabão", por sua vez, traduzia o já citado ideário higienista (Chalhoub, 1996) e interferia na centenária prática de fabricação de sabão doméstico (com uso de cinzas, gordura extraída de porcos e bovinos etc.).

A existência de certas casas comerciais, por sua vez, traduzia a ampliação do setor de lazer e de entretenimento urbanos entre os grupos das elites e dos populares. As 2 "cervejarias" diziam respeito ao novo hábito de consumo dessa bebida e a formação de um novo espaço público de sociabilidade das elites. Já a presença de 1 "pensão com botequim" e de 1 "bilhar e botequim" igualmente colaborava para a constituição de espaços populares de (Chalhoub, 1986). Em ambos os casos, nota-se que os estabelecimentos comerciais se prestavam à realização de debates, discussões, encontros entre grupos diferentes, enfim, elementos que colaboravam para a construção de uma esfera pública (Habermas, 1984).

Contudo, as sociabilidades locais continuavam a ser tramadas por meio da vigência de expressões firmemente alicerçadas na vivência de práticas relacionadas às sociedades do Brasil Central Pecuário. Dentre estas, chamam atenção os "circos de touradas" ou "circo de cavalinhos", a presença de circos, a organização de cavalhadas, a realização de quermesses e a promoção de danças de catiras. Nenhuma menção a tais práticas é encontrada no Álbum de Barretos (Andrade, 1918), entretanto, matérias de jornais (O Sertanejo,1900 a 1909), registros fotográficos particulares (acervo do Grêmio Recreativo

Literário), discussões promovidas entre os vereadores (Atas) e escritos de memorialistas (Rocha, 1954) as mencionam à exaustão.

Até mesmo o tratamento destinado aos mortos sofria mudanças, já que o cuidado pessoal e familiar até então dispensado aos defuntos (Ariès, 2003) passava a ser transferido para o setor privado, graças à presença de 1 "funerária". Isso porque a contar de 1903, as autoridades políticas de Barretos haviam promovido a concessão pública desse serviço a terceiros, sendo então proibida a fabricação de caixões ou de outros acessórios por alguém que não fosse o concessionário (Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barretos, 29 jan. 1913).

A matéria envolvendo os mortos é uma das mais significativas para entendimento das mudanças no cotidiano local, valendo a pena analisá-la mais detidamente (Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barretos, 29 jan. 1913). Consta que deveria haver tratamento específico para cada classe social, o que significava atentar para quatro modelos de caixão. A atenção aos preceitos civilizados movia ainda a edilidade pública a definir quatro modelos diferentes de veículos para transporte dos caixões (adultos e crianças) e, por conta disso, a proibirem o transporte dos cadáveres ao cemitério em redes. Representava novidade também a preocupação em providenciar o enterro de indigentes e a edificação de sala para depositar os cadáveres.

Tais mudanças eram significativas, tendo em vista que até então e mesmo após esse momento havia grande preocupação por parte da população brasileira com os rituais fúnebres (Reis, 1997). Em Barretos a vivência desses rituais se dava por meio da organização de enterros "em carros de boi, o acompanhamento a pé" (Zauith, 1993, p.28) e o uso de rede para transporte de cadáveres até o cemitério. A força dos valores em torno desses rituais em Barretos motivou, inclusive, a manutenção do costumeiro tratamento de "anjo" que era atribuída às crianças falecidas (Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Barretos, 29 jan. 1913).

Lojas, hotéis e pensões

É sabido que a fluidez e o desenraizamento provocados pela modernidade geram, entre outras coisas, a invenção de tradições, de modo a permitir que as novidades adquiram assim certo lastro histórico e consubstancialidade social. De acordo com Hobsbawm:

> Em poucas palavras, elas são reações a situações novas que ou assumem a forma de referência a situações anteriores, ou estabelecem seu próprio passado através da repetição quase que obrigatória. É o contraste entre as constantes mudanças e inovações do mundo moderno e a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social que torna a 'invenção da tradição' um assunto tão interessante para os estudiosos da história contemporânea. (1997, p.10)

Atente-se ao caso do Bazar Barretense: fundado em 1911, destacava no anúncio propagandístico veiculado em 1918 que: "Esta importante casa comercial *fez ephoca* em Barretos" (Andrade, 1918 – grifos nossos).

Essa invenção de tradições também se valia do emprego de signos sociais mais arcaicos, caso das afirmativas que apelavam para a afetividade e a pessoalidade tão caras à formação social brasileira (Holanda, 1995; Freyre, 1952), como é possível notar no anúncio do mesmo Bazar Barretense, que estampava de maneira destacada o nome do proprietário (Lino Reimão), bem como no caso da Pharmacia Modelo, que exibia em seu anúncio os seguintes dizeres: "ROMANO, MELLO & OLIVEIRA (*sucessores de Francisco Romano*)" ou, então, o exemplo da Casa Moderna, cujos proprietários insistiam em lembrar aos leitores que haviam possuído a Casa Verde e a Casa Estrella do Sul (Andrade, 1918 – grifos nossos).

Esse mesmo desenraizamento e fluidez trazidos pela modernidade motivavam os proprietários de estabelecimentos comerciais a tomarem certas precauções.

As transações de produtos inovadores, por exemplo, fazia com que buscassem tranquilizar os clientes quanto ao custo dessas mercadorias, daí o emprego de expressões como: "A casa que mais barato vende", "preços módicos" e "preços convenientes" (Andrade, 1918).

Observando ainda as páginas do Álbum de Barretos (Andrade, 1918), verifica-se que o nome dessas casas comerciais igualmente denotava apego ao já conhecido, por conta disso, embora alguns dissessem respeito à modernidade ("O Novo Mundo", "Casa Moderna", "Pharmacia Modelo", "Casa Americana" etc.) ou tirassem proveito da localização privilegiada no espaço urbano ("Phármacia Central", "Sapataria e Sellaria Central", entre outros), era mais recorrente o uso de títulos tradicionais, vinculados à religiosidade católica (caso de "Loja São João") ou ao nome/sobrenome do proprietário ("Casa Soares", "Andrade & Souza" e "Vassimon e Cia").

O final do século XIX marcou a formação de uma rede de hotéis em Barretos e a existência desse tipo de estabelecimento era tida como um signo eloquente de modernidade, tendo em vista se tratar de edificações caracterizadas por vários andares e uma fachada arquitetônica inovadora (Figura 7.6).

Figura 7.6 – Propaganda de hotel em Barretos

Fonte: Andrade, 1918

A presença desses hotéis representava também novidade porque se tratavam de estabelecimentos comerciais que passavam a oferecer a hospedagem como negócio e não como expressão de relação pessoal, conforme era costumeiro até então no Brasil (Algranti,

1998). Tal comercialização da hospedagem, entretanto, não apagava marcas de trato pessoal, como atestava, por exemplo, a presença destacada do nome dos proprietários nos cartazes de propaganda ou em dizeres, como: "Afim de melhor attender aos senhores hóspedes, o proprietário *reside com sua família no hotel*" (Andrade, 1918 – grifos nossos). Aliás, foi justamente a permanência dessas marcas que motivou Gilberto Freyre (2003) a considerar que a hospedagem no Brasil das primeiras décadas do novecentos era inferior àquela oferecida em países como a Argentina, onde a impessoalidade garantia um trato efetivamente mais profissional.

Em boa medida os discursos e práticas veiculados pelas propagandas dos hotéis no Álbum de Barretos (Andrade, 1918 – grifos meus) se apoiavam em princípios burgueses, como o cosmopolitanismo, o conforto e o higienismo (Perrot, 1991; Chalhoub, 1996; Barbuy, 2006). Expressões como "quartos *confortáveis*" (Grande Hotel) e "*Confortáveis* acommodações" ("Grande Hotel") escancaravam a preocupação com bem-estar e satisfação pessoal. Encontramos ainda o mesmo enunciado enfatizando que o estabelecimento oferecia aos seus hóspedes "Vinhos finos, Licores *estrangeiros*, etc." ("Central Hotel") e que dispunha de "Bem sortida adega de vinhos finos: *portuguezes, italianos, francezes, hespanhoes* e champagne" ("Grande Hotel"). Encontravam-se ainda menções aos "banheiros *hygiênicos*" ("Grande Hotel").

Levando-se em conta os debates promovidos pelos vereadores, pode-se afirmar que as pensões existentes na periferia representavam um contraponto aos hotéis (Atas da Câmara Municipal de Barretos... 8/1/1926 a 7/10/1927). Ao que consta, as pensões eram destinadas aos peões, boiadeiros e outros homens do comércio do gado menos abonados ou que não eram afeitos ao luxo oferecido pelos hotéis. Não se tratava de estabelecimentos legalmente constituídos, mas sim de espaços improvisados nas casas de seus proprietários ou em casas preparadas informalmente para esse fim, como relata um estudioso barretense: "dividida [a casa] em quartos com entradas independentes, em que João Crósio outrora dava pousada a boiadeiros" (Rocha, 1954, p.264).

Os espaços de pernoite existentes na periferia se articulavam com a economia mercantil do gado. A leitura das atas da Câmara Municipal permite inferir que em conjunto com estas pensões funcionavam também, muitas vezes, botequins e oficinas de pequenos reparos das tralhas (cordas, selas, bruacas etc.), utilizadas pelos homens do comércio do gado em suas travessias pelas estradas e corredores boiadeiros (Atas da Câmara Municipal de Barretos... 8 jan. 1926 a 7 out. 1927). Além disso, memórias de viventes locais (Piacentini, s.d.) também informam sobre prostíbulos, frequentados por homens do gado e moradores da própria cidade de Barretos.

No primeiro ano de seu mandato como prefeito (1926-1930), Riolando de Almeida Prado endureceu a fiscalização sobre esse tipo de negócio, atitude que gerou reclamações e explicações por parte da população local (Perinelli Neto, 2008). Combatidas pelo poder público, garantiam estas pensões a sobrevivência de traços culturais do Brasil Central dentro do espaço urbano de Barretos, aliás, mais do que isso, tais pensões e botequins eram responsáveis em boa medida pela constituição de uma cultura híbrida, já que ali traços rurais/arcaicos eram expostos ao convívio dos códigos de sociabilidade do espaço urbano/moderno e vice-versa.

Livraria, farmácias e agências bancárias

No Álbum de Barretos constam também a existência de 1 "livraria, papelaria e tipografia" (Andrade, 1918). Embora não tenha sido possível contar com informações mais apuradas e específicas, ao estampar o termo "livraria" esse tipo de estabelecimento traduzia o advento de um mercado de publicações. Soma-se a isso o fato desse estabelecimento também se dedicar à produção de escritos públicos (jornais e outros impressos) e privados dos próprios barretenses, como sugerem os termos "tipografia" e "papelaria", respectivamente. Sendo assim, tal comércio colaborava com a possível circulação de novas ideias e a modificação da visão de mundo do local, em maior ou menor escala (Cavallo; Chartier, 1999; Darnton, 1992).

Figura 7.7 – Propaganda da Livraria Carvalho em Barretos.

Fonte: Andrade, 1918.

Curiosamente, essa mesma livraria estava voltada para o comércio de "armas finas e munições" (Figura 7.7), indicando assim que ilustração literária e o exercício "controlado da violência" eram perfeitamente coadunáveis nesse rincão pertencente à *Belle Époque* caipira. Esse "exercício controlado da violência" poderia representar o moderno controle das emoções (Elias, 1993), mas, talvez dissesse mais respeito ao velho apreço pelo zelo privado de si e daqueles que consideravam os seus, por parte da população barretense, valendo-se para tanto de armas de fogo.

Numa cidade marcada por forte presença de peões, invernistas, boiadeiros e fazendeiros, a busca por uma suposta civilidade moderna convivia com desavenças e acertos de contas envolvendo, inclusive, tal tipo de arma. Situações como essa e tantas outras é que explicam a solicitação para criação de uma Delegacia Regional feita pelo prefeito municipal de Barretos ao governador de São Paulo, em 1937:

> 1) A cidade de Barretos, pela sua posição em frente ao Triângulo Mineiro e pela surpreendente qualidade das suas forragens, veio a tornar-se o maior centro pastoril do país, bastando dizer que no ano passado de 1.936, mais de 600 mil bois transitaram pelas suas estradas, em demanda dos frigoríficos e xarqueadas.
>
> 2) Esse desenvolvimento comercial que vem aumentando de ano para ano, e que tende a alargar-se cada vez mais, abrange ainda, como zona de influência, todo o sul de Goiaz e Mato Grosso.
>
> 3)Assim, pois, da sua posição de fronteira e do gênero de seu principal comércio, decorrerem muito naturalmente, para a cidade, *problemas policiais da mais alta importância*:

> Não só é ela sempre procurada por *forasteiros* que, atraidos pela sua opulência, vêm em busca de meios de vida, mas ainda pelo número impressionante de *mercadores de gado, com suas comitivas, vindos de Minas, Goiaz e Mato Grosso*.
>
> 4) Ao lado dessa *população flutuante*, quasi sempre *irriquieta e turbulenta*, vem crescendo a cidade num surto surpreendente de progresso, com suas rendas municipais já ultrapassadas de mil contos de réis e as estaduais de quasi quatro mil contos de réis, senão mais, creando assim problemas novos de toda ordem, destacando-se entre estes, como dos mais urgentes a serem resolvidos, os de *caráter policial*.
>
> 5) Para isto, entretanto, é por demais deficiente o atual *aparelhamento policial*, pois, a despeito do inexcedível zelo do actual delegado, nunca pode ser perfeita a fiscalização em torno de *hotéis, pensões, cabarés, estações, trânsito de ruas e estradas, movimento do operariado, capturas*, etc.
>
> 6) A vista do exposto, e este para pedir os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de ser creada em Barretos, a Delegacia Regional e, assim, de dotar a cidade com um aparelhamento capaz de corresponder, em eficiência, às suas grandes e conhecidas necessidades (*Correio de Barretos*. 17 de junho de 1937 – grifos nossos).

No que tange ao advento de novos espaços sociais é salutar também atentar para a existência de 5 "farmácias" (Andrade, 1918). Nicolau Sevcenko (1998, p.551-553) vincula o vertiginoso crescimento do comércio de medicamentos registrado no começo do século XX, ao rompimento do tradicional uso de chás e ervas (dado o desenraizamento populacional e as campanhas farmacêuticas), bem como ao advento de discursos que insistiam na busca de soluções rápidas e certeiras para as fraquezas e mazelas corporais, além das somatização de indisposições surgidas em razão do impacto que migrantes rurais sentiram, ao se mudarem para as cidades.

Curiosamente, pelo fato de lidarem com a cura de enfermidades num contexto marcado pela ausência de médicos, pela pobreza e pela força da honra é que os proprietários desse tipo de estabelecimento

desfrutavam de invejável reconhecimento popular, a ponto de galgarem cargos públicos e de tais espaços serem transformados em pontos de encontro, por excelência, para realização de reuniões políticas. Com isso, reinventava-se nas modernas farmácias a velha prática do dom e contradom (Queiroz, 1976), dos favores pessoais (Leal, 1975) e da vivência dos debates políticos por um pequeno grupo de atores reunidos privadamente (Jancsó, 1999), como evidencia Antônio Morais Barros em seu relato:

> Era a botica o clube literário, recreativo e político da vila; testemunhei isso, ainda em 1912, na Farmácia Modelo, da qual fui pica-fumo: alí, tôdas as noites, reuniam-se os maiores para o bate-papo e jôgo de damas que, para minha amargura, se prolongavam para além das 10 horas da noite.
>
> A róda era quase sempre composta pelo Dr. Antônio Olímpio, Cel. Rafael Brandão, Cel. Olentino de Oliveira, José da Mata, Dr. Souto Maior, Cel. Bino e outros, todos "pica-páus", pois, os "araras" iam para a "Farmácia Central", perto da Prefeitura, pois, essa farmácia era de propriedade do Cel. Silvestre de Lima.
>
> Muitos casos eram resolvidos nessas reuniões, entremeadas de gargalhadas, frutos do inesgotável saco de anedotas que cada um trazia às costas [...]. (1954, p.81)

Contudo, embora perseguidas, práticas de cura normalmente tributárias das heranças indígenas e negras não foram erradicadas, como nos faz entender o médico Wilson Ferreira de Melo, barretense que viveu nessa localidade as primeiras décadas do século XX e que destaca o quanto era comum entre a população o uso de pomadas e bebidas (desde flores de mamoeiro, caldo de galinha, mel, amendoim cru e limão-galego até mesmo fezes de cachorro e fumo-bravo), bem como a adoção de práticas como o emprego de sangrias, o impedimento de banhos e a utilização de cobertor vermelho para tratamento do sarampo.

As propagandas produzidas em torno das farmácias (Andrade, 1918 – grifos nossos) insistiam em enfatizar a busca de práticas e

signos modernos. Na propaganda da "Pharmacia Modelo", por exemplo, constava que contava com "Completo sortimento de drogas e artigos para Pharmacia, nacionaes e *estrangeiros*", ênfase, portanto, no cosmopolitanismo (Barbuy, 2006). No entanto, na mesma propaganda é possível identificar certa preocupação em demonstrar idoneidade por parte dos responsáveis desse estabelecimento, a medida que era destacado que: "Aviam-se receituários médicos com o máximo escrupulo e presteza a qualquer hora" (Andrade, 1918).

Somam-se como espaços sociais novos as casas bancárias inauguradas em Barretos, após a década de 1910, conforme provam a fundação de sete estabelecimentos dessa ordem e uma agência do Banco do Brasil, além de congêneres das companhias americanas "Farquar", "Brasil Land Cattle and Packing Co" e Osasco Continental Co", ocorrências que traduziam a riqueza proporcionada pelos negócios em torno da pecuária e, por conseguinte, um maior volume de capitais à disposição.

A investida nesse ramo parecia tão oportuna, que até mesmo moradores locais dela faziam parte, caso de José Garcia Vassimon, integrante da diretoria da Vassimon & Cia, casa bancária cuja propaganda enfatizava: "Emporio commercial da Zona pastoril que comprehende o Norte do Estado, o Triangulo Mineiro, o sul de Goyaz e de Matto Grosso, com 6 casas bancárias que realisam operações no valor de 50 a 60 mil contos annualmente [...]" (Andrade, 1918).

A fundação das agências bancárias espelhava uma nova concepção de mundo, associada ao uso de moedas e a atenção para com critérios burocráticos. Com as agências bancárias surgia a "exatidão calculista", isto é, o empréstimo com o objetivo arrivista de tão somente lucrar, segundo a observância de um prazo para pagamento identificado com o calendário e o aceite de taxas, bem como contratos formais (papéis, assinaturas, garantias e cartórios).

Assistia-se, assim, a transformação do que se entendia por confiança, perdendo força a pessoalidade, enquanto tornava-se cada vez mais significativa a importância das fichas simbólicas, como o dinheiro (Giddens, 1991). As fichas simbólicas tendem a provocar o esvaziamento de particularidade das relações sociais, provocando

o fenômeno de desencaixe espacial-temporal, já que se tratam de "meios de intercâmbio que podem ser 'circulados' sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular" (Giddens, 1991, p.28).

Até então e em menor escala após esse período, o empréstimo de dinheiro estava baseado no fato de o sujeito pertencer ou não a círculos de contatos criados em função de relacionamentos pessoais e comerciais, como é possível perceber nos inventários *post morten* de barretenses em fins do século XIX (Machione, Tinelli, 1999). Essa forma de empréstimo tinha como base a venda de produtos agropecuários, transações fundiárias, especialmente, como nos informam estudiosos do período colonial brasileiro (Fragoso, 1992; Fragoso, Florentino, 2001).

Contudo, o surgimento das agências bancárias não encerrava o costume do empréstimo pessoal, como é possível verificar na lista de profissionais publicadas no Álbum de Barretos: constava ali, dentre outros, "1 capitalista" – termo que designava homens que se dispunham a emprestar dinheiro e cujo número nessa cidade era possivelmente maior (Andrade, 1918).

Considerações finais

As transformações provocadas pelo capital cafeeiro envolvem, entre outras coisas, o fortalecimento do mercado interno de alimentos, aí incluso a carne bovina e derivados. Nesse contexto, à medida que a riqueza pecuária construía a fama e a importância de Barretos durante as primeiras décadas do século XX, mais intensas se tornavam a convivência entre códigos de sociabilidade e visões de mundo diferentemente expressas pelas pessoas que habitavam essa localidade. Tal processo fez com que essa cidade se tornasse um cenário marcado por acentuada hibridez cultural (Canclini, 1998).

Constata-se a continuidade de determinados comportamentos, como o de utilizar animais em espaço urbano, ao mesmo tempo que condutas novas foram inauguradas, caso de uma maior atenção

para com a moda e o vestuário. Sendo assim, um jeito novo de estar no mundo foi construído por essa gente, de modo a dotar de certas particularidades uma vivência moderna que se fazia sentir cada vez mais em âmbito global. O uso de uma tecnologia como a fotografia para eternizar um cavalo considerado de estima em pleno estúdio é um bom exemplo dessa hibridez cultural.

Diante dessas questões, conclui-se sobre a modernidade:

Argumenta-se que ela provoca o "desencaixe" espacial e temporal das relações travadas entre os integrantes de uma comunidade (Giddens, 1991), dado o fato de que os códigos de convivência entre as pessoas deixam de estar baseados em contextos locais de interação e o vínculo passa a envolver, entre outros expedientes, o emprego de sistemas técnicos impessoais, capazes de reconfigurar material e socialmente o mundo.

No entanto, a experiência processada em Barretos deixa claro que esses sistemas técnicos não cumprem totalmente essa função, pois o que se percebe é a apropriação de vários de seus mecanismos (caso do cosmopolitanismo, dos saberes médicos e urbanos, bem como a influência dos meios de comunicação e da moda) por parte dos grupos sociais dominantes e da população em geral, sendo a ordem daí estabelecida, no final das contas, claros reflexos de interesses particulares e de âmbito paroquial.

Daí a validade de se pensar em modernidades, ou seja, experiências particulares de um processo global vivenciado em cidades como Barretos, no decorrer do princípio do século XX. Estaria nesse ponto também a importância de exercícios reflexivos voltados para a compreensão de *certas* poéticas cotidianas dos espaços urbanos, já que traduzem estilos híbridos de vida construídos nessas novas dinâmicas sociais, que os efeitos do capital cafeeiro tanto constituíram no Estado de São Paulo.

Referências

Fontes

ANDRADE, A. Álbum de Barretos. Volume dos estados do Brasil: das monografias paulistas. São Paulo: Escritório Jurídico Técnico-Comercial, 1918.

Atas de reuniões da Câmara Municipal de Barretos: Livro 6 (29/11/1912 a 31/08/1914).

BAMPA NETO, D. *Família Bampa de Verona a Barretos*. Barretos: Editora e Gráfica Barretos, 2001.

BARROS, A. M. Boticas e Farmácias de Barretos. In TEDESCO, J; MENEZES, R. Álbum comemorativo do 1*o Centenário da Fundação de Barretos*. Barretos: Publicação da Prefeitura Municipal de Barretos, 1954, p.81.

PIACENTINI, B. C. *Beni, o mito sexual de uma época*. s/r.

______. *A casa verde da beira da linha, onde a maldição da aids* não tinha vez. Ribeirão Preto: Passos, s.d.

Empreza"Orion de Barretos. – Departamento de Estatística e Recenseamento [datilografado/manuscritos – avulsos].

IBGE. *População do Brazil por Estados e Municípios, segundo sexo, idade e a nacionalidade.* Rio de Janeiro; IBGE, 1928, v. IV.

MACHIONE, F. G. J; TINELLI, R. A. *Barretos*: primeiros povoadores e fazendeiros. Barretos, 1999.

MARQUES, M. E. A. *Apontamentos históricos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo* (Tomo I). São Paulo: Livraria Martins Editora, 1985, 2 tomos.

MELO, W. F. Origens da arte de curarem Barretos. In: TEDESCO, J; MENEZES, R. Álbum comemorativo do 1º Centenário da Fundação de Barretos. Barretos: Publicação da Prefeitura Municipal de Barretos, 1954, p.107-113.

ROCHA, O. F. *Barretos de outrora*. Barretos: s/e, 1954.

ZAUITH, C. *Barretos*: da origem ao núcleo histórico. Barretos: Soares de Oliveira, 1993.

Bibliografia

ALGRANTI, L. M. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, L. de M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v.1, p.83-154.

ARIÈS, P. *História da morte no Ocidente*: da Idade Média aos nossos dias. Trad. Priscila V. de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

BARBUY, H. *A cidade-exposição*: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914). São Paulo: EDUSP, 2006.

BAUDELAIRE, C. *Sobre a modernidade*: o pintor da vida moderna. (Org.) Teixeira Coelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BRANDI, A. *São José do Rio Preto (1852/1894)*: roteiro histórico do Distrito – contribuição para o conhecimento de suas raízes. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2002.

BURKE, P. *História e teoria social*. Trad. Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: UNESP, 2002.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*: estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1998.

CAVALLO, G; CHARTIER, R. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Ática, 1999, v. 2.

CHALHOUB, S. *Cidade febril*: cortiços e epidemias da Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

______. *Trabalho, lar e botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CUNHA, A. G. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DARNTON, R. *Edição e sedição*: o universo da literatura clandestina no século XVIII. Trad. Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

______. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Trad. Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOIN, J. E. (et al). A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852/1930) – a proposta do CEMUMC. *Revista Brasileira de História*, v.53, p.91-122, 2007.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens*: para uma antropologia do consumo. Trad. Plínio Dentizin. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

DUMONT, L. *Homo aequdis*: gênese e plenitude da ideologia econômica. Trad. José Eduardo Nascimento. Bauru: EDUSC, 2001.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993, v.1.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro, Graal, 1999.

FRAGOSO, J. L. R. *Homens de grossa ventura*: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J. L. R.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, *c*.1790-*c*.1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, G. *Americanidade, latinidade na América Latina e outros textos afins*. Edson Nery da Fonseca (Org.). Brasília; São Paulo: Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado, 2003.

______. *Casa grande & senzala*: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

FRIEIRO, E. *Feijão, angu e couve*: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia; Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

GADAMER, H. G. *Verdade e método*: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. Flávio P. Meurer. São Paulo: Vozes, 1997.

GALZERANI, M. C. B. *O almanach, a locomotiva da cidade moderna*: Campinas décadas de 1870 e 1880. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade.* Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Trad. Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

______. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: ______. *Mitos, emblemas e sinais*: morfologia e história. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.143-180.

GOFFMAN, E. *A representação do eu na vida cotidiana.* Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.09-24.

______. Todo povo tem história. In: ______. *Sobre história*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.185-192.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JANCSÓ, I. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, L. de M. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v.1, p.387-437.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

MARINS, P. C. G. C. A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária. In: *Terra paulista*: histórias/arte/costumes – modos de vida dos paulistas: identidades, famílias e espaços domésticos. São Paulo: CENPEC; Imprensa Oficial, 2004, p.89-190.

MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária; EDUSP, 1974 (vol. I).

PERINELLI NETO, H. Desejo, cordialidade e civilidade: debates e ações do Poder Legislativo Municipal na construção da Barretos moderna 1926/1930. In: *XIX Encontro Regional da Seção São Paulo da ANPUH*. São Paulo: ANPUH, 2008.

______. *Nos quintais do Brasil*: homens, pecuária, complexo cafeeiro e modernidade (Barretos – 1854/1931). Franca, 2009. Tese (Doutorado em História) – FHDSS/UNESP.

PERROT, M. (Org.). *História da vida privada*: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Trad. Denise Bottmann e Bernardo Soffily. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v .4.

QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

REIS, J. J. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: império – a corte e a modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 2, p.95-142.

SAHLINS, M. *Cultura e razão prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarao. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

______. *Ilhas de história*. Trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

______. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Trad. Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

______. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EDUSP, 2002.

SCHAPOCHNIK, N. Cartões-postais, álbuns de famílias e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, N. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: república – da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p.494-512.

______. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: ______. (Org.). *História da vida privada no Brasil*: República: da Belle Époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3, p.550-551.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. Trad. Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973, p.11-25.

8
Os cronistas e a cidade de São Carlos (SP): experiências e memórias nos almanaques da *Belle Époque* cafeeira

Arrovani Luiz Fonseca[1]

> *"A memória possui um primeiro e bem definido patamar: a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente. A memória do passado revela, de imediato, sua incontornável inscrição original: o tempo presente".*
>
> (Jacy Alves de Seixas, 2002, p.62-63)

Introdução

Ao adentrar-se pela densa floresta simbólica pertencente a um almanaque de cidade, estamos em contato com outra expressão da sua experiência social. Ao abrirmos suas páginas como se folheassem o ser curioso e o historiador ambos procuram decifrar em suas várias formas discursivas e fragmentárias de textos informativos, de literatura, de publicidade e de imagens os pontos representativos de sua história.

---

1 Mestre em História pela FCHS/Unesp (*campus* de Franca). Doutorando em História Social pela PUC/SP. Professor Titular de Cargo na Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Bolsista do Programa – Bolsa Doutorado da SEE. E-mail: arrovani@uol.com.br

Um percurso pelo léxico da palavra à procura da sua origem pode nos possibilitar compreender melhor a acepção da palavra almanaque. Uma inferência possível dentre as várias está diretamente relacionada à sua origem antiga na civilização grega. Para estes, *almenikhiaká* refere-se ao domínio da astrologia. Na Idade Média surge a palavra *almanac* advinda do árabe "al-manakh", dando o sentido de calendário ou mesmo tendo o significado de "o memorial".

Outra acepção atribuída aos almanaques advém dos povos do Oriente que, sob uma tenda, ouviam as lições dos patriarcas e que posteriormente eram reproduzidas nas publicações de almanaques. Nesse sentido, outra acepção vinda do árabe pode ser também a de um:

> [...] lugar onde a gente manda ajoelhar os camelos; daí, conto, que neste lugar se ouve, e finalmente calendário. Eguilaz dá o lat. manachus (circulus) empregado por Vitrúvio no sentido de círculo de um meridiano que servia para indicar os meses. No baixo latim aparece almanachus e no baixo grego alamanakon, nome dado por Eusébio a calendários egípcios. também e quer dizer lugar onde se conta onde se narra acrescentando-lhe "estação", "região", "clima". No Petit Robert, lê-se que "do lat. medieval alamanachus, árabe almanakh, provavelmente do siríaco, rad. ma, lua, mês". Geneviève Bollême, autoridade na matéria, é de opinião que a palavra significou primitivamente "a conta", "o cômputo". (Correia; Guerreiro, 1986, p.44)

Dessa forma o almanaque é de que seus conteúdos perpassaram muitos fatos da vida humana jogando com o lance cambiante do presente e do futuro, tão caros a existência humana. Há um episódio fabuloso que diz que uma vez o sultão Osman pedindo a um dos seus redatores que era responsável a criação de almanaques em seu reino. Perguntou a ele se venceria alguma guerra naquele ano. Vejamos:

> - Deus me revela que Tua Alteza fez mal em empreender essa guerra. Este ano tua espada não saberá fazer mal a ninguém.
> - É o que vamos ver – replicou o sultão – furioso.

E com um golpe de sua cimitarra degolou o astrólogo.[2]

Pelo repertório de temas que possuem, os almanaques acabam sedimentando concepções de verdade, de imagens tomadas como reais totalizantes, que acabam por se tornar cristalizadoras de um presente que pelo interesse de marcar fortemente o momento se projeta para o futuro. Este futuro é o do passado tomado por sua imagem idealizada. O almanaque se torna um objeto da memória que perpassa as gerações e é apreendido e reapropriado pelos sujeitos em seu tempo gerando muitos significados sobre o passado. A esse respeito, Koselleck admite que:

> A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, que não precisam estar mais presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é preservada uma experiência alheia. Neste sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias. (2006, p.309-310)

Nesse sentido, pode-se afirmar que esses almanaques são narrativas fundadoras de um passado e divulgadores do presente da cidade. Eles portam os primeiros inscritos em uma temporalidade outra, que denominamos presente; e portam em sua textualidade camadas de memória. Memória neste caso não é a função subjetiva de reter experiências, mas o referencial primordial de onde começa o passado a ser conhecido que só é possível por meio da narrativa e do seu movimento de lembranças e esquecimentos (Halbwachs, 2006; Pollak, 1989).

2 As informações referentes ao episódio foram extraídas de: <http://www.almanaque.info/abertura01.htm>. Acesso em: 27 jul. 2016.

Neste capítulo, objetivamos discorrer melhor sobre as escritas da história da cidade de São Carlos, interior paulista, nos tempos da *Belle Époque*, promovida pela cafeicultura, momento fortemente marcado por mudanças materiais de percepções de espaço e de tempo. O gesto de adentrar o passado da cidade se dá por meio de três autores que publicaram textos sobre a história de São Carlos nos almanaques que foram publicados entre 1894 e 1928, a saber: Cincinato Braga (1894), Philipe Ladeia de Faria (1905) e Theodorico Leite de Camargo (1915, 1916/17 e 1928).

A consideração da memória como matéria-prima do historiador vem desde a antiguidade clássica. Heródoto, assim considerado "Pai da História" escreve sobre um tempo em que as guerras pérsicas avançavam e a possibilidade da civilização grega sucumbir ante a barbárie dos orientais era iminente. Assim, inicia-se em Heródoto uma grande coleta de informações baseadas na oralidade dos depoentes sobre as histórias gregas a fim de compilar o máximo de informações que resultou na escritura da obra "Historoi" (em grego significa observar).

Esse é o nascimento da História. Ela se ancora em Heródoto naquilo que ele mesmo defende: "Só quer falar daquilo que viu ou daquilo que ouviu falar" (Gagnebin, 1992, p.10). O trabalho de Heródoto se faz no distanciamento em relação à tradição de Homero. Em oposição a tradição mítica é que se revela o pensamento da história. Opõe *logos* e *mythos* na qual vai se enraizar a distinção entre o discurso científico, filosófico ou histórico e o discurso poético-mítico (ibidem, p.17).

Retoma para si a tarefa do poeta arcaico que ao narrar o que faz para conservar o passado fundando a identidade de uma nação ou de um indivíduo em um ato religioso de "religação". Sua ideia é de que o poeta possui um dom natural e espiritual mais fidedigno porque não tem a razão para desviar os fatos ou a lembrança dos acontecimentos.

Sabe-se que Heródoto teria mencionado uma frase: "Desejoso de saber, interrogo". Afinal sobre o que interrogaria? Sobre o mundo grego e o desfile de suas ruínas que surgiam à sua frente? Na verdade,

interroga-se sobre o tempo. Não mais o tempo mítico, mas o tempo humano, vivido e ancorado na experiência. Declara, no início de suas Histórias, seu desejo de expor suas pesquisas para impedir que os feitos conflituosos de gregos e bárbaros se apagassem da memória, principalmente as razões de terem entrado em conflito. Heródoto descreveu em sua escrita, os fatos destacáveis de menção e de memória. Sua narrativa é do apaixonado que dialoga com o espaço e a cultura humana e artística diferente de Tucídides que desconfiava da memória e defendia um postulado crítico e racional da escrita da histórica.

É possível, assim, comprovar que, em Heródoto, conceitos familiares aos historiadores atuais já aparecem nas primeiras tentativas de esboçar um perfil do que se chamará "História". São eles:

> As noções de memória, identidade, sequência de acontecimentos e confrontação entre opostos como apresentadas pela tradição mítica, porém separando as esferas do sagrado e do profano. [No caso em Heródoto] seu método foi trabalhar com fontes orais ao interrogar pessoas com quem se encontrava, com a experiência visual obtida nas viagens ao observar, classificar e medir costumes, edifícios, santuários, esculturas, monumentos, rios, mares, caminhos – ver com os próprios olhos era então considerado mais importante do que o ouvir com os próprios ouvidos – e também com textos e inscrições. Registra depoimentos conflitantes, indica o que prefere e deixa ao leitor sua escolha final. (Queiroz; Iokoi, 1999, p.17)

É com base no que dissemos acima é que procuramos aqui evidenciar a grande importância que existe nos textos de história daqueles que denominamos de "memorialistas" presentes, por exemplo, nos almanaques são-carlenses. Eles se afiguram como aquela narrativa detonadora de um sentido para a história de um lugar como também para a sua identidade. Suas escritas afloram memórias que cozem o tecido da lembrança. Mas como poderíamos definir o termo "memorialista"?

Um trabalho pioneiro neste sentido, feito com autores sobre a cidade de São Paulo, é o de Ana Claudia Fonseca Brefe (1993), "A

cidade inventada. A Pauliceia construída nos relatos memorialistas (1870-1920)". Para ela, "memorialismo" é definido como uma moda surgida na França do final do século XIX que coincide com a época da formação dos grandes centros de documentação focados na questão da memória da nação. O que define em certo sentido o afazer dos memorialistas é a procura do registro e sua elaboração de sentido para o texto que escreve.

Para Ernani da Silva Bruno, um dos memorialistas analisados por Brefe, a prática do memorialismo começou a se desenvolver nos anos 1930 quando a cidade de São Paulo tornava-se um objeto para a compreensão, sobretudo por causa daqueles indivíduos que nasceram em um tempo em que a cidade era menor, mas já estavam acontecendo transformações que viriam a acelerar seu crescimento urbano-demográfico nas décadas seguintes. Os livros que possuíam essa temática da memória paulistana eram escritos pela pena de poetas, romancistas, bacharéis e advogados, formados pelo curso de Direito do Largo de São Francisco.

A narrativa memorialista ocupa-se no geral na busca por um passado essencial, no dever de pormenorizar os detalhes da vida naquele tempo, fixando-se, contudo na preservação da memória oficial e hegemônica da cidade. Para Brefe, os historiadores memorialistas procuram fazer um arco que vai do passado fundador da cidade, no seu caso de estudo, São Paulo, até o momento da escrita particularizando-se entre as décadas finais do século XIX e início do XX.

> Desse modo, o eixo central que orienta os relatos memorialistas é a preocupação em dar conta das múltiplas mudanças pelas quais a cidade passava. Pode-se dizer que esses relatos, ao investirem intensamente na caracterização e descrição da São Paulo da virada do século XX, inventam e reinventam continuamente o espaço urbano, dotando-o de símbolos, marcos e identidades. (Brefe, 1998, p.25)

O historiador ao encarar as facetas da memória e do passado sente necessidade de lidar com um paradoxo fundamental: memória não é história, tampouco "passado". Como explicita Jacques Le

Goff, "o passado e a memória não são história, mas seus objetos e um nível elementar de elaboração histórica". Ao tomar contato com a leitura de um relato memorialista, deve-se, portanto, perceber o lugar de onde fala o historiador dessa categoria, o que fala e como fala e, sobretudo, o que não diz (Brefe, 1998). Compreender essa trama discursiva e seletiva dos fatos pode nos fornecer conhecimento de como se escreve a história e de quais imagens são produzidas sobre o passado da cidade. Contudo cremos ser importante destacar um detalhe.

O segundo texto a ser analisado chama Cincinato Braga de cronista. Daí depreendemos que de fato existe uma denominação correlata do cronista/memorialista. Pensando sobre a questão dos cronistas, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento analisa a existência da crônica no Rio de Janeiro como forma de escrita ocupada em capturar as transformações da cidade do Rio de Janeiro no cotidiano urbano:

> Na Belle Epoque carioca, um gênero literário iria se impor e se expandir como modalidade por excelência de registro e expressão da cidade que se transformava: a crônica.
>
> A herdeira do folhetim, a crônica encontrou, no século XIX, seu veículo de difusão nos jornais, naquele momento em que a sociedade burguesa impunha ao mundo o ritmo do progresso e da busca incessante do novo. O desenvolvimento dos meios de comunicação e a velocidade da notícia imprimiram à vida urbana um padrão de consumo rápido das informações. Como mercadoria, a crônica veiculada pelo jornal ou pela revista não é feita para durar. Redigida para informar, chamar a atenção do leitor para detalhes da cotidianidade ou grandes eventos, a crônica aspira a ser comentada, mas não tem a força de permanência de um romance ou conto. Entretanto, para os fins a que nos propomos, esse gênero "mais ligeiro" tira de sua "leveza de ser" a própria força. Registrando o detalhe e captando os valores de uma época, a leitura da crônica é, para o historiador, uma das formas pelas quais ele pode atingir, por outros meios que não os tradicionais, a representação do passado. E, por irônicos caminhos,

dá "permanência" àquilo que seria um produto "descartável". (Pesavento, 1999, p.181)

No almanaque, por força do seu ideal de perenidade, a crônica se transforma em memória construindo as referências da cidade no ato da escrita do cronista que nesse caso também se confunde com a do historiador.

Cincinato Braga e a "Contribuição ao Estudo da História e Geografia da cidade e Município de São Carlos do Pinhal" no "Almanach de 1894"

Um dos trabalhos memorialísticos mais conhecidos da história de São Carlos saiu das penas desse político que foi Cincinato Braga[3]. Originalmente publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil* em 1894, o trabalho de Cincinato Braga serviria como uma pedra fundamental da memória da cidade.

Sua escrita da história preocupa-se com a formação do território são-carlense reportando-se aos indígenas, os guaianazes, que habitavam a localidade como "valentes e arrogantes, insubmissos ao cativeiro, tinham eles, todavia, costumes brandos, e não eram antropofágicos. Martim Afonso, em 1532, os encontrou nos campos de Piratininga" (Braga, 1894, p.3). Ocupa-se em descrever os hábitos dos indígenas para destacar especialmente que eles alimentavam-se de pinhões:

3 Cincinato César da Silva Braga (Piracicaba, 7 de julho de 1864-Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1953) Em 1869, estudou no Colégio da Sociedade Culto à Ciência, de Campinas, onde se formou iniciando sua carreira como promotor público em São Carlos. Na política, foi eleito deputado estadual e depois federal pelo Partido Republicano Paulista por vários mandatos. Na Campanha Civilista de 1909 foi grande apoiador de Rui Barbosa. Fez parte da Companhia City de São Paulo. Por ligação de amizade com Bento de Abreu Sampaio Vidal recebeu a indicação para presidente do Banco do Brasil no governo de Artur Bernardes. Nota biográfica extraída de Zioli (2006).

> [...] seguindo-se desta cidade a do Rio-Claro, pela via-férrea, o observador curioso e atento verá a direita, 3 ou 4 minutos depois da estação de Colonia, um pinheiral vetusto plantado logo além de um cafezal, por entre os arvoredo da matta.
> Encontram-se ali os primeiros conhecedores do terreno. Dele vem a designação do Pinhal dada a sesmaria em que vegeta: e desta passou mais tarde a cidade de São Carlos, por ter sido fundada dentro do perímetro da mesma sesmaria. (ibidem, p.4)

Segundo Braga, a região de São Vicente nos tempos da colônia era carente de núcleos urbanos até começo do século XVIII. "Toda a magnifica região Oeste, agora opulentamente entrecortada de linhas-férreas, ajardinada de cafezais e enriquecida de cidades, era a esse tempo completamente desconhecida" (Braga, 1894, p.4). Uma bela construção imagética que mistura a natureza e as urbes em contraste. Braga faz referência à região como passagem para as minas de ouro de Cuiabá, o que não poderia deixar de ser em um tom de exaltação:

> [...] ordinariamente eram as descobertas de minas de ouro e as exposições venatórias os moveis que impeliam para sítios ignorados os audazes paulistas proverbialmente apontados como conquistadores dos sertões. Ao segundo desses motivos, mais especialmente (já que o primeiro estava em pleno declínio). Deve-se atribuir as primeiras surtidas aos campos e serranias destas bandas.
>
> Uma vez assim conhecidas, para ela vinham estabelecer-se os primeiros posseiros, homens desprotegidos da fortuna, afeitos as rudes lides do desbravamento de matas virgens, que em diminuta parte transformavam em arrozaes. Feijoaes e milhares, quase sempre próximos de campos onde apascentavam gado de criar. (Braga, 1894, p.5)

Podemos perceber uma certa sincronia da história local com a história nacional. Há uma evidência muito forte no trecho citado acima das atividades bandeiristas "pelos sertões" e "matas virgens" embora não se diga explicitamente o mesmo quando aparece

destacado como paulista. A devassa do território paulista torna-se o primeiro passo importante da configuração para o outro devassamento – o do território interiorano brasileiro. Nesse mesmo texto o historiador faz questão de se referir ao da doação de sesmarias na região: [as] "concessões graciosas e vantajosas como essas, não eram tão fáceis de obter que um sertanejo qualquer desamparado do favoritismo administrativo, as pudesse desembaraçadamente elencar" (ibidem, p.6).

Aliás por muitas páginas do seu texto no "Almanaque de 1894", Braga procura destacar várias histórias dentre elas a de Pedro José Netto – criminoso fugido de Itu que conseguiu pelas terras do chamado "Sertão ou Campos de Araraquara" conquistar vários territórios, "varias posses", denominadas de "Cruzes, Almas, Lajeado, Rancho-Queimado", Cambuhy, Ouro, Bonfim e Monte-Alegre" (ibidem, p.10). O mesmo Pedro José Netto requereu no início do século XIX a legalização dessas terras alegando que desde o momento que passou a dominar esse território dos Campos de Araraquara várias pessoas passaram a afluir para a região.[4]

Somando-se a isso, o texto de Braga também dedica-se a discutir longamente a formação do território do município a partir da questão das sesmarias. Destaca que tal questão se deu inicialmente com a "Sesmaria do Quilombo" adquirida pelo vigário piracicabano Manoel Joaquim do Amaral Gurgel e logo mais à frente pelo apossamento de terras que dariam origem a "Sesmaria do Monjolinho" de propriedade de Miguel Alberto de Vasconcelos indissociável das atividades econômicas do lugar com o toucinho e o café, visto que este último surge pelas mãos de Carlos José Botelho.

4 No trabalho de Osvaldo Truzzi e Fransérgio Fóllis (2012, p. 33), a menção mais apurada é de que "não foram poucos os que abordaram a 'história' de Pedro José Neto, um dos primeiros posseiros a se instalar nos Sertões de Araraquara, e cometeram vários equívocos. Alguns, pelo intuito de transformar Pedro José Neto num mito, uma espécie de herói da região ou, pelo menos, da cidade de Araraquara. Outros simplesmente por repetir e, em alguns casos, até mesmo incrementar, sem maiores preocupações e questionamentos, a versão construída pelos primeiros".

Botelho pretendia fundar uma cidade em suas terras, mas em virtude de seu falecimento, essa ação só pôde se realizar pelas mãos de Jesuíno José de Arruda Soares.

> Jesuíno de Arruda trouxe de Piracicaba o carapina que levantou a capela; Ignacinho forneceu-lhe as telhas. Foi São Carlos [...] o padroeiro escolhido pelo muito devoto que lhe consagrava a família Botelho. Carlos o nome do pai, como já havia sido o do avô, e tem passado a filhos [...]. (Braga, 1894, p.16)

A esse fato se segue a elevação do distrito de paz da localidade em 6 de julho de 1857. É importante ressaltar o documento que o historiador cita em seu trabalho de autoria de Jesuíno José de Arruda.

> Nós abaixo assinados, Jesuíno José Soares de Arruda e minha mulher Maria Gertrudes de Arruda declaramos que temos feito doação à freguesia de São Carlos do Pinhal de 500 braças de terreno tendo principiado no canto de cultivado Antônio Carlos de Arruda Botelho, seguindo por um rumo posto ultimamente por João Alves de Oliveira a preencher as ditas 500 braças e depois fará quadra procurando o alinhamento da povoação e depois medir-se-ão 300 braças e depois fará quadra. [...] Este terreno será vendido em datas para os moradores da freguesia que se estabelecerem de ora em diante, pelas pessoas que a Câmara para isso designar, e o produto da venda será aplicado as obras da igreja matriz da freguesia. (ibidem, p.17-18)

A citação do documento original nos parece representar ser um ato fundador da construção do passado da cidade. Jesuíno de Arruda foi aquele que doou as terras do sítio da então freguesia e por isso imprimiu sua marca como um dos responsáveis pelo surgimento da localidade.

Nesta altura do texto, Cincinato Braga vai enumerar uma série que culminou com a elevação da vila de São Carlos em 1865, destacando para tanto a atuação de Antônio Carlos de Arruda Botelho,

futuramente conde do Pinhal. Em meio a esses eventos, surgiram várias contendas no interior da Câmara relativas à delimitação do sítio urbano e às sesmarias doados para a expansão local, bem como a denominação de ruas feita na seção de 12 de dezembro de 1866 e o novo local do cemitério em 1872.

Seu texto ainda pontua o problema da epidemia de varíola que acometeu a então província de São Paulo entre 1875 e 1879 provocando um período de instabilidade e de retrocesso na vila de São Carlos. "[...] tomando o caráter de assustadora epidemia, que afastou daqui pela morte ou pela transferência de domicilio, quase toda a população. Durante meses, ficou a vila em quase completo abandono" (Braga, 1894, p.28). Logo adiante fala sobre as transformações da localidade com a chegada da ferrovia no estado de São Paulo:

> Para esse resultado concorriam dois outros fatores principais: de um lado, o desenvolvimento da lavoura de café [...] de outro lado, o desenvolvimento da viação férrea por todo os Oeste da Província [...] Ainda o ruído soturno do rodar de uma comboio não tinha visitado os penates da bela Rio-Claro, e já a imaginação dos são-carlenses se deliciava em esperanças de que pouco mais tarde, o estridente sibilar da locomotiva impeliria as carreiras vertiginosas os veados e as emas dos campos de feijão. (ibidem, p.29)

O fato da chegada da ferrovia somente foi possível depois de 1884. Tanto que em 1886 como relata Braga,

> [...] anunciou-se uma viagem de D. Pedro II ao interior da província de S.Paulo. O chefe mandatário da Nação não quis deixar de conhecer S. Carlos: aqui esteve nos primeiros dias de novembro de 1886. Foi recebido na estação, pela maior parte da população da cidade, nesses dias muito aumentada pela afluência de curiosos que vieram de todos os pontos do município, e muitas de fora dele. (Braga, p.33-34)

O cruzamento entre a história local e a nacional é uma das marcas do texto de Cincinato Braga. Ele faz referência a criação do partido

republicano no município depois da "Convenção de Itu" (1873) e situa, logo mais tarde, a Proclamação da República em 1889 que em São Carlos teve como resultado a dissolução das Câmaras e a implantação das intendências municipais.

Como se trata de um texto escrito em 1894 e publicado duplamente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico,* o que valeu ao autor a sua entrada no referido instituto, e no Almanaque de 1894, é notável do texto ter como delimitador uma história do tempo presente. Sua escrita da história sob influência de um texto escrito para concurso é destas que se tomam a registrar pela oralidade, inferindo, pensamos nós, as histórias da localidade e seu acervo de memória. Vale-se de uma erudição típica dos "homens de letras" à sua época e dá um desempenho a esse "ato inaugural" e detonador do passado são-carlense.

Philipe Ladeia de Faria e o seu "Apontamentos à história do Município de São Carlos do Pinhal", "Almanaque de S. Carlos" – 1905

A segunda crônica sobre a cidade de São Carlos foi publicada no "Almanach de S. Carlos de 1905" e sua autoria é do advogado Philipe Ladeia de Faria que chegou também a ser vereador e presidente da Câmara Municipal de 7 de janeiro de 1896 a 7 de janeiro de 1898, durante a intendência do major Júlio Salles. Foi genro do cel. Paulino de Arruda.

Como se trata de um texto para almanaque, cremos que faz parte do formato dessa publicação lançar mão da questão de como inserir seus conteúdos e atualizar o leitor com novos "dados" sobre a cidade. Assim, o texto de Faria é feito sob o interesse de escrever e publicar algo mais atualizado sobre a história de São Carlos, mas também lançar uma nova interpretação da sua história.

De início o autor faz uma nova apreciação sobre o nome da cidade. Pinhal não teria sido por causa das pinhas cultivadas pelos índios as quais Cincinato Braga faz descrição e sim como referência ao lugar de procedência da família Botelho em Portugal, apesar de confirmar

uma possível convivência de índios e portugueses na região na qual foi apresentado a estes o fruto do pinheiro. Observa também em longa explanação a importância dos juízes de paz e destaca que os novos tempos da República possam reabilitar a condição destes que no Segundo Reinado envolveram-se na "política desonesta e avassaladora, porque o estado atual causa repugnância, desperta falta de confiança aos indivíduos, aos litigantes e a sociedade" (Faria, 1905, p.11).

Quando escreve sobre a formação do sítio urbano, Faria destaca a referência deveras importante a Jesuíno José de Arruda como doador à igreja da sesmaria que inaugurara o início da expansão urbana. Acrescenta que, para além da doação feita por Arruda, a área urbana constitui-se de três doações fundamentais: "a Sesmaria do Pinhal", "a sesmaria de Joaquim Alves de Souza Nery" e "a sesmaria de Dona Alexandrina" (ibidem, p.12-13).

O texto segue por longas páginas com uma tessitura que mescla o passado e o presente em termos de informações da cidade versando vários aspectos, mas curiosamente traz em meio aquele texto informações sobre temas republicanos, a saber: a justiça, o direito, os partidos políticos no período do Segundo Reinado. Ainda sob essa temática republicana, associada à ideia de progresso Faria escreve:

> Sob o influxo fecundíssimo dos principais republicanos a nossa municipalidade tem melhor dirigido a administração.
>
> Em verdade os serviços públicos municipais, divididos racionalmente, são atendidos com regularidade.
>
> A dotação do serviço de aguas e esgotos é um melhoramento custeado pela municipalidade.
>
> O serviço de higiene, constituindo um departamento especial, é feito pela Câmara Municipal, observando-se os ditames da higiene moderna.
>
> A municipalidade mantém escolas publicas e as custeia. É talvez a mais importante função que exercita atualmente.
>
> A observação está demonstrando diariamente que é necessário difundir-se neste Estado a instrução de modo que as instituições possam ser compreendidas e executadas beneficamente.

> A limpeza publica, além do que temos dito, é feita por contrato e se realiza com assiduidade.
>
> A iluminação pública, que é fornecida pela eletricidade, efetua-se de acordo com o contrato entre Câmara Municipal e a Companhia produtora.
>
> A verdade exige que os fatos sejam narrados como se passam. Portanto, podemos dizer que nas atuais circunstancias, é deficiente a iluminação publica. (Faria, 1905, p.18)

Se essa passagem anuncia o pensamento republicano sobre a administração do espaço urbano, pode-se pensar que São Carlos viveu numa cidade que se inscrevia na imagem do progresso, pois todas as características acima citadas revelam a concepção de uma cidade desejada e utópica na visão da elite local, de uma seção da sociedade dominante alinhada aos novos tempos, tempos da *Belle Époque*.

Ao perceber essa proliferação do moderno, seja no discurso, seja na sua concretude, a imprensa assume o papel de revelar um embate de forças políticas ao mesmo tempo que catalisa a vida local e os ajustes desta aos ditames do progresso. Para destacar algumas das relevantes características do progresso local, Faria faz um inventário do crescimento da imprensa em São Carlos enumerando os vários jornais e os sujeitos associados a ele, bem como sua ligação com a política local: "*A Tribuna de São Carlos*" de 1876 sob a direção de Ernesto Luiz Gonçalves; segue-se em 1878 pelo partido republicano local o jornal "*A Propaganda*"; sob Eugenio de Andrade Egas, o "*Oitavo Distrito*"; com Joaquim Augusto, foi publicado "*O Movimento*", "*O Diário de São Carlos*" e "*O Popular*"; em 1890, sob direção de João de Arruda Leite Penteado, o jornal "*O São-carlense*"; O "*Ordem e Progresso*" veio a ser dirigido por Sebastião Silva com redação do advogado dr. Joao Baptista de Oliveira Penteado; O falecimento de Sebastião Silva fez a sua tipografia ser vendida a Américo Penna que criou o jornal "*A Opinião*"; Dessa tipografia iria sair mais tarde "*O Correio de São Carlos*" de Arthur Augusto Ribeiro de Souza.

Outros periódicos nasceriam na cidade de São Carlos acompanhando essa senda aberta pela chegada das tipografias:

> Contemporâneo da "*Opinião*" foi "*O São Carlos do Pinhal*" de Antônio Xande. Depois foram editados "*A Folha*", de Francisco Pedro de Oliveira; *Tribuna Popular* de Tiago Masagão; "*Gazeta de S. Carlos*", de Alencar Saboya; (...) *O São Carlos* de Luiz Lima e Leonardo de Campos; *O Arauto* de Francisco do Amaral; *A Propaganda*, da Sociedade de Propaganda Evangélica; "*L'Operario Italiano* de João De Simoni e *A Fama*, da alguns negociantes (Faria, 1905, p.26).[5]

A epidemia de febre amarela é registrada pelo cronista como uma enfermidade que "ceifou existências preciosas, eliminou fatores ativos do seu progredir [...] Dir-se-ia uma cidade abandonada" (idem, p.30-31). Nesse sentido faz destaque ao socorro prestado as vítimas e a importância da existência da Santa Casa de Misericórdia, fundada em 12 de abril de 1891. Relata o cronista que a situação crítica da doença consternava a cidade e seus cidadãos desse grande mal que se abatera sobre o estado de São Paulo entre os anos de 1895 a 1898:

> Notava-se naquela época a repugnância dos indivíduos doentes a se entregarem ao tratamento hospitalar e não faltavam qualificativos deprimentes aos encarregados do serviço.
>
> A verdade porém, exige que se consigne a mais peremptória contestação. O serviço foi feito do melhor modo possível, já quanto a medicação, já quanto a alimentação daqueles que se recolhiam ao hospital. Nada lhes faltou e tudo o quanto a ciência aconselhava para lhes aliviar os sofrimentos, foi empregado. No pressuposto de que eram doentes seriam maltratados no hospital, as famílias ocultavam os parentes afetados resultando deste ato, na opinião dos atendidos, grande perigo de propagação do mal. (Faria, 1905, p.31-32)

O mal deflagrado e impactante sobre a vida dos munícipes foi equacionado tempos mais tarde quando as autoridades administrativas tomaram as medidas de inspeção higienista, com visitas as

5 Negritos pertencentes à fonte original.

casas, com a obrigatoriedade da vacinação em 1904, do Matadouro Municipal e do Hospital dos Variolosos (Faria, 1905).

O progresso local é compreendido por Faria como resultado da associação dos elementos do trabalho sobre a terra, do comércio e da indústria. Para tal considera a chegada da ferrovia e da implantação de associações bancárias em São Carlos como parte fundamental dessas mudanças:

> Notaram-se então entre as criações da civilização e tais assim chamadas as casas bancárias e os bancos, que exercem a função especial de distribuir credito (Faria, 1905, p.37) [...] O crítico imparcial, entretanto não pode silenciar o importante serviço realismo [sic] pelo Banco União São Carlos[6] [...] Dadas as operações bancárias, o estabelecimento concorreu certamente para o desenvolvimento local atraindo e despertando energias que aqui frutificaram. (ibidem, p.39)

Para o cronista as entidades literárias constituíram outro importante fator de progresso de São Carlos. Em 22 de abril de 1881 fundou-se o Club Concórdia que tinham como base das suas ideias a "honradez, a moral e o civismo" era um clube esportivo da elite da cidade. Haja vista que a população contava com a existência de estrangeiros, estes também não abriram mão de construírem seus redutos.

Em 1897 os espanhóis fundaram a sociedade *Literaria e Beneficente*, os italianos construíram a *Sociedade Meridional Unitti Vittorio Emanuele III* em 1900 e a associação *Dante Alighieri* que manteve duas escolas para filhos de italianos de ambos os sexos em 1902. Outras organizações surgiram nesses termos, como é o caso da *Associação Commercial de São Carlos do Pinhal*, o *Club Literario e Recreativo*, ambos em 1904, e o *Hippodromo* São *Carlense* este "organizado sob a forma anônima, mediante ações de cem mil réis cada uma, no valor nominal" (Faria, 1905, p.45), mesma forma da qual passou a funcionar o *Velódromo São Carlense*.

---

6 Fundado em 1890 por Cincinato Braga e outros sócios.

Apesar da enumeração de tantas entidades desportivas na cidade, o cronista registra que poucas delas perduraram já que o esforço dos homens desse ideal recreativo desapareceu: "A cidade sem dúvida não possui nem dispõe de capacidade para manutenção de institutos muitos do mesmo gênero" (Faria, 1905, p.46). Por fim, dentre essas iniciativas, a cidade de São Carlos possuiu uma *Cooperativa dos Empregados da Estrada de Ferro* que contrariava a cultura elitizada provocada por essas associações. Relata o cronista o seguinte:

> [...] não deixa de ser útil esta instituição porque os empregados, dispondo de ordenados pequenos, sujeitaram-se as exigências diversas, as quais são evitadas pela associação que lhes fornece os gêneros alimentícios sem frete e porcentagem, pelo custo. (ibidem)

Nos municípios do interior paulista as escolas tornaram-se fator fundamental de cumprimento dos interesses republicanos de se tornar um índice de civilização associada também ao moderno e a superação da barbárie, bem como o enorme interesse em criar eleitores para votar. A crônica de Philipe Ladeia de Faria mostra o empenho dos poderes municipais em constituir no espaço da cidade seu índice de modernidade com a proliferação de escolas de iniciativa particular e pública.

> Quem conhece a história dos países civilizados e sonda os efetivos benefícios da instrução, sente-se satisfeito quando analisa fatos como estes, quando contempla no desenvolvimento dos princípios republicanos a aplicação proveitosa dos rendimentos, oriundos estes do povo, em benefício dele próprio. (Faria, 1905, p.48)

A observação do cronista é característica do discurso que se propagaria pelo país para justificar as ações em torno da escola primária tendo São Paulo estado como modelo de orientação nacional (Souza, 1998). Faria encerra comentando sobre as diferentes religiosidades encontradas no município, retoma a preocupação com a higiene pública e a secularização dos cemitérios. No ponto final do seu texto expressa nas linhas finais a seguinte ideia:

> Os nossos apontamentos, notada ligeira divergência inicial e sobre a interpretação de fatos históricos, resume acontecimentos posteriores, compreendem, pois, períodos distintos. No relatar dos fatos deixamos comentários que exprimem a sinceridade de quem observa cenas desagradáveis e de pouco compreende dos princípios. O historiador tem o dever de se externar imparcialmente e é por isso que usamos de uma linguagem severa, concisa e clara. (ibidem, p.61)

Nessa citação, o cronista deixa uma impressão sobre como deve ser a escrita de sua história para o almanaque de 1905. Usa as palavras "imparcialmente" e "linguagem, severa, concisa e clara" que determinou a tônica do seu discurso dando a entender que sua escrita foi composta da fidelidade do autor e não julgamento pessoal da história. Prima pela objetividade, pela condução racional dos seus apontamentos expondo um texto que flui seguindo os fios dos acontecimentos.[7]

O que é possível notar na leitura do seu texto pontuado como fizemos aqui é a percepção de que fatos históricos recentes evidenciam os números da expansão urbana de São Carlos. Trata-se, para ele, de um trabalho mais detalhado e um registro revelador da cidade republicana no qual seu espaço vai sendo talhado, seja na intervenção proposta pelas ações sobre o coletivo advindas do poder municipal, leis, escolas, seja pelas iniciativas da elite no tocante as sociabilidades modernas.

Por vezes oferece algumas linhas do seu texto lembrando para além de acontecimentos referentes ao progresso local, caso destacado da união dos trabalhadores em torno da estrada de ferro. O positivismo ao longo da leitura realça os aspectos da imagem do progresso que a cidade vai conquistando.

---

7 Para tal discussão que aborda Leopold Von Ranke e o positivismo para o historiador ver Bourdé; Martin (s.d., p. 144).

Theodorico Leite de Camargo e a "Breve notícia histórica e geográfica sobre a cidade e Município de São Carlos", no "Almanach de S. Carlos" – 1915

A crônica de Theodorico Leite de Camargo, professor do Colégio São Carlos, advogado e vereador, inicialmente foi publicado no "Almanach de S. Carlos –1915 – Anno I". Este mesmo texto será republicado no "Almanach-Album de 1916-1917" com algumas adaptações e informações atualizadas, tomado como referência e recortado de modo que sofrera uma redução no "Almanack de São Carlos de 1927 e na edição" do último, o "Almanach-Annuario de S. Carlos de 1928". Neste último, o texto aparece com alguns acréscimos de informações atualizadas da época e de subtítulos ao lado do texto informando os assuntos que o autor descreve.

A sua escrita da história de São Carlos não desconsidera o trabalho de Cincinato Braga. Utiliza-o como ponto de partida para tecer sua narrativa deixando muito claro a contribuição do cronista que

> [...] traçou no belo e escorreito estilo que lhe é próprio, uma interessante crônica em que baseado em documentos e testemunhas valiosos, historia a fundação desta cidade e os acontecimentos mais importantes até 1893. (Camargo, 1915, p.5)

Quando inicia sua escrita, destaca o desbravamento dos sertões interioranos do Brasil pelas bandeiras e localiza os sertões de Araraquara, a doação da sesmaria do Pinhal, núcleo formador enfatizado pelos cronistas anteriores.

Em geral a crônica retoma todos os temas da história recente de São Carlos destrinchados por Cincinato Braga, tais como: o primeiro habitante da região, o referido José Pedro Netto, a ligação com Piracicaba, a criação do distrito de paz, a primeira escola, o primeiro pároco a rezar a primeira missa, a passagem de freguesia a vila e a município, as manifestações de apoio à Guerra do Paraguai, as eleições nos tempos do império, a inauguração do teatro, a epidemia de varíola, a chegada da estrada de ferro, a expansão da imprensa local,

a inauguração de novos cemitérios, o prédio da Câmara, a visita de D. Pedro II, a libertação dos escravos, o lazareto dos variolosos, a fundação da primeira companhia telefônica, a proclamação da república, a intendência municipal, a febre amarela.

Na sequência de sua exposição detalha alguns acontecimentos que os dois demais autores anteriores não se ocuparam a analisar: fatos políticos, como a visita de Bernardino de Campos (presidente do Estado de São Paulo à época), a repercussão da revolta da armada e o falecimento do conde do Pinhal.

Na parte em que mostra uma descrição da cidade em seus aspectos concretos e dos efeitos das necessidades coletivas que resultam do processo de expansão urbana, o autor descreve: a fundação e inauguração da Santa Casa de Misericórdia, a construção da rede de água e esgoto, a inauguração do prédio da cadeia e Fórum, a fundação do Colégio São Carlos e do grupo escolar Ce. Paulino Carlos (do qual teve como orador o engenheiro Euclydes da Cunha) a primeira e a segunda Exposição Regional de Animais.

Sobre estas últimas é preciso considerar que esses dois acontecimentos são narrados na crônica de Camargo como ocorridos em 1906, portanto um ano depois da outra crônica encerrada por Philipe Ladeia de Faria para o Almanach de 1905. E daí por diante a cidade de São Carlos vai sendo narrada, como em toda a crônica, por fatos elencados ano a ano. Sob a Primeira Exposição Regional de Animais, o cronista são-carlense narra:

> Sob os auspícios da *Sociedade Paulista de Agricultura, Commercio e Industria* pelo governo do Estado, e por iniciativa do dr.*Carlos Botelho*, activo e operoso secretario da Agricultura durante a administração do dr. Jorge Tibiriçá, realizou-se no dia 28 de Maio, nesta cidade, a primeira exposição regional de animaes, que durou três dias.
>
> Por essa occasião, foi grande o movimento de povo na cidade, sendo consideravel o numero de visitantes que de outras localidades aqui vieram, attrahidos pelo interessante certamen.

> Os festejos estiveram brilhantissimos; e, para este resultado, muito contribuiu o intelligente e zeloso intendente que tinha a nossa cidade na pessoa do dr. Victor Manoel de Souza Lima [...].
>
> O dr. Carlos Botelho, concorreu com o importante donativo de um conto de réis para as obras da exposição. (Camargo, 1915, p.50)

Sobre a Segunda Exposição de Animais o cronista registra:

> A exemplo do que foi feito por occasião da 1a. exposição, formou-se uma grande commissão, sob a presidencia do sr. Afonso Botelho de Abreu Sampaio, na qualidade de presidente da camara, para tratar da sua organisação. [...] As festas realisadas estiveram á altura do honroso credito de que, ha muito, gosa a nossa cidade, como centro adiantado de culto.
>
> Para assisti-la, vieram, além de muitas outras pessoas, o dr. Carlos Botelho, então Secretario da Agricultura, drs. Augusto Ramos e Uriel Gaspar, da Sociedade Paulista de Agricultura, dr. João Pedro Cardoso, chefe da Commissão Geographica e Geologica, dr. Adolpho Botelho de Abreu Sampaio, director da Repartição da Estatistica e do Archivo, William Hart, director da Escola Agricola de Piracicaba, dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal e os representantes dos principaes periodicos da capital. Fallou por parte da Camara, ao ser inaugurada a exposição, o dr. Augusto de Macedo Costa.
>
> A noite, no Club Concordia, realisou-se um grande banquete, offerecido pela Camara ao dr. Carlos Botelho. Fallou, em nome desta e da commissão executiva da exposição, o exmo. sr.dr. Octaviano Vieira, digno e illustrado juiz de direito desta comarca. [...] Terminado o banquete, realisou-se no Theatro São Carlos um espectáculo de gala, que poz fim aos festejos. (ibidem, p.50-51)

Os nomes sublinhados nesse trecho nos dão uma dimensão do esforço dos quadros político-administrativos do Estado de São Paulo, muitos deles oriundos de São Carlos para engenhar o evento da cidade. Notamos que Camargo cita o nome da *Sociedade Paulista*

de Agricultura, Commercio e Industria, responsável por incentivar eventos de exposições no estado que pudessem demonstrar o progresso relacionado à área da agricultura. Foi desta mesma instituição *A Revista Agrícola* que nos anos de 1895 e 1896 teve como um dos seus redatores o próprio Carlos Botelho, juntamente com Luiz Pereira Barreto e J. N. Domingos Jaguaribe, e de 1901 a 1907, além de Carlos Botelho, contou com a ajuda de Luiz Pereira Barreto e Santos Werneck.[8]

Na parte em que destaca as instituições surge o nome da *Sociedade Paulista de Agricultura* e da *Comissão Geographica e Geologica* criada para verificar as terras aproveitáveis para a contínua expansão da lavoura cafeeira no interior do estado de São Paulo. Tendo como preocupação as "terras desconhecidas" para serem demarcadas, já a *Repartição da Estatistica e do Archivo* ocupava-se dos "originais de toda documentação administrativa e de interesse público para o Estado de São Paulo, bem como por todos os serviços de estatísticas e cartografia oficiais ou entregue por particulares"[9]. Importante ressaltar o nome da *Escola Agrícola de Piracicaba,* instituição de ensino voltada para viabilizar a implantação do projeto de modernização da lavoura no estado de São Paulo e que contou com amplo incentivo no governo do estado do dr. Jorge Tibiriçá.

Victor Manoel de Souza Lima e Afonso Botelho de Abreu Sampaio foram nomes de relevo para a cidade que investiram na empreitada da exposição regional de animais; o primeiro na versão inicial e no evento seguinte. O primeiro havia sido vereador e intendente municipal entre os anos de 1905 e 1907, tendo também exercido, em 1904, o cargo de redator do jornal *A Cidade de São Carlos,* enquanto o segundo, fazendeiro e político, se destacou por dotar a cidade de energia elétrica, criar a sede do bispado, reformar a velha catedral e prover a Santa Casa de Misericórdia. A Exposição de Animais no estado de São Paulo e especialmente em São Carlos era uma ação de

8 Conforme nota explicativa de Henriques (2011).

9 Informações extraídas de <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anuarios/apresentacao_anuarios.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

Carlos Botelho na condição de secretário da Agricultura em superar a crise do café dos finais do século XIX.[10]

Theodorico Leite de Almeida Camargo enquanto narrador do tempo presente da cidade elenca seus acontecimentos numa perspectiva regressiva, tendo como ponto de partida o ano de 1914 para trás. Assim, em 1907, registra os avanços no fornecimento de energia com a compra da Companhia Luz Electrica de S. Carlos[11] pela Companhia Electrica Paulista, no que resultou o aparecimento da moderna São Carlos iluminada:

> A illuminação da cidade, que era feita por 268 lampadas de 16 velas e 38 de 32 velas, é feita, hoje, por mil lampadas de 50 velas, além de 10 grandes focos, de 600 velas cada um, collocados no largo da Sé e á entrada do jardim. (Camargo, 1915, p.52)

No que concerne à parte de equipamentos urbanos é construído nesse ano, "o segundo pavilhão do mercado, destinado á venda de hortaliças, e ajardinado o largo onde fica situado aquelle predio municipal" (ibidem, p.53).

No ano de 1908, como parte dos esforços de homens notáveis da cidade de fomentar instituições de ensino público, foi lançada a pedra fundamental da futura Escola Normal de São Carlos reiterando o interesse sob o signo da modernidade, era sinonímica de civilização

10 "[...] Somente em 1904 veio a pecuária a despertar a atenção em plena crise do café [...] o dr. Carlos Botelho empenhou-se em promover o adiantamento da indústria pastoril. Facilitou a introdução de animais reprodutores de boas raças europeias, procurou aclimá-las e cruzá-las com gado indígena, levou a efeito a exposição de animais, etc. E de tal arte, despertando o interesse de particulares, contribuiu inteligentemente para a melhoria de nossos rebanhos, que definhavam" (Pestana, 1923, p. 20 apud Ferraro, 2005, p. 67).

11 Para Marli Perez Junqueira (2009, p. 05), "segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1958, p. 169), São Carlos foi a segunda cidade do interior do Brasil a receber iluminação elétrica. Em 30 de junho de 1893, *O Popular* noticiava a instalação da iluminação elétrica para casas e vias públicas de São Carlos. O artigo contém todas as especificações técnicas, os engenheiros responsáveis pela obra da usina e até os postes. Assim descreve a iluminação pública na cidade e a corrente elétrica das residências".

e superação da barbárie. Tal gesto somente se completaria no ano de 1911, quando suas obras seriam concluídas, sua fundação e seus primeiros professores nomeados:

> Os nomeados foram: dr. João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, para o cargo de director; dr. João Augusto Pereira Junior, para a cadeira de portuguez, latim e historia da lingua; prof. Juvenal Penteado, para a cadeira de francez e inglez; prof. João Lourenço Rodrigues, para a cadeira de arithmetica e algebra e José de Camargo para official secretario.
>
> De 12 a 25 de Fevereiro, foram abertas as inscripções para os primeiros exames de admissão, aos quaes compareceram 144 candidatas e 34 candidatos, e a 22 de Março installaram-se as aulas de ambas as secções, com 20 alumnos e 59 alumnas. (Camargo, 1915, p.72)

Em 1915 já possuía duas turmas formadas. O jornal *O Correio de São Carlos* relata que o evento de inauguração da Escola Normal foi uma celebração festiva para a cidade.

> Annuncia-se para hoje, de feito, uma festa que deixará nome. Pudéra! Teremos a excelsa honra de receber a visita do jovem estadista que modera os destinos do nosso grande Estado. E os modera de fórma tal, com tão precoce descortino, pois que é moço ainda o dr. Altino Arantes, que seu nome é por nimiamente acatado e querido não só em todo território paulista como nos demais Estado da Federação Brasileira, os quaes se acostumaram a ver em São Paulo, Estado Modelar, os modelares governos que S. Paulo tem sido.
>
> As festividades de hoje, no que concerne a formatura dos professorandos desta Escola, representam o que tem representado todos os anos: um facto altamente significativo, que anuncia para o Estado a partida de mais um numero considerável de obreiros dispostos a laborar na seara da Instrucção Publica, um dos problemas que mais tem feito convergir para as atenções e dos desvelos de todos os dirigentes paulistas. No que diz respeito a inauguração do edifício Escolar da praça Rio Branco, verdadeiro monumento de architectônica

> moderna, taes festividades vem assignalar um brilhante acontecimento, que sobre elevar a nossa descantada *urbs*a um posto ainda mais alto e mais nobre, atesta ao mesmo passo, o esforço e o empenho de nosso esclarecido governo de não poupar a trabalhos e a desembolsos por dar nosso estabelecimento de instrucção secundária um edifício condigno de seu valor e do renome de que, em pouco tempo, se viu cercado. (*O Correio de São Carlos*, 1916)

A presença de uma autoridade política influente como a de Altino Arantes chegando a São Carlos para participar de um evento dessa monta sedimenta um encontro entre os "homens esforçados" da localidade junto desse poder governamental que se orienta e mostra as ações de São Paulo no setor educacional e seu intento de ser modelo de orientação para o país. Apesar do utópico discurso em torno da educação, a população do país ainda padecia da falta de acesso à educação (Sevcenko, 1989).[12]

A configuração do edifício e sua robustez arquitetônica evidenciam essas premissas progressistas no campo educacional. Do alto da colina onde a cidade se desenvolvia, o edifício oferecia uma nova visibilidade nos componentes simbólicos da cidade. O novo tempo do progresso urbano despontava em seu aspecto material. O edifício projetado em estilo eclético foi obra do arquiteto alemão Carlos Rosencrantz e sua realização do engenheiro Raul Porto e do mestre de obras Torello Dinucci, obedecendo a um projeto padrão de época (Morila, 2005).

A respeito disso, Morila tem considerações interessantes em sua análise que o texto de Theodorico Leite de Almeida Camargo não deixa evidente:

12 Em outro trabalho, Sevcenko afirmou: "Os intelectuais republicanos, empenhados na modernização da sociedade 'fossilizada' herdada do Império, colocaram sempre no centro de suas preocupações o sonho de um Brasil integralmente alfabetizado. As declarações de Olavo Bilac são muito representativas e sintomáticas dessa esperança obsessiva: 'se fosse possível eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabetos'" (Sevcenko, 1982, p. 81).

> Fruto de uma disputa política local – entre integrantes do PRP – criada e instalada às pressas em uma cidade onde o elemento estrangeiro se organizava, funcionou de forma improvisada até que seu suntuoso prédio ficasse pronto. Mesmo depois de pronto – e se considerarmos as indicações de alguns autores – a Escola Normal teria se convertido em mera escola onde as filhas da elite local aguardavam um bom casamento. Se a escola republicana deveria se fazer ver, a Escola Normal de São Carlos é um monumento a República, mas que esconde em sua historicidade as contradições de uma transformação perpetrada por uma elite. (Morila, 2005, p.59)

O cronista Camargo segue sua análise pontual agora destacando a criação da Fábrica de Tecidos Magdalena que, embora não mencione o autor, era da iniciativa do engenheiro suíço Germano Fehr:

> No dia 2 de Fevereiro de 1911, ás 3 horas da tarde, foi assentada a primeira pedra do edifício da Fabrica de Tecidos Magdalena, de propriedade da Companhia industrial de S. Carlos. A cerimonia, que foi abrilhantada pela Banda Brasileira, compareceram muitas pessoas gradas. (Camargo, 1915, p.68)

Sobre esse aspecto, vale dizer que a cidade vivia um incipiente processo de industrialização que neste caso da tecelagem não tinha vínculo direto com a lavoura cafeeira (Pacheco, 1988) e sim iniciativas particulares que proporcionaram uma nova energia ao fluxo da urbanização. Em 1916, a fábrica entraria em falência, seria incorporada à Companhia de Fiação de Tecidos de São Carlos.

Nesse mesmo ano de 1911 foi estendido o abastecimento de água com a canalização da Ponte do Taboão, assim como houve mais uma epidemia de varíola que acionou o governo estadual a criar uma comissão de combate ao tracoma e ancilostomose. A sede de inspeção desse serviço ficou

> [...] a cargo do dr. Gastão de Sá, funccionou, a começo, numa dependencia da Santa Casa, passando, mais tarde, para a casa n. 19 da

> rua D. Alexandrina. Tambem foi estabelecido um posto em Santa Eudoxia, de que era medico o dr. Francisco Granadeiro Guimarães Júnior. (Camargo, 1915, p.60)

Mais uma ação é comentada pelo cronista de atitude da Sociedade Paulista de Agrícultura que foi a realização do Congresso Agrícola.

> Em Dezembro [1911], durante os dias 15, 16 e 17, iniccionou na nossa cidade, sob a presidencia do sr. Amos L. Post, o quarto congresso agricola do Estado, com assistencia de crescido numero de lavradores. Produziu o discurso inaugural o dr. Raphael de Abreu Sampaio Vidal. O programma observado foi o seguinte:
>
> Dia l5 chegada dos congressistas; sessão de instalação ás 8 1/2 da noite.
>
> Dia 16 visita ao Posto Zootechnico, onde assistiram diversas experiencias de applicação de machinismos no preparo do sólo. Almoço otferecido pela Commissão de Agricultura de S. Carlos
>
> A' uma hora da tarde celebrousse a 2a sessão do Congresso e ás 7 horas da noite a terceira.
>
> Dia 17-As 7 horas da manhã, visita á fazenda de café offerecida pelo governo para demonstrações agrícolas (pertencente ao sr. Joaquim de Arruda Campos) onde examinaram diversas experiencias de poda, desbrota e adubação de cafeeiros. (ibidem)

O evento foi finalizado no Club Concordia que juntamente com uma outra agremiação compunham o lado de lazer elitizado da cidade que foi o Derby-Club fundado em 1912 e responsável pelo:

> [...] melhoramento da raça cavallar por meio de corridas, concursos hippicos, exposições, etc. O prado, denominado Hippodromo Sancarlense, foi construido num terreno proximo ao extremo norte da rua Uruguayana, afim de não acontecer como com o primeiro hippodromo, cuja decadencia foi em parte attribuida á sua grande distancia da cidade. (Camargo, 1915, p.61)

Articulado a esse espaço de lazer havia o Theatro Polytheama, uma casa de espetáculos cinematográficos dos srs. Amilcar Quintella e Brasilio Leite. Encontramos no historiador Ary Pinto das Neves uma descrição dos primeiros anúncios da sua inauguração:

> Polytheama
> Estrea com films.
> Grande Surpreza ao publico.
> As exibições começam as 7 horas da noite.
> Amanham – Amor de Pae, drama de 5actos, 2500 metros e 615 quadros, verdadeiro assombro da arte cinematográphica[13]. (Neves, 2007, p.47)

Se o cinema era um personagem da vida são-carlense, isto se deve a energia elétrica implantada no município movendo suas fábricas e outros serviços. Descreve o cronista que:

> Em 15 de Junho, foram assignados pela Camara, representada pelo seu zeloso prefeito, sr. José Rodrigues de Sampaio, dois contractos de grande importancia pela sua directa relação com o desenvolvimento da nossa cidade e municipio: referimo-nos ao contracto de novação e prorogaçãodc prazo, celebrado com a Companhia Paulista de Electricidade, para o fornecimento de forca e luz, e ao contracto realisado com o sr.Argeo Vinhas, para a installação de linhas de tramways electricos na cidade e seus suburbios. (Camargo, 1915, p.61)

13 Ainda segundo o historiador (p. 47), "[...] uma noite de espetáculo era alguma coisa de inusitado, que marcaria a vida de alguém, vindo da roça para apreciar o viver da cidade. Antes do cinema propriamente dito, projetavam-se anúncios luminosos, fixados em chapas de vidro, pintadas com nanquim, invenção de um Pedro Marcondes, que por aqui andou em 1921; isto se tornou particularidade das salas de exibição são-carlense [...] Cada cinema tinha sua orquestra própria, que não só divertia a assistência no início dos intervalos, como selecionava números apropriados para servir de fundo musical durante a projeção [...] outra atração dos cinemas era os "baleiros", meninos com tabuleiros de balas de coco e de café, rebuçados e mil e uma guloseimas, que percorriam as filas de cadeiras, anunciando em voz cantante o seus apreciados quitutes".

É nesse sentido que um dos acontecimentos mais importantes e até vitima de certo descrédito tornou-se viável em São Carlos: a inauguração de bondes elétricos. Nesse ponto de sua narrativa, Theodorico Leite de Almeida Camargo não economiza palavras, tampouco é breve na sua descrição. Sendo uma experiência recente na cidade e em sua vida, relata com palavras que enumeram o empenho dos obreiros envolvidos as titubeações do desenrolar desse processo, as expectativas amedrontadoras geradas em torno da figuração maquínica dos bondes.

O núcleo urbano em crescimento, o qual a pena dos cronistas tanto descreveu em imagens que expressavam o progresso local, parecia colocar em dúvida até mesmo aquele momento inicial dos trabalhos de construção dos trilhos dos bondes elétricos operados pelas mãos dos numerosos anônimos trabalhadores em sua execução.

> S. Carlos com bondes electricos não passava de uma phantasia írrealisavel para muita gente. Passavam-se os mezes e nada faziam os concessionarios, pelo menos na apparencia, para dar cumprimento ao contracto. Parecia que tinham rasão os pessimistas.
>
> Approximando-se, porém, a epoca do vencimento do praso estipulado, começaram a chegar os materiaes, Trilhos e dormentes eram distribuidos aos montes em diversos pontos da cidade. Mas os pessimistas não estavam vencidos: tratava-se, diziam, de um plano da companhia para obter prorogação do praso e, depois, descançar...
>
> Além dos materiaes, porém, chegaram numerosos operarios, que deitaram mãos á obra com vontade. Foi iniciado o assentamento dos trilhos, que era executado com admiravel rapidez. (Camargo, 1915, p.66)

As dúvidas seguem, diante do novo, do improvável, das incertezas sobre o avanço da obra e mesmo do traçado. Uma cidade acostumada com transporte feito por animais de carga, cenas do rural no urbano, com sensibilidades criadas na inter-relação do humano com o animal, poderia muito bem encher-se de expectativas das mais diversas.

> O serviço não está sendo bem feito, clamavam os taes: as curvas são muito vivas, e isso fará os carros saltarem tora dos trilhos. Chegaram, por esse tempo, os primeiros bondes, que ficaram em deposito na fabrica de tecidos da Companhia industrial de S. Carlos. E foi, durante dias, uma verdadeira romaria para vel-os.
>
> Pelo contracto assignado com a camara, obrigaranse a companhia a inaugurar as seis primeiras linhas no prazo de 2 anos, isto é, até 15 de Junho de 1914. Não tendo, entretanto, podido dar cumprimento áquella clausula, por motivo de força maior, conforme justificou, concedeu-lhe a camara prorogação do praso por mais seis mezes. (Camargo, 1915, p.64)

Enfim a grande obra aguardada se realizou. No trecho da crônica abaixo a máquina conseguira superar certo obscurantismo e a possibilidade de erro em relação ao seu movimento. Palavras como "suavemente" e "deliciosamente" registram uma espécie de bálsamo para a conquista da cidade de São Carlos ante o medo da inauguração.

A máquina, o bonde elétrico, cumpriu o que idealmente se esperava, deslizando pelos trilhos assentados nas ruas causando maravilhamento e sendo disputado pelas pessoas a passear pela urbe:

> Os trabalhos proseguiram com grande actividade e em meiados de Dezembro estava prompta a linha da rua S. Joaquim, que a 19 d'aquellemez, ás 5 horas da tarde, era trafegada pelo primeiro bonde, um carro de carga, que transitou desde a fabrica de tecidos até ao deposito dos bondes, cheio de convidados, por entre as mais vivas e enthusiasticas acclamações do povo, que se agglomerava pelas esquinas, afim de vêl-o passar.
>
> Falhára inteiramente a previsão sinistra: o bonde não saltava fóra dos rails ao fazer as curvas; corria suavemente, deliciosamente, como os melhores e mais aperfeiçoados vehículos da sua especie...
>
> Logo a seguir, um ou dous dias depois, ficou prompta tambem a linha da rua S. Carlos, e os elegantes carros electricos começaram a correr todas as tardes, sempre apinhados de gente, pois muitos eram os que disputavam com empenho a primasia na experiencia.

> Com o louvavel intuito de auxiliar as instituições pias locaes determinaram os dirigentes da Companhia de Electricidade que as rendas dos primeiros dias fossem arrecadadas para a Santa, o Hospital dos Lázaros, e a Conferencia de S. Vicente de Paulo, que obtiveram, assim, valioso donativo. (ibidem, p.67)

O cronista mostra-nos a intensidade do desejo de experimentar as sensações dessa fantasmagoria causada pelos bondes elétricos ao dizer que estes estavam a "correr todas as tardes, sempre apinhados de gente, pois muitos eram os que disputavam com empenho a primasia na experiência" (ibidem, p.67).

Segue-se ao evento de inauguração, a constatação de que se tratou inicialmente de um trecho da cidade em que esteve o bonde a correr. Guardadas as proporções, e diante do passado urbano recente de São Carlos, o aglomerado humano que se concentrou naquele lugar, seduzidas pela novidade que então se instalava, mostravam-se para Theodorico Leite de Almeida Camargo como novos padrões de percepção da realidade urbana.

> Finalmente, ultimadas as installações indispensaveis, foi a inauguração official marcada para o dia 27 de Dezembro, á tarde, devendo os bondes partir do largo Municipal. A prefeitura mandou construir vistoso e artistico coreto naquelle logradouro publico, fez adornar com arcos de folhagens e com bandeirolas multicores as ruas Sete de Setembro, S. Carlos e Major Jose lgnácio, nos trechos a serem percorridos pelos bondes inauguraes, e, para maior ordem dos festejos, distribuiu convites ás exmas. familias, sem os quaes não era permittido o ingresso nos carros. As 14 horas, era bello de vêr-se o aspecto do largo, onde se agglomerava uma multidão calculada em cerca de quatro mil pessoas, entre as quaes se viam s. exa.revma.o arcebispo-bispo desta diocese, o juiz de direito, delegado de policia, promotor, camaristas, prefeito, professores e alumnos das diversas escolas, além de muitos outros cavalheiros e exmas. familias, podendo dizer--se que alii se achava tudo quanto de mais distincto possue a nossa sociedade.

A sessão inaugural, abrilhantada pela Banda Brasileira, foi presidida pelocxmo. sr.dr. Octaviano Vieira e realisou-se sob o coreto a que já aludimos. Em primeiro logar, toi dada a palavra ao dr. Antonio Candido de Camargo, um dos directores da Comp. Paulista de Electricidade, que a transmittiu ao dr. Hugo Ribeiro, proterindo este, como representante daquella empreza, um bonito discurso em que agradeceu ao povo assuas manifestações de applausos e de encorajamento e declarou fazer entrega do serviço de bondes á municipalidade.

Em nome desta, orou eloquentemente o dr. Raymundo Candido de Mergulhão Lobo, actual promotor publico desta comarca. Tomou, depois, a palavra, pelo "Correio de S. Carlos", o advogado José de Ca margo, que produziu bonita e apreciada peça oratoria. Foi lavrada uma tem da solemnidade, assignada por muitas das pessoas presentes. Em seguida, puzeram-se em movimento os seis carros electricos, a esse tempo já inteiramente cheios pelos convidados e exmas.familias.Rota a fita symbolica pelo primeiro bonde, em que viajavam o nosso revmo.bispo e as autoridades locaes, seguiram os vehiculos em demanda á estação, pela rua Maior José Ignacio, via rua S. Joaquim. (ibidem. p.64-68)

Após estes discursos, proseguiram os bondes o seu trajecto pela rua S. Joaquim até a rua Bento Carlos e por esta até a estação, donde regressaram pelas ruas General Osorio e S. Carlos, até o ponto de partida. Pelos habitantes do bairro d'além Gregorio, fallou o sr. Sebastião de Camargo, quando os carros inauguraes defrontavam a casa de negocio do sr. Francisco de Senzi, á rua General Osorio, esquina da de S. Carlos. Apezar da chuva impertinente que caía, notava-se por toda a parte grande alegria e animação, achando-se lindamente ornamentada a rua General Osorio, onde os vehículos foram recebidos com freneticas acclamações ao som de improvisada orchestra.

Quatorze mil passageiros viajaram nos carros electricos, esse dia.

Com este acontecimento, de tão grande e decisiva importancia para o engrandecimento de S. Carlos, encerrou-se o anno de 1914. (ibidem, p.67-68)

Chama-nos a atenção essa passagem final em que aparecem sensações temporais dissonantes: "apesar da chuva impertinente que caía, notava-se grande alegria e animação". A "chuva", um fenômeno natural, uma relação com o tempo, não conseguiu impedir o espetáculo dos bondes elétricos que, com sua força maquínica, parecia implantar um outro ritmo a vida, alterando seu espaço-tempo e procurando criar uma descaracterização da relação do homem com a cidade.

Veja, por exemplo, como o cronista destaca a manifestação da população e o clima de festa sobre a chegada dos bondes ao seu trajeto final na Rua General Osório: "notava-se por toda a parte grande alegria e animação, achando-se lindamente ornamentada a rua General Osorio, onde os vehículos foram recebidos com frenéticas acclamações ao som de improvisada orchestra".

Terminada a cerimônia de inauguração das linhas de bondes elétricos, a impressão da longa descrição do cronista é a do ingresso ao mundo da velocidade. Para um sítio urbano tão diminuto à época do ano de 1914, pareceu a convivência das múltiplas temporalidades daquele espaço urbano. Por fim, o cronista encerra seu texto escrito para o Almanaque de 1915:

> Feita, assim, a resenha dos factos mais importantes ocorridos desde a fundação de Carlos até a presente data e que, de qualquer modo, se relacionam com o seu progresso e engrandecimento, e dadas algumas notícias geographicas e estatisticas sobre a cidade e município, consideramos terminada a nossa tarefa. Sobram-lhe, bem o sabemos, defeitos e incorreções. Fizemos, entretanto, o que nos foi possivel no curto espaço de tempo que lográmos furtar ás nossas occupações habituaes; julgamo-nos, por isso, desobrigado do pesado compromisso que assumimos. (Camargo, 1915, p.75-76)

Dessa feita seu trabalho reconhece quanto sua escrita é comprometida com a cidade, procurando demonstrar sua identidade que era fruto dos confrontos do passado e do presente e do qual seu texto formava uma tessitura procurando alinhavar sua correspondência com o público do almanaque.

Considerações finais

O inventário de temas que fizemos por meio dos cronistas demonstra os índices de modernidade alcançados pela cidade de São Carlos nesses tempos de "Belle Époque" promovida pela cafeicultura.

3Por esta razão, cria-se uma ambivalência bastante importante de ser pensada: ao se caracterizarem como "crônicas", esses textos parecem fugir, quando publicados em almanaques, de caráter descartável e fugaz a que lhe são atribuídos. Ao contrário, nos almanaques conseguem instituir memórias, balouçando entre o passado e o presente, E projetar-se para um "horizonte de expectativa" (futuro) onde tentam criar imagens de "espaços de experiência" vividos pela cidade de São Carlos em seu projeto sobre o moderno construído pela ferrovia e pela cafeicultura.

Referências

Fontes

SÃO CARLOS – AUGUSTO, Joaquim (Org). *Almanach de São Carlos* – 1894. Typographia Joaquim Augusto.

SÃO CARLOS – AUGUSTO, Joaquim (Org). *Almanaque de S. Carlos* – Anno I, 1905. Typographia Aldina.

SÃO CARLOS – CAMARGO, Sebastião. *Almanach: Anuário São Carlos* – 1915. Typographia Joaquim Augusto.

SÃO CARLOS – Fundação Pro Memoria de São Carlos. *O Correio de São Carlos*. 18 de novembro de 1916.

Bibliografia

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Lisboa: Europa/América, 1996.

BREFE, A. C. F. *A cidade inventada*: a Pauliceia construída nos relatos memorialistas (1870-1920). Campinas, 1993. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH Unicamp.

CORREIA, J.; GUERREIRO, M. Almanaques ou a sabedoria e as tarefas do tempo. *Revista ICALP*. Lisboa, v. 6, ago./dez. de 1986, p.43-52.

FERRARO, M. R. *A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2005.

GAGNEBIN, J. M. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: *Margem*. São Paulo, Educ, n. 1, 1992, p.09-28.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HENRIQUES, A. B. A moderna agricultura no final do século XIX em São Paulo: algumas propostas. *História (São Paulo)*. São Paulo, v. 30, n.2, ago./dez. 2011, p.359-380.

JUNQUEIRA, M. P. A força transformadora das epidemias e da imigração: cidade de São Carlos-SP no final do século XIX. *Revista Cordis*. São Paulo: PUC, n. 02, 2009, s/n. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/issue/view/666>. Acesso: 10 ago. 2016.

KOSELLECK, R. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro. Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

MORILA, A. P. Um monumento na avenida: a Escola Normal de São Carlos. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n.19, set. 2005, p. 40 -62,

NEVES, A. P. das. São Carlos na esteira do tempo. São Carlos: EdUFSCar, 2007.

PACHECO, C. A. *Café e cidades em São Paulo*: Os casos de Araraquara e São Carlos. 1880/1930. Campinas, 1988. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Unicamp.

PESAVENTO, S. J. *O imaginário da cidade*: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

POLLAK, M. Memórias, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989, p.03-15.

QUEIROZ, T. A. P.; IOKOI, Z. M. G. *A história do historiador*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

SEIXAS, J. A. de. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: SEIXAS, J.; BRESCIANI, M. S.; BREPOHL, M. (Orgs.). *Razão e paixão na política*. Brasília: UnB, 2002, p.59-77.

SEVCENKO, N. O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano. In: *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*. São Paulo: Brasiliense, n. 14, 1982, p.80-83.

SOUZA, R. F. de. *Templo da civilização*: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo: 1890-1910. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

TRUZZI, O.; FOLLIS, F. *A ocupação dos sertões de Araraquara*: das sesmarias a Lei de Terras de 1850. São Carlos: EdUFSCAR, 2012.

ZIOLI, M. Política com café no Oeste do estado de São Paulo: Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948). Assis, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, UNESP.

Site

<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anuarios/apresentacao_anuarios.pdf>. Acesso em: 25 jul.2016.

Este livro reúne textos dedicados a compreender experiências sociais provocadas pela modernização levada pela economia cafeeira às cidades do interior paulista, durante a Primeira República. Os textos conectam-se ao trabalho de José Evaldo de Melo Doin, docente que orientou os autores por mais de duas décadas na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Franca. Melo Doin dedicou-se ao estudo da construção histórica da contemporaneidade, por meio de análises do intricado diálogo entre História, Economia, Ciência Política, Arquitetura e Urbanismo.

Nesta obra, fontes diversas – almanaques, fotos, crônicas, jornais, memórias, álbuns, entre outros – são interpretadas para compreender as vivências urbanas construídas com a chegada de tecnologias e hábitos novos, ao mesmo tempo em que traços de antiga sociabilidade e certos limites materiais e técnicos continuam preservados. Assim, Ribeirão Preto, Barretos, Mococa, São Carlos, Rio Claro, Batatais, Santa Bárbara D'Oeste e Franca revelam paisagens e cotidianos dotados de tensões, particularidades, permanências e possibilidades.

Humberto Perinelli Neto é professor assistente do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), *campus* de São José do Rio Preto. Atua no departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Unesp, *campi* de Ilha Solteira, Jaboticabal e São José do Rio Preto.